

Perspectivas Económicas em África 2012

TEMA ESPECIAL:
Promoção do Emprego Jovem

África do Sul
Angola
Argélia
Benim
Botswana
Burkina Faso
Burundi
Cabo Verde
Camarões
Comores
Chade
Congo, Rep. Dem.
Congo, República
Costa do Marfim
Djibouti
Egito
Eritreia
Etiópia
Gabão
Gana
Guiné
Guiné-Bissau
Guiné Equatorial
Gâmbia
Lesoto
Libéria
Líbia
Madagáscar
Malawi
Mali
Marrocos
Mauritânia
Maurícias
Moçambique
Namíbia
Nigéria
Niger
Quênia
República Centro-Africana
Ruanda
São Tomé e Príncipe
Senegal
Serra Leoa
Seychelles
Suazilândia
Sudão
Sudão do Sul
Tanzânia
Togo
Tunísia
Uganda
Zâmbia
Zimbabwe



Economic
Commission
for Africa



Empowered lives.
Resilient nations.

Perspectivas Económicas em África

2012



*Empowered lives.
Resilient nations.*



Economic
Commission
for Africa

AFRICAN DEVELOPMENT BANK

DEVELOPMENT CENTRE OF THE ORGANISATION
FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA



As opiniões expressas e os argumentos utilizados nesta publicação não refletem necessariamente a posição do grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, seu conselho de administração, ou os países que representam, a OCDE, o Centro de Desenvolvimento, o Programa de Desenvolvimento de Nações Unidas, a Comissão Económica de NU para África, a União Europeia, o Secretariado do Grupo de Estados de África, Caribe e Pacífico ou os estados membros de quaisquer das instituições anteriores.

Este documento e todo mapa que tenha sido incluído são sem prejuízo do estatuto de ou da soberania sobre qualquer território, da delimitação de fronteiras internacionais e do nome de todo território, cidade ou área.

ISBN 978-92-64-17765-9 (print)

ISBN 978-92-64-17767-3 (PDF)

Corrigenda ao *Perspectivas Económicas em África* poderão ser encontrados online na página:
www.africaneconomicoutlook.org/po

© Banco Africano de Desenvolvimento, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Comissão Económica para África (2012).

O conteúdo desta publicação pode ser copiado, baixado ou impresso para uso pessoal. Partes do conteúdo dela, bases de dados e produtos multimídia também podem ser utilizadas em documentos, apresentações, blogs, sites e materiais pedagógicos, após reconhecimento da BafD, OCDE, PNUD, CEA como fonte e proprietária do copyright. As solicitações de permissão para uso público e comercial e os direitos de tradução devem ser enviadas a rights@oecd.org. A permissão para a reprodução parcial para uso público e comercial desta publicação pode ser obtida diretamente através do Copyright Clearance Center (CCC), info@copyright.com, ou do Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) contact@cfcopies.com.



Prefácio

Esta 11a edição do African Economic Outlook (AEO) está marcada por uma performance dual: enquanto o norte da África se recupera dos acontecimentos políticos que afetaram vários países da região, a África subsariana está crescendo fortemente. O continente está bem colocado para que se possam ir implementando reformas estruturais capazes de criar as os alicerces necessários para um crescimento forte e sustentável no médio prazo.

Em 2012, a África continuou a se recuperar dos efeitos negativos da crise mundial e continua a se distinguir como uma das regiões com o mais alto índice de crescimento no mundo. Após um salto notável de 5% em 2010, o PIB cresceu 3,4 % em 2011. Contudo, em termos de performance, essa parte do mundo apresenta importantes disparidades regionais. O norte da África, por exemplo, cresceu apenas 0,5%, à medida em que as suas economias se iam recuperando, na sequência das mudanças políticas que conheceu. Já as economias da África subsariana alcançaram um crescimento superior a 5%, embora este índice seja mais elevado quando se exclui a África do Sul, cujo crescimento foi de somente 3,1%. Apesar do aumento dos preços dos géneros alimentícios e dos combustíveis, a inflação foi contida sob a barra dos 10%, em todas as regiões do continente, salvo na África do leste, onde chegou a atingir 17%.

Se considerarmos o futuro, o panorama económico da África continua otimista : espera-se que o crescimento dê um salto e atinja os 4,5% em 2012 e os 4,8% em 2013. As economias alavancadas pelos recursos naturais terão provavelmente melhores resultados do que as economias mais maduras. No entanto, os riscos domésticos e externos ainda representam ameaças: a contínua crise económica na zona euro poderá acarretar uma redução da demanda de exportações africanas, assim como uma queda do volume dos recursos externos que entram nos países nomeadamente no que diz respeito às remessas; as tensões políticas que existem nalguns países e que poderiam potencialmente disseminar-se por outros poderão travar o crescimento; condições climáticas severas poderão limitar a produção agrícola e ameaçar a segurança alimentar, em particular na região do Sahel, afetada de modo recorrente pelas secas. Entre os desafios de médio prazo que requerem uma ação resoluta por parte dos legisladores africanos, o AEO deste ano foca mais particularmente no emprego juvenil. A criação de empregos produtivos para a população jovem e dinâmica da África constitui um imenso desafio, mas também uma chave para toda e qualquer prosperidade futura.

A última década de forte crescimento criou muitos empregos, mas não suficientes. Em países pobres, a maioria dos jovens trabalha mas não ganha o bastante. Em países de renda média, é maior a quantidade de jovens que estão desempregados ou desanimados, apesar de terem atingido níveis de educação mais elevados. Os países africanos precisam lidar com as travas que se opõem ao emprego juvenil e ao mesmo tempo ajudar os jovens a adquirirem as competências necessárias para obterem êxito num mercado do trabalho competitivo. Em ambas as frentes, as inovações são possíveis. Dada a pequena dimensão do setor formal, na maioria dos países, os governos precisam também promover a criação de empregos no setor informal e no setor rural. Inadequações entre as competências que as empresas procuram e a formação adquirida pelos jovens requerem uma maior aproximação entre os sistemas de educação e os empregadores, assim como uma melhor informação junto aos estudantes.

Um aspeto importante desta edição é que inclui, pela primeira vez, a Eritreia e o novo Estado do Sudão do Sul, cobrindo portanto todos os países africanos, salvo a Somália. Assim, a profundidade e amplitude deste Outlook saem fortalecidos.

Com políticas que visam reduzir as barreiras do crescimento e a torná-lo mais inclusivo, a África tem uma boa oportunidade para estimular melhor o seu potencial económico e promover assim uma coesão social mais forte. Em vez de representar um desafio social, uma população jovem crescente representaria um “dividendo demográfico”. Estamos empenhados em apoiar os países africanos no seu esforço para desenvolverem e implementarem melhores políticas que resultem em vidas melhores para as populações africanas.

Donald Kaberuka

Presidente,
Banco
Africano de
Desenvolvimento,
Tunis

Angel Gurría

Secretário geral,
Organização para a
Cooperação e
Desenvolvimento,
Paris

Helen Clark

Administrador,
Programa de
Desenvolvimento de
Nações Unidas,
Nova York

Abdoulie Janneh

Secretário executivo,
Comissão
Económica de NU
para África,
Addis Abeba



Agradecimentos

O *African Economic Outlook* foi preparado por um consórcio de quatro equipas do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), o Centro de Desenvolvimento da OCDE, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA). O Outlook beneficiou da orientação geral de Mthuli Ncube (economista chefe e vice-presidente do BAfD), Mario Pezzini (director do Centro de Desenvolvimento da OCDE), Pedro Conceição (economista chefe e director do Grupo Consultivo Estratégico do Escritório Regional para África, do PNUD) e Emmanuel Nnadozie (director da Divisão NEPAD e Desenvolvimento Económico da UNECA). Hailu Mekonnen teve a função de coordenador.

A task team do BAfD foi liderada por Steve Kayizzi-Mugerwa, Charles Agnès Soucat e Désiré Vencatachellum. Alguns membros essenciais da equipa foram Beejaye Kokil, Abebe Shimeles e Audrey Verdier-Chouchane, assim como Dawit Birhanu, Horia Sohir Debbiche, Mohamed El Dahshan, Arnaud Floris, Sosthène Gnansounou, Ahmed Moummi, Peter Ondiege, Barfour Osei, Adeleke Salami, Rodrigo Salvado, Anthony Simpasa e Nadège Yameogo. A equipa do Centro de Desenvolvimento da OCDE foi liderada por Henri Bernard Solignac-Lecomte e Gregory De Paepe, enquanto que a equipa do PNUD foi conduzida por Janvier Nkurunziza e a equipa da UNECA, por Adam Elhiraika.

A parte I, relativa ao desempenho e perspectivas africanas, foi elaborada por Willi Leibfritz, com base nas previsões do Departamento Estatístico do BAfD (capítulo 1), por Gregory De Paepe (capítulo 2), Emmanuel Chinyama, Stephen Karingi, Simon Mevel, Mekalia Paulos, and Daniel Tanoe (capítulo 3), Janvier Nkurunziza (capítulo 4) e Gregory De Paepe, Bakary Traoré, Said Adejumbi, Buruk Bekele e Kaleb Demeksa (capítulo 5). A parte II, relativa à Promoção do Emprego Jovem na África, foi coordenada por Jan Rieländer, com valiosa contribuição de William Baah-Boateng, Stijn Broecke, Amadou Bassirou Diallo, Hassan Yousif, Sandra Zawedde e uma muito competente ajuda à investigação de Bakary Traoré, Nathalie Issa, e Fumiko Yamamoto.

Com o apoio dos parceiros institucionais e sob a orientação dos directores regionais do BAfD (Ebrima Faal, Marlène Kanga, Jacob Kolster, Janvier Litse, Nono Matondo-Fundani, Kupukile Mlambo, Gabriel Negatu, Chiji Chinedum Ojukwu e Frank Perrault) e dos economistas (Ernest Addison, Ferdinand Bakoup, Catherine Baumont-Keita, Abdellatif Bernoussi, Famara Jatta, Damoni Kitabire, Solomane Kone e Issa Koussoube), todos os economistas nacionais do BAfD contribuíram para a preparação dos apontamentos dos países. Foram estes elaborados por Kossi Robert Eguida (Argélia), Andre Almeida Santos, Nelvina Barreto Gomes and Catarina Soares (Angola), Daniel Ndoye e Olivier Manlan (Benin), Wilberforce Mariki (Botsuana), Tankien Dayo (Burkina Faso), Roland Linzatti and Sibaye Joel Tokindang (Burundi), Facinet Sylla e Aissatou Gueye (Camarões), Kim Harnack, Adalbert Nshimyumuremyi e Heloisa Marone (Cabo Verde), Kalidou Diallo (República Centro Africana), Facinet Sylla (Chade), Philippe Trape (Comores), Nouridine Kane Dia (Rep. do Congo), Seraphine Wakana e Steve Gui-Diby (Rep. Democrática do Congo), Samba Ba (Costa do Marfim), Audrey Vergnes (Djibuti), Almaz Amine, Charles Muthuthi, Ahmad Yasser, Gregory De Paepe, e Jan Rieländer (Egito), Mpho Chinyolo (Eritreia), Peter Mwanakatwe, Samuel Bwalya, Haile Kibret e Elvis Mtonga (Etiópia), Pascal Yembiline (Gabão), Saoussen Ben Romdhane e Jamal Zayid (Gâmbia), Eline Okudzeto (Gana), Leonce Yapo (Guiné), Toussaint Houeninvo (Guiné-Bissau), Walter Otero (Quênia), Edirisa Nseera (Lesoto), Patrick Hettinger (Libéria), Vincent Castel e Paula Mejia (Líbia), Jean Marie Vianey Dabire (Madagáscar), Susan Mpande (Malawi), Mamadou Diagne and Luc Gregoire (Mali), Alassane Diabate (Mauritânia), Martha Phiri (Maurícias), Fatima Zohra Alaoui, Abou Amadou Ba e Gregory De Paepe, (Marrocos), Andre Almeida Santos (Moçambique), George Honde (Namíbia), Richard Doffonsou e Souleymane Abdallah (Níger), John Baffoe (Nigéria), Edward Sennoga (Ruanda), Flavio Soares Da Gama (São Tomé e Príncipe), Gilbert Galibaka e Khadidiatou Gassama (Senegal), Richard Walker (Seychelles), Saoussen Ben Romdhane e Jamal Zayid (Serra Leoa), Wolassa Lawisso Kumo, Jean-Philippe Stijns e Nii Thompson (África do Sul), Darbo Suwareh and Adam Elhiraika (Sudão), xxxx (Sudão do Sul), Albert Mafusire, Zuzana Brixiova, e Jabulane Dlamini (Suazilândia), Prosper Charle, Alex Mubiru, and Amarakoon Bandara (Tanzânia), Carpophore Ntagungira e Idrissa Diagne (Togo), Emmanuele Santi e Bakary Traoré (Tunísia), Peninah Kariuki e Alex-Warren-Rodriguez (Uganda), Ashie Mukungu e Emmanuel Chinyama (Zâmbia), Damoni Kitabire (Zimbabué) e pelos seguintes institutos de investigação: Centre de Recherches Economiques Appliquées (CREA, Senegal) e Egyptian Centre for Economic Studies (ECES, Egipto). O trabalho relativo aos apontamentos dos países beneficiou largamente das contribuições inestimáveis de consultores locais.



O comité de revisão por pares dos apontamentos dos países incluiu: Denis Cogneau, Jeff Dayton-Johnson, Sylvain Dessy, Anne-Marie Gourjeon, Bertrand Laporte, the PERI Institute, Pierre Pestieau, Lynda J. Pickbourn, Jean-Michel Salmon, Mwangi Wa Githinji, e Lucia Wegner.

O quadro macroeconómico e a base de dados utilizados para produzir o anexo de previsões e estatísticas foram geridos por Beejaye Kokile Koua Louis Kouakou, do Banco Africano de Desenvolvimento. Foram feitas preciosas contribuições estatísticas para a actualização da base de dados e a execução do modelo do AEO por Fessou Emessan Lawson, Nirina Letsara, Hilaire Mbiya Kadisha Mohamed Safouane Ben Aïssa e Anouar Chaouch, do Departamento de Estatística do BAfD, bem como por Michelle Gonzalez Amador, Alix Landais e Gregory De Paepe, do Centro de Desenvolvimento da OCDE. Amel Feidi, Nejma Lazlem and Nesrine Ressaisi deram assistência estatística e organizacional muito importante.

O projecto beneficiou, igualmente, da assistência dada por Yvette Chanvoédou, do Centro de Desenvolvimento da OCDE, e Rhoda Bangurah, Josiane Koné, Abiana Nelson e Imen Rabai, do Departamento de Investigação para o Desenvolvimento do BAfD.

O relatório beneficiou de contribuições e comentários extremamente valiosos por parte de um grande número de representantes de governo africanos, operadores do sector privado, membros da sociedade civil, economistas nacionais e especialistas de sector nos departamentos de operações dos países do BAfD e gabinetes locais, especialistas nas delegações da Comissão Europeia em África, assim como da Direcção para a Cooperação no Desenvolvimento, o Clube do Sahel e da África do Oeste, a Iniciativa NEPAD-OCDE para o Investimento em África, a Direcção para Assuntos Financeiros e Empresariais e o Departamento de Economia da OCDE. A parte II, relativa à promoção do emprego jovem em África baseou-se grandemente nos conhecimentos de especialistas internacionais, reunidos em Paris, em 26 de Janeiro de 2012: Jacques Charmes (IRD), Denis Cogneau (Paris School of Economics), Cyriaque Edon (IREEP), Louise Fox (World Bank), Michael Grimm (ISS Rotterdam), Christophe Nordman e François Roubaud (DIAL), Glenda Quintini e Theodora Xenogiani (Direcção da OCDEA para o Emprego, o Trabalho e os Assuntos Sociais), Vijaya Ramachandran (Center for Global Development), e Peter Wobst (FAO).

Diana Klein geriu o processo editorial, supervisionou o desenvolvimento do sistema de gestão de conteúdos e orientou a produção da publicação tanto em formato papel como electrónico, com a ajuda de Erik Cervin-Edin, Ly-Na Dollon e Elizabeth Nash, assim como o apoio de Roger Hobby e Vanda Legrandgérard do Centro de Desenvolvimento da OCDE. A dedicação da equipa de edição, tradução e revisão foi essencial para a produção atempada deste relatório.

Os mapas dos países foram realizados por Aida Buendía, também responsável pelo design e pela diagramação do relatório. Os mapas e os diagramas utilizados nesta publicação não supõem reconhecimento algum de qualquer Estado ou fronteira política por parte do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, do seu Centro de Desenvolvimento, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, da Comissão Económica da ONU para a África ou ainda da União Europeia ou tampouco dos seus autores.

Foi fundamental uma bolsa generosa do Fundo Europeu de Desenvolvimento, gerida conjuntamente pela Comissão Europeia e pelo Secretariado de África, Caraíbas e Pacífico, para o início e a manutenção do projecto. O apoio financeiro adicional da Bélgica, França, Irlanda, Portugal e Espanha é gratamente reconhecido.

Reservamos um agradecimento particular ao Instituto Camões, que patrocinou a versão em português do relatório.

This book has...



StatLinks 
A service that delivers Excel® files
from the printed page!

Look for the StatLinks at the bottom right-hand corner of the tables or graphs in this book. To download the matching Excel® spreadsheet, just type the link into your Internet browser, starting with the <http://dx.doi.org> prefix. If you're reading the PDF e-book edition, and your PC is connected to the Internet, simply click on the link. You'll find StatLinks appearing in more OECD books.



Índice

Sumário executivo	9
--------------------------------	----------

Parte um: Situação macroeconómica e perspectivas futuras da Africa

Capítulo 1: Perspectivas macroeconómicas	15
Capítulo 2: Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África	41
Capítulo 3: Evolução das negociações internacionais sobre comércio em 2011	63
Capítulo 4: Desenvolvimento humano	73
Capítulo 5: Governação política e económica	85

Parte dois: Tema especial

Capítulo 6: Promover o emprego juvenil	103
--	-----

Parte três: Notas países.....

Notas completas dos países lusófonos disponível na página: www.africaneconomicoutlook.org

Angola
Cabo Verde
Guiné-Bissau
Moçambique
São Tomé e Príncipe



Sumário executivo

Perspectivas macroeconómicas

Após uma recuperação inicial face aos efeitos da crise económica mundial de 2009, a economia africana abrandou em 2011, em consequência das revoltas árabes. Se em 2010 o crescimento do continente atingiu os 5%, em 2011 caiu para os 3.4 pontos percentuais.

Com a recuperação das economias norte-africanas e uma melhoria sustentada nas outras regiões, o crescimento no continente deverá acelerar para 4.5%, em 2012, e 4.8% em 2013. Mantêm-se, no entanto, os problemas de curto-prazo na economia mundial, com a Europa a ser confrontada com a crise da dívida. Os preços das matérias-primas – um dado crucial para África – sofreram um declínio em relação ao pico, fruto da diminuição da procura e do aumento da oferta, e alguns dos produtos poderão ainda conhecer mais descidas. Prevê-se, de qualquer forma, que os preços continuem a níveis favoráveis para os exportadores africanos.

A subida dos preços dos alimentos e dos combustíveis levou a inflação média do continente a passar dos 5.8%, registados em 2010, para 7.9% em 2011. Estima-se que esta taxa desça gradualmente em 2012 e 2013. Em 2011, alguns países restringiram as políticas monetárias para conter o aumento da inflação; outros preocuparam-se mais com o fraco crescimento e não optaram pela via do controlo das taxas de juro.

As futuras políticas monetárias serão ditadas pela maior ou menor preocupação com a inflação ou com o risco de um novo abrandamento económico global.

Conseguir políticas públicas sólidas continua a ser uma prioridade nos países onde o défice orçamental é relativamente alto, especialmente naqueles que dependem de importações de petróleo. Nos países ricos em recursos, a prudência fiscal pode ser alcançada através de um planeamento de médio-prazo, com pressupostos conservadores sobre os preços futuros das matérias-primas e com a aplicação de mais meios financeiros em fundos soberanos, uma medida de precaução em caso de quebra das receitas relativas aos recursos naturais.

Se a crise da dívida europeia se agravar, o continente africano pode ser atingido pela via do decréscimo dos ganhos nas exportações de bens, serviços e turismo. Outro efeito poderá ser a redução da ajuda pública ao desenvolvimento, do investimento directo estrangeiro e das remessas enviadas por trabalhadores migrantes. Por outro lado, poderá ainda haver algum efeito de contágio nos bancos africanos.

A queda do comércio parece ser o maior risco. O impacto global em África dependerá da intensidade e duração da crise europeia e dos efeitos que terá no resto da economia mundial.

No continente africano, as atenções estarão centradas na Tunísia, no Egipto e na Líbia. Depois das revoltas, os novos governos devem garantir a estabilidade política e melhorar as condições económicas e sociais. Outro alvo de preocupações é o novo Estado do Sudão do Sul e as suas relações com o Sudão. Outros Estados africanos enfrentam descontentamento social e tensões regionais. A seca e as inundações afectaram a produção agrícola e a segurança alimentar em muitos países, especialmente na região do Sahel. Os decisores políticos africanos e a comunidade internacional devem prestar a devida atenção a estes riscos, globais e domésticos.

De uma forma geral, as *Perspectivas Económicas em África 2012* apresentam um cenário optimista para o continente. O impressionante crescimento que África conhece há mais de uma década e a sua resistência à profunda recessão global suportam este optimismo.



Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África

Os recursos externos dirigidos a África cresceram em 2011, na sequência de uma década de políticas macroeconómicas sólidas e de uma média anual de crescimento superior a 5 por cento. A forte recuperação do investimento externo, com a excepção dos países do Norte de África, foi a base de sustentação dos fluxos externos. O apetite das economias emergentes da Ásia e da América Latina pelos recursos naturais desencadeou a alta dos preços internacionais das matérias-primas, o que esteve na base do investimento em recursos naturais em África.

Este forte crescimento no IDE, no entanto, não se traduziu no fortalecimento das oportunidades económicas para as populações nem permitiu a criação dos postos de trabalho necessários para dar resposta à procura. O continente africano necessita de atrair mais investimento directo estrangeiro que impulse a produtividade, de forma a diversificar a economia e a desenvolver o sector privado e poder tirar partido das transferências de tecnologia e dos efeitos de spill-over. As políticas fiscais devem proporcionar aos Estados a possibilidade de maximização do impacto dos diferentes tipos de fluxos externos, através da oferta de serviços públicos de maior qualidade e da prossecução das políticas económicas adequadas.

Políticas comerciais e integração regional

A carteira de exportações africanas continua a ser fortemente dominada pelas matérias-primas, pelo que o continente está à mercê das flutuações dos preços internacionais das matérias-primas. Esta dependência aumenta a exposição do continente a choques externos e reforça a necessidade de diversificação das exportações. O comércio de serviços, sobretudo viagens e turismo, continua a crescer, o que sublinha o grande potencial do continente nesta área.

Os países africanos necessitam de diversificar os seus parceiros comerciais, dentro e fora do continente. O aprofundamento da integração regional irá permitir o crescimento dos ainda baixos níveis de comércio interno e intra-africano. A África precisa de articular estratégias de longo-prazo, nacionais e regionais, para enquadrar o crescente relacionamento com os parceiros do Sul e permitir parcerias mutuamente benéficas. Uma maior cooperação Sul-Sul deveria proporcionar a diversificação de mercados e de investimento, especialmente tendo em consideração a actual situação económica nos Estados Unidos da América e na Europa.

Desenvolvimento humano: fuga de capitais e pobreza

Em 2011, os países da África Subsariana situaram-se no nível agregado mais baixo do índice de desenvolvimento humano, sendo certo que registaram o segundo maior crescimento anual no período 2000-2011. Melhores políticas não serão suficientes para sustentar altas taxas de crescimento de desenvolvimento humano. Terão que ser completadas por uma combinação de APD, remessas, IDE e receitas fiscais, de forma a garantir os meios financeiros necessários para colmatar as lacunas de capital humano. Acelerar o investimento em infraestruturas sociais e económicas também requer o combate à fuga de capitais: calcula-se que este fenómeno tenha custado, em termos de desenvolvimento humano, cerca de 700 mil milhões de USD no período entre 1970 e 2008. Uma vez que os actores envolvidos na fuga de capitais estão tanto dentro como fora do continente, é fulcral reforçar a cooperação internacional nesta matéria.



Governança política e económica

Na sequência da ‘Primavera árabe’ de 2011, Marrocos, a Tunísia e o Egipto têm agora representantes eleitos de partidos políticos de inspiração islamita nos respectivos parlamentos. Após décadas de regimes repressivos, estes países terão que alcançar um novo contrato social que satisfaça todos os estratos sociais, de forma a permitir que as economias regressem rapidamente à normalidade e que seja possível dar resposta às elevadas expectativas geradas pelas revoluções.

À semelhança do Norte de África, os cidadãos de outros países africanos estão a exigir cada vez mais o respeito pelos seus direitos civis e que sejam aplicadas políticas sociais mais justas, adoptando formas pacíficas para expressarem as suas legítimas aspirações. Esta mudança na natureza dos protestos é um indicador de um processo político mais maduro, num quadro onde os governos africanos têm cada vez mais tendência a permitir que os cidadãos exerçam a sua liberdade de expressão de forma pacífica.

Promoção do emprego jovem

A África tem a população mais jovem do mundo e está em crescimento acelerado. Nas próximas décadas, centenas de milhões de jovens africanos deixarão o ensino, em todos os graus, e procurarão encontrar trabalho. Os jovens desempregados e os trabalhadores pobres enfrentam desafios e obstáculos diversos – e variáveis de país para país. O desemprego jovem é fundamentalmente um problema de qualidade, nos países de baixo rendimento, e de quantidade, nos países de médio rendimento. A precariedade do emprego jovem e a pobreza de quem tem trabalho são predominantes nos países pobres. Nos países de rendimento médio-alto, há mais jovens desempregados, desiludidos ou inactivos. Em todos os grupos de países há mais jovens desiludidos do que desempregados, o que sugere que o desafio do emprego jovem tem sido subestimado.

Algumas conclusões são evidentes. O sector público não será capaz de absorver os jovens que procuram emprego, pois há poucas perspectivas de expansão nesta área. O sector privado formal está a crescer, mas o ponto de partida é extremamente baixo. As empresas que já existem – fonte primária de emprego remunerado – devem ser apoiadas, para que cresçam e sejam mais competitivas. Muito importante será prestar atenção aos sectores informal e rural, pois serão as áreas de criação de novos postos de trabalho. Os governos devem centrar-se na remoção dos obstáculos às inúmeras pequenas empresas informais, ajudá-las a crescer e a criar empregos decentes.

Problema comum a muitos países é o facto de as escolas e os centros de formação não estarem a fornecer aos jovens as competências que os empregadores requerem. Se os sistemas educativos devem estar mais em linha com as necessidades do mercado de trabalho, a maior barreira com que os jovens se deparam nos mercados de trabalho africanos é a ausência da procura de mão-de-obra, uma conclusão partilhado pelos especialistas nos países e pelos que se dedicam à análise da juventude.

É fundamental que os governos desenvolvam respostas adequadas. Há muitos programas governamentais, mas com fracos indicadores de resultados sustentáveis. Uma das maiores deficiências dos programas destinados à promoção de emprego jovem é a falta de conhecimento sobre o que funciona e o que não funciona, algo que está relacionado com a ausência de dados sobre o emprego em África. O segundo obstáculo é a frequente falta de coordenação entre as agências governamentais, o que leva a acções dispersas, muito vezes mesmo concorrenciais, que não se integram numa estratégia eficaz.

Se a curto-prazo as perspectivas são complicadas, a longo-prazo são boas, desde que os governos africanos enfrentem eficazmente os obstáculos que os jovens enfrentam. As melhorias na educação, a emergência de novas tecnologias e a rápida urbanização são oportunidades para o desenvolvimento e para a criação de empregos. Por último, os sectores informal e rural, durante muito tempo considerados como problemáticos, estão em processo de mudança, demonstrando um empreendedorismo que pode gerar oportunidades para os jovens, se as políticas governamentais assim o permitirem.

Parte Um

**Performance e
perspectivas
em África**





Capítulo 1

Perspectivas macroeconómicas

A economia de África deverá assistir a um efeito de ricochete em 2012, após as revoltas populares e a turbulência política terem feito decrescer o crescimento económico global para 3,4% em 2011.

O continente está a recuperar da crise económica mundial de 2009 e esta tendência deverá ser mantida, apesar da desaceleração global limitar o crescimento africano. Com a recuperação gradual das economias do Norte de África, prevê-se que o crescimento médio de África recue para 4,5% em 2012 e 4,8% em 2013. O ambiente internacional permanecerá difícil no curto prazo.

Apesar de manter a atenção sobre as nuvens de tempestade económica que pairam sobre a Europa, África deve manter o enfoque nas reformas que promovem o crescimento e acalmar as tensões sociais que espoletaram as revoluções árabes e originaram uma queda de 3,6% no crescimento do Produto Interno Bruto do Norte de África, quase até à estagnação em 2011.

No Egipto verificou-se uma queda de 3,3 pontos percentuais com um crescimento abaixo de 2% em 2011, e na Tunísia a queda foi de 4,2 pontos percentuais de petróleo e o PIB registou uma redução de mais de 40%. Na Costa do Marfim, o conflito pós-eleitoral originou um declínio de quase 6% no PIB. A secessão do Sudão do Sul foi outro acontecimento político de relevo. Consequentemente, o Sudão perdeu a maioria das receitas petrolíferas e os dois países ainda estão em desacordo sobre a sua retirada, nomeadamente sobre as tarifas e taxas do transporte do petróleo para os mercados.

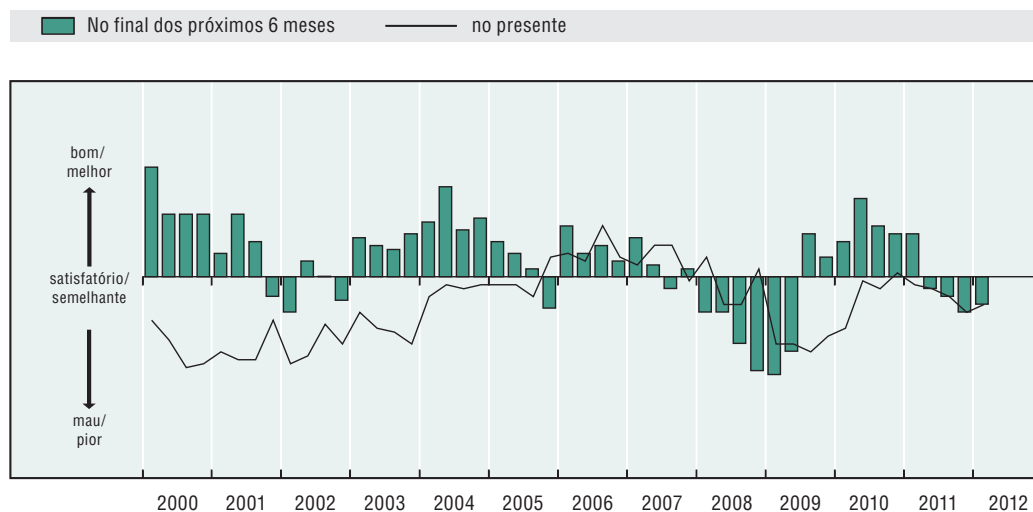
Algumas partes da África Oriental foram atingidas por uma crise alimentar severa e o consumidor africano teve, no geral, de lidar com inflação importada devido ao aumento dos preços dos bens alimentares e dos combustíveis.

O ambiente internacional mais frágil também afectou as economias africanas. Isto pode ser observado na deterioração dos resultados da avaliação económica trimestral feita por participantes africanos numa pesquisa internacional, durante o ano de 2011. Esta avaliação melhorou ligeiramente no primeiro trimestre de 2012 (Figura 1.1).

Em função de todos estes choques, o decréscimo do crescimento médio de África para 3,4% em 2011 (de 5% em 2010) foi relativamente moderado. A perda de crescimento proveio da perturbação no Norte de África e a África Subsaariana continuou a crescer acima dos 5%.



Figura 1.1: Análise africana da situação económica actual e expectativas para os próximos seis meses



Fonte: Ifo; cálculos do autor.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932599880>

O continente africano continua a beneficiar do crescimento relativamente elevado das economias emergentes, tais como a China e a Índia, que se tornaram cada vez mais importantes para o comércio e investimento em África¹. Apesar de este facto ajudar África a tornar-se mais resistente, estes países não conseguem compensar totalmente os efeitos adversos das economias avançadas, pelo que a sua expansão também registou um abrandamento recente (Figuras 1.2 e 1.3 e Caixa 1.1). (A previsão macroeconómica detalhada para África e para os seus agrupamentos regionais é apresentada em anexo, nas tabelas 1.a e 1.b, no final do presente capítulo).

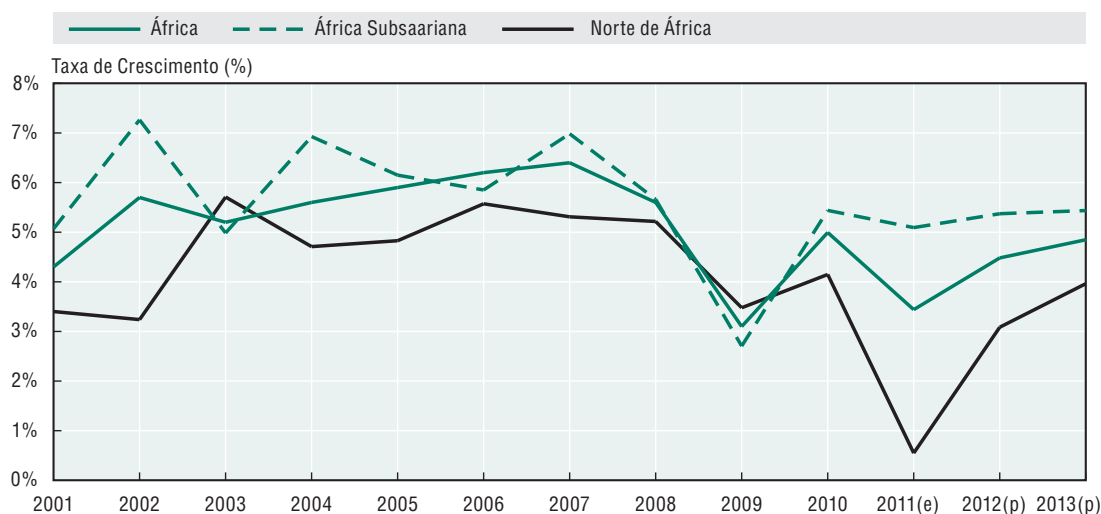
Os preços das matérias-primas desceram do pico em que se encontravam e é provável alguns preços diminuam ainda mais, devido a uma menor procura e a uma oferta acrescida. Porém, espera-se que a maioria dos preços das matérias-primas se mantenha em níveis favoráveis para os exportadores africanos destes produtos. O crescimento será impulsionado, em alguns países, pela entrada em funcionamento de novos campos petrolíferos.

A ameaça vem de um agravamento da crise da dívida na Europa, causando um crescimento global menor. Isto resultaria num enfraquecimento mais acentuado dos mercados africanos de exportação, na depressão dos preços das matérias-primas e prejudicaria a recuperação de África.

Com um crescimento populacional anual acima dos 2% em África, prevê-se que PIB per capita aumente, em média, 2% a 2,5% em 2012/13. De 2009 a 2013, o crescimento per capita anual equivalerá a cerca de 2%, abaixo dos 3,5% no quinquénio anterior. Em muitos países, o crescimento não será suficiente para reduzir a pobreza de forma significativa. Aumentar o crescimento e torná-lo mais inclusivo continua a ser um dos desafios principais para muitos países africanos.



Figura 1.2: Crescimento económico de África (%)



e: estimativas ; p: projeções.

Fonte: Ifo; cálculos do autor.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932599899>

Caixa 1.1. Crescimento global em abrandamento²

A recuperação rápida da economia mundial, em 2010, da recessão profunda de 2009 foi seguida de um crescimento mais moderado em 2011. O crescimento abrandou significativamente nos países mais avançados em 2011 e prevê-se que o crescimento global se mantenha ténue em 2012. No primeiro semestre de 2011, a actividade económica mundial foi afectada pelo terremoto e tsunami no Japão e pelo aumento repentino dos preços do petróleo após a guerra civil na Líbia. Embora estes efeitos temporários tenham acalmado no segundo semestre, a confiança dos consumidores e dos empresários foi afectada por problemas não resolvidos a nível orçamental e nos mercados financeiros, na Europa e nos Estados Unidos. Enquanto alguns países, nomeadamente na área periférica do Euro, sofriam com altas taxas de juro devido a prémios de risco elevados, as taxas de longo prazo da dívida soberana continuavam a atingir mínimos históricos. Isto reflecte igualmente a aversão ao risco por parte dos que têm poupanças e dos investidores, bem como a expectativa de continuação do baixo crescimento nas economias avançadas. Até ao presente, tem-se evitado uma queda mais brusca da economia global através de um crescimento relativamente forte, embora até isso esteja a tornar-se mais ténue nas economias emergentes, especialmente na China e Índia.

O abrandamento da economia global atingiu alguns países africanos, particularmente aqueles cujos principais mercados de exportação se situam na Europa e nos Estados Unidos. A nossa previsão para África presume que o crescimento do produto abrandará para 3%-3,5% em 2012 (de 3,8% em 2011 e 5,2% em 2010) e recuperará gradualmente para perto de 4% em 2013. Prevê-se que o crescimento no volume de comércio mundial desça de aproximadamente 7%, em 2011, para menos de 4% em 2012, acelerando novamente para cerca de 5,5% em 2013. Esta previsão implica que o crescimento global do produto e do comércio não retorne a níveis pré-crise. De 2004 a 2007, o crescimento anual do produto mundial e do comércio mundial esteve à roda de 5% e 9%, respectivamente. Mas no decurso de 2012 e início de 2013 espera-se que a actividade económica se fortaleça e proporcione um crescimento positivo para os exportadores africanos. Devido à menor procura global, os preços das matérias-primas desceram do seu apogeu do início de 2011. O declínio deverá terminar gradualmente, com a maioria dos preços destes bens



a permanecerem acima dos níveis médios registados nos cinco anos antes da crise global de 2009.

O crescimento europeu registou um enfraquecimento em 2011 e prevê-se que abrande ainda mais em 2012, antes da retoma em 2013. A Europa continua a sofrer de restrições orçamentais, de menor procura externa e, em especial, de perda de confiança devido à agitação nos mercados financeiros. As tentativas de conter o contágio da crise da dívida grega a outros países membros do Euro - particularmente a Itália, Portugal e Espanha - não foram totalmente bem sucedidas e os prémios de risco nas obrigações do Estado aumentaram para níveis insustentáveis em alguns países. Os governos impuseram programas adicionais de austeridade e adicionaram reservas financeiras para restaurarem a estabilidade no mercado financeiro, através de compra de títulos de dívida pública (as chamadas políticas de flexibilização quantitativa). Não existe um caminho fácil de saída da crise. Enquanto os mercados financeiros exigirem maiores progressos na diminuição da dívida soberana, ao mesmo tempo a procura diminui, o que torna essa tarefa ainda mais difícil. Para além disso, os bancos europeus precisam de aumentos de capital, mas em alguns países estão confrontados com fuga de capitais. O Banco Central Europeu tem desempenhado um papel muito activo, aumentando a liquidez, o que reduziu os prémios de risco em alguns países, pelo menos temporariamente. No entanto, a economia grega continua bloqueada numa crise da dívida, declínio económico e programas de austeridade. Em Fevereiro, o parlamento grego aprovou um novo programa de austeridade, para conseguir apoio financeiro suplementar do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da União Europeia (UE). A reestruturação da dívida soberana grega, em Março, veio reduzir significativamente o nível de endividamento e abrir portas a outro pacote de resgate UE-FMI de 130 mil milhões de Euros. Por enquanto, evitou-se o incumprimento. Apesar de existir ainda o risco de a Grécia, e talvez Portugal, enfrentarem um incumprimento controlado dentro da união monetária, ou de a zona Euro se desmoronar em conjunto, estes não são os resultados mais prováveis. Com efeito, verificaram-se recentemente sinais positivos na economia europeia e a confiança de negócios tem vindo a aumentar na Alemanha. Prevê-se que, em 2012, a zona Euro tenha um crescimento ligeiramente negativo, antes de se fortalecer novamente em 2013. A crise financeira pode, contudo, ter efeitos adversos de longa duração no crescimento europeu, enquanto os países lutam para restaurar a sustentabilidade orçamental. Isto pode afectar igualmente o crescimento africano, já que a Europa é um importante parceiro comercial e doador de ajuda ao desenvolvimento.

A economia dos EUA também perdeu vitalidade no decurso de 2011, enquanto se esgotavam os efeitos positivos do “stock cycle”. O consumo privado foi restringido pelo grande endividamento dos particulares, pelo desemprego elevado e pelos altos preços da energia. Apesar de o governo ter tomado medidas orçamentais expansionistas, o investimento e consumo público reais registaram um declínio, à medida que os estados e autoridades locais cortavam na despesa. Apesar do mercado imobiliário continuar em depressão, a procura agregada foi impulsionada por um maior investimento de negócios e pela melhoria na balança externa. O crescimento acelerou no final do ano, dinamizado pelo aumento de stocks. Com a melhoria do desempenho no mercado laboral, houve uma subida da confiança e da construção imobiliária, pelo que diminuiu o risco de uma nova recessão. Estima-se que o crescimento seja à roda dos 2% em 2012 e que acelere gradualmente em 2013. Assume-se que a política fiscal siga uma linha moderadamente restritiva, com o objectivo de reduzir o elevado défice orçamental e sem colocar a recuperação em risco. A Reserva Federal (FED) continua a impulsionar a economia ao manter a sua política de taxas de juros em 0%-0,25% e aumentar a base monetária através da política de flexibilização quantitativa. A FED afirma que as condições económicas, principalmente as baixas taxas de utilização de recursos e a baixa inflação irão requerer, provavelmente, uma taxa excepcionalmente baixa dos fundos federais, pelo menos até 2014.

No Japão, o grande terramoto e tsunami em Março de 2011 despedaçou a economia e causou uma perda de aproximadamente 3,5% do PIB, segundo as estimativas oficiais. Houve uma retoma do crescimento nos meses subsequentes, apoiada pela despesa de reconstrução, mas no final do ano verificou-se um novo enfraquecimento, pelo que o PIB de 2011 recuou mais de 2%.



O governo adiou a consolidação orçamental planeada e está, em vez disso, a aumentar o investimento em infra-estruturas. Este é complementado pelo investimento privado por parte das empresas e das famílias, para reparar os danos. O banco central intensificou as suas medidas expansionistas, ao aumentar a compra de obrigações do Estado e outros activos financeiros. Interveio, também, nos mercados cambiais, para diminuir a alta taxa de câmbio do Yen e estimular as exportações. Espera-se que o PIB cresça moderadamente em 2012, impulsionado pelo investimento público e privado e pela recuperação gradual do consumo privado.

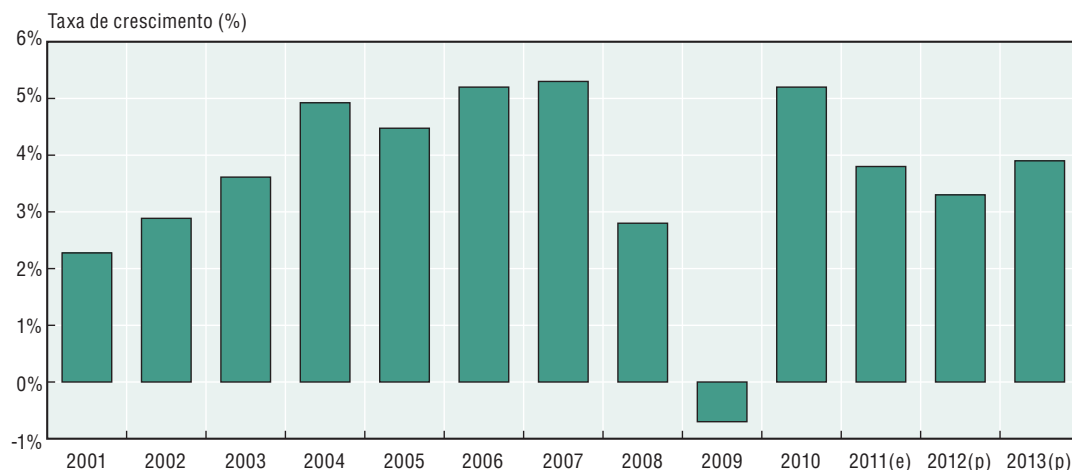
A China atingiu outra vez, em 2011, um crescimento alto de 9,2% (abaixo dos 10,4% de 2010), apesar dos ventos desfavoráveis provenientes do fraco crescimento nas economias avançadas e do aperto da política monetária para combater as pressões inflacionistas. O investimento continuou forte e o consumo privado acelerou, beneficiando de um crescimento maior dos salários e de algumas medidas fiscais. O crescimento das exportações foi moderado, apesar das empresas chinesas continuarem a aumentar a sua quota nos mercados de exportação. O crescimento do volume de importações também diminuiu, mas os termos de troca deterioraram-se e o excedente na balança corrente decresceu de forma significativa, uma vez que os preços de importação aumentaram mais rapidamente do que os preços de exportação. A inflação atingiu um máximo acima dos 6% em meados de 2011 e diminuiu posteriormente para cerca de 4%. No final de 2011, houve um aumento do risco de um grande abrandamento económico devido à debilidade global, e a produção industrial chinesa decresceu pela primeira vez em três anos. Este facto suscitou receios de um desfecho difícil para a economia, pelo que o banco central responder cortando o rácio de reserva bancária em 50 pontos base. Estima-se que a actividade global moderada irá limitar o crescimento da China para cerca de 8,5% em 2012, prevendo-se uma ligeira aceleração em 2013. De acordo com o plano 2011-2015, a China pretende alterar o seu padrão de crescimento, das exportações e investimento para o consumo, e da indústria transformadora para os serviços. O crescimento chinês tornar-se-ia assim, no médio e longo prazo, menos intensivamente centrado nas matérias-primas, o que atenuaria a procura global por estes bens. Isto pode ter efeitos adversos nos exportadores africanos de matérias-primas. Contudo, com políticas adequadas, a África poder-se-ia também tornar mais interessante para as empresas industriais da China e de outros países, ajudando a diversificar as economias africanas.

O crescimento da **Índia** abrandou em 2011, de quase 8% no primeiro trimestre para cerca de 6% no último trimestre. Apesar da procura externa ter decrescido, a procura interna manteve-se forte, encorajada pelo consumo público e privado e pelo investimento público em infra-estruturas. A inflação caiu abaixo dos 7% no final de 2011, devido a alguma moderação nos preços dos alimentos e a políticas monetárias restritivas. Tem sido efectuado algum progresso em matéria de consolidação orçamental. O défice do sector público decresceu de 9,5% em 2009 para menos de 7% em 2011 e o défice do governo central para abaixo dos 5%. Espera-se que as chuvas de monção impulsionem a agricultura no curto prazo, mas o crescimento das exportações vai enfraquecer devido à menor procura global. As previsões apontam para um ligeiro abrandamento do crescimento em 2012 e uma nova aceleração em 2013.

Em 2011, as economias da **América Latina** beneficiaram dos preços elevados das matérias-primas e de uma procura interna pujante. Simultaneamente, a procura das economias avançadas abrandou e as altas taxas de juro (devido a importações de capital) bem como as pressões salariais, vieram prejudicar a competitividade. As medidas para reduzir as taxas de câmbio – através da intervenção nos mercados cambiais e da restrição temporária das importações de capital para atenuar as pressões de apreciação da moeda – foram apenas parcialmente bem sucedidas. A taxa média de crescimento na América Latina deverá abrandar para 3,6% em 2012 (descendo de 4,6% em 2011) e aumentar novamente para cerca de 4% em 2013. A economia do Brasil registou uma forte desaceleração no segundo semestre de 2011, levando o governo a anunciar medidas de estímulo. O banco central cortou as taxas de juro para evitar um maior enfraquecimento da economia. Prevê-se que o crescimento se mantenha moderado em cerca de 3% em 2012 e que aumente novamente para 4% em 2013. Nas últimas duas décadas, o crescimento brasileiro tornou-se mais inclusivo e a taxa de pobreza caiu para metade, graças a um grande crescimento do emprego e a políticas sociais eficazes.



Figura 1.3. Crescimento económico mundial



e: estimativas ; p: projeções.

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932599918>

O alargamento do crescimento africano

Apesar de algum decréscimo do seu ponto máximo, os preços das matérias-primas mantiveram-se favoráveis para os exportadores em 2011. Os volumes crescentes de matérias-primas e de bens manufacturados têm sido motores importantes do crescimento. Em alguns países, porém, registou-se um enfraquecimento das exportações devido ao menor crescimento em parceiros comerciais importantes. A procura interna em África foi impulsionada através de maior investimento privado, consumo público, investimento em infra-estruturas e consumo privado. Os consumidores mantiveram os gastos, apesar dos preços elevados dos alimentos e do combustível, o que foi apoiado por maiores salários e por subsídios aos bens alimentares e combustível. Uma classe média crescente continua a impulsionar o consumo, a construção imobiliária e o investimento privado³. Os fluxos das remessas dos emigrantes e o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) também sustentaram a procura interna em muitos países. Calcula-se que as remessas para países africanos tenham aumentado quase 6% em 2011, atingindo os níveis de 2008, antes da crise. No entanto, a guerra civil na Líbia reduziu as remessas para vários países, nomeadamente para o Egipto, a Tunísia, o Chade e o Níger, devido ao regresso a casa dos trabalhadores. Com a retoma da produção de petróleo na Líbia, espera-se o retorno de muitos destes trabalhadores. Os acontecimentos no Norte de África também afectaram o IDE nesta região, enquanto houve um aumento noutras regiões. Os fluxos totais de IDE para África continuaram a decrescer e foram cerca de um quarto mais baixos do que no seu auge, em 2008. Com o fim da agitação política no Norte de África, é provável de o IDE para a totalidade do continente aumentar ao longo de 2012/13 (os fluxos financeiros para África são analisados no Capítulo 2).

O padrão de crescimento mais alargado reflecte-se igualmente *no lado da oferta*. Nos países ricos em recursos naturais, o petróleo e os minérios continuam a impulsionar o crescimento, mas os outros sectores estão também em expansão, embora partindo de uma base baixa. Na Nigéria, cuja economia é altamente dependente do petróleo e do gás, o crescimento recente foi principalmente motivado pelas telecomunicações, pelo comércio e outros serviços, pela indústria e agricultura. A diversificação tornou-se uma prioridade chave para o Sudão, após ter perdido 75% das receitas petrolíferas após a secessão do Sul.



A agricultura continua a ser o principal sector económico em muitos países africanos, pelo menos para o emprego. Em muitos países, a agricultura emprega mais de metade da força de trabalho e, por vezes, três quartos ou mais. No entanto, o peso da agricultura no PIB é muito mais baixo – frequentemente 30% ou menos – o que indica baixos níveis de produtividade. Existem muitos factores que contribuem para a baixa produtividade, entre os quais o investimento insuficiente, tecnologias desadequadas, altos custos dos factores de produção, falta de infra-estruturas de transporte, de cuidados de saúde e educação rurais, acesso limitado a financiamentos acessíveis e aos mercados, ligações insuficientes à indústria de processamento alimentar. Muitos governos estão a tentar responder a estes problemas, mas a políticas e programas são frequentemente insuficientes ou mal implementadas. Um aspecto importante é que a competição da agricultura fortemente subsidiada dos países avançados restringe o crescimento em África (BAD, 2011b)

Algumas zonas do continente foram atingidas por condições climáticas extremas, em 2011, o que afectou seriamente a produção agrícola. Noutras regiões, o clima favorável impulsionou a produção. A produção alimentar aumentou na África do Norte e em partes da África austral e ocidental, mas diminuiu em partes da África central e oriental devido ao clima desfavorável (BAD, 2011c). Algumas zonas do Corno de África registaram a seca mais grave dos últimos 60 anos (ver Caixa 1.2). O impacto dos preços internacionais altos dos bens alimentares foi atenuado nos países com boas colheitas, onde as importações diminuíram, mas, noutros países, o fardo sobre os consumidores agravou-se pelo efeito combinado de fracas colheitas e altos preços internacionais dos alimentos.

Os **sectores de serviços** têm grande dimensão e estão em expansão. Verifica-se frequentemente um domínio dos serviços tradicionais, como o comércio e os transportes, e um aumento da importância do sector das telecomunicações. O turismo é também importante em vários países, como Cabo Verde, Botsuana, Egipto, Quénia, Maurícias, Marrocos, Seicheles, Tanzânia, África do Sul e Tunísia. O turismo é vulnerável às condições económicas no exterior e, mais importante ainda, aos problemas internos de segurança. Em 2011, o turismo na Tunísia e no Egipto caiu abruptamente, devido aos receios de insegurança após as revoluções nestes países. Este sentimento foi igualmente afectado pela guerra civil na vizinha Líbia. O sector do turismo no Quénia, que tinha sido afectado negativamente pela violência pós-eleitoral em 2008, recuperou e voltou a crescer em 2011. As perspectivas para o turismo africano são boas na generalidade, desde que esteja garantida a segurança e sejam protegidos os ecossistemas e a vida selvagem única em África.

Os serviços financeiros, de imobiliário e serviços prestados às empresas estão também em crescimento, sendo que a disseminação das novas tecnologias, como os telemóveis e computadores, estão a melhorar a quantidade e qualidade dos serviços. No entanto, a difusão das tecnologias de informação varia consideravelmente pelo continente (PEA, 2009). Isto é demonstrado pela baixa posição internacional que a maioria dos países africanos ocupa no Índice de Economia do Conhecimento (KEI) do Banco Mundial. Em 2009, o último ano disponível, apenas 2 dos 36 países africanos analisados têm uma pontuação de índice médio (as Maurícias e a África do Sul têm pontuações de 5,48 e 5,38 numa escala de 0 a 10) e em 13 países o índice está abaixo de 2 (Serra Leoa, Guiné Conakri, Ruanda, Eritreia, Etiópia, Djibuti, Moçambique, Costa do Marfim, Malawi, Camarões, Burkina Faso, Sudão e Nigéria). Existe, portanto, um grande potencial em África para melhorar os serviços que sustentam o crescimento económico (ver também Ajaikaye, et. al).

Alguns exemplos recentes de esforços para modernizar os serviços bancários incluem o sistema de pagamentos móveis M-Pesa, no Quénia, e o Ethiopia Commodity Exchange (ECX), na Etiópia, que consiste num mercado organizado onde vendedores e compradores se juntam para comercializar produtos utilizando um sistema de pagamento electrónico.



A **indústria** transformadora tende ocupar um lugar pequeno em África, sendo que na maioria dos países representa 10% ou menos do PIB. O sector industrial tem maior peso no PIB (entre 15% e 20%) na África do Sul, Camarões, Costa do Marfim, Egipto, Lesoto, Madagáscar, Marrocos, Maurícias, Namíbia, Tunísia e Zimbabué.

O valor dos bens manufacturados exportados de África ascendeu, em 2010, a 95 mil milhões de USD (de acordo com as estatísticas da Organização Mundial do Comércio). Porém, as exportações foram mais do triplo. O facto de África ser um grande importador líquido de bens manufacturados não é surpreendente, dado o grau de desenvolvimento da maioria dos países africanos e os seus recursos naturais. O tamanho das importações africanas de bens manufacturados indica, contudo, que a indústria transformadora em África enfrenta uma competição acrescida nos mercados de exportação e no plano interno. A Europa continua a ser o mercado mais importante para os produtos manufacturados de África, embora a sua quota tenha caído de 51% em 2005 para 42% em 2010. A África do Sul, a Tunísia, Marrocos e o Egipto são os maiores exportadores africanos de bens manufacturados e representam cerca de 80% das exportações para a Europa. A quota de exportações intra-africanas aumentou de 17%, em 2005, para 24% em 2010, o que demonstra os progressos na integração económica em África.

Apesar de existir um aumento gradual da quota de África nas exportações globais de bens manufacturados, esta ficou-se por 1% em 2010, abaixo dos 1,4% da Índia. A rápida industrialização da China aumentou a sua participação nas exportações mundiais de bens manufacturados, de cerca de 1% no início dos anos 1980 para pouco abaixo dos 5%, em 2000, e para 15% em 2010. Foi um avanço extraordinário por parte de um país em desenvolvimento. À medida que a China se tornava um grande importador de matérias-primas, a sua industrialização beneficiou os exportadores africanos destes bens. Mas a rápida industrialização chinesa é caso único e pode não ser passível de imitação por outros países em desenvolvimento. Tem também os seus custos, nomeadamente ambientais. A China é agora o segundo maior emissor de dióxido de carbono (CO₂) depois dos Estados Unidos, embora as suas emissões per capita ainda estejam abaixo da média mundial.

Muitos fabricantes africanos são limitados por constrangimentos de infra-estruturas, nomeadamente um fornecimento de energia dispendioso e irregular, fracos transportes, falta de mão-de-obra qualificada, burocracia e custos de financiamento elevados. As empresas enfrentam também uma competição acérrima no plano interno e externo, da parte das economias avançadas e emergentes, como a China. Nos países ricos em recursos naturais, a competitividade dos outros sectores encontra-se enfraquecida se as exportações de matérias-primas elevarem a taxa de câmbio real em relação aos seus concorrentes (o chamado “efeito de doença holandesa”). Existe também o risco de que as receitas elevadas provenientes do petróleo e dos minérios tornem os políticos em “acumuladores de renda” que negligenciam outros sectores. A riqueza dos recursos pode, assim, tornar-se uma “maldição”, em vez de uma “bênção” para o emprego e o crescimento de longo prazo. Se estes riscos existem na realidade, muito depende das políticas e instituições em dado país e, em particular, de como os governos usam os ganhos excepcionais provenientes da riqueza em recursos naturais (Trevino, 2011). O último Relatório da Competitividade em África 2011 fornece uma análise mais profunda da competitividade no continente (Banco de Desenvolvimento Africano, Banco Mundial, Fórum Económico Mundial, 2011).

Os problemas que as indústrias transformadoras africanas enfrentam face a competidores estrangeiros também podem ser exemplificados pela comparação dos custos unitários do trabalho numa moeda comum. Foi demonstrado que os custos do trabalho na China e na Índia, em 2007/2008 representavam apenas 25%-30% dos custos na África do Sul e nas Maurícias. Os custos salariais absolutos (em moeda comum) nestes países africanos excediam largamente os da China e Índia, não sendo compensados por um nível de produtividade mais elevado.



Consequentemente, os custos unitários do trabalho eram bastante mais elevados, reduzindo assim a competitividade (Tabela A2.1 em anexo).

As posições competitivas medidas pelos custos unitários do trabalho em termos relativos podem, no entanto, alterar-se ao longo do tempo. Os custos unitários relativos na China aumentaram, ao longo dos últimos 10 anos, à medida que os aumentos salariais ultrapassaram o crescimento da produtividade e que a taxa de câmbio do Yuan sofreu uma apreciação. Se esta tendência se mantiver, como é provável, reduzirá a pressão competitiva para os concorrentes da China, incluindo África. Contudo, tendo em conta a grande disparidade actual de custos, é provável que a vantagem competitiva da China em termos de custos continue por algum tempo.

Apesar de uma competição acérrima, várias empresas africanas de bens manufacturados têm tido sucesso, o que contradiz a visão simplista de que as exportações africanas são movidas maioritariamente pelas matérias-primas. Vários estudos demonstram que têm surgido novas exportações, à medida que as empresas africanas fazem melhorias na qualidade, encontrando novas áreas de vantagem comparativa, adoptando novas tecnologias e melhorando o marketing, para além de beneficiarem da liberalização do comércio regional (Easterly e Reshef, 2010).

Em vários países africanos, os bens manufacturados contribuíram de forma positiva para o crescimento em 2011, embora as dificuldades acima enunciadas tenham limitado o crescimento. Na África do Sul, um Rand relativamente forte reduziu a competitividade dos preços no primeiro semestre, pelo que se atingiu apenas um crescimento moderado. No final do ano, o Rand desvalorizou de forma acentuada, o que aliviou a pressão sobre os exportadores. A Tanzânia, a Nigéria, o Botsuana e a Zâmbia registaram um maior crescimento dos bens manufacturados, mas os seus sectores de indústria transformadora são mais pequenos. Vários países estão a desenvolver esforços para diversificarem mais as suas economias e adoptaram programas de apoio à indústria transformadora, como é o caso de Angola, Botsuana, Gana e Zâmbia. É necessária uma abordagem abrangente para atingir este objectivo, dados os constrangimentos que as empresas enfrentam actualmente.

O Norte de África recupera gradualmente da turbulência política

A recuperação relativamente generalizada das economias africanas reflecte-se, igualmente, num padrão de crescimento similar dos países importadores de petróleo em comparação com os exportadores de petróleo (com excepção da Líbia). Em 2011, os importadores de petróleo registaram um crescimento ligeiramente maior do que os exportadores e esta tendência deverá continuar em 2012 e 2013, embora a diferença seja demasiado pequena para ser significativa. O crescimento no Norte de África abrandou quase até à estagnação em 2011, devido aos acontecimentos políticos. A ruptura económica na região reduziu o crescimento africano em mais de um ponto percentual, em 2011, dado o Norte de África pesar aproximadamente um terço no PIB do continente. A recuperação prevista desta região irá impulsionar o crescimento africano em 2012, sensivelmente no mesmo valor.

Prevê-se que a África Ocidental mantenha um crescimento rápido, com taxas de 6,7% e 6,4%, em 2012 e 2013, depois de 6,2% em 2011. Apesar da crise alimentar em zonas da África Oriental, a maioria dos países desta região abrangidos pelo presente relatório (a Somália não está incluída) mantiveram uma trajectória de crescimento relativamente alta. Estima-se que, em 2012, o crescimento abrande para cerca de 5% (de 6% em 2011), principalmente devido ao crescimento mais moderado na Etiópia e à desaceleração do crescimento no Sudão. Na África Central, é provável que o PIB continue a crescer aproximadamente 5%, enquanto na África Austral se espera uma aceleração do crescimento para 4% em 2012 e 4,5% em 2013 (acima dos 3,5% em 2010 e 2011).



Caixa 1.2. A crise alimentar em África

O continente africano é vulnerável a condições climáticas adversas, que têm conduzido repetidamente a crises alimentares. Em 2011, o Corno de África foi atingido pela crise alimentar mais grave dos últimos 60 anos. Isto vem no seguimento de secas anteriores em 2005, 2006 e 2008. Na África Ocidental, a *região do Sahel* enfrenta também uma crise alimentar. Na **África Oriental**, várias áreas da Somália foram devastadas pela fome, com a população a sofrer de subnutrição aguda e de altas taxas de mortalidade. A situação de fome foi declarada no sul da Somália em Julho de 2011 (de acordo com o Quadro Integrado de Classificação da Segurança Alimentar – IPC) e foi suspensa em Fevereiro de 2012, mas quase um terço da população ainda não consegue satisfazer plenamente as suas necessidades alimentares e não-alimentares básicas (de acordo com a rede de Sistemas de Alerta Precoce sobre a Fome – FEWS). De acordo com o Sistema Global de Informação e Alerta Precoce sobre Alimentação e Agricultura (GIEWS), estima-se que cerca de 4 milhões de pessoas, ou mais de um terço da população do país, necessitasse de assistência humanitária no Outono de 2011. Esta situação foi agravada pela insegurança civil, que interrompeu a assistência humanitária e o comércio. Cerca de um milhão de somalis fugiram para países vizinhos, principalmente para o Quênia e a Etiópia, ou foram acolhidos em campos de refugiados que alastraram pelas fronteiras. Milhões de pessoas noutras regiões da África oriental foram também afectadas pela insegurança alimentar: no nordeste do Quênia, sudeste da Etiópia, Djibuti, partes do Uganda, Sudão e no recentemente independente Sudão do Sul. A população das zonas rurais foi especialmente afectada, incluindo as comunidades nómadas, mas a população urbana também sofreu com o aumento crescente dos preços alimentares. A crise atingiu o auge no Verão de 2011, quando mais de 13 milhões de pessoas foram afectadas. No Sudão do Sul, a insegurança civil e as restrições comerciais na fronteira com o Sudão vieram exacerbar os problemas. O início da estação das chuvas, em Outubro, aumentou as esperanças de melhores colheitas na Primavera, mas agravou também a probabilidade de inundações, tornou a distribuição da ajuda alimentar mais difícil e aumentou os riscos de saúde, nomeadamente de malária.

A comunidade internacional respondeu pela oferta de assistência técnica e financeira através do Banco Mundial, das Nações Unidas, do Banco Africano de Desenvolvimento, das organizações regionais africanas (Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento, Comunidade da África Oriental, União Africana), da União Europeia, da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, dos governos nacionais e de várias organizações não-governamentais e da sociedade civil.

A *região do Sahel na África Ocidental* assistiu, no passado, a muitas crises alimentares, nomeadamente em 2005, 2008 e 2010, as quais afectaram mais de 10 milhões de pessoas, de acordo com as estimativas da Oxfam. Em 2012, de acordo com a rede FEWS, prevê-se uma insegurança alimentar aguda em zonas da Mauritânia, Níger e Chade, e a Oxfam calcula também que algumas zonas do Burkina Faso e do Mali sejam afectadas por escassez de alimentos. Na Mauritânia, a precipitação em 2011 foi tão baixa como em 2002, “o ano da grande seca”. Prevê-se que a produção alimentar decresça cerca de 75% em 2012, talvez até mais, expondo uma larga camada da população à insegurança alimentar. Eram necessárias medidas rápidas e eficazes por parte dos governos e dos países doadores.

Os modelos climáticos previram parcialmente as secas recorrentes em África. Os investigadores descobriram que a tendência de seca no Sahel é causada por factores de induzidos pelo Homem, quer pelos aerossóis na atmosfera quer pelo aumento dos gases de estufa. O modelo do Laboratório Geofísico de Dinâmica de Fluidos (LGDF) da Universidade de Princeton prevê uma redução de aproximadamente 25% na precipitação até ao fim do século, embora este resultado não seja partilhado na generalidade por outros modelos. Para além disso, as secas na África equatorial oriental estão em desacordo com as projecções deste modelo, que apontam para climas mais húmidos na região. Isto sugere que é necessário fazer mais para compreender totalmente as alterações climáticas (Giannini et al., 2008). Não obstante as incertezas quanto às previsões do modelo, as crises recorrentes exigem alterações fundamentais na política económica, nomeadamente a ampliação das infra-estruturas para integração regional e a promoção da produtividade agrícola.



Tabela 1.1. Crescimento por regiões e agrupamentos de países
(crescimento do PIB real, em percentagem)

	2010	2011 (e)	2012 (p)	2013 (p)
África	5.0	3.4	4.5	4.8
África Central	5.7	5.1	4.9	4.8
África Oriental	7.1	6.0	5.1	5.6
Norte de África	4.1	0.5	3.1	4.0
África Austral	3.5	3.5	4.0	4.4
África Ocidental	6.9	6.3	6.9	6.4
Países exportadores de petróleo	5.3	2.9	4.7	5.0
Países importadores de petróleo	4.5	4.1	4.2	4.7

e: estimativas ; p: projecções.

Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento.

Caixa 1.3. Efeitos económicos das revoluções no Norte de África

As revoltas atingiram o crescimento de curto prazo na Tunísia, no Egipto e na Líbia, afectando também outros países africanos. ⁴ Simultaneamente, as mudanças de regime abriram novas possibilidades para um crescimento mais inclusivo a longo prazo. A velocidade de transição para uma evolução económica e social mais favorável depende de vários factores. É essencial restaurar e preservar a estabilidade política, bem como implementar políticas adequadas para reavivar a economia e para criar mais emprego, particularmente entre os jovens. Apesar de existirem algumas semelhanças entre as revoluções no Norte de África, existem também grandes diferenças. Na Tunísia e no Egipto, a destituição do antigo regime teve lugar num curto período de tempo, enquanto na Líbia demorou vários meses e aconteceu apenas após uma guerra civil e com apoio militar externo. Os custos em termos humanos e económicos foram muito superiores na Líbia.

Na **Tunísia**, o desemprego de jovens licenciados aumentou de menos de 4%, na primeira metade dos anos 1990, para cerca de 23% em 2010. A situação económica desesperada foi o catalisador para o derrube do governo de Zine el Abidine Ben Ali, em Janeiro de 2011. O abrandamento da economia aumentou ainda mais o desemprego, para quase 30% entre os jovens licenciados. Os problemas económicos durante a transição foram agravados pela guerra civil na vizinha Líbia. O turismo, um pilar da economia, diminuiu drasticamente, devido à incerteza política e a preocupações de segurança. As receitas deste sector caíram quase 40% nos primeiros nove meses de 2011 e muitas pessoas perderam os seus empregos com o fecho de unidades hoteleiras. O investimento directo estrangeiro também caiu a pique. O governo interino tomou diversas medidas que ajudaram a atenuar a crise. Os encargos sociais sobre as empresas foram reduzidos, para preservar os empregos, e o poder de compra das famílias foi impulsionado pela facilitação do crédito ao consumo, pelo aumento dos salários e pelo apoio à criação de emprego. A economia tunisina deverá recuperar gradualmente com o regresso dos turistas. Com uma melhor governação e menos corrupção, o novo sistema político deverá também criar melhores condições para os investidores externos. Após um crescimento negativo de aproximadamente 1% em 2011, prevê-se uma retoma do crescimento para 2,5% em 2012 e 3,7% em 2013. Contudo, a possibilidade de uma crise financeira prolongada na Europa e de atrasos na reconstrução da economia líbia podem comprometer a recuperação da Tunísia. A salvaguarda da estabilidade política é também uma pré-condição para um crescimento sustentado, ao ajudar a restaurar a confiança de investidores e de turistas. O governo prometeu abordar os problemas estruturais que provocaram a turbulência política. Foi lançado um novo programa para apoiar os jovens licenciados a encontrarem emprego, juntamente com esforços para favorecer o investimento em regiões menos desenvolvidas.



No **Egipto**, o líder de longa data Hosni Mubarak foi deposto em Fevereiro de 2011, um mês depois da mudança de regime na Tunísia. O poder político foi transferido para o Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF). Foram dados vários passos para introdução da democracia, incluindo a revisão constitucional, um roteiro para uma nova constituição e para a entrega do poder a um presidente eleito democraticamente até Julho de 2012. As eleições parlamentares, realizadas em Novembro, foram um dos passos. No entanto, mantém-se a polémica e o descontentamento pelas políticas do governo interino e pela influência política de grupos sociais, principalmente no que respeita à selecção da comissão responsável por elaborar a nova constituição. Isto conduziu a frequentes protestos e confrontos com o exército. Os manifestantes queixaram-se dos atrasos nas reformas económicas e democráticas, enquanto eram frustradas as esperanças numa melhoria rápida das condições de vida. Os turistas continuaram ausentes e o investimento directo estrangeiro decresceu, empurrando o crescimento económico de 5,1% em 2010 para 1,8% em 2011, para além do aumento do desemprego. De acordo com previsões oficiais, o custo económico da revolução foi de 2,9% do PIB no ano fiscal 2010/11 e de 4,9% no ano fiscal 2011/12. A balança corrente deteriorou-se e a moeda do Egipto ficou sob pressão. O banco central defendeu a moeda para atenuar as pressões inflacionistas, mas isto conduziu a um esgotamento das reservas em moeda estrangeira. O governo tentou igualmente estabilizar a economia e criar emprego, ampliando os subsídios e benefícios sociais e aumentando o número de efectivos da função pública. Isto apoiou a procura agregada, mas também aumentou o défice do sector público, de 8% para mais de 9% do PIB. Apesar do banco central e das políticas governamentais terem impedido uma crise mais profunda, a sua margem de manobra é agora extremamente limitada. Prevê-se que a economia cresça apenas 0,8% em 2012, recuperando para 2,8% em 2013, impulsionada principalmente pela actividade do sector privado.

Os protestos anti-governo na **Líbia** foram inspirados pelas revoluções na Tunísia e no Egipto e reflectiram, igualmente, uma insatisfação com o desemprego jovem e a repressão política. Os acontecimentos tiveram início em Fevereiro, na cidade de Bengazi, mas foram precisos seis meses, uma guerra civil e o apoio militar externo para que Muammar Gaddafi fosse finalmente deposto. O Conselho Nacional de Transição (CNT) age como governo interino até às eleições, previstas para Junho. Devido à guerra, as exportações e a produção de petróleo, que representam cerca de 70% do PIB, ficaram paralisadas entre Abril e Agosto. As empresas petrolíferas estrangeiras foram evacuadas e as instalações petrolíferas atacadas e parcialmente destruídas durante o conflito. As remessas provenientes da Líbia entraram em colapso, com efeitos adversos nos países receptores, com o regresso a casa de trabalhadores migrantes do Egipto, Tunísia, Chade, Níger e outros. Os trabalhadores da África Subsaariana que não puderam regressar enfrentaram dificuldades e abusos. O PIB caiu mais de 40% em 2011. O saldo orçamental deteriorou-se, de um superávit de 8,7% em 2010 para um défice de cerca de 17% em 2011, devido à diminuição das receitas petrolíferas e às despesas militares adicionais.

A balança corrente, que sempre foi excedentária no passado, registou um défice de 6% do PIB. As empresas petrolíferas começaram a reparar as instalações e espera-se que o PIB cresça cerca de 20% em 2012 e 9-10% em 2013, o que significa que o nível antes da guerra não será atingido neste período. Os decisores políticos líbios enfrentam a difícil tarefa de reconstruir a economia e estabelecer um sistema democrático, com mecanismos de controlo, incluindo um sistema judicial independente. O problema do desemprego, particularmente entre os jovens, e que foi camuflado pelo antigo regime, deverá ser abordado, bem como as disparidades económicas regionais.



Os dez países africanos que mais cresceram em 2011 foram o Gana, a Etiópia, o Ruanda, a Nigéria, Moçambique, a Guiné Equatorial, a Libéria, o Zimbabué, a Zâmbia e o Botsuana. Em 2012/13, espera-se que o Gana, a Etiópia, o Ruanda, Moçambique e a Zâmbia se mantenham neste grupo, ao qual se juntarão Angola, a Líbia e a Costa do Marfim. No entanto, as altas taxas de crescimento na Líbia e na Costa do Marfim devem-se a uma base baixa em 2011, com a produção destruída pela guerra civil e pela turbulência política pós-eleitoral.

Vários países com crescimento baixo ou negativo em 2011 continuarão, provavelmente, com crescimento baixo em 2012/13. Prevê-se que a Tunísia e o Egipto recuperem apenas gradualmente da queda económica pós-revolução. O Sudão tem sofrido com as perdas de receitas do petróleo após a secessão do Sudão do Sul. A Suazilândia, que deverá estar nos últimos lugares africanos em termos de crescimento, adoptou uma política fiscal muito restritiva, a qual, sendo necessária para ultrapassar a crise orçamental, tem como resultado restringir a procura de curto prazo (Figura 1.4).

Os preços das matérias-primas baixaram do seu auge

Os preços das matérias-primas recuaram nos últimos dois anos e meio, após a recessão global de 2009. Desde meados de 2011, a contenção da procura mundial e as perspectivas de maior enfraquecimento colocaram pressão sobre os preços das matérias-primas. Contudo, os seus níveis são ainda relativamente elevados e têm, até ao momento, suportado o crescimento nos países exportadores. Verificou-se uma volatilidade do **preço do petróleo** durante 2011 e início de 2012, afectado pelas mudanças nas expectativas de oferta e procura. As preocupações temporárias sobre a oferta, devido à guerra civil na Líbia, aumentaram o preço até um ponto máximo em Abril de 2011. O preço só foi novamente reduzido com o aumento da oferta de outros produtores, com o fim do conflito líbio e com expectativas de menor procura. O acréscimo no preço desde Dezembro de 2011 foi causado, outra vez, pelas inquietações sobre a oferta, em virtude das sanções internacionais sobre o Irão e do fecho da produção petrolífera no Sudão do Sul devido ao desacordo com o Sudão sobre as taxas dos oleodutos. Este facto, acrescido de um inverno frio na Europa, aumentou o preço de referência do petróleo bruto (Brent) para um novo pico de 120 USD por barril, em Fevereiro. Este relatório presume que estes factores sejam temporários e que o preço do petróleo diminuirá outra vez, fixando-se ligeiramente acima dos 100 USD por barril ao longo de 2012/13.

Tal nível de preços continua a representar ganhos nos termos de troca para os exportadores africanos, tais como a Nigéria, Argélia, Angola, Líbia, Chade, Guiné Equatorial, Congo, Gabão, Camarões, Sudão do Sul (o qual mantém 75% das receitas de petróleo que eram acumuladas pelo Sudão antes da secessão) e os novos produtores Gana e Uganda. O Gana iniciou a produção petrolífera em quantidades comerciais em Dezembro de 2010 e o Uganda planeia começar a produção em larga escala no final de 2012.

Desde o auge em Agosto de 2011, o **preço do ouro** tem também sido volátil, aumentando novamente no início de 2012. A crise da dívida na Europa e o receio de escalada da inflação sustentaram a procura de ouro, servindo normalmente como restrição à inflação. África representa quase um terço da produção mundial de ouro. Os grandes produtores, como a África do Sul, o Gana, o Zimbabué, a Tanzânia, a Guiné Conakri e o Mali, continuam a beneficiar de preços elevados.

Os preços de **outros metais** estão também relativamente altos, mas descenderam do seu auge na primeira metade de 2011. O preço do **cobre** caiu de forma significativa no final de 2011, mas aumentou novamente no início de 2012, impulsionado pela procura adicional da China. O preço do cobre beneficia países como a Zâmbia, o maior produtor africano. No entanto,



Figura 1.4. Crescimento do PIB (%)



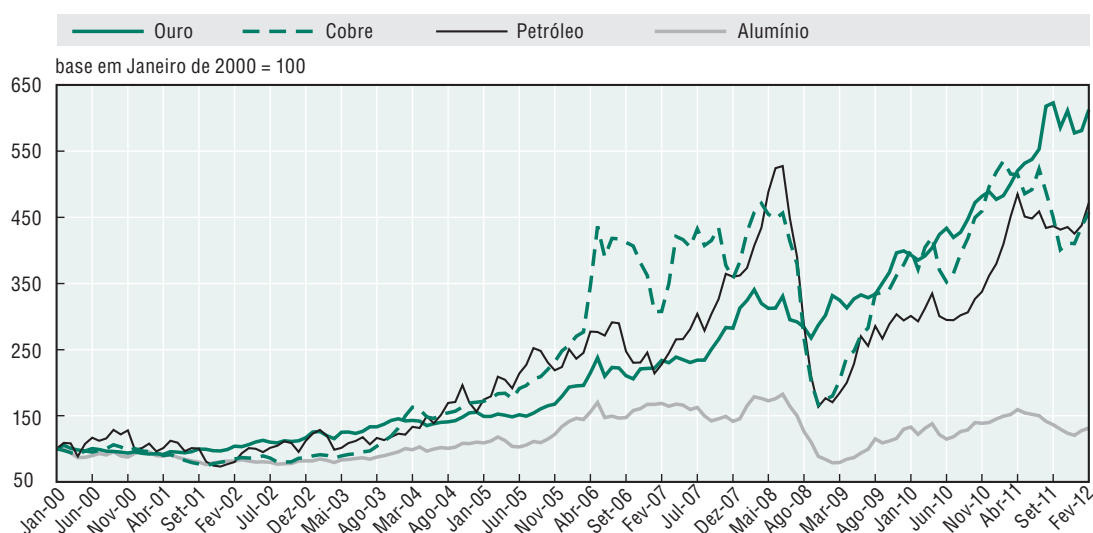
Fonte: Cálculos dos autores.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932599937>



várias fábricas de mineração mantiveram-se fechadas em 2011, na Zâmbia, enquanto os investidores preferiram esperar as eleições nacionais. Com a transição política suave e um preço favorável, a produção de cobre na Zâmbia aumentará outra vez em 2012. A República Democrática do Congo e a África do Sul são também grandes produtores em África. O preço do alumínio aumentou de uma base baixa, entre 2009 e meados de 2011, mas caiu novamente até início de 2012. Os maiores produtores africanos de alumínio são a África do Sul e Moçambique, seguidos do Egipto, Gana, Nigéria e Camarões.

Figura 1.5. Preços do petróleo e do ouro



Fonte: Banco Mundial, cálculos dos autores.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932599956>

Os preços das exportações de produtos agrícolas têm decrescido. O preço do algodão diminuiu significativamente desde a alta de preços atingida no início de 2011. Uma explicação para esta queda é que os produtores aumentaram a oferta em resposta a uma anterior subida do preço enquanto, simultaneamente, a procura se manteve fraca. Os produtores africanos de algodão terão de lidar com este preço mais baixo. O principal produtor africano é o Egipto, que detém cerca de um quarto do mercado mundial, seguido pelo Sudão, Costa do Marfim, Togo, Zimbabué, Mali, Burkina Faso, Chade e Benim.

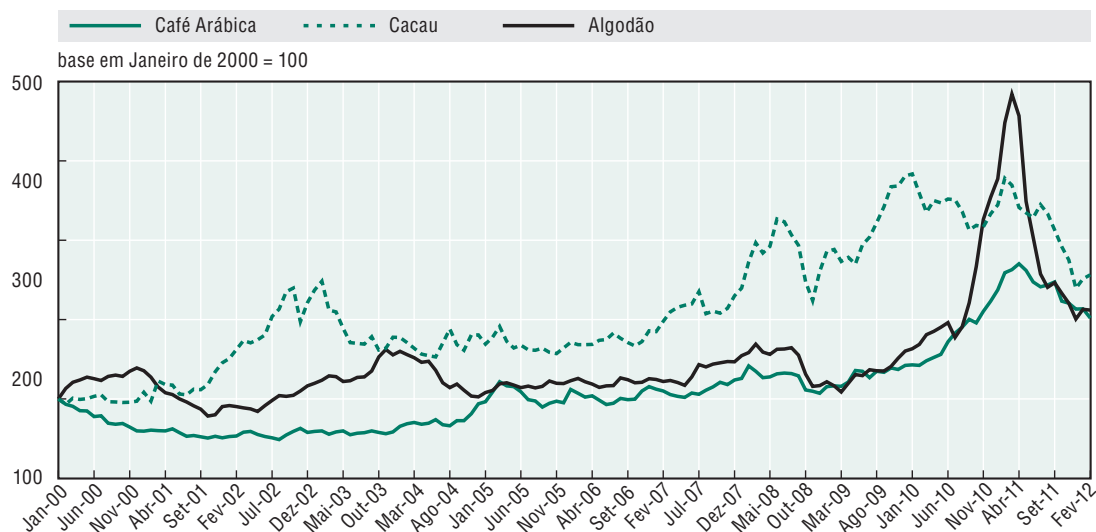
O preço do **cacau** decresceu mais de 30% ao longo de 2011. O preço começou a cair quando a UE levantou o embargo às exportações do cacau da Costa do Marfim, o maior produtor mundial deste produto, depois do anterior presidente Laurent Gbagbo ter sido finalmente derrotado e o presidente eleito, Alassane Ouattara, ter tomado posse. O preço do cacau caiu ainda mais depois de fortes chuvas terem resultado em excelentes colheitas na Costa do Marfim e no Gana, enquanto a crise da dívida soberana europeia diminuía a procura.

O preço dos grãos de **café** tem sido impulsionado, nos anos recentes, por uma procura crescente e por restrições na oferta, devido a condições climáticas adversas em alguns dos países produtores, nomeadamente na Ásia e América Latina. Esta subida foi parcialmente corrigida no segundo semestre de 2011, quando o preço das matérias-primas foi influenciado pela crise financeira global. No Quénia, o nível relativamente alto de preços compensou parcialmente o decréscimo na produção causado pela fraca pluviosidade. A Etiópia, que de acordo com o Departamento Norte-Americano da Agricultura é o sexto maior produtor



mundial de café (depois de Brasil, Vietname, Colômbia, Indonésia e Índia), aumentou ainda mais as suas exportações depois do lançamento, em 2008, de um mercado de câmbio de matérias-primas que facilita as trocas comerciais.

Figura 1.6. Preços de exportação dos produtos agrícolas



Fonte: Banco Mundial.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932599975>

Os preços das importações de bens alimentares básicos diminuíram relativamente ao pico atingindo, devido a melhores colheitas nos principais países exportadores, a uma menor procura global motivada por grandes stocks, a perspectivas económicas mais moderadas e ao fortalecimento do dólar norte-americano. No entanto, estes preços mantêm-se relativamente elevados, sendo que os altos preços do petróleo e dos custos de transporte têm impedido uma queda mais acentuada.

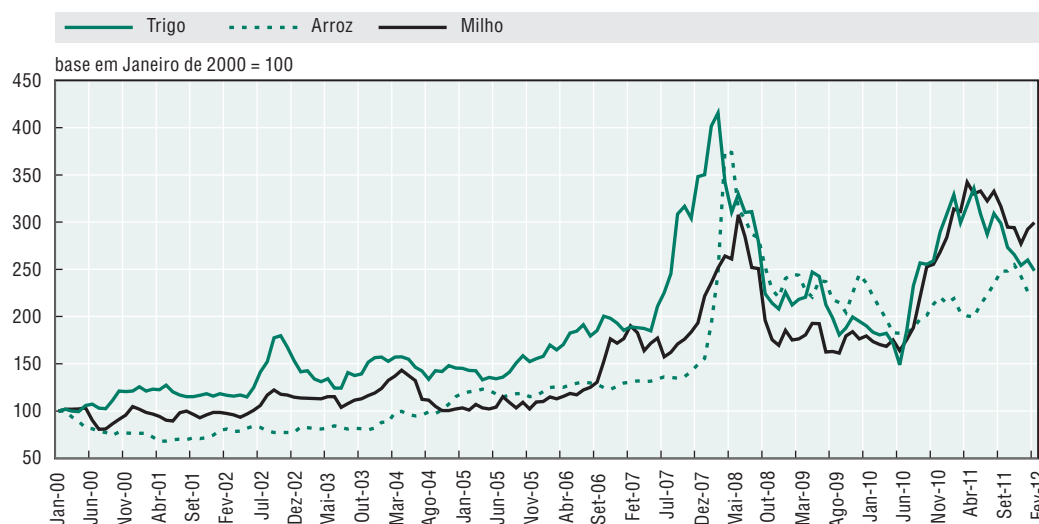
Pelo continente africano, os preços dos alimentos têm variado segundo as condições climáticas, muito más numas regiões e muito melhores noutras. Em muitos países africanos, os agricultores continuam a beneficiar de preços relativamente altos e os consumidores a sofrer, embora a recente queda nos preços e a atribuição de alguns subsídios alimentares tenha trazido algum alívio.

Os preços internacionais do **milho** diminuíram no segundo semestre de 2011 relativamente a um pico a meio do ano, devido a oferta acrescida proveniente dos Estados Unidos, o maior exportador mundial. Mas os preços estão ainda elevados, reflectindo a procura dos consumidores e da indústria, incluindo para a produção de biocombustível. A África do Sul é o maior produtor africano de milho e exporta para países vizinhos como o Botsuana, Lesoto, Moçambique e Zimbabué, bem como, cada vez mais, para países fora do continente. A maioria dos outros países africanos é também importadora líquida de milho. O Egipto é o maior importador africano, apesar de ser também o terceiro maior produtor do continente, depois a África do Sul e da Nigéria. Os preços internacionais do **trigo** caíram também relativamente ao seu auge a meio de 2011. No entanto, no início de 2012, os preços estavam ainda acima da média dos últimos dez anos.



A Tailândia é o maior exportador mundial de **arroz**. Contudo, as inundações em 2011 destruíram a maioria da produção. Apesar disso, colheitas abundantes noutros países, como a Índia, e o levantamento do embargo às suas exportações compensaram parcialmente este défice, com benefícios para os importadores africanos de arroz.

Figura 1.7. Preços de importação de bens alimentares básicos



Fonte: Banco Mundial.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932599994>

A pressão inflacionista diminui

A taxa média de inflação em África aumentou de 7,4% em 2010 para 8,5% em 2011. Espera-se que decresça para 8,4% em 2012 e para 7,3% em 2013. O valor médio da inflação, que não é afectado por países com uma inflação extremamente baixa ou alta, aumentou de 4,2% em 2010 para 5,5% e espera-se que continue a subir para 6,1% em 2012, antes de descer para 5,3% em 2013. A maior inflação em 2011 deveu-se sobretudo aos preços mais elevados dos alimentos e dos combustíveis, que atingiram os consumidores africanos, principalmente as zonas urbanas pobres. Em vários países, a inflação importada foi acentuada pela procura interna, pela grande expansão do crédito e por uma depreciação da moeda. Os preços dos alimentos e dos combustíveis diminuíram entretanto relativamente ao seu valor mais alto. A nossa previsão de um alívio da pressão inflacionista é baseada na suposição de que os preços da importação dos alimentos e dos combustíveis diminuirão ainda mais, com a maioria dos preços alimentares a estabilizarem perto dos níveis de 2010 ou mesmo abaixo, enquanto o preço dos combustíveis terá um decréscimo menor. Mas existem igualmente riscos. Colheitas fracas a nível nacional e internacional e conflitos políticos em países que são grandes produtores de petróleo podem fazer escalar os preços dos alimentos e dos combustíveis.

As regiões da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) mantiveram a inflação abaixo dos 4% em 2011 e deverão mantê-la a esse nível durante 2012/13. Pelo contrário, na Comunidade da África Oriental (CAO- EAC) a inflação disparou para 14% em 2011, esperando-se que se mantenha em torno dos 10% em 2012 e de 9% em 2013. Nos países membros da União Aduaneira da África Austral (SACU), a inflação subiu acima de 5% em 2011 e prevê-se um



aumento para mais de 6% em 2012, antes de diminuir novamente para perto de 5% em 2013 (Tabela 1.b em anexo).

Em 2011, a inflação situou-se acima dos 20% na Etiópia, Guiné Conakri e Sudão do Sul e entre 10% e 20% em Angola, República Democrática do Congo, Egipto, Eritreia, Quénia, Líbia, Moçambique, Serra Leoa, Sudão, Tanzânia e Uganda. Na maioria dos países, porém, a inflação ficou abaixo dos 10%, tendo-se mantido em cerca de 3% ou abaixo deste valor no Benim, Burkina Faso, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Comores, República do Congo, Gabão, Mali, Marrocos, Senegal e Seicheles. Em 2012/13, os níveis de inflação continuarão a variar consideravelmente. Prevê-se que a maioria dos países com uma inflação recente muito alta ou muito baixa se mantenha na mesma categoria.

Política monetária: ponderar os riscos inflacionistas relativamente aos riscos de recessão económica

Enquanto em 2009 e 2010 a inflação decresceu e os Bancos Centrais africanos tiveram margem para aliviar as políticas monetárias, a sua tarefa tornou-se mais difícil em 2011, com o aumento da inflação. Isto deveu-se principalmente ao aumento nos preços dos alimentos e dos combustíveis mas, por vezes, a pressão na procura interna também contribuiu para esse facto. As moedas enfraquecidas acentuaram a inflação importada em vários países. A resposta dada pelas políticas monetárias foi muito diferente, dependendo das circunstâncias de cada país. No Quénia, no Uganda, na Tanzânia, na Nigéria e na Etiópia as políticas monetárias foram restringidas de modo a conter a inflação. Contudo, em vários outros países, as autoridades responsáveis pela política monetária adoptaram gradualmente políticas menos restritivas. O banco central de Angola aliviou gradualmente a sua política monetária ao longo de 2011, depois de a inflação tender a diminuir. O banco central das ilhas Maurícias, que tinha aumentado as taxas de juro de referência para combater a subida da inflação, baixou-as novamente no final de 2011, à medida que os preços recuaram e aumentaram os riscos de recessão. A África do Sul, o Botsuana e o Gana decidiram não agravar a sua política monetária apesar da subida da inflação. Na África do Sul a inflação global dirigiu-se, no final de 2011, para o topo da meta definida entre 3%-6%, mas isto foi encarado como uma situação temporária, uma vez que a inflação subjacente se manteve mais baixa. O aumento das taxas de juro teria ameaçado a recuperação económica, já de si frágil. O banco central do Botsuana manteve também a taxa constante, apesar da inflação global ter estado bem acima do intervalo definido entre 3% e 6%. Esta ultrapassagem foi causada por preços de importação de alimentos e combustíveis mais elevados, enquanto a procura interna se manteve relativamente fraca e as perspectivas de médio prazo para a inflação não levantaram preocupações. O Gana, que estabelece um objectivo anual para a inflação, reduziu a sua política de taxas de juro em resposta à diminuição das pressões inflacionistas. A inflação baixou de 19,3% em 2009 e 10,8% em 2010, para 8,7% em 2011, situando-se dentro do objectivo traçado entre 6,5%-10,5%.

A orientação da política monetária no futuro terá de considerar em que medida a inflação está controlada e qual o risco de uma recessão económica global. Nos países em que a inflação se mantém baixa ou a decrescer, os bancos centrais podem ter alguma margem para reduzir as taxas de juro de referência. Contudo, tendo em conta as transmissões relativamente fracas entre as taxas de juro de referência e as taxas aplicáveis aos empréstimos, em muitos países africanos, a descida dos custos de financiamento para os investidores será provavelmente limitada.



A consolidação orçamental é uma prioridade em muitos países

Durante a recessão económica de 2008/2009, a diminuição das receitas governamentais e despesas em contra-ciclo levaram à diminuição dos excedentes orçamentais e à expansão dos défices. Vários países mudaram de rumo e tomaram medidas para conter a despesa, enquanto outros países continuaram a estimular a procura como forma de prevenir o enfraquecimento da actividade económica, ou aumentaram os subsídios e benefícios sociais para amortecerem o impacto dos preços elevados dos alimentos e combustíveis. Consequentemente, os défices orçamentais mantiveram-se relativamente elevados em muitos países. Este facto limita a margem para poderem ser adoptadas medidas em contra-ciclo, em caso de novos choques externos. Os países exportadores de petróleo, como Angola e a Nigéria, beneficiaram de uma recuperação nos preços deste produto e melhoraram significativamente a sua situação orçamental, tendo voltado a registar excedentes. O governo nigeriano tentou reduzir os subsídios aos combustíveis, que originaram altos custos orçamentais, tinham distorcido os mercados e favorecido o contrabando. No entanto, os preços mais do que duplicaram sem os subsídios, pelo que uma greve geral a nível nacional forçou o governo a reintroduzir parte desses subsídios, tendo assim o preço dos combustíveis diminuído cerca de 30%. Vários países, tais como o Gana e o Botsuana, estão também a seguir uma estratégia de consolidação orçamental, a qual está a gradualmente dar frutos, ajudada por maiores receitas da exportação de matérias-primas. Em países como a África do Sul, a Namíbia, a Suazilândia, Cabo Verde, o Quénia, o Uganda, a Argélia e Marrocos, o ritmo de redução do défice é, contudo, demasiado lento ou inexistente, sendo provável que, até final de 2013, os défices públicos estejam acima dos registados antes da crise global de 2009. Na Tunísia e no Egipto, a recessão económica após as revoluções internas conduziu a défices mais acentuados, uma vez que as receitas fiscais diminuíram e as despesas aumentaram, nomeadamente no que se refere a subsídios, benefícios sociais e vencimentos do sector público. A guerra civil na Líbia paralisou a economia e a produção petrolífera, conduzindo a um défice orçamental de 17% em 2001, depois de um excedente de quase 9% em 2010. À medida que a produção petrolífera é retomada, as receitas públicas irão aumentar novamente e é provável que o orçamento governamental líbio volte a registar excedentes em 2012 e 2013.

A restauração das finanças públicas mantém-se uma prioridade para países onde o défice do sector público é elevado. Isto criaria defesas orçamentais contra futuros choques externos, um aumento das poupanças internas, a redução do "domínio fiscal" nos mercados financeiros e o apoio ao financiamento do investimento privado. Nos países ricos em recursos naturais, o equilíbrio orçamental pode ser conseguido através de um planeamento do orçamento a médio prazo, assumindo pressupostos conservadores sobre os preços futuros das matérias-primas e colocando verbas adicionais em fundos de riqueza soberana, para que exista uma maior preparação quando as receitas públicas diminuem. Em Outubro de 2011, a Nigéria criou seu primeiro Fundo de Riqueza Soberana, seguindo os exemplos da Argélia, Botsuana, Líbia e Mauritânia, que tinham criado este tipo de fundos para melhorar a monitorização das receitas petrolíferas e de outras matérias-primas (para uma análise dos fundos de riqueza soberana em África, ver Triki e Faye, 2011).

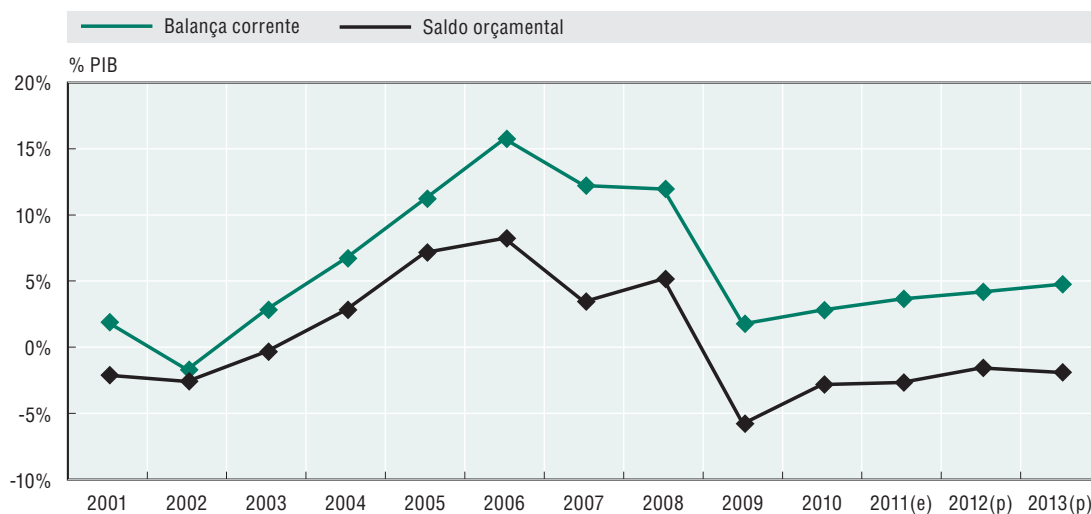


O posicionamento externo varia grandemente no continente

Os maiores custos com bens alimentares e energéticos originaram, em muitos países Africanos, um aumento muito mais rápido dos preços das importações relativamente aos preços das exportações; o enfraquecimento dos termos de troca empurrou a subida do Rendimento Nacional para níveis mais baixos que ao crescimento do PIB. Nos países importadores de petróleo, os défices da balança corrente aumentaram e deverão manter-se, em média, nos 6% do PIB em 2012/2013. Pelo contrário, os países exportadores de petróleo melhoraram a sua balança corrente em 2011 e espera-se que tenham uma subida dos seus excedentes acima de 4% do PIB. Na Líbia, onde a guerra civil levou a balança corrente a transitar de uma situação de excedente para um défice em 2011, estão previstos grandes excedentes na balança corrente, de aproximadamente 16% e 13%, em 2012 e 2013.

A evolução das balanças correntes está frequentemente ligada à evolução dos resultados orçamentais. Nos países ricos em matérias-primas, os altos rendimentos provenientes da exportação desses produtos melhoram a balança corrente e as receitas públicas, bem como – se as despesas forem controladas – o equilíbrio orçamental. No entanto, podem surgir défices gémeos acentuados (orçamental e externo) se uma diminuição das receitas ou um aumento da despesa pública conduzirem ao aumento do défice orçamental, mantendo-se baixas as poupanças líquidas do sector privado. Esta situação verificou-se na Suazilândia em 2010/11, levando a uma crise orçamental quando as receitas provenientes da União Aduaneira da África Austral (SACU) caíram drasticamente e não houve um ajustamento das despesas públicas. Simultaneamente, um baixo crescimento nos mercados exportadores e uma sobrevalorização da taxa de câmbio vieram restringir as receitas de exportação e reduziram os activos de reserva. A economia enfrenta agora uma acentuada necessidade de financiamento, interno e externo, e um baixo crescimento económico. Para ultrapassar esta crise o governo negociou com o FMI um programa em que o foco principal é a redução do défice orçamental através do corte nas despesas públicas. O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) também disponibiliza ajuda orçamental. Espera-se que o programa de austeridade reduza gradualmente o défice orçamental. A balança corrente também irá melhorar, ajudada pelas exportações e pela redução de importações. No entanto, o caminho de saída da crise será difícil e as perspectivas de crescimento económico para 2012/13 mantêm-se baixas.

Figure 1.8. Saldos orçamentais e de conta corrente em países exportadores de petróleo



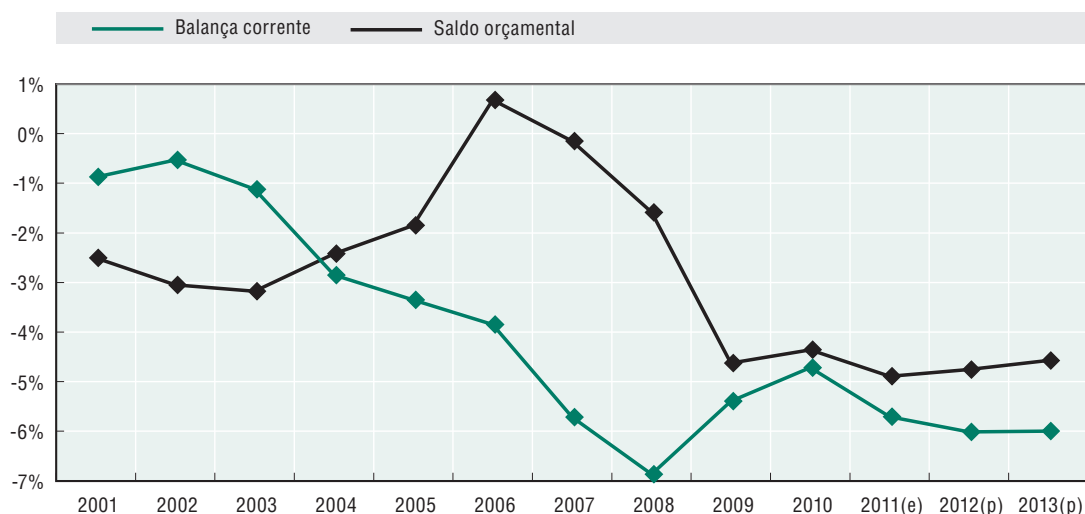
e: estimativas ; p: projeções.

Fonte: Cálculos dos autores.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600013>



Figura 1.9. Saldos orçamentais e de conta corrente em países importadores de petróleo



e: estimates; p: projections.

Source: Authors' calculations.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600032>

Riscos e desafios políticos para as economias africanas

As perspectivas económicas de África dependem de muitos factores imprevisíveis. Uma crise mais profunda na zona Euro causaria um enfraquecimento global pronunciado e um cenário mais pessimista do que o assumido pelo estudo. Para África, poderia originar menores receitas das exportações e do turismo, efeitos de contágio para os bancos africanos, fluxos mais baixos de ajuda pública ao desenvolvimento, de investimento directo estrangeiro e das remessas dos trabalhadores. Estima-se que o decréscimo de um ponto percentual no PIB dos países membros da OCDE provoque uma diminuição de aproximadamente 0,5% no PIB de África e de cerca de 10% nas receitas de exportação do continente africano.

O comércio é o mais afectado pelos problemas noutras regiões. Um agravamento da crise na Europa teria um impacto directo em países que dependem do mercado europeu, particularmente o Norte de África e a África Ocidental, mas também a África do Sul e alguns países da África Oriental, como o Quénia. O turismo seria igualmente afectado nestas regiões e em países como Cabo Verde, Seicheles ou Maurícias. A diminuição dos preços das matérias-primas reduziria as receitas dos países africanos exportadores de petróleo e minérios. Uma crise mais profunda na Europa atingiria também outros países avançados e emergentes, desferindo um segundo golpe nas exportações africanas para esses países. Qualquer crise pode impulsionar ainda mais o preço do ouro, o que ajudaria os países africanos produtores a recuperar algumas das suas perdas.

É provável que o contágio da crise bancária na Europa aos bancos africanos seja limitado. O Banco Mundial (2012) afirma que um cenário de crise na Europa, “caracterizado por uma desalavancagem do sector bancário europeu, por uma redução do comércio com a Europa e uma significativa, embora confinada, diminuição na confiança dos investidores, colocaria alguns desafios ao sector financeiro em África, mas não numa escala sistemática”. Os sistemas bancários africanos são relativamente pequenos e o aprofundamento do sector tem sido largamente conduzida pelos bancos africanos (e não europeus). Alguns países estão, contudo, mais expostos à crise financeira na Europa, especialmente através de fluxos voláteis de capital e pelos efeitos na moeda. O sector financeiro da África do Sul está integrado em



termos globais e é o maior contraente africano de empréstimos provenientes da Europa. A saída do capital em carteira, no segundo semestre do ano passado, veio pressionar a moeda Rand e demonstrou esta exposição. Os outros membros da União Aduaneira da África Austral – SACU (Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia) estão igualmente expostos através da sua integração com o sector financeiro sul-africano. A exposição aos problemas financeiros na Europa é também relativamente elevada noutros países onde os bancos europeus financiam grandemente os investimentos, tais como nos sectores turísticos das Seicheles e de Cabo Verde ou na actividade mineira na Serra Leoa.

A importância do investimento estrangeiro, da ajuda ao desenvolvimento e das remessas é difícil de avaliar, dependendo da profundidade e da duração de uma nova crise. A crise global recente teve um grande impacto nos fluxos de investimento para África. Estes fluxos financeiros ainda não recuperaram e o seu nível em 2011 foi aproximadamente um quarto mais baixo do que em 2008 (ver capítulo 2). Os países ricos em recursos naturais têm sido os maiores receptores de investimento em África, pelo que é provável que os fluxos de investimento fossem novamente afectados, se outra crise global causasse uma queda abrupta dos preços das matérias-primas. Contudo, a médio e longo prazo, a procura crescente de petróleo e outras matérias-primas deverá continuar a atrair recursos financeiros para estes países. Além disso, a melhoria na estabilidade política e económica deverá tornar outros países africanos atractivos para os investidores.

As remessas dos trabalhadores emigrantes recuperaram em 2010/11, após uma queda de quase 10% em 2009. Uma crise económica com acréscimo do desemprego nos países de acolhimento iria provavelmente reduzir outra vez estes fluxos. Em 2009, as remessas diminuíram mais (em percentagem do PIB) na Libéria (3,1%), no Sudão (1,5%), em Cabo Verde (1%), no Senegal (0,9%), em Marrocos (0,7%), no Egipto (0,6%) e na Etiópia (0,5%). Mas noutros países africanos a diminuição foi menor e em alguns países houve um aumento das remessas durante a crise global. Vários países africanos iriam sofrer outra vez um decréscimo nas remessas, com uma nova crise, mas no geral o impacto económico em África seria limitado.

Muitos temiam que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) descesse durante a recessão global de 2009, mas os fluxos de APD para África continuaram a aumentar. Apesar de isto não ser indicador de que resistiriam a uma nova crise, há algum optimismo relativamente aos doadores respeitarem os seus compromissos e não efectuarem cortes na ajuda.

O impacto geral de uma crise financeira agravada na Europa sobre o continente africano dependeria da profundidade e duração da mesma, e do contágio para outras partes do globo. As economias africanas demonstraram ser resistentes durante a recessão de 2009. As políticas económicas implementadas, no plano internacional e em África, ajudaram a estimular a procura agregada. Consequentemente, o período de contracção económica foi curto e as economias e os preços das matérias-primas recuperaram em 2010. No entanto, em muitos países no mundo, incluindo em África, os défices orçamentais e as dívidas públicas estão actualmente acima dos níveis registados antes da crise, o que limita a possibilidade de expansão orçamental se se verificarem novos problemas.

Para além das incertezas externas, existem igualmente riscos no seio de África. Após as revoluções na Tunísia, Egipto e Líbia, o desenvolvimento futuro do Norte de África depende da capacidade dos novos governos em garantirem a estabilidade política e melhorarem as condições económicas e sociais. O mesmo é válido para o novo Estado do Sudão do Sul, que partilha tensões fronteiriças com o Sudão. Vários países africanos têm também de lidar com descontentamento social e tensões regionais.

Um pouco por toda a África, as más condições climatéricas ameaçam a produção agrícola e, na região do Sahel, está em formação uma nova crise alimentar. Em face destes riscos internacionais e internos, os governos africanos têm de prosseguir políticas macroeconómicas prudentes e estar alerta para novos choques externos.



A nossa perspectiva económica para África continua optimista, apesar de todos dos riscos. Esse optimismo é baseado no crescimento impressionante do continente nos últimos 15 anos e na sua resistência à recessão global de 2009. Isto é apoiado pelo recente Relatório Africano de Competitividade, que confirma o desempenho económico sólido do continente, mas também aponta a necessidade de mais reformas. Com políticas que removam as barreiras ao crescimento que ainda existem e tornem esse crescimento mais inclusivo, África tem uma boa possibilidade de elevar mais as economias e reduzir os conflitos sociais. O aumento da população africana em idade activa tornar-se-á, então, um “dividendo do crescimento demográfico”, em vez de um problema social com uma insuficiência de empregos decentes. Estas questões são analisadas de forma mais detalhada nos capítulos seguintes e na Parte 2 deste relatório.

Tabela 1.Aa. Projecções económicas em África

	2010	2011(e)	2012(p)	2013(p)
Crescimento real do PIB (%)				
África Central	5.7	5.1	4.9	4.8
África Oriental	7.1	6.0	5.1	5.6
Norte de África	4.1	0.5	3.1	4.0
África Austral	3.5	3.5	4.0	4.4
África Ocidental	6.9	6.2	6.9	6.4
África	5.0	3.4	4.5	4.8
Rubricas por memória				
<i>Norte de África (incluindo o Sudão)</i>	<i>4.2</i>	<i>0.7</i>	<i>3.0</i>	<i>3.9</i>
<i>África Subsaariana</i>	<i>5.5</i>	<i>5.1</i>	<i>5.4</i>	<i>5.4</i>
<i>Países exportadores de petróleo</i>	<i>5.3</i>	<i>2.9</i>	<i>4.7</i>	<i>5.0</i>
<i>Países importadores de petróleo</i>	<i>4.5</i>	<i>4.1</i>	<i>4.2</i>	<i>4.7</i>
Preços no consumidor (inflação em %)				
África Central	5.4	4.5	5.5	4.9
África Oriental	9.7	17.0	16.5	12.1
Norte de África	6.2	7.4	7.0	7.0
África Austral	6.2	6.7	6.8	6.1
África Ocidental	10.5	8.8	8.5	7.1
África	7.4	8.5	8.4	7.3
Rubricas por memória				
<i>Norte de África (incluindo o Sudão)</i>	<i>7.0</i>	<i>8.1</i>	<i>7.9</i>	<i>7.7</i>
<i>África Subsaariana</i>	<i>7.9</i>	<i>8.8</i>	<i>8.6</i>	<i>7.0</i>
<i>Países exportadores de petróleo</i>	<i>9.7</i>	<i>10.0</i>	<i>9.5</i>	<i>8.7</i>
<i>Países importadores de petróleo</i>	<i>5.0</i>	<i>7.3</i>	<i>7.4</i>	<i>6.0</i>
Equilíbrio Fiscal, incluindo donativos (% do PIB)				
África Central	1.7	2.8	2.4	1.6
África Oriental	-4.3	-5.0	-5.0	-5.1
Northern Africa	-3.0	-6.5	-4.7	-4.8
África Austral	-2.6	-2.5	-2.6	-2.4
África Ocidental	-6.7	-1.7	-0.9	-1.0
África	-3.5	-3.6	-2.9	-3.0
Rubricas por memória				
<i>Norte de África (incluindo o Sudão)</i>	<i>-3.0</i>	<i>-6.3</i>	<i>-4.6</i>	<i>-4.8</i>
<i>África Subsaariana</i>	<i>-3.7</i>	<i>-2.1</i>	<i>-1.9</i>	<i>-2.0</i>
<i>Países exportadores de petróleo</i>	<i>-2.8</i>	<i>-2.7</i>	<i>-1.6</i>	<i>-1.9</i>
<i>Países importadores de petróleo</i>	<i>-4.4</i>	<i>-4.9</i>	<i>-4.8</i>	<i>-4.6</i>
Balança de Transacções Correntes, incluindo donativos (% do PIB)				
África Central	-5.6	-2.7	-1.0	0.5
África Oriental	-6.9	-7.7	-10.1	-9.3
Northern Africa	1.7	-0.8	1.0	2.1
África Austral	-1.8	-1.0	-1.9	-2.0
África Ocidental	1.8	4.5	4.8	3.8
África	-0.6	-0.6	-0.4	0.0
Rubricas por memória				
<i>Norte de África (incluindo o Sudão)</i>	<i>0.8</i>	<i>-1.4</i>	<i>-0.1</i>	<i>1.3</i>
<i>África Subsaariana</i>	<i>-1.6</i>	<i>-0.2</i>	<i>-0.5</i>	<i>-0.8</i>
<i>Países exportadores de petróleo</i>	<i>2.8</i>	<i>3.6</i>	<i>4.2</i>	<i>4.8</i>
<i>Países importadores de petróleo</i>	<i>-4.7</i>	<i>-5.7</i>	<i>-6.0</i>	<i>-6.0</i>

(e): estimativa; (p): projecção

Fonte: Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento.



Tabela 1.Ab. Projecções macroeconómicas em África

	2009	2010	2011(e)	2012(p)	2013(p)
Crescimento Real do PIB (%)					
CEMAC	3.7	5.4	4.9	4.9	4.6
CAO (EAC)	4.3	6.3	5.3	5.7	6.0
SACU	-1.6	3.2	3.2	2.9	3.6
UEMOA	3.0	4.6	1.1	6.6	5.2
Preços no consumidor (inflação em %)					
CEMAC	4.7	2.4	2.8	3.9	3.5
CAO (EAC)	11.6	4.8	14.0	9.9	9.0
SACU	7.2	4.4	5.2	6.2	5.3
UEMOA	2.2	1.2	3.5	3.5	2.6
Equilíbrio Fiscal, incluindo donativos (% do PIB)					
CEMAC	-0.8	1.6	4.3	4.4	4.1
CAO (EAC)	-3.7	-6.1	-6.6	-7.2	-7.1
SACU	-6.0	-4.5	-4.9	-4.3	-4.3
UEMOA	-3.9	-3.9	-3.6	-3.7	-4.2
Balança de Transacções Correntes, incluindo donativos (% do PIB)					
CEMAC	-5.6	-4.5	-1.5	-0.6	1.2
CAO (EAC)	-7.4	-7.7	-8.5	-9.6	-10.7
SACU	-3.9	-3.0	-3.2	-3.7	-3.9
UEMOA	-3.3	-3.7	-5.2	-5.0	-6.4

Nota: Países membros da CEMAC: Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, e Rep. do Congo. Países membros da EAC (ou CAO): Burundi, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda. Países Membros da SACU: África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia. Países membros da UEMOA: Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo.

Fonte: Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento.

(e): estimativa; (p): projecção

Tabela 1.2. Posições competitivas: custos unitários do trabalho na África do Sul e nas Maurícias, em comparação internacional

Nível salarial, produtividade laboral e custos unitários do trabalho no sector de bens manufacturados, em relação aos EUA			
	Produtividade relativa (EUA = 1)	Salário relativo (EUA = 1)	Custos Unitários do Trabalho em termos relativos (EUA = 1)
Indonésia (2007)	0.07	0.03	0.47
China (2008)	0.10	0.05	0.51
Taiwan (2008)	0.47	0.26	0.54
Índia (2007)	0.08	0.05	0.56
Polónia(2006)	0.26	0.20	0.76
Tailândia (2006)	0.05	0.04	0.77
Coreia do Sul (2006)	0.67	0.58	0.87
México (2008)	0.17	0.18	1.04
Japão (2008)	0.64	0.69	1.08
Filipinas (2006)	0.06	0.06	1.10
República Checa (2007)	0.25	0.28	1.11
Malásia (2007)	0.10	0.11	1.20
Rússia (2006)	0.10	0.12	1.21
Suécia (2008)	0.88	1.19	1.36
Singapura (2008)	0.32	0.49	1.53
UME* (2008)	0.62	1.10	1.80
Reino Unido (2008)	0.58	1.07	1.85
África do Sul (2008)	0.15	0.27	1.87
Maurícias (2007)	0.06	0.12	1.94
Hong Kong (2008)	0.19	0.40	2.08

* Média dos países membros do Euro.

Fonte: Ceglowski e Golub (2011), com dados ajustados para horas de trabalho por estes autores.



Notas

1. Ver o capítulo especial no PEA 2010.
2. A informação aqui apresentada é baseada, em grande parte, nas Perspectivas Económicas da OCDE No. 90, de Novembro de 2011, e na actualização das Perspectivas Económicas Mundiais do FMI, de 24 de Janeiro de 2012, tendo sido actualizada o mais possível.
3. De acordo com as estimativas do BAD, a classe média em África representava 313 milhões de pessoas em 2010, ou 34% da população africana. Se for seguida uma definição mais restrita, o número é de 123 milhões de pessoas, ou 13% da população. A classe média aumentou ao longo de 20 anos, em 162 milhões e em 42 milhões, respectivamente. O número mais baixo refere-se a pessoas com consumo diário per capita entre 4 e 20 USD, segundo a paridade do poder de compra de 2005. O número mais elevado diz respeito a um consumo per capita entre 2 e 4 USD (a chamada classe flutuante) (BAD, 2011a).
4. Para informação mais detalhada, ver os capítulos de país respectivos.

Referências

- Banco Africano de Desenvolvimento, 2011a, "The Middle of the Pyramid: Dynamics of the Middle Class in Africa", BAD Market Brief, 20 de Abril, 2011.
- Banco Africano de Desenvolvimento, 2011b, "Recent trends in global food prices", BAD Brief, Quarterly Bulletin Issue 2, Novembro de 2011.
- Banco Africano de Desenvolvimento, 2011c, "Infrastructure and Agricultural Productivity in Africa", BAD Market Brief, 23 de Novembro de 2011.
- Banco Africano de Desenvolvimento, 2011d, "The impact of the US credit rating downgrade and European debt crisis on Africa", in: Africa Emerging Issues, Vol. 1, 2011.
- Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial e Fórum Económico Mundial, 2011, "Relatório da Competitividade em África 2011".
- Ajakaiye, O., M. Ncube e J. Macakiage, "Services and Economic Development in Africa: An Overview", in: Journal of African Economies, 2007, 16 (supl. 1).
- Ceglowski, J., e S. Golub, "Does China still have a labour cost advantage?", CESifo Working Paper No. 3579, Setembro de 2011.
- Easterly, W., e A. Reshef, "African export successes: surprises, stylized facts, and explanations", NBER Working Paper No. 16597, Dezembro de 2010.
- Giannini, A., M. Biasutti, I. Held and A.H. Sobel, "A global perspective on African climate", Climate Change, 2008, No. 90.
- Trevino, J.P. "Oil-Price Boom and Real Exchange Rate Appreciation: Is There Dutch Disease in the CEMAC?", FMI Working Paper No. 11/268, Novembro de 2011.
- Triki, T., and I. Faye, "Africa's Quest for Development: Can Sovereign Wealth Funds help?", BAD Working Paper No. 142, Dezembro de 2011.
- Banco Mundial, 2012, "African Financial Sectors and the European Debt Crisis: Will Trouble Blow across the Sahara?", Crisis Monitoring Policy Briefing, Janeiro de 2012.



Chapitre 2

Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África

Os recursos financeiros africanos, tanto externos como provenientes das receitas fiscais, triplicaram nas últimas décadas e atingiram valores sem precedentes. Em 2011, o financiamento externo regressou aos níveis pré-crise, estimando-se que o total do investimento externo, da ajuda pública ao desenvolvimento e das remessas atinja os 152.2 mil milhões de USD. Em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB), os fluxos externos duplicaram entre 2000 e 2006, passando de 6.8 para 12.3% – mas estima-se que em 2011 continuem a níveis mais baixos, com 8.2 por cento.

O Investimento Directo Externo (IDE) e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) continuam a ser as principais fontes de financiamento. No entanto, os governos africanos e os seus parceiros estão a prestar cada vez maior atenção às remessas e às receitas fiscais, razão pela qual, este ano, este capítulo dedica mais atenção a estas formas de financiamento.

A procura de recursos naturais por parte das economias emergentes e o boom nos preços internacionais das matérias-primas estão na base do aumento do investimento em recursos em África. Um crescimento sustentado de mais de 5% e a melhoria dos indicadores macroeconómicos – inflação mais baixa e níveis de endividamento sustentáveis – atraiu os investidores internacionais e também, cada vez mais, os nacionais.

O IDE continua a ser o maior fluxo financeiro externo em África e tem um grande potencial para estimular o crescimento de longo-prazo e o emprego. Porém, o aumento do investimento em décadas recentes não gerou um crescimento mais inclusivo ou postos de trabalho suficientes, pois a maioria dos recursos financeiros dirigiram-se para a prospecção de recursos. África precisa de ser capaz de atrair mais IDE produtivo, de forma a diversificar a economia e a beneficiar de transferências de tecnologia e de efeitos induzidos.

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento aumentou em 2011, mas a um ritmo mais moderado do que o registado em anos anteriores. A crise da dívida soberana e as medidas de austeridade que afectam os países da OCDE diminuíram as perspectivas de um aumento significativo da ajuda, o que ameaça particularmente o funcionamento do Estado em praticamente metade dos países africanos, onde a APD ainda é a maior fonte de financiamento externo.

As remessas dos emigrantes alcançaram o seu máximo em 2011 e devem continuar a crescer em 2012. A importância das remessas é variável nos diversos países e regiões. Têm um papel significativo no consumo privado, contribuindo para a redução da pobreza e para a melhoria das condições sociais. Por outro lado, podem ser fonte de capital para micro e pequenas empresas, ajudando à criação de emprego.

A cobrança fiscal em África subiu de uma média não ponderada de 17.9% do PIB, em 2000, para 20.3%, em 2010. Este acréscimo, porém, deriva principalmente de impostos sobre os recursos nos países exportadores de petróleo, consequência da subida do preço do crude



2. Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África

que se regista desde 2007. Os países africanos necessitam de melhorar a qualidade dos seus sistemas fiscais, alargando as bases tributáveis. As receitas fiscais complementam os fluxos financeiros externos, ajudando os Estados a fornecer serviços públicos de qualidade e a desenvolver políticas económicas que gerem condições de crescimento e capacidade de atracção de financiamento estrangeiro.

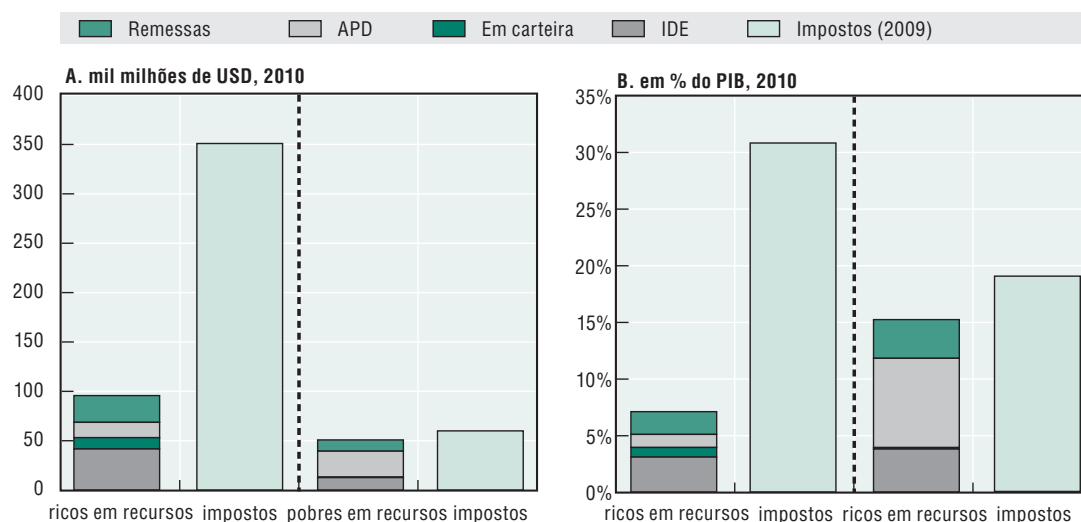
Tabela 2.1. Resumo dos fluxos financeiros externos e das receitas fiscais em África (2000/12)

Fluxos (mil milhões de USD, preços constantes)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (e)	2012 (p)
1. APD, total líquido,													
todos os dadores	15.5	16.8	21.4	27.4	30.0	35.8	44.6	39.6	45.2	47.8	47.9	48.4	48.9
2. Investimento de carteira	1.9	-3.3	-0.1	-0.4	6.8	5.8	22.2	12.8	-27.0	-2.1	12.2	7.7	16.2
3. IDE	10.9	20.9	16.1	20.4	21.7	38.2	46.3	63.1	73.4	60.2	55.0	54.4	53.1
4. Remessas	11.5	12.6	13.2	15.8	19.8	22.7	26.8	37.0	41.5	37.7	39.3	41.6	45.0
5. Receitas fiscais	141.0	131.7	123.9	159.0	204.6	262.4	312.5	357	458.5	339.2	416.3	..	..
Fluxos externos totais (1+2+3+4)	39.7	47.1	50.6	63.3	78.3	102.5	139.8	152.5	133.1	143.5	154.4	152.2	163.2
Norte de África	11.7	14.2	13.6	15.0	20.2	27.4	37.2	43.4	33.5	23.7	37.5	27.6	31.6
África Ocidental	7.5	8.0	9.6	10.7	13.9	23.6	34.0	32.2	33.6	37.6	37.7	42.4	45.2
África Central	1.7	2.8	4.0	8.8	5.1	6.0	6.0	8.0	4.6	7.0	9.5	8.4	8.6
África Oriental	6.9	8.1	8.7	11.3	13.1	14.5	19.0	22.3	24.5	25.2	23.4	26.1	26.7
África Austral	10.6	12.5	13.0	14.9	23.3	28.2	40.5	42.5	31.9	44.2	41.2	39.1	45.9

Fonte: OCDE/CAD, Banco Mundial, FMI e dados das Perspectivas Económicas em África. As estimativas(e) para a APD de 2011 são do autor, usando a taxa prevista de aumento da Ajuda Programável por País do Relatório da OCDE sobre a Previsão da Ajuda de 2011. Previsões(p) para 2012 – IDE e investimento de carteira: FMI, Remessas: Banco Mundial, APD: CAD/OCDE (cálculos do autor). (Este quadro não inclui empréstimos de bancos comerciais, empréstimos oficiais e créditos comerciais).

O forte aumento dos meios financeiros em África nas últimas décadas esconde realidades muito diversas. Os países ricos em recursos captam o crescimento dos meios externos e, principalmente, internos relacionados com as matérias-primas, sobretudo pelo aumento do imposto sobre o rendimento da exploração dos recursos (Figura 2.1.a). Em termos do PIB, os fluxos externos são mais importantes nos países sem recursos naturais (Figura 2.1.b.). Os países de baixo rendimento, frequentemente com poucos recursos naturais, registam uma parcela maior de IDE no PIB, tanto em 2010 como em 2011. Os investimentos de raiz em países de baixo rendimento mostraram uma maior resistência à crise económica, enquanto o IDE ligado aos recursos, dirigido a países ricos em recursos e de rendimento médio é mais cíclico.

Figura 2.1. Recursos financeiros internos e externos



Fonte: DAC/OCDE, Banco Mundial, FMI e dados das Perspectivas Económicas em África
[StatLink http://dx.doi.org/10.1787/888932600051](http://dx.doi.org/10.1787/888932600051)

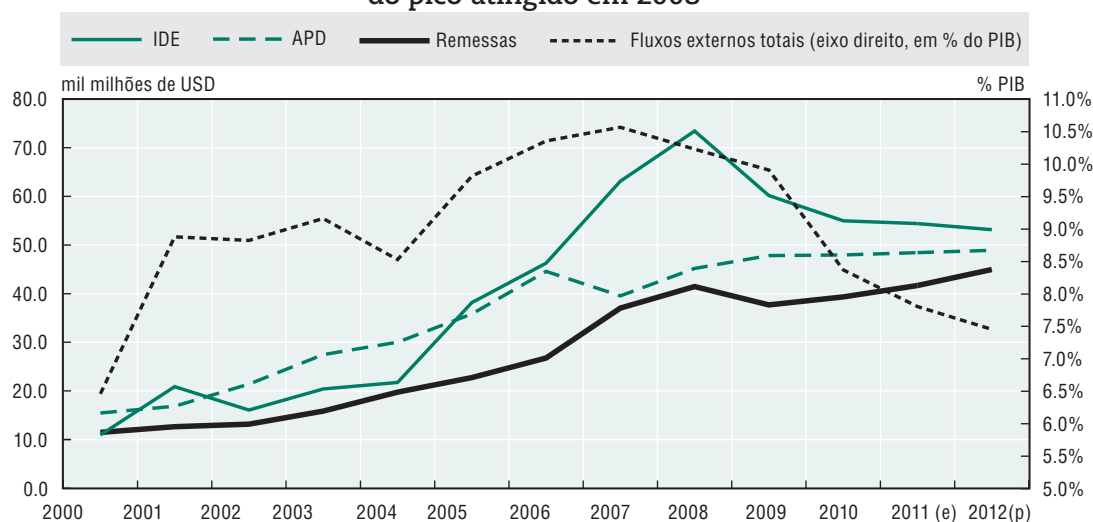


Em 2011, o total dos fluxos externos diminuiu ligeiramente, passando de 154.4 mil milhões de USD para 152.2 mil milhões. As revoluções na Tunísia, no Egipto e na Líbia estancaram a recuperação gradual do investimento, na sequência da crise económica global. Em contraste com a modesta recuperação de outros países em desenvolvimento, os fluxos de IDE em África caíram ligeiramente em 2011, para uns estimados 54.4 mil milhões de dólares, quando em 2010 tinham atingido os 55 mil milhões de USD (CNUCED, 2011). Em comparação, as receitas fiscais aumentaram 22%, num total de 416.3 mil milhões de USD, em 2010. Em 2010, o total das receitas fiscais dos países africanos foi mais do dobro dos fluxos de financiamento externos.

No total do IDE dos países em desenvolvimento, a parcela africana passou de 9.4%, em 2010, para 8.2%, em 2011, consequência do redireccionamento de mais meios financeiros para as economias emergentes de outros continentes, particularmente a China. Em 2011, África foi o destino de 3.6% do IDE global, um decréscimo em relação aos 4.2% de 2010. Mesmo assim, está quatro vezes acima dos 0.8% do ano 2000, mas significativamente abaixo do pico atingido em 2009, de 5.2%, o que indica que o potencial africano de atracção de investimento ainda não foi totalmente recuperado.

Em 2005, o IDE ultrapassou a ajuda pública ao desenvolvimento enquanto maior fonte externa de financiamento (Figura 2.2). Para 20 dos 28 países de baixo rendimento, que representam 52% da população africana, contudo, a APD ainda foi, em 2010, a maior fonte de recursos financeiros. O número de países onde o investimento é maior do que os outros fluxos – todos países com recursos naturais abundantes – passou de 9, em 2000, para 16, em 2010. Em 6 países de rendimento médio baixo (Camarões, Cabo Verde, Costa do Marfim, Djibouti, São Tomé e Príncipe e Sudão) a APD foi, em 2010, o maior fluxo externo. Em todos os países de rendimento médio alto, o IDE representou mais de 50% dos fluxos externos totais, à excepção da África do Sul, onde, em 2010, os investimentos em carteira responderam por 80% dos fluxos externos. Já para alguns países, como a Nigéria, a Tunísia, Marrocos, o Senegal, o Quênia, a Suazilândia e o Lesoto, foram as remessas que ocuparam o primeiro lugar.

Figura 2.2. O IDE ultrapassou a APD em 2005, mas está abaixo do pico atingido em 2008



Fonte: CNUCED, CAD/OCDE e Banco Mundial. Estimativa do PIB para 2012 do FMI/WEO. (o gráfico inclui empréstimos comerciais e oficiais e créditos comerciais).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600070>



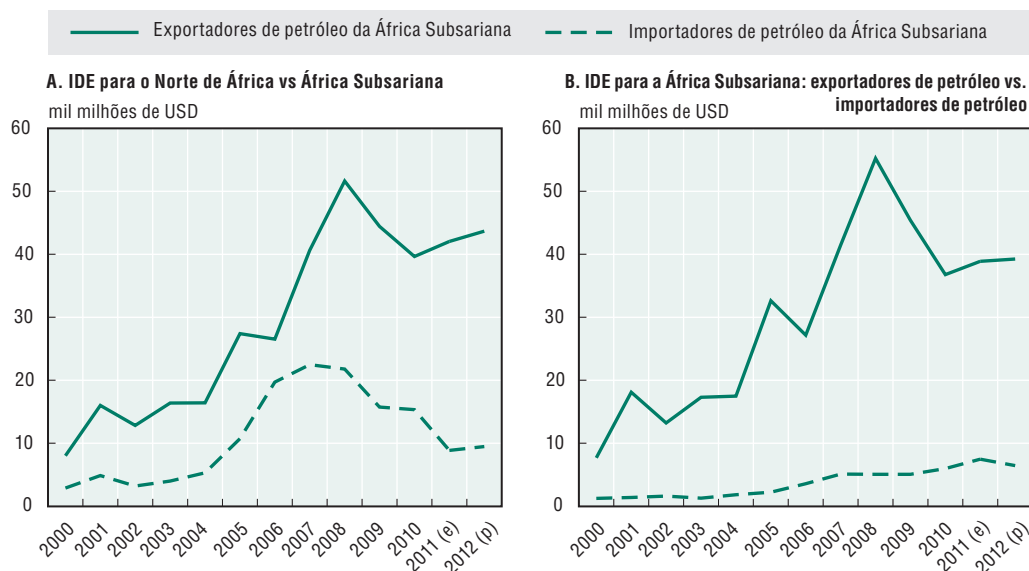
Para regressar à tendência de crescimento dos recursos financeiros externos, o continente precisa que o investimento recupere para níveis pré-crise, particularmente no Norte de África, e que as remessas continuem a aumentar. A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) estima que o IDE em África regresse, em 2014, à média registada antes da crise. A parcela das potências emergentes no investimento externo deve continuar em crescimento, fruto das suas necessidades de recursos naturais. Os fluxos em carteira continuam relativamente marginais em África, mas com o desenvolvimento do sector financeiro em países como Marrocos, a África do Sul ou o Egipto, espera-se algum crescimento a médio-prazo. Com a actual austeridade fiscal e orçamental nos países doadores, a APD irá, quanto muito, permanecer nos níveis nominais actuais nos próximos anos.

Os riscos decorrem principalmente das perspectivas do crescimento económico global e da evolução dos preços das matérias-primas. O agravamento da crise na Europa e um decréscimo acentuado na economia global atingiriam os fluxos financeiros que têm África como destino (ver Capítulo 1). Para o Norte de África, em particular, as perspectivas dependem do regresso à normalidade na Líbia, na Tunísia e no Egipto. Na Líbia, um dos maiores receptores de investimento externo do continente, o IDE caiu de 6.3 mil milhões de dólares, em 2010, para uns estimados 2.35 mil milhões de USD, em 2011.

Fluxos de Investimento Directo Externo

Segundo dados da CNUCED, o total do investimento externo em África, em 2011, decresceu pelo terceiro ano consecutivo, com as estimativas a apontarem para os 54.4 mil milhões de USD. Esta tendência contrasta com a recuperação geral do IDE global e provocou mais uma queda na parcela africana do total mundial – de 4.2%, em 2010, para 3.6%, em 2011, ainda assim acima da média das últimas décadas (3.3%). Esta quase estagnação resulta dos acontecimentos no Egipto, na Líbia e na Tunísia, pois a incerteza económica e política que sucedeu à primavera árabe levou os investidores internacionais a adoptarem uma postura de esperar para ver. Em consequência, o investimento no Norte de África diminuiu 42%, segundo as estimativas de 2011, a juntar aos decréscimos acumulados de 32% nos três anos anteriores.

Figura 2.3. O IDE recupera na África Subsariana e diminui no norte de África devido à incerteza gerada pela Primavera Árabe



Fonte: Indicadores globais de investimento da CNUCED. Estimativas e previsões para 2011, FMI/WEO.

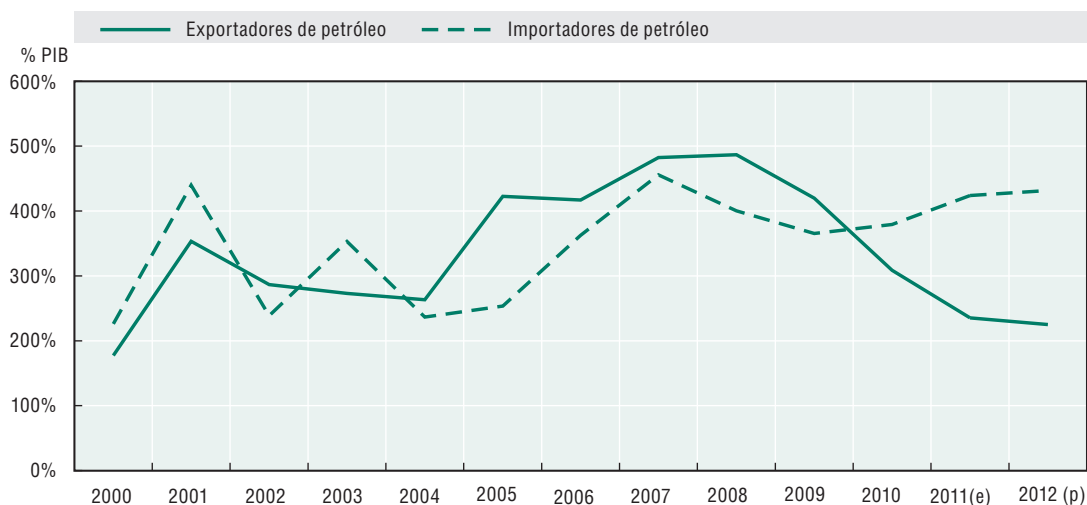
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600089>



A África Subsariana conheceu um aumento estimado em 25% do investimento externo em 2011 (Figura 2.3.a). Esta recuperação foi liderada pela África Oriental e Ocidental, com um aumento das receitas de, respectivamente, 53 e 17%. Esta retoma significa que continuam presentes os elementos fundamentais para a atracção de investimento da época pré-crise: melhores políticas macroeconómicas, um quadro regulamentar propício e – apesar da queda em relação ao último pico – preços internacionais das matérias-primas favoráveis para os exportadores. Os preços das matérias-primas minerais e agrícolas e do petróleo, em particular, registaram um preço médio superior ao registado no pico de 2008.

A Figura 2.3.b mostra como os países exportadores de petróleo atraíram investimento para a África Subsariana, o que resultou numa ainda maior concentração do IDE nas indústrias extractivas, especialmente no petróleo. As economias não petrolíferas são tipicamente mais pequenas do que as exportadoras de petróleo e, logo, atraem menores volumes de investimento. A Figura 2.4, no entanto, mostra que os países importadores de petróleo conseguiram atrair o mesmo montante de IDE em percentagem do PIB que os exportadores. Nos países importadores de petróleo, o IDE em percentagem do PIB mostrou ser mais resistente à crise internacional do que nos exportadores.

Figura 2.4. Os países importadores de petróleo atraíram mais IDE em % do PIB do que os países exportadores de petróleo



Fonte: Indicadores globais de investimento da CNUCED. Estimativas e previsões para 2011, FMI/WEO.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600108>

O IDE é uma importante fonte de investimento produtivo – financiamento para activos imobilizados e existências – em África (CNUCED, 2010). A percentagem média de IDE na formação bruta de capital fixo foi, na última década, 19.2%, quase o dobro da média global e muito acima da registada noutros países em desenvolvimento (12.4%). Reisen e Rieländer (2011) afirmam que o investimento externo pode potenciar o crescimento, tanto através da acumulação de capital como pela via da produtividade total dos factores. O investimento dirigido a recursos naturais continua a ser predominante em África; contudo, a McKenzie & Co. estima que a produtividade em África tenha crescido a um ritmo anual de 2.7% entre 2000 e 2007, o que indica que os países africanos estão, gradualmente, a melhorar as condições para atraírem mais investimento com ganhos de produtividade.



O relatório *Doing Business* 2012, do Banco Mundial, indica que um número recorde de 78% das economias africanas está a levar a cabo reformas regulatórias. Nos últimos seis anos, a média foi de 56%. No ano passado, cinco países africanos estavam no topo da lista dos 'reformadores': Marrocos, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Burundi e Serra Leoa. Estes países irão colher os frutos das reformas nos próximos anos.

Em 2010, cerca de 40% do IDE total em África tinha como origem países da OCDE, mas é provável que esta percentagem diminua nos próximos anos. Os parceiros emergentes deverão aumentar ainda mais o seu investimento em África, em busca de recursos naturais adicionais, competências laborais a preços competitivos e mercados crescentes. Segundo o estudo de 2011 da Ernst and Young, *Africa Attractiveness Survey*, o investimento dos parceiros emergentes cresceu a uma média anual de 13% na última década. Brautigam estima que o IDE oficial chinês em África, para o período 2007-2010, se cifrou numa média anual de 1.5 mil milhões de USD¹, sendo de 2.1 mil milhões em 2010, com um saldo acumulado de 13 mil milhões de USD.

O investimento das potências emergentes tem como destino primordial os recursos naturais, mas está agora a diversificar-se para a agricultura, a indústria transformadora e os serviços (como, por exemplo, as telecomunicações). Esta diversificação aumenta o potencial para transferência de tecnologia e aumento da produtividade, e tem um importante papel no crescimento económico dos países pobres em recursos naturais (Mlachila and Takebe, 2011).

As perspectivas de curto prazo para o investimento em África são moderadamente optimistas, seguindo o padrão da retoma sustentada dos fluxos globais de IDE. Este optimismo baseia-se no forte e sustentado crescimento económico em África e no desenvolvimento do clima de negócios e da competitividade. Do lado oposto encontra-se o agravamento da recessão na Europa, em 2012, e o esperado abrandamento da actividade económica global, que poderão possivelmente retardar a retoma do IDE, consequência de uma menor procura de recursos naturais e da descida dos preços do petróleo. Já a recuperação do investimento no Norte de África está particularmente dependente da estabilidade na Tunísia, no Egipto e na Líbia. A secção seguinte analisa as tendências regionais do IDE.

Tendências regionais

As tendências do investimento directo externo variam muito entre as diversas regiões. A África Austral tem sido o maior receptor de investimento do continente desde 2008. Segundo os dados do FMI, a África Ocidental deve chegar a um nível paralelo em 2012, consequência de novos pontos de extracção de petróleo e de outros recursos no Gana e na Nigéria. A primavera árabe afastou os investidores do Norte de África, e não se espera que regressem antes de 2013. A África Oriental é o menor receptor de IDE do continente, mas tem um investimento mais diversificado, o que ajudou a aumentar a produtividade.

Em 2011, 55% do total do investimento em África foi dirigido às regiões Austral e Ocidental. Os cinco maiores receptores foram a Nigéria, a África do Sul, Marrocos, Angola e a República do Congo, representando 48% do total. A indústria petrolífera, em paralelo com o facto de ser um grande mercado de consumo, faz da Nigéria o primeiro receptor do continente, sucedendo a Angola, com um total de 7.36 mil milhões de USD. Seguiram-se a África do Sul e Marrocos com, respectivamente, 7.17 mil milhões e 3.44 mil milhões de USD. Os mesmos países deverão continuar a ser os cinco maiores receptores em 2012. Marrocos é o mais recente membro do grupo, na sequência de uma década de reformas que começa a dar frutos.

As revoltas no Norte de África tiveram um enorme impacto no investimento, que caiu 42% em 2011, registando 9.48 mil milhões de USD – 17% do IDE total de África, quando em



2010 a região representava 28%. Com excepção de Marrocos, todos os países atraíram menos investimento. O Egipto ressentiu-se particularmente, registando uma queda de 60% em 2011. As bases económicas a longo-prazo do Egipto continuam sólidas, o que é um bom indicador para o regresso do investimento, assim que a região estabilize. Prevê-se que o investimento em Marrocos continue em alta, pois o país posicionou-se como porto seguro de estabilidade na região – conseguiu a nomeação de «Melhor Destino de Investimento de 2012» do Financial Times.

A África Oriental é uma região com menos recursos naturais, com excepção do Sudão e do Sudão do Sul. A sua parcela no IDE africano desceu de 13%, em 2004, para 7%, em 2010, com os fluxos totais a caírem para os 6 mil milhões de USD, dos quais 2.63 mil milhões para o Sudão, 1.03 mil milhões para a Etiópia e 0.82 mil milhões para o Uganda. Este último pretende atrair investimento para a construção de uma refinaria para a sua nascente indústria petrolífera, a exemplo do que fez com uma refinaria de ouro construído por russos para o tratamento das reservas de ouro. A África Oriental tem já um número significativo de investimento produtivo, em comparação com outras regiões, o que indica uma maior diversidade de projectos e de interesses de IDE. A África Oriental tem uma posição geográfica que a liga ao Médio Oriente, à Índia e à China. Com um crescimento sustentado do PIB per capita em 2011 e 2012, e com uma força de trabalho cada vez mais qualificada, deverá atrair mais investimento nos serviços e desenvolver o mercado doméstico.

O IDE na África Austral caiu para metade entre 2008 e 2011, passando de 30 mil milhões de USD para 15 mil milhões. Esta queda reflecte a diminuição do investimento em Angola, de 16.58 mil milhões de USD, em 2008, para uma estimativa de 3.27 mil milhões de USD em 2011. A incerteza que acompanha as eleições presidenciais pode fazer reduzir ainda mais as perspectivas em 2012, mas a sua pujante indústria petrolífera deverá ter capacidade de atrair fluxos importantes no futuro próximo. A África do Sul conseguiu reverter a recente tendência negativa, registando um IDE superior a 7 mil milhões de USD em 2011, quando em 2010 tinha alcançado o mínimo dos últimos 5 anos, com 1.55 mil milhões de USD. As Maurícias continuam a registar progressos na cadeia de valor, passando dos têxteis e do turismo para o sector bancário offshore, o outsourcing de negócios e o imobiliário de luxo.

O investimento na África Ocidental cresceu, com uma estimativa de 13.25 mil milhões de USD, quando em 2010 tinha chegado aos 11.31 mil milhões de USD. Nos últimos cinco anos, o IDE nesta região foi predominantemente direccionado para as matérias-primas. A Nigéria representava 79% do total de IDE em 2005, uma posição que caiu para cerca de 54% devido à atracção pela nova indústria petrolífera do Gana – em 2007 recebeu 860 milhões de USD, saltando para 1.67 mil milhões em 2011. Na Nigéria, a lei da indústria petrolífera deverá aumentar a transparência e a governação do sector e o ministro do Comércio e Investimento anunciou um investimento esperado de três das maiores companhias petrolíferas para 2012, num total superior a 4.5 mil milhões de USD. Aproximadamente 70% do investimento na região destina-se ao sector do petróleo e do gás, sendo o restante repartido entre o imobiliário e as telecomunicações.

O IDE na África Central desceu dos 7.9 mil milhões de USD para 7.64 mil milhões o que, mesmo assim, representa um aumento de cerca de 50% em relação a 2009. A República Democrática do Congo (RD Congo) é o único país responsável por esta subida, com um aumento do investimento de 343% em 2010. Este investimento foi direccionado para as telecomunicações, uma novidade num país que tipicamente atrai financiamentos na área dos recursos naturais. A República do Congo, a RD Congo e a Guiné Equatorial representem 81% do investimento na região, na sua maioria ligado aos recursos naturais. As indústrias extractivas são intensivas em capital e exigem mão-de-obra altamente qualificada, pelo que acabam por não beneficiar a população local com um crescimento mais inclusivo e a criação de emprego menos qualificado.



2. Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África

Segundo a CNUCED, os fluxos totais de IDE com origem em países africanos cresceram 18% em 2010, somando 6.7 mil milhões de USD, quando em 2009 o valor foi 5.6 mil milhões de USD – mas ainda sem atingir o pico de 2007 (10.7 mil milhões de USD). O Norte de África e a região austral são a origem maioritária desses fluxos, representando aproximadamente 80% do total (Figura 2.5.a). Na última década, 62% do investimento com origem em África teve como destino os países da OCDE, num total de 26 mil milhões de USD (dados CNUCED e OCDE, 2012). O Luxemburgo recebeu 5 mil milhões de USD, seguido pelo Reino Unido e pela França (4 mil milhões cada), a Alemanha (2.4 mil milhões) e a Áustria (1.8 mil milhões).

Em 2010, o investimento originário de África representou 0.5% do total mundial, aproximadamente o dobro do valor médio registado na última década, 0.26% (CNUCED 2012). O Norte de África origina 3.3 mil milhões de USD, cerca de 50% do total continental. Em 2010, a Líbia continuou a ocupar a primeira posição como investidor externo, com 1.3 mil milhões de USD, seguida do Egipto e de Angola, com cerca de 1.2 mil milhões de USD/cada. Em 2011 e 2012, este cenário altera-se drasticamente, consequência das revoltas na Líbia e no Egipto. Os restantes quatro investidores são a Nigéria (0.9 mil milhões USD), Marrocos (0.5 mil milhões de USD), a África do Sul (0.45 mil milhões) e a Argélia (0.2 mil milhões). Em 2010, o investimento com origem na África do Sul foi significativamente mais baixo do que os valores registados antes da crise: 3 mil milhões de dólares em 2007 e 6 mil milhões de USD em 2006.

Figura 2.5. Os fluxos de IDE africano têm origem, maioritariamente, em países ricos em recursos naturais e como destino países da OCDE



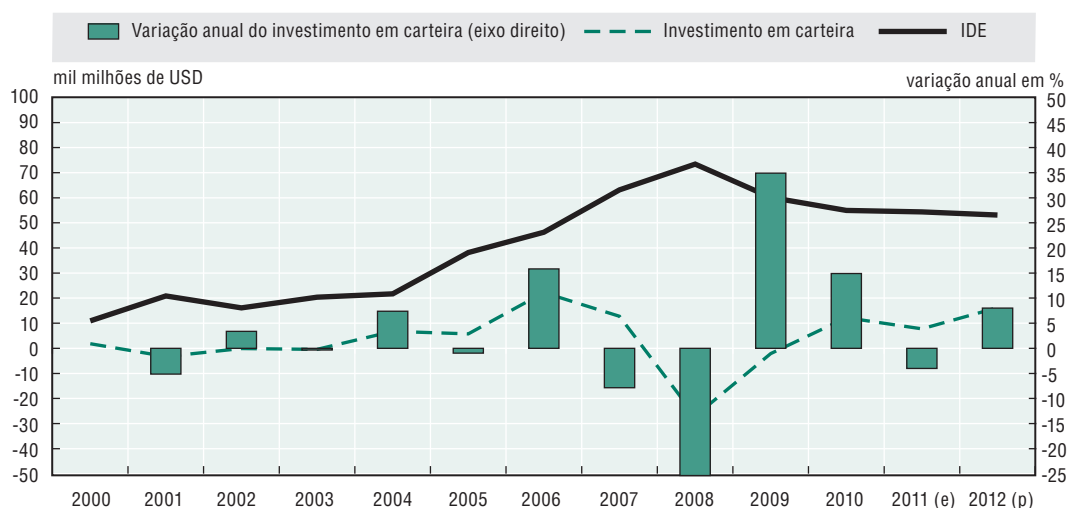
Fonte: Cálculos do autor e Indicadores globais de investimento da CNUCED, 2012..

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600127>



De acordo com os dados da Ernst and Young (2011) o investimento intra-africano (incluído nos fluxos de entrada e de saída acima referidos) cresceu 21% entre 2003 e 2010, mas os montantes envolvidos e o número de projectos ainda são menores do que os registados noutros actores emergentes. Esta reduzida actividade pode ser explicada pela dependência da região dos fluxos financeiros externos. O padrão tradicional, onde o Norte de África e a região austral absorvem a maioria do investimento intra-regional está a mudar. Estima-se que a Nigéria tenha investido mil milhões de dólares no sector dos serviços do Gana nos últimos anos, especialmente na banca e nos seguros. Os principais bancos marroquinos estão a investir fortemente no desenvolvimento do sistema financeiro e bancário da África Ocidental. Para que o continente africano desempenhe o seu potencial em termos de comércio e investimento intra-regional, é necessário que haja uma maior harmonização dos acordos regionais de comércio e a inclusão de regimes de investimento.

Figura 2.6. Investimento em carteira versus IDE em África (2000-2011)



Fonte: Indicadores globais de investimento da CNUCED, 2012 e FMI/WEO, 2012.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600146>

Fusões, aquisições e fluxos de investimento de carteira

Os fluxos de investimento em carteira em África recuperaram mais lentamente do que o IDE e, apesar de a sua importância ter aumentado gradualmente na última década, ainda são marginais em comparação com o IDE. Segundo o FMI, os fluxos líquidos de investimento de carteira em 23 países africanos, em 2000, somaram 1.9 mil milhões de USD, 17% do investimento total em África. Em 2011, 32 países africanos registam um valor estimado de 7.7 mil milhões de USD, representando apenas 15% do total do investimento externo no continente. A Figura 2.6 mostra a volatilidade destes fluxos, com um pico de 22.2 mil milhões de USD em 2006, a que se seguiu uma queda abrupta para -27.2 mil milhões em 2008, consequência da crise financeira. Movimentos de capitais tão bruscos acarretam riscos de uma crise de taxas de câmbio, o que sucedeu na África do Sul em 2008, quando o rand se depreciou, na sequência do impacto da crise financeira internacional nos fluxos de carteira.

Durante a década, a África do Sul continuou a ser o maior destino de investimento em carteira, num total de cerca de 13.5 mil milhões de USD – 79% do fluxo total de investimento em carteira do continente. A Nigéria fica em segundo lugar, atraindo 2.4 mil milhões de USD em 2011 – o que representa o maior montante jamais recebido pelo país. A incerteza política



afectou os fluxos de investimento em carteira no Egipto em 2011, que baixaram de 8 mil milhões, em 2010, para um valor negativo de -3.1 mil milhões de USD.

As fusões e aquisições (F&A) em África dispararam no período 2006-2010, atingindo um total de 120 mil milhões de USD – quando no período 2000-2005 se tinham situado nos 42.5 mil milhões. De acordo com os dados da Dealogic, as F&A envolvendo actores não africanos foram avaliadas, em 2010, em 29.6 mil milhões de USD, mais do dobro do valor de 2009 (11.1 mil milhões), mas abaixo do pico de 2008, com 36 mil milhões de dólares. O valor médio dos negócios duplicou, de 329 milhões (2000-2005) para 664 milhões de USD (2006-2010).

Esta recuperação foi, pela primeira vez, liderada pelas economias emergentes. Em 2010, a Índia, a China e o Brasil estiveram envolvidos em três dos cinco maiores negócios de fusões e aquisições. O Standard Bank estima que as actividades de F&A entre África e a China cresceram 90% em 2011, num valor de 5 mil milhões de USD. Ainda deverá crescer mais este ano, apesar do abrandamento da economia. A recuperação de 2010, porém, não se confirmou em 2011. A CNUCED (2012) estima que o valor líquido dos negócios de F&A transfronteiriços em África tenha diminuído 17.1%, passando dos 7.6 mil milhões de USD, em 2010, para os 6.3 mil milhões, em 2011.

Caixa 2.1. Desenvolvimentos das políticas de investimento africanas

Em 2011, 78% das economias Subsarianas – um número recorde – aplicaram reformas regulatórias para melhorar o ambiente de negócios (Relatório Doing Business 2012, Banco Mundial). Estas reformas são o foco da Iniciativa para o Investimento em África da NEPAD-OCDE, que está a realizar avaliações da política de investimento nos países parceiros em África. Este ano representa um grande passo em frente no nosso trabalho: iremos cooperar com a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) no desenvolvimento do Quadro Regional de Investimento da SADC, organização que identificou o Quadro Político de Investimento (PFI) da OCDE como referência para a regulação regional. Desta forma, o nosso trabalho em cada país acaba por ser um pilar da cooperação regional. Desta experiência acumulada de trabalho sobre políticas de investimento nacionais e regionais retiram-se algumas tendências emergentes no continente africano:

- As políticas de investimento integram cada vez mais o **sector privado**, através das Parcerias Público-Privadas (PPP) e da facilitação da **criação de emprego** e do **investimento de pequenas empresas**.
- Diversos governos criaram **task forces nacionais ou comissões de regulação** – com frequência aos mais altos níveis governamentais – para coordenar e supervisionar a política de investimento e a reforma do ambiente de negócios.
- Existe uma dinâmica cada vez maior para a **coordenação regional das políticas de investimento**. Este é um desenvolvimento crucial para que os países possam reforçar as suas economias de escala, aumentar a dimensão dos mercados e facilitar o investimento em projectos que são por natureza transnacionais (infraestruturas de recursos hídricos, energia e transportes, entre outros).

Reformas fiscais para impulsionar o crescimento das PME, a partilha de receitas e o emprego:

As **Maurícias** simplificaram o sistema fiscal para facilitar o desenvolvimento de negócios. Aboliram uma taxa de solidariedade sobre dividendos e juros de capital, o imposto sobre mais-valias imobiliárias, a taxa de transferência de terras e o imposto municipal sobre o arrendamento (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2012).

Moçambique está a levar a cabo, desde 2009, um programa de reforma fiscal que inclui a revisão das taxas de utilização das terras e dos impostos fundiários e a simplificação do regime fiscal para empresas de menores dimensões.



O Botsuana alterou o IVA para a agricultura de pequena dimensão, em vigor em 2012.

A África do Sul renovou os incentivos fiscais ao investimento na indústria transformadora, tendo em atenção a criação de postos de trabalho e a facilitação do desenvolvimento de pequenas indústrias. Em 2012 estará também em análise o alargamento de incentivos a projectos intensivos em mão-de-obra nas Zonas de Desenvolvimento Industrial.

As task forces nacionais de coordenação de políticas de investimento

As Maurícias criaram uma *task force* público-privada de facilitação de negócios, em Outubro de 2011, que tem como objectivo remover entraves ao investimento e às exportações. A *task force* dará prioridade ao turismo, ao comércio internacional, ao desenvolvimento de projectos de utilidade pública, à facilitação da utilização do uso da terra e a melhorar o acesso a alvarás de construção e de uso da terra.

A Comissão Nacional de Coordenação do Investimento da Tanzânia liderou o desenvolvimento do *Roadmap* de 2009 «Melhorar o desempenho da Tanzânia nos negócios», e desempenha um papel central na sua aplicação.

Coordenação regional da reforma das políticas de investimento:

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) lançou, em Janeiro de 2012, o seu Plano de Acção Regional para o Investimento (RAPI).. Elemento central deste plano é o Quadro Regional de Políticas de Investimento, que procurará harmonizar as diversas políticas entre os Estados-membros da SADC, em cooperação com a *Iniciativa para o Investimento em África da NEPAD-OCDE*, usando como referência o Quadro Político para o Investimento da OCDE.

A Comunidade da África Oriental (CAO) apelou a todos os Estados parceiros para que harmonizassem as legislações nacionais, de acordo com o Protocolo do Mercado Comum da CAO, até Dezembro de 2012, o que deverá facilitar a livre circulação de pessoas e intensificar a integração dos mercados financeiros regionais.

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDAO) tem estado a desenvolver o Mercado Comum de Investimento da CEDAO (MCIC) desde 2008. Em Setembro de 2010, a CEDAO lançou oficialmente o processo de criação de um código de investimento regional, no quadro do Mercado Comum de Investimento, que inclui referências ao Quadro Político para o Investimento da OCDE.

Os fluxos de IDE para África estão a crescer a bom ritmo – entre 2001 e 2010, totalizaram 451 mil milhões de USD, um valor mais de cinco vezes superior ao registado na década anterior. Desde 2005 que o IDE ultrapassa a APD, pelo que é vital que os países africanos concebam políticas de investimento que garantam que estes fluxos sejam fonte de crescimento e desenvolvimento – particularmente como alavanca à criação de postos de trabalho, à transferência de tecnologia e de conhecimento e à diversificação de exportações. Crucial será canalizar o IDE para a indústria transformadora e os serviços – e não apenas para a indústria extractiva (que foi destino de 43% do IDE em África, em 2010). A verdade é que os dividendos sociais e económicos do IDE não são automáticos. Os governos devem continuar a reforçar os quadros regulamentares do investimento tendo esses objectivos em mente. As tendências acima descritas são, a este respeito, encorajadoras: para além de procurarem reforçar a atracção de IDE, as recentes reformas fiscais e do investimento tentam capitalizar os efeitos dinamizadores do investimento para a criação de emprego, a diversificação e o desenvolvimento de pequenas empresas. Estes esforços ainda requerem uma aplicação muito mais vasta. As plataformas regionais podem impulsionar estas dinâmicas de reforma, coordenando as políticas dos Estados-membros.

Fonte: Iniciativa para o Investimento em África, NEPAD-OCDE



Remessas

Segundo as estimativas do Banco Mundial, os fluxos de remessas para os países em desenvolvimento recuperaram 8% em 2011, registando 351 mil milhões de USD – e, em 2010, a APD total somou 129 mil milhões de USD. Estes fluxos podem estar subestimados, pois uma grande fatia das remessas é enviada por canais informais ou em espécie. Alguns estimam que o seu verdadeiro montante seja o dobro dos números oficiais (FMI 2005a; Banco Mundial 2005a; Docquier e Rapoport 2004). Aproximadamente 75% das remessas totais para África são enviadas informalmente, um valor muito superior ao de outros continentes (Freund e Spatafora, 2005).

As remessas são de natureza diferente, e complementar, dos outros fluxos financeiros externos. A importância das remessas no consumo, logo na redução da pobreza, é amplamente reconhecida (Ratha 2003). Já o seu impacto mais vasto não é tão evidente. Chami et al (2003) argumenta que as remessas não contribuem necessariamente para o aumento da produção económica, pois são tipicamente mais compensatórias e menos canalizadas para o investimento produtivo. Podem, porém, ajudar à criação de micro-empresas informais, que geram emprego (Gupta et al., 2007).

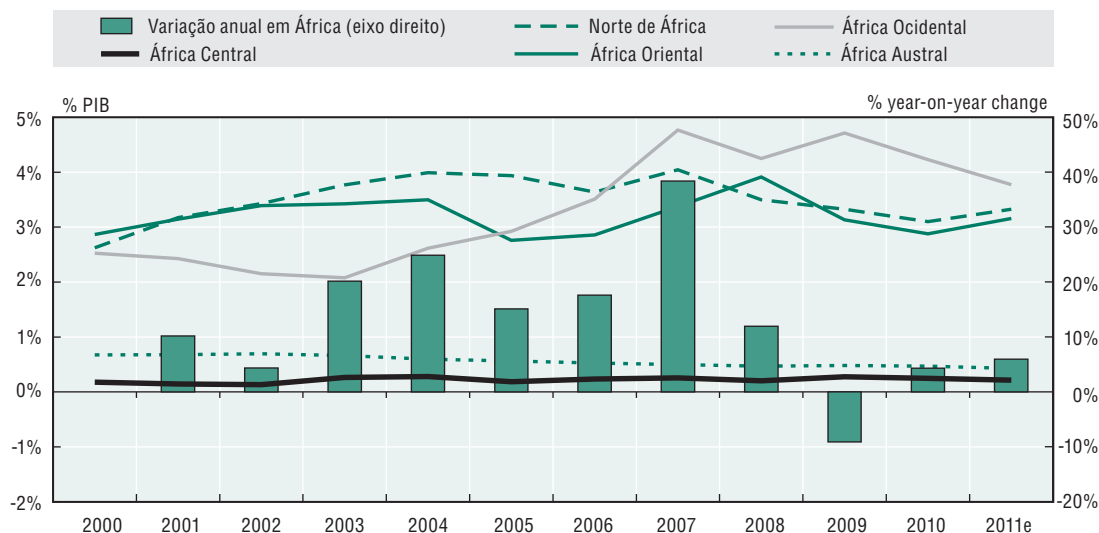
Em 2011, as estimativas apontam para que o total das remessas enviadas para África tenha regressado ao nível pré-crise, com 41.6 mil milhões de USD, um aumento de 5.9% em relação a 2010. Em percentagem do PIB, as remessas em África permaneceram estáveis, representando 2.3%, em 2011, sendo certo que existem grandes diferenças regionais. Na África Ocidental, as remessas são uma maior parcela do PIB – 3.8% em 2011. As remessas para a África Austral e Central representam menos de 0.5% do PIB. Em 2011, o país que registou a maior percentagem de remessas no PIB foi o Lesoto, com 28%, seguido pela Gâmbia (11%), o Senegal (10%), o Togo (9%) e Cabo Verde (8%). Depois do Tadjiquistão, o Lesoto é o país com maior peso das remessas no PIB do mundo, o que se explica pelo forte movimento migratório de trabalhadores para a África do Sul.

Entre 2000 e 2011, as remessas per capita em África triplicaram. A dependência relativamente às remessas é variável nos diversos países. Cabo Verde recebeu 306 USD per capita em 2011, seguindo-se o Lesoto (291 USD), Marrocos (220 USD), as Maurícias (193 USD) e a Tunísia (175 USD). A ausência de dados oficiais, sobretudo nos países da África Central, dificulta uma comparação regional mais detalhada.

Em percentagem do PIB, as remessas mantiveram-se estáveis ao longo da década, com uma média de 2.4%. A Figura 2.7 mostra que as remessas enviadas para a África Ocidental cresceram, neste período, de 2.5 para 4.8% do PIB. O peso das remessas no PIB quase duplica nos países importadores de petróleo, com uma média de 3.7% nos últimos dez anos, enquanto o valor se situa nos 2% nos países exportadores de petróleo. O Norte de África foi a região que recebeu o maior montante de remessas em 2011, chegando aos 19 mil milhões de USD (117 dólares per capita), seguindo-se a África Ocidental, com 14 mil milhões de USD (46 dólares per capita). As duas regiões representam 80% do total das remessas para o continente, uma proporção que se manteve praticamente inalterada ao longo da última década, sendo a excepção o facto de a África Ocidental quase ter duplicado a sua parcela no total das remessas. As duas regiões mais afectadas pela crise foram a África do Norte e a África Oriental, que registaram, em 2009, quebras de 12 e 16%, respectivamente.



Figura 2.7. Fluxos de remessas por sub-região Africana



Fonte: Banco Mundial, 2012.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600165>

Os três maiores receptores absorveram mais de 60% do total das remessas em África em 2011. A Nigéria foi o país que recebeu mais remessas, com 10.7 mil milhões de USD, seguida do Egito e de Marrocos com, respectivamente, 8 mil milhões e 7.1 mil milhões de USD. Estes países têm grandes comunidades migrantes nos países mais desenvolvidos. Em 2011, a Nigéria e o Egito estão entre os dez países do mundo que mais recebem remessas. No caso egípcio, estima-se que as remessas tenham aumentado 30% em 2011, sobretudo fruto do impacto da subida dos preços do petróleo nos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). A fraqueza da moeda queniana, o shilling, em 2011, levou a uma subida temporária das remessas para o Quênia, que passaram de 1.78 mil milhões em 2010 para uns estimados 2.24 mil milhões de USD. A depreciação da moeda local pode ter um forte impacto nas remessas, aumentando o poder de compra do dinheiro que é enviado para o país de origem, criando um incentivo para aumentar o montante das remessas.

As principais fontes de remessas variam ligeiramente em cada sub-região. Nos países da África Subsariana, as principais fontes, em 2010, foram os Estados Unidos (28%) e a Europa Ocidental (41%), seguindo-se os países do CCG, com 9%. Já no Médio Oriente e Norte de África, para o mesmo ano, a situação inverte-se, sendo o CCG, com 40%, a principal origem das remessas.

Mesmo com a recuperação dos fluxos mundiais de remessas, o Banco Mundial prevê que o futuro crescimento deste tipo de transferências se mantenha em metade da média dos valores pré-crise (2000-2008) – 17.3% –, chegando ao montante global de 441 mil milhões de USD em 2014. O maior risco de decréscimo é a situação económica da Europa e dos Estados Unidos. Segundo os cálculos do Banco Mundial, os fluxos de remessas para Cabo Verde, o Senegal e a Guiné-Bissau são os mais expostos a um agravamento da economia na Europa. Os impactos da primavera árabe ainda não são muito claros. Com a revolta na Líbia, deu-se um êxodo de migrantes do Egito, da Tunísia, do Níger e do Chade, o que deverá afectar os fluxos de remessas em 2012.



Ajuda pública ao desenvolvimento

Segundo os dados do CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, os volumes de ajuda global aumentaram 6.3% em 2010, para um total de 128.5 mil milhões de USD, o nível mais elevado de sempre. Estes dados apontam para a alteração da tendência de queda da APD, consequência da crise financeira internacional de 2009. Quando se analisa a ajuda ao desenvolvimento enquanto parcela do Rendimento Nacional Bruto (RNB), a tendência de subida dos últimos anos confirmou-se em 2010, com o total da APD a chegar aos 0.32% do RNB, quando em 2009 se situava nos 0.31 por cento. Em contraste, a ajuda bilateral para programas e projectos de desenvolvimento (ou seja, excluindo operações de alívio da dívida e ajuda humanitária) cresceu apenas 4.6% em relação a 2009, quando no ano anterior tinha registado 9.0%. Este crescimento global da APD reflecte os esforços da comunidade internacional para sustentar as economias de nações em desenvolvimento em tempo de crise.

O período 2004-2010 regista o maior aumento da história da APD, mas os doadores ainda estão longe da meta fixada em 1970 pela Assembleia Geral das Nações Unidas – 0.7% do seu PNB deveria ser consagrado à ajuda ao desenvolvimento. Em 2010, os maiores doadores, em volume, foram os Estados Unidos, seguidos do Reino Unido, da França, da Alemanha e do Japão. Os Estados Unidos contribuíram com 0.21% do seu RNB, quando a média por dador foi de 0.49%. Só a Dinamarca, o Luxemburgo, os Países Baixos e a Suécia continuam a exceder a meta dos 0.7 pontos percentuais. A África Subsariana recebeu 33% do total de desembolsos da ajuda entre 2000 e 2009, uma subida em relação aos valores registados entre 1990 e 1999 (29%). Em 2009-2010, mais de 50% da APD da Bélgica, da Dinamarca, da França, da Irlanda e de Portugal teve como destino África.

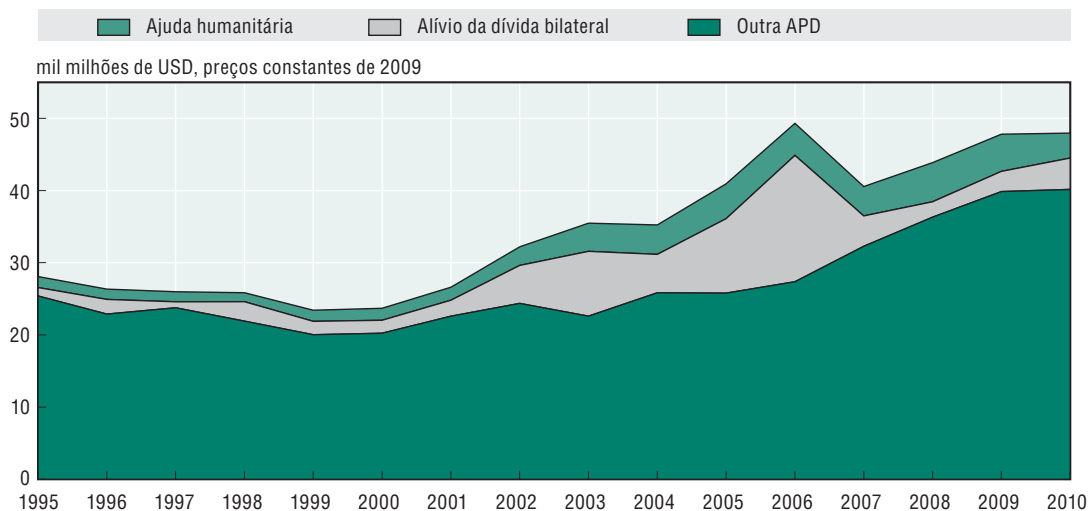
Este aumento do financiamento da ajuda vem na sequência da Cimeira do G8 de Gleneagles, na Escócia, em 2005, onde os doadores individuais se comprometeram a aumentar a ajuda para níveis específicos. O CAD/OCDE estima que esses compromissos tenham aumentado a ajuda global em termos reais em 37% ou cerca de 30 mil milhões de USD (dólares de 2004). No entanto, os dados da APD de 2010 ainda apresentam um défice de cerca de 19 mil milhões de USD em relação aos compromissos de 2005, apesar de África ter recebido, no final de 2010, 11 mil milhões de dólares adicionais relativamente aos compromissos de 25 mil milhões de USD. Alguns dos compromissos foram cumpridos, nomeadamente o objectivo dos Estados Unidos de duplicar em 2010 o seu nível de ajuda de 2004 para a África Subsariana. Em 2011, com o objectivo de assegurar a prestação de contas e a transparência, o CAD aprovou a 'Recomendação sobre as boas práticas dos compromissos', que pretende manter claras, realistas e exequíveis as metas da ajuda. Não obstante os crescentes esforços para aumentar a eficácia da cooperação, as perspectivas de crescimento da ajuda no futuro próximo não são muito boas, consequência da austeridade orçamental e dos problemas das dívidas soberanas nos países desenvolvidos.

A avaliação do CAD/OCDE às intenções de planos de despesa dos doadores sugere uma diminuição do crescimento da ajuda. De forma global, a Ajuda Programada por País (APP) deverá crescer a uma taxa real de 2% ao ano entre 2011 e 2013, quando nos últimos 3 anos a média foi de 8 pontos percentuais. Analisando a APP dos países doadores, a projecção aponta para um crescimento ainda menor, de 1.3% ao ano. Estes dados geram preocupação relativamente à capacidade dos países desenvolvidos em manter os actuais volumes de ajuda.

Os desembolsos líquidos de APD para África mantiveram-se estáveis em 2010, com 48 mil milhões de USD (ver Figura 2.8). O alívio da dívida subiu dos 2.8 mil milhões de dólares, em 2009, para 4.2 mil milhões de USD em 2010, enquanto a ajuda humanitária desceu 32.9%, de 5.2 mil milhões para 3.5 mil milhões de USD. A Etiópia, a RD Congo, a Tanzânia, a Nigéria e o Sudão receberam as maiores parcelas de APD, representando, no seu conjunto, 29% dos gastos líquidos totais do continente.



Figura 2.8. Manutenção dos níveis de APD em África durante a crise internacional



Fonte: DAC/OCDE, 2012

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600184>

Em percentagem do RNB, a Libéria é o país africano mais dependente da ajuda, com a APD a representar 177% do seu RNB, seguindo-se o Burundi, a RD Congo, a Serra Leoa e São Tomé e Príncipe, países onde a APD representa mais de 20% do RNB. Globalmente, os rácios de dependência da ajuda aumentaram na última década. No ano 2000, em 19 países o rácio APD/RNB era superior a 10%, enquanto em 2010 são 25 países – quase metade dos países do continente. A dependência da ajuda, medida pelo rácio da APD no RNB, aumentou nos países de baixos rendimentos, sendo a média em 2010 de 19.6%, quando no ano 2000 era de 13.3 pontos percentuais.

O total da Ajuda Programada por País para África deverá diminuir de forma relativamente acentuada, a um ritmo de 1% ao ano em termos reais nos próximos 3 anos, em contraste com a subida real anual de 12% registada entre 2008 e 2010. Segundo os dados do Banco Mundial, a APD líquida *per capita* na África Subsaariana manteve-se estável, em 2008 e 2009, em 19 dólares. Com o tempo, porém, deve decrescer significativamente, pois as Nações Unidas prevêem que a população africana cresça 25%, para os 1.5 mil milhões, em 2020. Num ambiente tão desfavorável, os governos africanos necessitam de fontes de financiamento alternativas e dão prioridade ao aumento da eficácia e do impacto nos recursos dos doadores. Não é provável que a tendência de desaceleração da APD se inverta nos próximos anos, pelo que os governos doadores, preocupados com a austeridade nos seus próprios países, devem enfatizar a necessidade de aumentar a eficácia e o impacto da ajuda.

A emergência de novos doadores e modalidades de cooperação, como analisada nas *Perspectivas Económicas em África de 2011*, é uma oportunidade de diversificação de fontes de financiamento para os países africanos. Zimmerman e Smith (2011) estimam que o desenvolvimento bruto de fluxos provenientes de países não-membros do CAD/OCDE registe cerca de 11 mil milhões de USD em 2009, representando cerca de 8% da APD bruta total. Os fluxos dos doadores emergentes ultrapassaram alguns dos membros do CAD, nomeadamente a Arábia Saudita (3.2 mil milhões de USD de APD bruta), a China (1.9 mil milhões de USD) e os Emirados Árabes Unidos (mais de mil milhões de USD). Segundo as PEA de 2011, se os actores emergentes ainda não são protagonistas do investimento externo e da ajuda pública,



superam os parceiros tradicionais em operações alternativas de financiamento, como os créditos à exportação ou as linhas de crédito sustentadas em recursos naturais.

Os quatro maiores agentes da cooperação Sul-Sul – Brasil, China, Índia e África do Sul – estão cada vez mais presentes nos países africanos. Em 2011, o total da cooperação para o desenvolvimento do Brasil atingiu os 362.2 milhões de USD (IPEA e ABC 2011), na sua maioria através de canais multilaterais. A ajuda do Brasil a África está a expandir-se rapidamente nos países de língua oficial portuguesa e no Gana. A cooperação para o desenvolvimento chinesa atingiu, em 2009, 1.9 mil milhões de USD (Ministério das Finanças da China, 2010), quase o quádruplo do nível do ano 2000, e deverá continuar a crescer. No último Fórum de Cooperação China-África, o governo chinês assumiu um compromisso de 10 mil milhões de USD em empréstimos concessionais a países africanos, e mil milhões de empréstimos especiais para pequenas e médias empresas africanas. A cooperação indiana está igualmente a crescer, como o demonstram os 5.4 mil milhões de USD em empréstimos e os 500 milhões de subsídios assumidos no primeiro Fórum Índia-África, em 2008. A África do Sul anunciou em 2011 a criação da Agência Sul-Africana de Parceria para o Desenvolvimento, que irá melhorar a coordenação entre as diversas atividades de desenvolvimento (Ramachandran 2011). Os fluxos de cooperação para o desenvolvimento sul-africano diminuíram entre 2009 e 2010, passando de 112.6 milhões para 108.7 milhões de USD, e são essencialmente orientados para os países da sua região (Zimmerman e Smith 2011). A 6 de Abril de 2011, o CAD/OCDE emitiu um comunicado oficial formalizando os seus esforços para reforçar as parcerias com outros actores centrais da cooperação para o desenvolvimento.

Segundo o Relatório de Avaliação da Eficácia da Ajuda de 2011, que analisa os progressos na implementação da Declaração de Paris, de 2005, apenas uma das treze metas para 2010 foi alcançada – o reforço da ‘coordenação da cooperação técnica’. A direcção e o ritmo dos progressos feitos desde 2005 são muito variáveis. Alguns países em desenvolvimento registaram grandes avanços na qualidade do planeamento e nos instrumentos de gestão financeira. A proporção de países em desenvolvimento com estratégias de desenvolvimento sólidas mais que triplicou desde 2005. Em contraste, foram poucos os progressos na diminuição da fragmentação da ajuda e na melhoria da previsibilidade, bem como relativamente a questões sensíveis como a condicionalidade e a coordenação dos doadores. O CAD/OCDE estima que o custo da fragmentação da ajuda, medido em custos de transação desnecessários, esforços duplicados ou desperdício de oportunidades de parcerias efectivas, se situe entre os 30 a 40% do total dos recursos despendidos.

Aumentar as receitas fiscais em prol do desenvolvimento

Os impostos desempenham um papel importante num Estado que funcione devidamente, mas não podem ser um fim em si mesmo (Kaldor, 1980 e Toye, 1978). Um sistema de financiamento público saudável é fundamental para um crescimento rápido, equitativo e sustentado: as receitas do Estado devem financiar adequadamente os serviços básicos como a segurança, a educação, a saúde e o investimento público, evitando o financiamento inflacionista (Di John 2009). Um sistema fiscal justo e eficiente reforça o relacionamento do Estado com os contribuintes, alimentando o processo de criação de um contrato social equilibrado e equitativo.

Segundo os dados das PEA de 2012, o total de receitas fiscais cobradas passou de 141 mil milhões de USD, em 2000, para 416.3 mil milhões de USD em 2010, representando uma média não ponderada de 20.3% do PIB. Em 2010, o montante dos impostos cobrados foi oito vezes superior ao valor da APD recebida em África. Existem diferenças significativas entre os países



Caixa 2.2. Resultados do quarto fórum de alto nível sobre a eficácia da ajuda

A Parceria de Busan para a Eficácia da Cooperação para o Desenvolvimento, aprovada no Quarto Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, que decorreu em Busan, na Coreia do Sul, em 2011, é, até à data, o mais inclusivo acordo global sobre cooperação para o desenvolvimento. Doadores, parceiros de cooperação Sul-Sul, países em desenvolvimento, organizações da sociedade civil, representantes do sector privado e muitos outros mais participaram na formulação do acordo – sob os auspícios do Grupo de Trabalho sobre a Eficácia da Ajuda do CAD/OCDE – e apoiaram o resultado final. A Parceria de Busan vai muito para além da tradicional dicotomia ‘doador-receptor’: alguns dos maiores parceiros Sul-Sul estão a promover o documento como referencial para a sua cooperação e o sector privado reconheceu que poderia levar a instrumentos de financiamento inovadores e a novos métodos para a redução do risco de investimento nos países em desenvolvimento.

Do ponto de vista africano, os aspectos mais relevantes da Parceria de Busan são:

- Um compromisso firme na implementação dos princípios da eficácia da ajuda como definidos na Declaração de Paris (2005) e na Agenda de Acção de Accra (2008). Os princípios dão destaque especial à apropriação pelos países, e apelam aos doadores para que harmonizem a sua ajuda com as prioridades nacionais. O empenho sustentado na aplicação destes princípios foi uma das maiores exigências das delegações africanas no processo negocial.
- O reconhecimento de que a APD é uma de muitas fontes de financiamento do desenvolvimento e, como tal, deve integrar-se num quadro coerente para o desenvolvimento. A APD pode desempenhar um papel essencial na alavancagem de outros financiamentos e no apoio à mobilização de recursos domésticos.

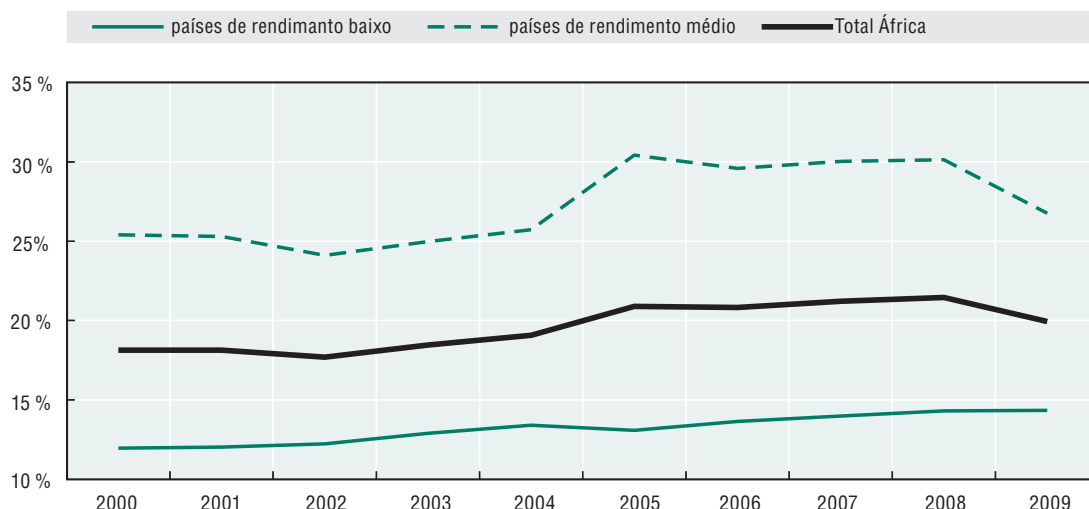
Foi subscrita por muitos dos mais importantes fornecedores de cooperação Sul-Sul, nomeadamente as economias emergentes, que têm demonstrado relutância em participar activamente nas discussões internacionais sobre a eficácia da ajuda. Mesmo insistindo na sua liberdade para aplicar os princípios de forma voluntária, países como a China e o Brasil estão agora envolvidos nos esforços colectivos para a optimização da cooperação para o desenvolvimento.

em termos de capacidade de fornecimento de serviços públicos pagos apenas com impostos. Países como a RD Congo, o Burundi, a Serra Leoa, a Etiópia ou a Guiné-Bissau recebem menos de 35 dólares anuais em impostos per capita, em claro contraste com Estados como a Guiné Equatorial (3 806), as Seychelles (2 810), o Botsuana (2 101) ou o Gabão (1 755).

A Figura 2.9 mostra a evolução das receitas fiscais no PIB (médias não ponderadas) e a sua partição entre diferentes categorias. A classificação dos países africanos de acordo com o seu nível de receitas mostra duas diferentes tendências. Os países africanos de rendimento médio têm, em média, uma parcela de impostos no PIB comparável à de outros países no mesmo patamar de rendimentos. Em contraste, a parcela dos impostos nos países africanos de baixos rendimentos foi de 15.1% em 2010, acima dos 11.8% registados em 2000. Em 2010, o rácio de impostos dos países de rendimento médio é reflexo de uma queda nos preços dos recursos. Nos países de baixos rendimentos, a média do rácio de impostos continuou a aumentar lentamente, em consequência de reformas fiscais significativas.



Figura 2.9. A percentagem das receitas fiscais no PIB cresceu na última década

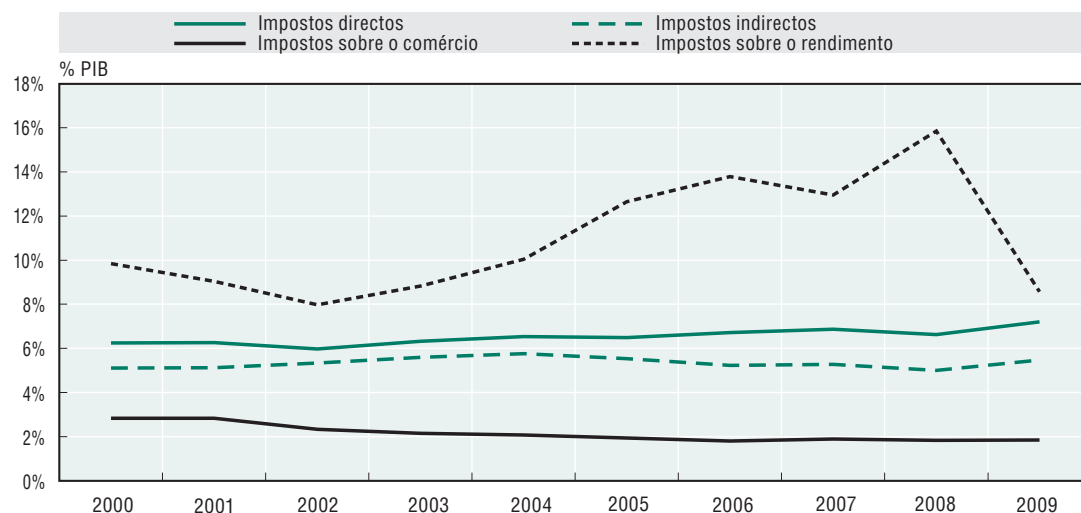


Fonte: Cálculos dos autores.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600203>

Como sublinhavam as PEA de 2010, o desempenho fiscal dos países africanos de rendimento médio, frequentemente ricos em recursos naturais, está muito dependente dos preços internacionais dos recursos naturais. O efeito da flutuação dos preços dos recursos naturais, desde 2008 e acompanhando a crise global, pode ser visto na Figura 2.10. Os impostos directos, indirectos e sobre o comércio, enquanto percentagem do PIB, permaneceram quase constantes, enquanto os impostos sobre os recursos representaram praticamente todo o aumento da parcela dos impostos no PIB. As receitas fiscais subiram para 458.5 mil milhões de USD em 2008, consequência do aumento dos preços das mercadorias, seguindo-se uma quebra de 26% em 2009. Este decréscimo de 119 mil milhões de USD nas receitas fiscais foi praticamente a soma da APD e do IDE desse ano, o que ilustra bem a importância da aplicação de um sistema fiscal mais transparente e justo em relação às indústrias extractivas para se conseguir um desenvolvimento mais inclusivo nos países ricos em recursos naturais.

Figura 2.10. O aumento das receitas fiscais baseia-se, sobretudo, nos impostos sobre os recursos



Fonte: Cálculos dos autores.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600222>



A aprovação pelo Congresso norte-americano da Lei Dodd-Frank sobre a reforma financeira, em julho de 2010, deverá levar a uma maior transparência sobre os montantes, e a sua utilização, pagos por multinacionais aos governos nacionais em negócios de extracção de recursos naturais. A lei exige que as companhias extractivas registadas na Comissão de Mercado e Valores Mobiliários norte-americana reportem pagamentos efectuados aos governos, numa base de país e de projecto. Isto deve permitir aos cidadãos e à sociedade civil africana exigir aos seus governos uma maior prestação de contas relativamente às rendas da utilização dos recursos naturais. Na sequência desta nova lei, em 2011, a Comissão Europeia iniciou o processo de preparação de um diploma semelhante, que potencialmente irá incluir a divulgação dos lucros das multinacionais em África.

Muitos países enfrentam sérios desafios ao aumento das suas receitas fiscais. A maioria das nações africanas tem uma grande economia informal e, logo, uma base tributária fraca. Esta base ainda diminui mais com a atribuição de isenções fiscais, um sistema ineficaz de taxação sobre as indústrias extractivas e a falta de capacidade das administrações fiscais para combater o abuso de transferência de preços pelas companhias multinacionais. Os constrangimentos das administrações fiscais, em paralelo com a falta de legitimidade fiscal do Estado, provocam uma estrutura de impostos desequilibrada, demasiado centrada num conjunto restrito de impostos para gerar receitas. As receitas provenientes de actividades ligadas aos recursos naturais acabam frequentemente por levar os governos a deixar de procurar receitas em impostos com mais custos políticos, como sejam os impostos sobre o rendimento das empresas de outras indústrias, os impostos sobre o rendimento das pessoas individuais, o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e os impostos especiais sobre o consumo.

As PEA de 2010 assinalavam a importância de reformas fiscais sequenciais. A curto-prazo, os países devem aprofundar a base tributária, limitar as isenções fiscais e negociar uma fiscalidade mais justa com as empresas multinacionais. A médio-prazo, o foco deve ser o desenvolvimento da capacidade administrativa. Finalmente, a longo-prazo, os países africanos necessitam de equilibrar os diferentes impostos. O objectivo desta reforma deve ser o reforço da legitimidade fiscal do Estado, que deve ser acompanhado por um debate público abrangendo o reforço da governação, da transparência e a utilização dos recursos públicos pelo governo.

As perspectivas fiscais no continente africano são específicas para cada país, mas é possível identificar algumas tendências gerais. As receitas fiscais dos países ricos em recursos continuarão muito dependentes da evolução dos preços do petróleo e das matérias-primas. A menos que consigam recolher mais impostos das empresas multinacionais que operam nesses sectores, as receitas fiscais continuarão voláteis e abaixo do seu potencial. Os preços internacionais das matérias-primas tendem a ser cíclicos, em paralelo, aliás, com outros fluxos de financiamento dirigidos aos recursos, como o IDE.

Já as receitas fiscais dos países de baixos rendimentos e pobres em recursos deverão crescer de forma muito gradual, mas mais sustentável. A última década de reformas fiscais em muitos países pobres em recursos, como sublinhado pelas PEA 2010, deverá levar a um aumento das receitas, em linha com o crescimento económico projectado.

Notas

1. Fora destes dados está 2008, ano excepcional em que o Banco Industrial e Comercial da China comprou 20% do Standard Bank da África do Sul por cerca de 5 mil milhões de USD.



Referências

- Abdih Y., R. Chami, J. Dagher e P. Montiel (2008), “Remittances and Institutions: Are Remittances a Curse?”, FMI (Fundo Monetário Internacional), Working Paper 08/29, FMI, Washington, DC.
- BAD, OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) et CEA (Comissão Económica da ONU para a África) (2010), African Economic Outlook: Public Resource Mobilisation and AID, Publicações da OCDE, Paris.
- Anyanwu J.C. (2011), “Determinants of Foreign Direct Investment Inflows to Africa, 1980-2007”, Working Paper series, Grupo Banco africano de desenvolvimento, Túnis.
- Birdsall N., H. Kharas e R. Perakis (2011), “Measuring the quality of Aid, Quoda second edition”, Center for Global Development, Washington, DC.
- Chami R. e al. (2008), “Macro-Economic Consequences of Remittances”, IMF Occasional Paper 259, FMI, Washington, DC.
- Chami R., C. Fullenkamp e S. Jahjah (2003), “Are Immigrant Remittance Flows a Source of Capital for Development?”, IMF Working Paper 03/189, FMI, Washington, DC.
- Docquier F. e H. Rapoport, (2004), Skilled Migration: the Perspective of Developing Countries, World Bank Policy Research Working Paper series 3382, Banco mundial, Washington, DC.
- Ernst And Young's (2011), Africa Attractiveness Survey – It's time for Africa, [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/2011_Africa_Attractiveness_Survey/\\$FILE/11EDA187_attractiveness_africa_low_resolution_final.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/2011_Africa_Attractiveness_Survey/$FILE/11EDA187_attractiveness_africa_low_resolution_final.pdf)
- Freund, C. e N. Spatafora, (2005), “Remittances: Transaction Costs, Determinants, and Informal Flows”, World Bank Policy Research Working Paper No. 3704, Banco mundial, Washington, DC.
- Gagnon J. e D. Khoudour (2011), Tackling the Policy Challenges of Migration: Regulation, Integration, Development, Estudos do Centre de desenvolvimento da OCDE, Publicações da OCDE, Paris.
- Gupta S. e al., (2007), “Impact of Remittances on Poverty and Financial Development in Sub-Saharan Africa”, IMF Working Paper No. 07/38, FMI, Washington, DC.
- FMI (2011), World Economic Outlook: Slowing Growth, Rising Risks, FMI, Washington, DC.
- FMI (2011), “FDI from BRICS to LICS: emerging growth driver?”, texto preparado por Montfort Mlachila e Misa Takebe para o Departamento África do FMI, FMI, Washington, DC.
- Jonathan Di John (2009), “Taxation, Governance and Resource Mobilisation in Sub-Saharan Africa: A Survey of Key Issues”, Elcano Royal Institute Working Paper 49/2009, Madri, Espanha, 30/9/2009.
- Kaldor, N. (1980), “Reports on Taxation”, Vol. 1 e 2, Londres, Gerald Duckworth.
- Kemegue F., E. Owusu-Sekyere e R. van Eyden (2011), “What drives Remittance Inflows to Sub-Saharan Africa: A Dynamic Panel Approach”, Universidade de Pretória, Working Paper 262.
- McKinsey&Company (2010), “Lions on the move: The progress and potential of African Economies”, The McKinsey Global Institute, http://www.mckinsey.com/Insights/MGI/Research/Productivity_Competitiveness_and_Growth/Lions_on_the_move
- OCDE (2011), Development Co-operation Report, OCDE, Paris.
- OCDE (2011), OECD Report on Aid Predictability: survey on donors' forward spending plans 2011-2013, OCDE, Paris.
- OCDE (s/d), International Direct Investment Database, accessed through OECD.StatExtracts in February 2012, OCDE, Paris.
- Ratha D. (2003), “Workers' Remittances: An Important and Stable Source of External Development Finance”, Preparado para o Global Development Finance 2003, Banco mundial, Washington, DC.
- Reisen, H. e J. Rieländer, (2011), “FDI in Africa, Development Aid or Sell Out?”, Centro de desenvolvimento da OCDE para a Bertelsmann Foundation, Paris.
- Reisen, H. e M. Soto, (2001), “Which Types of Capital Inflows Foster Developing-Country Growth?”, International Finance, 4(1), Spring, 1-14.
- Smith K. e F. Zimmermann (2011), “More Actors, More Money, More Ideas or International Development Co-operation”, Journal of International Development 23, 722-738.
- Toye, J., ed. (1978), “Taxation and Economic Development”, Frank Cass.
- CNUCED (2010), World Investment Prospects Survey 2010-2012, CNUCED, Genebra.



- CNUCED (2011), World Investment Report: Non-equity modes of international investment, CNUCED, Geneva.
- CNUCED (2011), Foreign Direct Investments in LDC's: lessons learned from the decade 2001-2010 and the way forward, CNUCED, Geneva.
- CNUCED (2012), Global investment Trends Monitor N°8, January 2012, CNUCED, Geneva.
- Banco mundial (2009), Africa's Infrastructure: A Time for Transformation, Banco mundial, Washington, D.C.
- Banco mundial (2010), Migration and Remittances Factbook 2011, Banco mundial, Washington, DC.
- Banco mundial (2011), Doing Business Report 2012, Banco mundial, Washington, DC.
- Banco mundial (2011), Outlook for Remittances 2012-2014, Migration and Development Brief N°17, Banco mundial, Washington, DC.



Chapitre 3

Evolução das negociações internacionais sobre comércio em 2011

A tendência para estabelecer acordos comerciais, regionais e bilaterais, com vista a promover o comércio e o desenvolvimento, ganhou impulso a nível mundial. A participação em alguma modalidade de Acordo de Comércio Preferencial (ACP) tem aumentado nos últimos 20 anos, com o número de ACP a registar uma subida de 70, em 1990, para quase 300, em 2011. Os países africanos concluíram um número considerável de acordos entre si (24 ACP em vigor), mas não há nenhuma evidência de um número crescente de ACP entre África e os seus parceiros emergentes das Américas ou da Ásia (muito embora, em 2010, quatro ACP tenham sido concluídos com a Ásia Ocidental e três com a Ásia Oriental). Alguns países africanos pertencentes ao grupo de países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) assinaram Acordos de Parceria Económica (APE) com a União Europeia (UE), tornando a Europa na região fora de África com o maior número de acordos com países africanos (16) (OMC, 2011).

Ao longo de 2011 não se registaram progressos nos Acordos de Parceria Económica (APE). No entanto, em Setembro de 2011, a Comissão Europeia anunciou a revogação dos benefícios decorrentes do Regulamento de Acesso ao Mercado, até Janeiro de 2014, caso os países não ractifiquem e implementem o respectivo APE, perdendo, assim, parte dos potenciais benefícios do acesso preferencial aos mercados da UE. Actualmente, apenas metade dos 36 países que rubricaram APE procederam à sua ractificação. Os países menos avançados (PMA) continuarão a beneficiar de acesso ao mercado duty-free e quota-free (DFQF), sob os auspícios do esquema Tudo Menos Armas (EBA – Everything but Arms). Os países de rendimento baixo (LIC) e os de rendimento médio-baixo (LMIC) continuarão a beneficiar do Sistema Generalizado de Preferências (SGP). No entanto, o Botswana e a Namíbia, estando um patamar acima dos países de rendimento médio, serão excluídos de cada iniciativa na ausência de ractificação (ICSTD e ECDPM 2011). As questões pendentes continuam a causar discórdia, com África insistindo nos objectivos de desenvolvimento dos APE, com espaço político suficiente para promover a sua industrialização e os imperativos de transformação estrutural. Fundamentalmente, existe a preocupação de que a pressa na celebração dos acordos possa impedir a concretização da agenda de integração regional de África, em parte devido à heterogeneidade de posições dos países das várias organizações regionais. O risco de um impacto desfavorável no processo de integração das economias africanas exige reflexão, pois só através do aumento do comércio intra-Africano, e da promoção de economias de escala, com vista a potenciar as vantagens comparativas de África, o continente poderá desbloquear o seu potencial e competitividade de modo a situar-se numa plataforma elevada na economia global. Um processo hesitante de APE pode estimular uma já fortalecida relação Sul-Sul entre África e as economias emergentes devido, sobretudo, aos reduzidos condicionalismos associados à mesma.



Caixa 3.1. Um passo em frente nas negociações dos APE na sub-região da CEDEAO

Em geral, as negociações dos APE giram em torno do acesso ao mercado, pescas, infra-estruturas sanitárias e fitossanitárias (SPS), agricultura, serviços, investimento e concorrência. Na região da África Ocidental (AO), representada pela CEDEAO, as negociações dos APE concentraram-se em diversas áreas temáticas, nomeadamente, a liberalização do comércio de mercadorias entre a África Ocidental e a UE, a liberalização dos serviços de assistência ao desenvolvimento no contexto dos APE, as estruturas de gestão do acordo e os mecanismos de resolução de litígios, entre outros.

Durante 2007 e 2008, a região de África Ocidental tinha vinte e uma divergências no texto do acordo, centradas principalmente na flexibilidade da pauta aduaneira comum (PAC) da CEDEAO, no estabelecimento das instituições de gestão e implementação dos APE, de modo a envolver todas as partes interessadas de ambos os parceiros, nas mudanças em direitos de exportação, nos impostos e na agricultura. Na sequência da Conferência Mini-Ministerial (CMM), realizada em Accra, no Gana, em Dezembro de 2011, apenas quatro áreas de divergência permanecem, a saber, os subsídios, a cláusula de nação mais favorecida (NMF), a cláusula de não execução e o compromisso de negociar zonas de comércio livre (ZCL) com outros países. No que se refere aos subsídios, a UE defende que um acordo só pode ser obtido a nível multilateral através de negociações na OMC, ao passo que, no que diz respeito à cláusula NMF, a CEDEAO mantém a necessidade de espaço político a fim de a região promover e fortalecer o comércio Sul-Sul. Além disso, os negociadores da UE continuam a insistir na inclusão da cláusula de não execução como um dos requisitos da União Europeia. A CEDEAO contrapõe que a região acredita que tais aspectos políticos da Parceria ACP-UE estão assentes nas disposições pertinentes do Acordo de Cotonu. Finalmente, no que diz respeito ao compromisso de negociar acordos de comércio livre com outros países, os negociadores da CEDEAO insistem que o seu mandato se centra exclusivamente em negociações com membros da UE.

Outras questões de divergência relacionam-se com o reforço de recursos (EPADP), o estabelecimento de um contrato sobre o montante a ser disponibilizado pelo EPADP e o mandato da Comissão Conjunta do APE sobre questões de desenvolvimento. Assim, e apesar dos progressos significativos registados na região da África Ocidental, o APE ainda está por finalizar. Países como o Gana e a Costa do Marfim, que assinaram acordos provisórios com a UE, estão sob pressão para ratificá-los, ainda que essa ratificação possa afetar negativamente os esforços de integração regional. A falta de cedências por parte da UE reforçou a necessidade de África olhar para alternativas aos APE, em particular, impulsionando o comércio intra-Africano, bem como o seu compromisso com as economias emergentes. Acima de tudo, uma decisão política é fundamental para orientar as futuras negociações dos APE.

Não obstante as grandes aspirações para a conclusão da Ronda de Doha para o Desenvolvimento (ADD) no final do ano, 2011 assistiu a progressos tímidos da actual situação das negociações. A oitava Conferência Ministerial da OMC aludiu à necessidade de redefinir uma nova estratégia para futuras negociações baseada na premissa “redução preliminar de algumas tarifas” (early harvest). Para África, estas compreendem, entre outras, o Duty-Free e Quota-Free (DFQF) e regras de origem, o algodão, o tratamento especial e diferenciado (S&DT) e o acesso mais profundo aos mercados agrícola, de bens não-agrícolas e de serviços. A menos que se chegue a um consenso sobre um equilíbrio adequado das contribuições e responsabilidades entre as economias emergentes e avançadas, é duvidoso imaginar como



as nações envolvidas nas negociações possam ultrapassar o impasse actual. Sobre a questão crucial do algodão, a Reunião Ministerial do designado Grupo C4, que integra quatro produtores de algodão africanos (Benim, Burkina Faso, Chade e Mali), apresentou uma proposta com a intenção de congelar os subsídios dos países desenvolvidos aos produtores de algodão nos níveis actuais, o que acabou por não ser aceite. Em relação ao acesso aos mercados não-agrícolas (NAMA), os debates sobre questões relacionadas com tarifas deverão ser retomados em Março, o que é indicativo do compromisso dos membros do comité com o processo de comércio multilateral. Como sempre, os negociadores africanos continuarão a mitigar os riscos e a maximizar os ganhos do consenso que procuram, de modo a garantir que não serão re-introduzidas novas questões sem finalizar definitivamente as actuais áreas em negociação e que as questões do desenvolvimento, em particular o S&DT, permanecem no centro da agenda.

Caixa 3.2. Sinais de sofisticação das exportações no comércio intra-Africano

O exame dos dados relativos ao comércio intra-Africano revela que os bens comercializados internamente são mais sofisticados do que os negociados com parceiros externos ao continente. A tabela a seguir apresenta esta evidência para o Quénia e a maioria das exportações do Gana, mostrando que as exportações destinadas aos mercados africanos contêm mais valor acrescentado do que as exportações para outros destinos. Esta evidência de uma relação de reforço mútuo entre a integração regional e a sofisticação das exportações acrescenta um novo impulso ao processo de expansão do comércio intra-Africano.

Cinco principais produtos exportados, em valor, para África e resto do Mundo, em 2008

Gana, cinco principais produtos exportados para o resto do Mundo

Ouro, semi-manufacturado
Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado
Castanha de Caju, fresca ou seca
Ouro em bruto
Madeira, não-conífera

Quénia, cinco principais produtos exportados para o resto do Mundo

Chá, preto embalado
Flores e botões de flores, frescas
Vegetais, frescos ou congelados
Flores e botões de flores, secas
Café, não torrado, não descafeinado

Gana, cinco principais produtos exportados para África

Ouro, semi-manufacturado
Peças e acessórios para máquinas, não-eléctricas
Contraplacado, madeira macia
Painéis, madeiras laminadas
Alumínio, placas, folhas, tiras

Quénia, cinco principais produtos exportados para África

Chá, preto embalado
Óleos de petróleo, betuminosos, destilados
Cimento de Portland, outros cimentos brancos
Cigarros e cigarrilhas de tabaco
Medicamentos, doseados

Fonte: Nações Unidas, 2011

A taxa de protecção média no comércio Intra-Africano, ainda bastante alta, situa-se em 8.7 por cento. No entanto, a 6ª Sessão Ordinária dos Ministros do Comércio da União Africana, realizada em Kigali, de 29 de Outubro a 2 de Novembro de 2010, decidiu acelerar a criação de uma zona de comércio livre continental com o objectivo de remover tarifas sobre bens e serviços comercializados internamente. A simulação, por parte da ECA, do equilíbrio geral propiciado por uma zona de comércio livre (ZCL), a nível continental, sugere um aumento de 51.7% da parcela de comércio intra-Africano, entre 2010 e 2022. Se os procedimentos aduaneiros e o manuseamento de carga portuária duplicassem a sua eficiência numa zona de comércio livre (ZCL) continental, a parcela de comércio intra-Africano poderia duplicar



num período de 12 anos, reforçando ainda mais a necessidade de abordar a facilitação do comércio. (ECA, no prelo).

O crescimento em larga escala dos laços económicos de África com as economias emergentes

O papel ascendente das economias emergentes, como a China, a Índia e o Brasil, no comércio com África e no investimento continuou a ganhar força em 2011. Tal facto amplia as oportunidades para uma cooperação Sul-Sul mais profunda com vista a promover a diversificação do mercado africano e do investimento, em consequência da difícil situação com que se confrontam as economias europeias e dos Estados Unidos da América (EUA). (ECA, 2011; Cheru e Obi, 2010; Eichengreen et al, 2010; Ajakaiye, 2006). À luz das oportunidades e desafios colocados pelas dinâmicas recentes, é imperativo que África se afirme e elabore uma estratégia de longo prazo, nacional e regional, de modo a melhor enquadrar o seu envolvimento com os parceiros do sul, numa parceria mutuamente reforçada. É ainda incerto o que as nações africanas pretendem das economias emergentes, embora estas pareçam conscientes do que necessitam das primeiras (Cheru e Obi, 2010). Um compromisso estratégico na canalização de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) com vista a aumentar a capacidade produtiva, a modernizar as infra-estruturas e a ampliar a cooperação no sector agrícola, numa tentativa de impulsionar a produção de maior valor acrescentado dos produtos agrícolas, é vital. É imperativo que a tendência “de recursos para infra-estruturas” verificada em vários países africanos durante a última década vá além de um intercâmbio deste tipo de modo a incorporar o reforço de competências da força de trabalho interno, as exigências de conteúdo local e, de modo crucial, a transferência de tecnologia. A capacidade de África para inovar e subir na escada do desenvolvimento está principalmente dependente da sua capacidade tecnológica, e a falta dessa capacidade tecnológica influenciou negativamente a sua competitividade, prejudicando a transformação estrutural e o crescimento económico. África deve aproveitar esta oportunidade, aumentando os seus esforços no sentido de maximizar os benefícios potenciais que pode colher do envolvimento mais profundo do sul. É fundamental um consenso político entre os governos, líderes empresariais, investidores estrangeiros e instituições de conhecimento e saber, de modo a permitir a elaboração de uma tecnologia de sucesso e de uma estratégia de inovação. Dada a importância crucial do Estado, os governos devem considerar o sector privado com parceiro dos objectivos estratégicos de desenvolvimento. Libertar a capacidade inovadora do sector privado é fundamental, pois este tem sido impotente face aos extremamente competitivos mercados regionais e globais. Os governos africanos devem criar mais incentivos para intensificar o nível de inovação e ajudar as empresas nacionais a desenvolver vantagens competitivas dinâmicas, pois só em setores dinâmicos, onde a produtividade do trabalho está a aumentar através do progresso técnico, como premissa para competências reforçadas e esforços inovadores, o crescimento sustentável pode ser atingido.

Ajuda ao Comércio

Mais evidências estão a emergir, de que é exemplo o grande impacto da iniciativa de Ajuda ao Comércio (AfT). A ajuda ao comércio para África registou um crescimento de 21.2%, em 2009, confirmando a tendência, com a duração de oito anos, e tornando-se a fonte mais estável da reforma das políticas comerciais em África, entre regiões em desenvolvimento. Em 2009, cerca de 37% de desembolsos de ajuda ao comércio (41% das autorizações) foram destinados a África. Houve uma variação considerável entre os beneficiários africanos. Além disso, pesquisas recentes confirmam que a iniciativa ajuda a aumentar o comércio (Helble, Mann e Wilson, 2009), e reduz significativamente os custos do comércio nos países em desenvolvimento (Busse, Hoekstra e KOENIGER, 2011). No entanto, Busse et al. (2011) também



mostram que, no caso dos países menos desenvolvidos, a ajuda aos fluxos comerciais tem de ser suficientemente grande para reduzir os custos comerciais. Em África, a ajuda ao comércio contribui para diversificar as exportações e melhorar a competitividade do comércio (Karingi e Leyaro, 2009).

Como parte do seu mandato de organização internacional responsável por Monitorar e Avaliar a Iniciativa para Apoio ao Comércio, a Comissão Económica para África (ECA), das Nações Unidas, reuniu evidências de histórias de casos africanos submetidas à terceira revisão global da Ajuda ao Comércio, da OMC, em Julho de 2011 (ECA, 2011). De todas as 37 histórias de casos apresentadas pelos Estados membros africanos para a Terceira Revisão Global de Ajuda ao Comércio 2011, 14 países relacionam as suas histórias de caso com as políticas de ajuda ao comércio, na categoria Políticas Comerciais e Regulamentação. Entre eles, três histórias de caso (Nigéria, Zâmbia e Zimbabwe) lidam explicitamente com questões de facilitação do comércio, e os três têm uma dimensão regional de facilitação do comércio. O estudo de caso da Nigéria abrange as actividades ao longo do corredor de trânsito compartilhado com o Benim, no âmbito de esforços mais amplos por parte da CEDEAO para melhorar o comércio ao longo do corredor de trânsito Lagos-Abidjan. A sua abordagem envolveu a criação de um fórum inclusivo, Task Force on Trade Facilitation, que efectivamente envolve todas as partes interessadas e fortalece a propriedade do projeto. O Zimbabwe e a Zâmbia apresentaram um relato de caso sobre as experiências compartilhadas no Posto de Controlo Fronteiriço em Chirundu “One Stop Border Post”, uma iniciativa no âmbito do acordo COMESA-ECA-SADC com vista a melhorar o inter e intra-comércio. As três abordagens descrevem os esforços para reduzir os gastos de comércio transfronteiriço com objectivos concretos, tais como a redução da documentação e do tempo de trânsito e a simplificação dos procedimentos e sistemas. Estas abordagens funcionam como exemplos de mecanismos de facilitação do comércio que são relevantes para muitos outros países africanos. À luz dos recentes esforços de África para impulsionar o comércio intra-Africano, é imperativo identificar áreas em que os fundos da ajuda ao comércio podem contribuir directamente para tal esforço.

As boas práticas emergentes da terceira revisão global incluem a efectiva coordenação nacional ou, ainda, a implementação de mecanismos, o envolvimento do setor privado, a apropriação pelos países parceiros e o compromisso dos doadores. Por outro lado, os factores que ainda colocam problemas residem nas dificuldades de gestão de projetos, nos problemas do lado do país parceiro, no financiamento inadequado, bem como na falta de ajuda para projetos comerciais financiáveis que respeitam os critérios de financiamento de ajuda ao comércio, comprometendo o financiamento de projetos com potencial, tanto a nível nacional como regional. Algum progresso vem sendo observado na monitorização e avaliação, uma questão fundamental para a eficácia da ajuda ao comércio. No entanto, ainda há espaço para melhorar no que diz respeito ao aumento da responsabilidade, à identificação de ineficiências e ao aumento do impacto potencial que a ajuda ao comércio pode ter, utilizando-se as ferramentas adequadas para avaliar e monitorar o progresso na implementação do projeto de ajuda ao comércio e a sua sustentabilidade.

Desenvolvimentos da integração regional em África

Os países africanos têm um longo historial de tentativas de formação de grupos, a nível regional e continental. Desde a década de 60 do século passado, muitas associações surgiram e desapareceram. O Mercado Comum Africano, composto pela Argélia, o Egipto, o Gana, a Guiné, o Mali e Marrocos, foi criado em 1962. A União Aduaneira Equatorial (Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo e Gabão) foi igualmente criada em 1962, acabando por levar à actual Comunidade Económica e Monetária da África Central. A Comunidade da África Oriental (CAO) foi em tempos o mais desenvolvido agrupamento regional africano. No



entanto, novos foros foram surgindo, reflexo da vontade política de integração regional dos dirigentes africanos.

É certo que pela via de integração regional os países africanos poderão incrementar os baixos níveis de comércio intra-africano e interno. O mapa actual, com muitas e pequenas economias, constitui um desafio ao desenvolvimento comercial do continente. A integração regional acelera o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável de África. Apesar de terem existido diversas oportunidades de integração, a África ainda não viu os resultados esperados, consequência de problemas na implementação das actividades e programas.

Os progressos na implementação têm sido feitos através das Comissões Económicas Regionais, mas são necessários esforços adicionais a nível regional e continental.

O Tratado de Abuja, de 1991, prevê objetivos ambiciosos, como a criação da Comunidade Económica Africana, com uma moeda única, até 2023.

A sua implementação está, neste momento, na terceira fase, para a criação de áreas de comércio livre e uniões aduaneiras até 2017. O Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade da África Oriental (CAO), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) têm o estatuto de área de comércio livre e lançaram programas para a concretização, no prazo estabelecido, da união aduaneira. No caso da CAO, a união aduaneira entrou em vigor em 2005, pelo que é, até ao momento, a única em funcionamento. A CAO lançou, em 2010, o projecto de criação do mercado comum. A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e a Comunidade dos Estados do Sahel-Sara (CENSAD) permanecem num segundo patamar de coordenação e harmonização de actividades entre os Estados-membros.

Na África Ocidental, foram reforçados os laços entre a CEDEAO e a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). As duas instituições têm um programa comum de liberalização económica e de convergência de políticas macroeconómicas. Na África Central, a CEEAC e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) estão a reforçar os laços mútuos, com o objectivo de harmonizarem os seus programas. A CAO e a COMESA assinaram um memorando de entendimento para impulsionar a harmonização de políticas e programas. A COMESA e a SADC lançaram igualmente actividades conjuntas, incluindo a criação de uma task force para analisar questões de interesse mútuo.

Os ministros do comércio da União Africana (UA), reunidos em Kigali, em 2010, decidiram acelerar os esforços para remover os obstáculos que ainda obstam à criação de uma área de comércio livre continental. A Comissão da União Africana e outras organizações têm, desde então, emitido recomendações para o crescimento do comércio intra-africano e para acelerar a área de comércio livre, objectivos apoiados pela União Africana, em cimeira de Janeiro de 2012.

A integração regional está a ser travada pela ausência de recursos financeiros adequados e de expertise, pela participação dos países em mais de uma organização, pela duplicação de mandatos, pela falta de coordenação e harmonização de políticas entre as organizações, fraqueza infraestrutural e inconsistência política das instituições pan-africanas.

A União Africana, a Comissão Económica das Nações Unidas para África (ECA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) e as comissões regionais estão a tentar enfrentar os problemas através da eliminação de barreiras comerciais, do reforço da integração económica, da promoção da livre circulação de pessoas, considerado elemento importante para o comércio transfronteiriço e da harmonização de políticas e programas.



Barreiras comerciais: Os produtos africanos não são competitivos na cena global devido a factores como os elevados custos de transporte, taxas de armazenamento e manuseamento e procedimentos alfandegários. Por outro lado, os comerciantes africanos enfrentam problemas de transporte, comissões ilegítimas, assédio e corrupção nos corredores de trânsito e de comércio. As entidades regionais como a COMESA, a CEDEAO, a CAO e a SADC, em paralelo com várias instituições de gestão, estão a tentar harmonizar, simplificar e automatizar os procedimentos e documentos alfandegários, desenvolver os serviços de transporte e logística e as infraestruturas.

Integração económica: A UA, os agrupamentos regionais e os governos nacionais estão a tentar melhorar e reforçar os mercados financeiros. À escala continental, a União Africana está a trabalhar na criação do Banco Africano de Investimento, do Banco Central Africano e do Fundo Monetário Africano.

A COMESA, usando o Banco de Comércio e Desenvolvimento da África Oriental e Austral, mais conhecido como Banco PTA, tem uma linha de 2 mil milhões de USD de assistência técnica para a promoção do investimento e dispõe de instrumentos de financiamento do comércio. O Banco de Desenvolvimento da África Oriental (BDAO) está também a tentar reforçar o seu papel de financiador na região CAO. Nos países da CEDEAO, o Ecobank está a fornecer serviços de intermediação bancária e financeira, tanto na região como para além dela. O Banco Africano Export-Import Bank (Afrexim), sediado no Cairo, é outra iniciativa continental concebida para promover e apoiar o financiamento ao crédito em África.

Livre circulação de pessoas: O Tratado de Abuja, de 1991, instou os signatários a adoptar políticas de emprego que permitissem a livre circulação de pessoas, no quadro da proposta Comunidade Económica Africana. As instituições regionais devem trabalhar na elaboração de quadros que permitam a concretização da livre circulação de pessoas, direitos de permanência e residência. Se alguns protocolos e quadros já foram adoptados, os progressos continuam a ser mistos. Alguns grupos regionais já deram passos concretos, através da celebração de acordos de remoção da necessidade de vistos, vistos turísticos únicos e passaportes regionais. Aos agrupamentos regionais e países que ainda não atingiram os seus compromissos de aplicação de protocolos para a livre circulação de pessoas está a ser pedido que redobrem os seus esforços.

Harmonização de políticas e programas: A União Africana lançou o Programa Mínimo de Integração (PMI), onde são definidas áreas prioritárias em relação às quais as comunidades económicas regionais podem reforçar a cooperação e beneficiar das vantagens comparativas da integração. O PMI integra objectivos do Plano Estratégico da UA (2009-2012) e mecanismos de avaliação e supervisão.

As comunidades regionais, os Estados-membros da UA e os parceiros de desenvolvimento como a ECA e o BAfD estão a trabalhar no programa, mas a sua concretização, bem como a dos vários projectos, enfrenta diversos constrangimentos, como a ausência de uma coordenação efectiva por parte da Comissão da UA e a incompatibilidade entre as políticas nacionais e as abordagens regionais. Em menor grau, também a pluri-participação dos países em processos regionais, a limitação de recursos financeiros para os projectos e a existência de diferentes prioridades entre as regiões, prejudicou o programa. Os chefes de Estado africanos acordaram a criação de um 'Fundo de Integração' para financiar o PMI e subscreveram um plano de acção para dar uma nova dinâmica às actividades do programa.



Infraestruturas regionais

As deficientes infraestruturas são um impedimento da maior importância ao comércio, à competitividade e ao desenvolvimento sustentável na maioria dos países africanos, particularmente naqueles que não têm costa litoral e nas pequenas ilhas. Os custos de transporte em África continuam a estar entre os mais elevados do mundo, o que é claramente prejudicial à competitividade em mercados locais e internacionais. De acordo com estudos recentes, os custos de transporte, enquanto percentagem das exportações africanas, variam entre os 30 e os 50%. Nos países sem acesso ao mar, pode atingir $\frac{3}{4}$ do valor das exportações. A média nos outros países em desenvolvimento situa-se na casa dos 17 por cento.

O aprofundamento da integração depende, em grande medida, da capacidade do continente para conseguir as infraestruturas e a energia para reduzir os custos dos negócios e aumentar a competitividade. Estão em curso esforços consideráveis para melhorar as infraestruturas rodoviárias, mas a ferrovia também deixa muito a desejar. São precisas acções adicionais na modernização dos portos, nas ligações aéreas, nas tecnologias de informação e na energia. A União Africana e o BafD estão a liderar o Programa de Desenvolvimento de Infraestruturas em África (PDIA) que pretende mobilizar 80 mil milhões de USD, durante a próxima década, para acelerar os progressos nas super-infraestruturas e nas ligações inter-continetais.

Progressos nas infraestruturas

Fazer negócios que impliquem o cruzamento de fronteiras em África é um processo complexo, com várias inspecções aduaneiras, diferentes padrões técnicos e, nalguns países, postos de controlo informais. A rede rodoviária e ferroviária é insuficiente e muitos portos e aeroportos necessitam de intervenções de manutenção e de expansão. A maioria dos países africanos necessita de aumentar a eficácia da administração aduaneira, do manuseamento de carga e dos serviços logísticos. Segundo o relatório Doing Business 2009, do Banco Mundial, a maior parte dos países subsarianos situa-se nos últimos 40% do ranking do indicador do comércio transfronteiriço.

O desenvolvimento das infraestruturas deu um contributo para o crescimento das exportações africanas, mas ainda há muito a fazer. A proporção de estradas pavimentadas é cerca de cinco vezes menor do que a registada nos países de alto rendimento da OCDE. A cobertura telefónica do Norte de África e da região subsariana é também muito pior, quando comparada com os níveis da OCDE. Este estrangulamento infraestrutural faz com que os custos de transportes nos países africanos sejam 63% superiores aos dos países desenvolvidos.

A rede ferroviária deveria ser a espinha dorsal da rede de transportes do continente. A realidade é que as linhas de caminho-de-ferro são maioritariamente de via única, ligando o interior às zonas costeiras, com muito poucas ligações, e as bitolas variam de país para país, pelo que necessitam de muitos melhoramentos.

A África é a região do mundo com o maior crescimento da indústria aeronáutica, resultado da liberalização do mercado, plasmada na Declaração de Yamoussoukro, de 1999. Esta decisão tem tido uma implementação lenta mas, mesmo assim, diversos países concederam direitos bilaterais autorizando as companhias aéreas a transportar passageiros para países terceiros.

O desenvolvimento das infraestruturas energéticas é fundamental para a promoção da indústria e para a criação de postos de trabalho, particularmente nas áreas rurais. O PDIA refere que este sector necessita de atenção urgente, mas também é o que requer mais



meios financeiros para desenvolver ou remodelar. O continente africano, sobretudo a região subsariana, tem a mais baixa taxa de acesso a electricidade, em comparação com outras regiões em desenvolvimento e, no entanto, África tem petróleo, gás, carvão e recursos hidroelétricos abundantes, muitas vezes sub-explorados. O sucesso de África no desenvolvimento do acesso à energia e na construção de infraestruturas depende da integração regional para facilitar o comércio de energia entre os países africanos.

O desenvolvimento de infraestruturas e do sector da energia foi afectado pela falta de capacidade africana para mobilizar financiamentos e o envolvimento do sector privado. O recente estudo Africa Energy Outlook 2040 (NEPAD, União Africana e BafD 2011) concluiu que seriam necessários cerca de 43.6 mil milhões de USD anuais para fazer face à procura de energia, até 2040². Segundo um estudo BafD-UA, as reservas de petróleo conhecidas cresceram mais de 25% nos últimos 20 anos, e as reservas de gás conhecidas mais do que duplicaram. A Nigéria, a Argélia, Angola, o Sudão do Sul e o Sudão representam cerca de 90% das reservas continentais.

Colmatar as lacunas infraestruturais

A importância das estradas, pontes, aeroportos e de outras infraestruturas é agora mais destacada. Para colmatar as lacunas existentes, os líderes africanos acordaram diversos planos, entre os quais o Plano de Acção de Infraestruturas Africanas 2010-2015, da NEPAD-UA, o Instrumento de Preparação de Projectos Infraestruturais e o Fundo Pan-Africano de Desenvolvimento Infraestrutural. Este é o sector do desenvolvimento no qual o Banco de Desenvolvimento Africano despende agora mais verbas, e há uma crescente cooperação regional a nível de projectos, como a auto-estrada transafricana e o consórcio energético da África Ocidental. Todas as instituições pan-africanas estão a trabalhar com os Estados-membros para o desenvolvimento das redes infraestruturais.

Os agrupamentos regionais estão a actuar na melhoria de vias ferroviárias, dos transportes marítimo e aéreo, da energia e das comunicações. Os dirigentes africanos estão a pôr em prática uma visão estratégica para a integração do continente, e as infraestruturas ajudam a impulsionar o desenvolvimento económico e social. Muitos países africanos, porém, enfrentam dificuldades na mobilização de recursos financeiros para a construção ou renovação de estradas, pontes, portos, aeroportos, ferrovias – em suma, todas as infraestruturas.

Notas

1. As três instituições pan-africanas são: o Banco Africano de Investimento, o Fundo Monetário Africano e o Banco Central Africano.
2. Ministerial Conference on Water for Agriculture and Energy in Africa: the Challenge of Climate Change, Sirte, Libyan Arab Jamahiriya, 15-17 December 2008

Referências

- AERC (African Economic Research Consortium) (2010), *Proceedings from the Conference on Africa-China Relations*, Hilton Hotel, 28-30 de Setembro, Addis Abeba.
- Ajakaiye, O., 2006. "China and Africa: Opportunities and Challenges", African Economic Research Consortium Coping Paper No. SSC_1.
- Anand, R., S. Mishra e N. Spatafora, 2011. "Economic Growth and the Sophistication of Production", Working Paper FMI
- BafD (Banco Africano de Desenvolvimento), OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) e ECA (Comissão Económica das Nações Unidas para África) (2010), *African Economic Outlook 2010*, OCDE, Paris.



3. Evolução das negociações internacionais sobre comércio em 2011

- BAfD, OCDE, PNUD e ECA (2011), African Economic Outlook 2011, OCDE, Paris.
- Banco Mundial, 2011b. Doing Business: Trading Across Borders Database (<http://www.doingbusiness.org/data/exploretopics/trading-across-borders>)
- Cheru, F. e C. Obi, 2010. The Rise of China and India in Africa: Challenges, Opportunities and Critical Interventions, Zed Books, Londres.
- CNUCED, 2010. Trade and Development Report 2011: Employment, Globalization and Development, CNUCED, Genebra
- CNUCED e UNIDO, 2011. Economic Report on Africa 2011: Fostering Industrial Development in Africa in the New Global Environment, Nações Unidas, Nova Iorque e Genebra.
- CNUCED, 2011a.UNCTAD.stat.
- <http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx>
- CNUCED2011b. Least Developing Countries Report 2011: The Potential Role of South-South Cooperation for Inclusive and Sustainable Development, CNUCED, Genebra.
- Comissão Europeia, 2011. Proposal for a Regulation of the European Parliament and of the Council amending Annex I to Council Regulation (EC) No 1528/2007 as regards the exclusion of a number of countries from the list of regions or states which have concluded negotiations. COM (2011) 598 final, 2011/0260 (COD). Bruxelas.
- CUA (Comissão da União Africana) (2004), The Mission, Vision and Strategic Framework of the African Union Commission (2004-2007), Comissão da União Africana, Addis Abeba.
- CUA 2006), The Review of Millennium Development Goals and the Millennium Declaration: An African Common Position, Comissão da União Africana, Addis Abeba.
- ECA, BAfD e CUA (2006), Assessing Regional Integration in Africa II: Rationalizing Regional Economic Communities, Comissão Económica para África, Addis Abeba.
- ECA, BAfD e CUA (2008), Assessing Regional Integration in Africa III: Towards Monetary and Financial Integration in Africa, Comissão Económica para África, Addis Abeba.
- ECA, BAfD e CUA (2010), Assessing Regional Integration in Africa IV: Enhancing Intra-African Trade, Comissão Económica para África, Addis Abeba.
- ECA e CUA, 2011.Economic Report on Africa 2011: Governing Development in Africa - The Role of the State in Economic Transformation, ECA, Addis Abeba.
- Eichengreen, B, P. Gupta e R. Kumar, 2010.Emerging Giants: China and India in the World Economy, Oxford University Press, Nova Iorque.
- Fórum Económico Mundial, 2011a.The Africa Competitiveness Report 2011. FEM, Genebra (http://www3.weforum.org/docs/WEF_GCR_Africa_Report_2011.pdf).
- Hausmann, R., J Hwang e D. Rodrik, 2007. "What You Export Matters." Journal of Economic Growth 12(1), 1-25
- Hidalgo, C.A., B. Klinger, A.L Barabasi e R. Hausmann, 2007."The Product Space Conditions the Development of Nations". I317(5837), 482-487.
- Mkwezalamba, M. e E. Chinyama (2007), "Implementation of Africa's Integration and Development Agenda: Challenges and Prospects", African Integration Review, Vol. 1.
- OUA (Organização de Unidade Africana) (2000), Constitutive Act of the African Union, OUA, Addis Abeba.
- OUA (1991), Treaty Establishing the African Economic Community, OUA, Addis Abeba.
- Páez, L., et al. (2010), "A Decade (2000-2010) of African-U.S. Trade Under the African Growth and Opportunity Act (AGOA): Challenges, Opportunities and a Framework for Post AGOA Engagement", paper apresentado na Conferência Económica Africana 2010, Tunis, 27-29 Outubro, www.uneca.org/aec/2010/papers.htm
- União Africana (2010a), "African Union Commission-Regional Economic Communities Common Position Paper on EPAs", Conferência dos Ministros do Comércio da UA, 6ª Sessão Ordinária, 29 Outubro – 2 Novembro 2010, Kigali.
- União Africana (2010b), "EPA Negotiations Coordination Meeting Report", Conferência dos Ministros do Comércio da UA, 6ª Sessão Ordinária, 29 Outubro – 2 Novembro 2010, Kigali.
- Wolf, S., 2007."Encouraging Innovation for Productivity Growth in Africa", ATPC Work in Progress, No. 54, ECA



Chapitre 4

Desenvolvimento humano

Melhorar a qualidade de vida na África subsariana continua a ser um combate diário. A região voltou a ter o menor nível agregado dos indicadores de desenvolvimento humano - esperança de vida, educação e nível de vida - em 2011, mas registou o segundo maior crescimento anual no período 2000-2011.

Os cinco países com as maiores taxas de progresso ao longo deste período - Ruanda, Serra Leoa, Etiópia, Moçambique e Mali - são pobres ou emergentes de conflitos. Estes países mostraram que se pode aumentar significativamente as capacidades dos seus povos, mesmo com recursos financeiros limitados, se forem implementadas políticas correctas. No entanto, não basta melhorar apenas as políticas. De facto, construir escolas, hospitais, serviços públicos e estradas requer vastos recursos financeiros que tradicionalmente vêm de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e das remessas dos emigrantes. Estancar a fuga de capitais pode constituir uma importante fonte de financiamento ao desenvolvimento e a melhorar o Desenvolvimento Humano em África.

África, em resultado da fuga de capitais, perdeu cerca de 700 mil milhões de USD entre 1970 e 2008. Se o capital assim saído tivesse sido reinvestido em África, com o actual nível de produtividade do investimento, estimativas apresentadas neste relatório sugerem que a taxa de redução da pobreza poderia ter aumentado 4-6 pontos percentuais por ano, em média, durante o período de 2000 a 2008. Os países africanos, como um todo, poderiam alcançar o Objetivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir para metade o nível de pobreza de 1990, até 2015, objectivo que, ao actual ritmo de redução da pobreza, não vão conseguir atingir. A fuga de capitais também poderia ser canalizada para um maior investimento em infraestruturas sociais e económicas.

A cooperação internacional será crucial para reverter o fluxo de capitais africanos de volta para o continente. África deve continuar a melhorar a governação a nível interno e eliminar as práticas que promovem a fuga de capitais. A comunidade internacional deve ajudar o continente a identificar e a repatriar as riquezas roubadas, utilizando, entre outros, instrumentos internacionais, de que é exemplo a “Iniciativa de Recuperação de Activos Roubados.” Sem uma coligação internacional para a reversão da fuga de capitais a África, isoladamente, não terá sucesso devido à reticência de alguns países que beneficiam de tais práticas..

Estado do desenvolvimento humano em África

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1990 a fim de acompanhar a evolução mundial do desenvolvimento humano em todo o mundo com foco em três aspectos fundamentais: uma vida saudável, acesso à educação e nível de vida digno (BAfD et al, 2011B.). O IDH mais recente (Tabela 1) mostra que, em 2011, a África Subsariana continua a ter o menor nível agregado de desenvolvimento humano. No entanto, o ritmo da sua melhoria manteve-se a par da região da Ásia Oriental e Pacífico, durante o período 2000-2011.



Tabela 4.1. Índices de desenvolvimento humano (1990-2011)

PAÍSES	1990	2000	2011	Crescimento anual em %	
				1990-2011	2000-2011
Argélia	0.551	0.624	0.698	1.13	1.026
Angola	..	0.384	0.486	..	2.18
Benim	0.316	0.378	0.427	1.444	1.105
Botsuana	0.594	0.585	0.633	0.297	0.714
Burquina Fasso	..	..	0.331	..	..
Burundi	0.25	0.245	0.316	1.123	2.333
Camarões	0.427	0.427	0.482	0.578	1.11
Cabo Verde	..	0.523	0.568	..	0.755
República Centro Africana	0.31	0.306	0.343	0.475	1.046
Chade	..	0.286	0.328	..	1.258
Comores	..	..	0.433	..	..
Congo	0.502	0.478	0.533	0.283	0.992
República Democrática do Congo	0.289	0.224	0.286	-0.043	2.249
Costa do Marfim	0.361	0.374	0.4	0.496	0.613
Djibuti	..	..	0.43	..	..
Egipto	0.497	0.585	0.644	1.241	0.883
Guiné Equatorial	..	0.488	0.537	..	0.878
Eritreia	..	..	0.349	..	..
Etiópia	..	0.274	0.363	..	2.571
Gabão	0.605	0.621	0.674	0.516	0.746
Gâmbia	0.317	0.36	0.42	1.351	1.405
Gana	0.418	0.451	0.541	1.232	1.662
Guiné	..	..	0.344	..	..
Guiné-Bissau	..	..	0.353	..	..
Quênia	0.456	0.443	0.509	0.522	1.272
Lesoto	0.47	0.427	0.45	-0.215	0.475
Libéria	..	0.306	0.329	..	0.64
Líbia	..	..	0.76	..	..
Madagáscar	..	0.427	0.48	..	1.07
Malauí	0.291	0.343	0.4	1.52	1.408
Mali	0.204	0.275	0.359	2.742	2.469
Mauritânia	0.353	0.41	0.453	1.196	0.922
Maurícias	0.618	0.672	0.728	0.782	0.732
Marrocos	0.435	0.507	0.582	1.391	1.256
Moçambique	0.2	0.245	0.322	2.279	2.491
Namíbia	0.564	0.577	0.625	0.494	0.724
Níger	0.193	0.229	0.295	2.047	2.332
Nigéria	..	..	0.459	..	..
Ruanda	0.232	0.313	0.429	2.967	2.917
São Tomé e Príncipe	..	..	0.509	..	..
Senegal	0.365	0.399	0.459	1.103	1.281
Serra Leoa	0.241	0.252	0.336	1.609	2.649
Seicheles	..	0.764	0.773	..	0.106
África do Sul	0.615	0.616	0.619	0.031	0.05
Sudão	0.298	0.357	0.408	1.516	1.228
Suazilândia	0.526	0.492	0.522	-0.029	0.538
Tanzânia	0.352	0.364	0.466	1.346	2.266
Togo	0.368	0.408	0.435	0.799	0.579
Tunísia	0.542	0.63	0.698	1.214	0.94
Uganda	0.299	0.372	0.446	1.928	1.653
Zâmbia	0.394	0.371	0.43	0.425	1.366
Zimbabué	0.425	0.372	0.376	-0.585	0.106
África Subsaariana	0.383	0.401	0.463	0.907	1.316
África	0.397	0.415	0.467	0.78	1.079
Ásia Oriental e Pacífico	0.498	0.581	0.671	1.43	1.318
Ásia do Sul	0.418	0.468	0.548	1.298	1.445
América Latina e Caraíbas	0.624	0.68	0.731	0.756	0.66

Fonte: Com base no PNUD (2011).



Os benefícios para a África Subsariana resultantes da melhoria das condições de vida parecem resultar das três dimensões do Desenvolvimento Humano. A introdução de acesso universal ao ensino primário em países como Uganda e Lesoto fomentaram a educação escolar. A esperança de vida aumentou, em consequência da adopção, pelos países, de políticas inovadoras com vista a melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde prestados. No Ruanda, por exemplo, o Governo introduziu um Seguro de Saúde Baseado na Comunidade (CBHI) que permite oferecer serviços de saúde de qualidade a preços acessíveis a todos. Com a melhoria do funcionamento do sistema, as taxas de adesão da população aumentaram de 7%, em 2003, para 93%, em Junho de 2010. Um estudo recente sobre o efeito da política de “Pagamento por Desempenho” (P4P – Payment for Performance), na prestação de cuidados primários, no Ruanda, mostra que melhorou a utilização e a qualidade dos serviços de saúde materno-infantil. Vinte e três meses após a introdução do projecto-piloto P4P, registaram-se mais 23% de partos assistidos, mais 56% de consultas de cuidados preventivos por parte das crianças com idades iguais ou inferiores a 23 meses e mais 132% de consultas a crianças com idades compreendidas entre 24 e 59 meses. (Basinga et al., 2011).

Isto ilustra a importância da implementação de políticas correctas. Se a taxa de crescimento do desenvolvimento humano do Ruanda pudesse tornar-se na taxa média da África Subsariana para os próximos 16 anos, a região atingiria o nível de desenvolvimento humano da América Latina e Caraíbas, que é neste momento o mais elevado do mundo em desenvolvimento.

Outro factor que contribuiu para o progresso de África é o crescimento do rendimento. O crescimento recente no desenvolvimento humano resulta do facto de a maioria dos países africanos experimentar elevados níveis de crescimento económico. As *Perspectivas Económicas em África* têm mostrado que África está a passar pelo mais longo período de ininterrupto crescimento do rendimento ao longo das últimas três décadas. Com a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em cerca de 5% ao ano, nos últimos 10 anos, África tem agora uma das economias regionais que mais crescem em todo o mundo. O crescimento do rendimento significa que os recursos adicionais foram usados para financiar projetos ou actividades que ajudam vidas diariamente. Este é o caso, por exemplo, dos gastos em educação ou em saúde. Um segundo canal, menos direto, é o investimento. Como as economias crescem, elas atraem mais investimentos e geram recursos adicionais que são reinvestidos na economia, aumentando o rendimento per capita. Entre 2003 e 2009, o PIB per capita em África cresceu 2.7% ao ano. Se a queda no rendimento registado em 2009, em resultado da crise económica e financeira internacional, for retirada, a taxa de crescimento do PIB per capita é de 3.1%. Este aumento de rendimento aumenta o poder de compra da população, permitindo aos consumidores acesso a bens e serviços que anteriormente não estavam ao seu alcance. O aumento do PIB per capita acelerou a redução da pobreza na África Subsariana. Estima-se que, em média, um aumento de 1% no rendimento per capita leva à redução de cerca de 1.5% da pobreza (Fosu, 2011). Em 1999, a taxa de pobreza da África Subsariana situava-se em 58% da população, declinando para 52% em 2005. Em 2008, a taxa havia caído para 48% da população. A taxa de pobreza diminuiu 2.2% por ano durante o período de 1999 a 2008, um desempenho sem precedentes desde 1980, quando os dados comparativos foram compilados pela primeira vez. Como as simulações a seguir sugerem, mantendo-se este ritmo de redução da pobreza nos próximos anos, vai permitir a alguns países africanos atingir o primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM), de reduzir para metade o nível de pobreza de 1990, até 2015. Mas nem todos os países africanos vão cumprir esse Objectivo na data prevista.

Reduzir a pobreza e melhorar o nível de vida para níveis compatíveis com os objectivos de desenvolvimento humano de África vai exigir enormes recursos. Os recursos não-financeiros incluem um forte compromisso político para com o desenvolvimento humano



que precisa ser traduzido numa visão com objectivos claros para a sua implementação, como o caso do Ruanda ilustra. Também é crucial a disponibilidade de pessoal qualificado para implementar as políticas. Para a prestação de serviços também são necessários hospitais, escolas, eletricidade, estradas, etc. Mas a construção e manutenção daquelas infraestruturas exige elevados recursos financeiros. Algumas estimativas sugerem que o cumprimento da igualdade de género e as metas de educação dos ODM até 2015 exigiriam um esforço adicional anual de 1.8 mil milhões de USD para 2.3 mil milhões de USD. Na mesma linha, as metas de saúde dos ODM exigiriam entre 16.4 mil milhões de USD e 19.5 mil milhões de USD, anualmente. A África Subsariana necessitará de 72 mil milhões de USD a 89 mil milhões de USD de recursos adicionais anuais para atingir o crescimento económico necessário com vista a reduzir para metade do nível de pobreza registado em 1990, até 2015 (Atisophon et al., 2011). Na agricultura, o desenvolvimento dos sistemas de irrigação, muito necessários em áreas onde eles são economicamente viáveis, custaria ao continente cerca de 54 mil milhões de USD, não considerando os custos de reabilitação dos sistemas de irrigação existentes (You et al., 2009). Outra estimativa sugere que África precisa investir anualmente 40 mil milhões de USD em novas infraestruturas e outros 40 mil milhões de USD para manter as infraestruturas existentes (Gijón, 2008).

Não é viável aos países fazerem progressos substanciais sem dedicar um financiamento adicional para o desenvolvimento humano. Até agora, a maioria dos serviços extraordinários necessários foram suportados pelo sector público, tornando a sua prestação vulnerável às flutuações das receitas públicas. A maioria dos governos africanos não possui recursos internos suficientes para atender a todas as suas necessidades. No passado, a ajuda desempenhou um papel importante, mas as necessidades são tão grandes que uma só fonte não pode preencher a falta de recursos. Torna-se necessário uma combinação de diferentes fontes de financiamento do desenvolvimento, incluindo a ajuda pública ao desenvolvimento tradicional, o investimento directo estrangeiro, as remessas e os recursos nacionais, públicos e privados.

Travar a fuga de capitais e repatriar o enorme stock de capital que está no exterior poderia tornar-se a nova fonte de financiamento do desenvolvimento para utilizar em serviços. Se os milhares de milhões de dólares que deixam o continente a cada ano na forma de fuga de capitais tivessem sido dirigidos para o desenvolvimento humano em África, a região estaria em melhor posição para alcançar os seus objetivos de desenvolvimento. Entre 1970 e 2008, o capital total que fugiu de África foi estimado em 700 mil milhões de USD (Ndikumana e Boyce, 2011). Ironicamente, entre os oito países com a fuga de capitais média superior a mil milhões de USD, por ano, durante o período de 2000 a 2008, cinco são classificados como países de baixo desenvolvimento humano (PNUD, 2011) que lutam para encontrar os recursos financeiros necessários para melhorar a vida dos seus habitantes.

Dada a natureza dos fluxos financeiros ilícitos e as dificuldades em os estimar, diferentes estudos produzem diferentes estimativas. A estimativa do Global Financial Integrity coloca a fuga de capitais para fora da África durante o período 1970-2008 em 854 mil milhões de dólares e constata que o montante poderia ser tão alta quanto 1,8 biliões de dólares se o cálculo dos valores não foi constrangido pela indisponibilidade ou má qualidade dos dados para alguns países (Global Financial Integrity, 2010). Note-se que o cálculo da fuga de capitais inclui os activos financeiros adquiridos licitamente e ilicitamente que deixam o país ilegalmente. Portanto, um fluxo de capital qualifica-se como fuga de capitais quando sai ilicitamente.



Fuga de capitais e desenvolvimento humano em África

A fuga de capitais de África foi recentemente colocada na vanguarda do debate sobre políticas de desenvolvimento. Além do recente trabalho de Ndikumana e Boyce (2011), Global Financial Integrity (2010) e O Banco Mundial (2011), a Comissão Económica para África das Nações Unidas acaba de estabelecer um Painel de Alto Nível sobre os fluxos financeiros ilícitos de África chefiado por Thabo Mbeki, ex-presidente da África do Sul. O papel do Painel é o de “determinar a natureza, o padrão, o alcance, e canais de fluxos financeiros ilícitos do continente; sensibilizar os governos africanos, cidadãos, legisladores, líderes políticos e parceiros de desenvolvimento para o problema; mobilizar apoio para criar a regulação necessária, regulamentos e políticas para contrariar fluxos financeiros ilícitos; e influenciar as políticas nacionais, regionais e internacionais, ou iniciativas para resolver o problema dos fluxos financeiros ilícitos de África.”

A fuga de capitais muitas vezes é concebida como sendo determinada por diferenças nas taxas ajustadas ao risco de retorno do capital (Collier et al, 2001). A fuga de capitais, então, corresponde a grandes saídas legais ou ilícitas de recursos financeiros, devido à instabilidade política ou económica no país de origem ou a maiores taxas de rentabilidade do investimento no país de destino. Esta perspectiva escamoteia uma importante componente para a fuga de capitais de África: as saídas financeiras resultantes da apropriação ilícita de recursos por meio de roubo, pilhagem de recursos públicos, corrupção e sobrefacturação das importações.

A fuga de capitais poderá afectar o desenvolvimento humano através de diversos canais. O primeiro reside na estreita associação entre a fuga de capitais e dívida. Por cada dólar de dívida externa de África, mais de 50 centavos deixam o país no mesmo ano sob a forma de fuga de capital (Ndikumana e Boyce, 2011). O reembolso da dívida pública reduz a capacidade das populações africanas para aumentar os gastos em saúde, educação, infraestruturas e outros serviços de modo a melhorar os seus níveis de vida. Se os montantes utilizados anualmente para pagar as dívidas externas africanas fossem gastos em programas e projetos para reduzir a mortalidade infantil, poder-se-ia evitar a morte de 70 000 crianças, por ano (Ndikumana e Boyce, 2011).

A fuga de capitais também aprofunda as desigualdades. Quem beneficia da fuga de capitais são as elites que se envolvem em sobre e sub-facturação no comércio de importações e exportações ou aqueles que têm o poder de, ilicitamente, se apropriarem e transferirem recursos para o exterior. Quase todas as pessoas envolvidas na fuga de capitais em África estão no segmento dos 10% mais ricos da população (Ngaruko, 2012). Mesmo em países onde a fuga de capitais é impulsionada principalmente por investimentos em carteira, são os ricos que beneficiam, pois têm acesso aos instrumentos de investimento estrangeiro que o cidadão comum não tem (Rodriguez, 2004; Vespignani, 2008). A fuga de capitais em África também está associada com a má governação. A corrupção aumenta a fuga de capitais por desencorajar o investimento interno e por aumentar os riscos e a incerteza na economia interna. Como resultado, os agentes internos preferem investir no exterior, aumentando a fuga de capitais e privando os países de empregos e outros benefícios sociais resultantes do investimento nacional (Le e Rishi, 2006). A corrupção ajuda as elites a assumir ilegalmente o património público ou privado e transferi-los para o exterior. Os líderes dos países têm pouco incentivo para desenvolver a economia interna e os serviços sociais. O acesso à saúde e a serviços de ensino, no estrangeiro, faz com que as elites estejam imunes aos perigos dos deficientes serviços sociais nacionais em que a maioria da população tem de confiar. Portanto, melhorando a governação e o Estado de direito, restringem-se as práticas que promovem a fuga de capitais.



O investimento é um dos canais mais importantes através dos quais a fuga de capitais afecta o desenvolvimento humano. Se os montantes correspondentes à fuga de capitais tivessem sido poupados e investidos na economia interna do país de origem poderiam aumentar o rendimento *per capita* e ajudar a reduzir a pobreza. Na Nigéria e Angola, por exemplo, isso implicaria um investimento adicional de 10.7 mil milhões de USD e de 3.6 mil milhões de USD por ano, respectivamente, no período de 2000 a 2008. Se apenas um quarto do stock de fuga de capitais de África fosse repatriado para o continente para ser investido, o peso do investimento no PIB de África aumentaria de 19% para 35%, dando ao continente uma das mais altas taxas de investimento (Fofack e Ndikumana, 2010). O crescimento do rendimento resultante desse investimento adicional reduziria a pobreza, como veremos mais adiante neste capítulo.

O capital em falta poderia ter um impacto mais directo sobre os meios de vida e ser investido em infraestruturas, que são uma prioridade para África. A criação de emprego, melhor acesso à educação, cuidados de saúde, água potável, informação e política social inclusiva poderão resultar de uma melhor utilização do capital em infraestruturas. Se todos os capitais em fuga do continente africano, em 2008, tivessem sido investidos em projectos relativos aos ODM, cobririam 55% a 68% dos recursos adicionais necessários, para o ano em causa, para resolver a lacuna de financiamento necessário para atingir as metas de reduzir a pobreza, promover a igualdade de género bem como a educação e os Objectivos relacionados com a saúde (Atisophon et al., 2011).

A Tabela 2 apresenta algumas estatísticas para mostrar a magnitude da fuga de capitais e os níveis de rendimento e de pobreza em três grupos de países: países ricos em petróleo, países ricos em recursos e países pobres em recursos. Devido à presença de grandes discrepâncias nos dados, são usadas medianas em vez de médias.

Tabela 4.2. Estatísticas descritivas (anual, 2000-08)

	Ricos em petróleo	Ricos em todos os recursos	Pobres em recursos	Amostra total
Todos os fluxos de fuga de capitais (milhões de USD)*	1291	613	134	230
Todos os fluxos de fuga de capitais per capita (USD)*	94	66	19	26
Fuga de capitais em milhões de USD	2292	1023	300	447
Fuga de capitais per capita em USD	186	130	37	55
PIB actual per capita	1101	993	399	604
Taxa de incidência da pobreza em 1999 (% população)	57.24	54.31	62.37	57.93
Taxa de incidência da pobreza em 2008 (% população)	44.86	43.52	44.75	44.58
Elasticidade rendimento-crescimento da pobreza	-1.35	-1.37	-1.4	-1.37

Nota: As primeiras duas variáveis com asertriscos (Todos os fluxos de capitais) incluem os fluxos negativos.

Os países ricos em petróleo registam uma maior fuga de capitais, quase dez vezes o volume da totalidade da fuga de capitais dos países pobres em recursos.

Com efeito, neste grupo de países, a fuga de capitais na década de 2000 foi cerca de três vezes superior ao nível registado nos anos 1990 e 1980. Curiosamente, o nível de pobreza em países ricos em recursos é o mesmo que em países pobres em recursos e a redução da pobreza foi ainda mais rápida no último grupo de países.

Controvérsia do investimento em África

O argumento de que investir o capital em fuga impulsiona o desenvolvimento humano é baseado na premissa de que mais capital gera maior rendimento e, conseqüentemente, menor pobreza e melhor desenvolvimento humano. Embora essa visão pareça ser amplamente compartilhada hoje em dia, nem sempre foi assim. No passado, (por exemplo, Devarajan



et al, 2001; De 2003) alguns autores afirmaram que nem o investimento público nem o privado seriam produtivos em África resultado de deficientes políticas económicas, tais como mercados cambiais distorcidos - ilustrados pelos altos prémios do mercado negro -, e pelos elevados défices do sector público. Factores como a grande instabilidade política também explicam a fraca relação entre o investimento e o crescimento económico. Dada a baixa produtividade do investimento em África no passado, estes autores também sugeriram que o nível de investimento em África foi demasiado alto, e não muito baixo. Por isso, as sugestões foram que a fuga de capitais pode ser uma resposta racional a baixas taxas de rentabilidade interna, devido a estes fatores negativos (Devarajan et al, 2001). Será que os factos económicos no terreno apoiam este ponto de vista?

Mesmo que a baixa rentabilidade do investimento tenha penalizado o crescimento económico em África, novas evidências convidam a uma visão mais matizada da relação entre o investimento e o crescimento no continente. Para começar, os estudos que serviram de base para a conclusão controversa de que a África não precisa de mais investimentos têm sido contestados por razões metodológicas (Jomo et al., 2011). Além disso, ao longo dos últimos dez anos, o continente tem registado taxas de crescimento médio em torno de 5% do PIB (BAD et al., 2011B). É difícil conceber que um maior investimento, incluindo o IDE das economias emergentes, não desempenhou um papel relevante para se atingir este desempenho. Dados recentes mostram que mudanças estruturais internas, incluindo uma maior estabilidade política, macroeconómica, bem como reformas microeconómicas, têm alimentado “uma revolução na produtividade Africana”, que explica grande parte do crescimento recente do continente. Entre 2000 e 2007, a produtividade total aumentou, em média, 2,7% ao ano (McKinsey & Company, 2010). Além disso, a eficácia do investimento em África poderia ter sido ainda maior se o continente tivesse sido capaz de obter os substanciais recursos necessários para investir em sectores que aumentam a produtividade do investimento, tais como a produção de energia. Como África continua a investir na modernização económica, particularmente em infraestruturas, o crescimento deverá manter-se forte. Investir o montante resultante da fuga de capitais poderia ajudar a acelerar essa modernização económica. Deste modo, África precisa de mais e não menos investimentos (Fosu et al., 2011).

Caixa 4.1. Metodologia e fontes de dados

A principal hipótese subjacente à análise do potencial efeito da fuga de capitais sobre a pobreza é que África precisa de investimentos adicionais para cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), bem como outros objectivos de desenvolvimento. E, ainda, que a produtividade do investimento adicional seria pelo menos tão alta quanto a produtividade do investimento corrente. A simulação do efeito da fuga de capitais sobre a pobreza segue duas abordagens. A primeira abordagem, segue um método “Rácio capital – produto marginal do capital” - Incremental Capital Output Ratio - (ICOR) para determinar o montante anual adicional de produto que seria obtido se todo o capital “em fuga” para fora da África fosse investido no mercado interno, no ano em análise. Estudos mostram que a África Subsariana tem, em média, um ICOR de 4, pelo que este é o valor usado para simular o PIB adicional (Nkurunziza, 2010). Um rácio ICOR de 4, e não um valor mais baixo, justifica de certo modo a crítica que nem sempre um aumento do investimento leva a um aumento do PIB (Easterly, 1997). Em qualquer dos casos, devido à falta de um melhor modelo para determinar a relação entre o investimento e o PIB, o uso do índice ICOR permanece actual. Conhecido o PIB adicional resultante do investimento adicional, é muito simples determinar o crescimento potencial em PIB *per capita*, que é multiplicado pela elasticidade rendimento-crescimento da pobreza para obter o efeito sobre a pobreza.

A segunda abordagem considera o stock líquido de capital, ao invés de investimento, como a variável determinante do PIB adicional, como resultado do investimento correspondente à fuga de capitais. A determinação do stock de capital é baseada no método de inventário permanente,



utilizando um processo de depreciação geométrica e uma taxa de 5% ao ano, como na maioria dos estudos (Weisbrod e Whalley, 2011; Bosworth e Collins, 2003). O coeficiente médio do stock de capital sobre o PIB indica quantas unidades de capital são necessárias para produzir uma unidade de PIB. Assumindo que este coeficiente é estável, o mesmo é aplicado ao stock de capital adicional para calcular o crescimento potencial do PIB. Como no caso anterior, o potencial efeito da fuga de capitais sobre a pobreza é o produto da taxa de crescimento potencial anual do PIB per capita pela elasticidade rendimento-crescimento da pobreza.

Os dados sobre o PIB, população e investimento (medido como formação bruta de capital fixo), das Nações Unidas, estão acessíveis em <http://data.un.org/Default.aspx>. As séries relativas à fuga de capitais, por país, correspondem aos dados de base utilizados na Ndikumana e Boyce (2011). Os detalhes metodológicos sobre o cálculo da fuga de capitais podem ser encontrados em Ndikumana e Boyce (2010). Os dados sobre a pobreza são os do POVCALNET do Banco Mundial e estão acessíveis em: <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/povDuplic.html>. Devido à falta de dados para o cálculo da fuga de capitais, a cobertura dessa variável é desigual entre os países, mas a maioria dos países tem cobertura total (1970-2008). Todas as variáveis monetárias estão expressas em dólares norte-americanos, de 2008. Vinte e três por cento das observações sobre a fuga de capitais são negativas o que significa que um país acolhe entradas líquidas de capital. Salvo disposição em contrário, a análise deste capítulo baseia-se nos valores positivos da fuga de capitais, pois representam saídas de capital. A elasticidade rendimento-crescimento da pobreza baseia-se em Fosu (2011).

A discussão centra-se no período de 2000 a 2008, a fim de reflectir a situação mais recente, para resolver o problema de cobertura de dados desigual nos primeiros anos da amostra e, também, para minimizar o efeito da exclusão do stock de capital inicial do stock de capital actual (ver também Weisbrod e Whalley, 2011). Conforme o tempo passa, a exclusão do stock de capital inicial não afecta substancialmente os valores actuais do stock de capital.

Fuga de capitais e luta contra a pobreza

As simulações que se seguem ilustram o quanto a pobreza adicional seria reduzida se toda a fuga de capital fosse investida e como isso afectaria a meta de reduzir para metade a pobreza relativa a 1990, até 2015. A Tabela 3 resume os resultados com base na metodologia ICOR primeiro e depois sobre o capital próprio (ver Caixa 4.1. para a metodologia). As duas abordagens mostram que investir o capital em fuga na África levaria a uma redução mais rápida da pobreza.

Tabela 4.3. Efeito da fuga de capitais no PIB per capita e na Pobreza (anual, 2000-08)

	Ricos em petróleo	Ricos em todos os recursos	Pobres em recursos	Amostra total
PIB actual per capita (a)	1101	993	399	604
Elasticidade rendimento-crescimento da pobreza (b)	-1.35	-1.37	-1.4	-1.37
Simulação utilizando a metodologia ICOR				
PIB per capita (c)	1156	1018	423	621
Crescimento anual do PIB per capita, em % (d)	5	2.52	6.02	2.81
Efeito sobre a pobreza [(b) * (d)]	-6.74	-3.45	-8.42	-3.86
Simulação utilizando o stock de capitais				
PIB per capita (e)	2174	1518	582	858
Crescimento anual do PIB per capita, em % (f)	8.88	5.45	4.83	4.49
Efeito sobre a pobreza [(b) * (f)]	-11.98	-7.46	-6.76	-6.15



A Tabela 3 sugere que a fuga de capitais se investida nos países de origem poderia ter aumentado adicionalmente o rendimento per capita de 3 a 5 pontos percentuais, por ano, para o total da amostra, com alguns grupos de países a experimentarem um crescimento do rendimento ainda maior. Este aumento de rendimento teria um efeito muito forte na redução da pobreza. A pobreza per capita poderia ter diminuído de 4 a 6 pontos percentuais adicionais na África Subsaariana, entre 2000 e 2008. Uma lição da Tabela 2 é a de que o processo de acumulação de capital é mais importante para o processo de crescimento do que o investimento considerado isoladamente. Por exemplo, vários países, incluindo o Burundi, a República Centro-Africana, a República Democrática do Congo e a Costa do Marfim não conseguiram melhorar seu desenvolvimento humano, em parte, porque ao longo dos anos, destruíram parte do seu stock capital ao invés de o reforçarem. A combinação de uma elevada fuga de capitais com uma lenta e limitada acumulação de capitais limita ainda mais os esforços dos países para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento humano.

A Tabela 3 compara o nível de pobreza em 2015, se a taxa de redução da pobreza entre 1999-2008 se mantiver, com o que poderia ser poupado se o montante correspondente à fuga de capitais tivesse sido investido na economia.

Tabela 4.4. Efeito do investimento do montante da fuga de capitais no ODM1 (anual, 2000-08)

	Ricos em petróleo	Ricos em todos os recursos	Pobres em recursos	Amostra total
Taxa efectiva de redução da pobreza (anual)*	-2.67	-2.43	-3.62	-2.87
Pobreza prevista para 2015 (% população)	34.22	34.03	30.94	33.32
Meta de pobreza para 2015 prevista no ODM1 (% população)	24.10	24.54	34.26	30.96
Distância para a meta prevista no ODM1 (pontos %)	10.12	9.49	-3.31	2.36
Simulação do efeito da fuga de capitais				
Projeção ICOR-pobreza em 2015	27.52	34.04	24.18	33.84
Distância para a meta prevista no ODM1 (pontos %)	3.43	9.50	-10.08	2.88
Projeção stock de capital-pobreza em 2015	18.36	25.29	27.42	28.59
Distância para a meta prevista no ODM1 (pontos %)	-5.73	0.76	-6.84	-2.37

Nota: A taxa real anual de redução da pobreza baseia-se na mudança na incidência da pobreza per capita entre 1999 e 2008; a taxa é usada para calcular a pobreza projetada per capita em 2015.

Se a actual tendência de redução da pobreza continuar até 2015, os países da amostra, como um todo, não atingirão a meta de reduzir para metade os níveis de pobreza de 1990. A taxa de pobreza em 2015 será 8%, logo maior do que o que deveria ser se os ODM fossem cumpridos. Os países pobres em recursos vão atingir a meta e até mesmo ultrapassá-la em 3 pontos percentuais. Se a fuga de capitais tivesse sido convertida em investimentos, os países da amostra, como um todo, e todos os três grupos, iriam cumprir a meta de reduzir para metade a pobreza até 2015. Os países pobres em recursos iriam experimentar um melhor desempenho e superar a meta em quase 7 pontos percentuais.

O facto de os países pobres em recursos reduzirem a pobreza mais rapidamente do que os países ricos em recursos naturais, apesar destes terem uma melhor situação económica e financeira, pelo facto de possuírem petróleo e outras mercadorias, sugere que a redução da pobreza e o desenvolvimento humano não dependem, em geral, apenas da disponibilidade de recursos financeiros, ainda que estes ajudem a alcançar o sucesso. Outros fatores, tais como políticas promotoras do desenvolvimento humano, são determinantes para o sucesso. Como os dados no próximo capítulo mostram, o progresso no desenvolvimento humano tem sido mais rápido em alguns dos países africanos mais pobres do que em países relativamente ricos.



Conclusão

Mesmo que a África Subsariana continue a ser a região com o menor índice de desenvolvimento humano, registam-se progressos que precisam ser sustentados e até acelerados. O Ruanda, país com o crescimento mais rápido no desenvolvimento humano, mostrou que políticas corretas podem melhorar significativamente a vida da população. Vários outros países como a Etiópia, Gana e Uganda também experienciaram um progresso rápido. No entanto, existem limites para o que a política isoladamente pode alcançar. É necessário maior financiamento para atingir e sustentar altas taxas de crescimento do desenvolvimento humano. Dada a dimensão do financiamento necessário, os países precisam combinar a APD, as remessas, o IDE e as receitas fiscais. A fuga de capitais, apesar das grandes somas envolvidas, ainda não foi mobilizada. Se África pudesse inverter a fuga de capitais e repatriar e investir uma parte dos cerca de 700 mil milhões de USD mantidos no exterior, o continente poderia acelerar o progresso no desenvolvimento humano.

Este capítulo mostrou que a fuga de capitais para fora de África está a minar os esforços do continente para reduzir a pobreza. Se a falta de recursos financeiros fosse a única restrição para o desenvolvimento humano, investindo o montante correspondente à fuga de capitais de África, com a mesma rentabilidade que caracterizou o investimento real, seria possível reduzir a pobreza *per capita* de 4 a 6 pontos percentuais. Com esse desempenho, os países africanos, como um todo, poderiam reduzir para metade a pobreza extrema até 2015, em consonância com os ODM. A utilização da fuga de capitais também poderia ajudar os países africanos a obterem progressos substanciais na melhoria da educação, da saúde e das infraestruturas. Combater a fuga de capitais e estimular a sua repatriação deve ser parte da estratégia dos países para promover a qualidade de vida dos seus povos. É irónico que os países africanos pobres que estão a lutar para mobilizar recursos tenham vastos recursos financeiros a que não podem aceder por estarem escondidos no exterior. Como os actores envolvidos na fuga de capitais estão dentro e fora de África, a cooperação internacional será determinante para encontrar uma solução duradoura para esse problema. Os esforços actuais na Europa e nos Estados Unidos da América para conter a evasão fiscal tem evidenciado as reticências de alguns países que beneficiam desses fluxos em erradicar as transferências financeiras ilícitas. Assim, a África deve esperar resistência a esforços para repatriar capitais. Os países africanos devem aproveitar o actual consenso internacional em torno da necessidade de eliminar a pobreza extrema para uma crescente pressão para a repatriação de capital ilícito destinado a combater a pobreza. O crescimento dos investimentos em África e a melhoria do clima político são sinais de que tais recursos serão utilizados de forma mais eficiente do que foram no passado.

Dada a vontade política em África, uma série de ações poderiam ser dinamizadas com o objectivo de estancar a fuga de capitais. Em primeiro lugar, seria útil realizar estudos detalhados a nível de cada país para identificar a magnitude, as causas e os principais destinos da fuga de capitais, incluindo a magnitude do fluxo de capitais ilícitos. Em segundo lugar, uma vez que o fenómeno é melhor compreendido, deverão ser postas em prática políticas específicas para contabilizar a fuga de capitais. Por exemplo, generalizando inspeções de embarque como parte integrante dos procedimentos de importação e exportação reduziria a fuga de capitais devida à sobrefacturação das importações. A realização de auditorias à dívida externa pública ajudaria a determinar qual a parte das dívidas que é odiosa, ajudaria a tomada de decisão de repúdio da dívida selectiva. Em terceiro lugar, a melhoria da governação e do Estado de direito, especialmente a transparência do governo em termos de fluxos financeiros e como eles são utilizados, poria em causa o sigilo em torno dos fluxos de capitais de/e para África, uma situação que permitiu o florescimento da fuga de capitais. Neste sentido, a comunidade internacional deve fazer do princípio “publique o que paga” um princípio fundamental de governação empresarial a ser aplicado pelas empresas multinacionais



na negociação de contratos de grandes investimentos com os países africanos. Em quarto lugar, os Estados africanos, com a ajuda da comunidade internacional, devem tirar proveito da “Iniciativa de Recuperação de Ativos Roubados” para obrigar ao repatriamento de bens roubados. Finalmente, os países africanos poderiam considerar a concessão de amnistias de duração limitada aos cidadãos dispostos a repatriar ativos mantidos ilegalmente em países estrangeiros. Isso tem sido experimentado com êxito por uma série de países, incluindo a Itália.

Referências

- Atisophon, V., Bueren, J. De Paepe, G., Garroway, C. e Stijns, J.-P. (2011). Revisiting MDG Cost Estimates from a Domestic Resource Mobilization Perspective. Documento de Trabalho No. 306. Paris: Centro de Desenvolvimento da OCDE.
- BAfD, ECA, UA e PNUD (2011a). Assessing Progress in Africa toward the Millennium Development Goals. Relatório dos ODM 2011. Nova Iorque.
- BAfD, OCDE, PNUD e ECA (2011b). African Economic Outlook 2011: Africa and Its Emerging Partners. Publicações OCDE.
- Basinga, P., Gertler, P. J., Bingawaho, A., Soucat, A., Sturdy, J., Vermeersch, C. (2011). “Effect on Maternal and Child Health Services in Rwanda of Payment to Primary Health-care Providers for Performance: An Impact Evaluation” *The Lancet*, 377 (9775): 1421-1428.
- Bosworth, B e Collins, S. (2003). “The Empirics of Growth: An Update” *Brookings Papers on Economic Activity*, 2: 113-179.
- Collier, P., Hoeffler, A. e Pattillo, C. (2001). “Flight Capital as a Portfolio Choice” *The World Bank Economic Review* 15 (1): 55-80.
- Devarajan, S., Easterly, W. e Pack, H (2001). “Is Investment in Africa too High or too Low? Macro and Micro Evidence.” *Journal of African Economies*, 10, 81-108.
- Easterly, W. (1997). The Ghost of Financing Gap: How the Harrod-Domar Growth Model Still Haunts Development Economics. Policy Research Working Paper, WPS 1807. Banco Mundial.
- Fofack, H. e Ndikumana, L. (2010). “Capital Flight Repatriation: Investigation of its Potential Gains for Sub-Saharan African Countries” *African Development Review*, 22(1): 4-22.
- Fosu, A. K. (2011). “Growth, inequality, and poverty reduction in developing countries: Recent global evidence.” Documento de Trabalho No. 2011/01, UNU-WIDER.
- Fosu, A. K., Getachew, Y. Y. and Ziesemer, T. (2011). Optimal public investment, growth, and consumption: Evidence from African countries. UNU-MERIT. Séries Documentos de Trabalho, Documento # 2011-051.
- Gijon, J (2008). SWF and Infrastructure Investment in Africa: Challenges and Perspectives. NEPAD-OCDE Africa Investment Initiative. Entebbe, Uganda. Apresentação em Power Point.
- Global Financial Integrity (2010). Illicit Financial Flows from Africa: Hidden Resource for Development. Washington, D.C.
- Jomo, K. S., Schwank, O. e von Arnim, R. (2011). Globalization and development in sub-Saharan Africa. Documento de Trabalho DESA No. 102. ST/ESA/2011/DWP/102. Nova Iorque.
- Le, Q. V. e Rishi, M. (2006). “Corruption and Capital Flight: An Empirical Assessment,” *International Economic Journal*, 20 (4): 523-540.
- McKinsey & Company (2010). What's Driving Africa's Growth? (http://www.mckinseyquarterly.com/Economic_Studies/Productivity_Performance/Whats_driving_Africas_growth_2601)
- Ndikumana, L e Boyce, J. (2011). Africa's Odious Debts. How Foreign Loans and Capital Flight Bled a Continent. Zed Books. African Arguments. Londres.
- Ngaruko, F. (2012). Size and Dynamics of the Middle Class in Africa. Banco Africano de Desenvolvimento. Tunis.
- Nkurunziza, J (2010). “Civil War and Post-Conflict Physical Capital Reconstruction in Africa” in African Development Bank and United Nations Economic Commission for Africa (eds.) *Globalisation, Institutions and African Economic Development – Proceedings of the African Economic conference 2008*, Capítulo 14, Económica: Paris, 337-365.



- PNUD (2011). Sustainability and Equity: A Better Future for All. Human Development Report 2011. Nova Iorque.
- Rodriguez, F. (2004). "Factor Shares and Resource Booms: Accounting for the Evolution of Venezuelan Inequality", in Cornia, G. A. (ed.) *Inequality, Growth and Poverty in an Era of Liberalization and Globalization*, Oxford. Oxford University Press, 327-354.
- Tornell, A e Velasco, A. (1992). "The Tragedy of the Commons and Economic Growth: Why Does Capital Flow from Poor to Rich Countries" *Journal of Political Economy* 100, 1208-1231.
- Vespignani, J. L. (2008). "Capital Flight, Saving Rule and the Golden Rule Level of Capital: Policy Recommendations for Latin American Countries" *American Review of Political Economy*, 6 (2): 1-15
- Weisbrod, A. e Whalley, J. (2011). The Contribution of Chinese FDI to Africa's Pre-Crisis Growth Surge. Working Paper 17544. NBER Working Paper Series, Cambridge: MA.
- The World Bank (2011). Barriers to Asset Recovery: An Analysis of the Key Barriers and Recommendations for Action. Washington D.C.
- You, L., Ringler, C., Nelson, G., Wood-Sichra, U., Robertson, R., Wood, S. Zhe, G., Zhu, T. and Sun, Y. (2009). *Torrents and Trickle: Irrigation Spending Needs in Africa*. Summary. Africa Infrastructure Country Diagnostic. Background Paper 9. Banco Mundial.



Chapitre 5

Governança política e económica

Governança política

O mundo lembrará 2011 como o ano da “Primavera Árabe” quando as pessoas no Norte de África se revoltaram contra a opressão política, a desigualdade social e a falta de oportunidades económicas. As revoltas contra os regimes autocráticos colocaram no poder governos islâmicos e parlamentos eleitos democraticamente no Egito, Tunísia e Marrocos. Estes novos governos devem agora confrontar-se com as causas das revoluções para apaziguar no curto prazo expectativas legítimas, embora demasiado altas, oferecendo aos cidadãos uma verdadeira alternativa democrática a longo prazo.

Outros países africanos também enfrentaram pressões para corresponder às exigências populares por direitos civis e melhores políticas sociais. Os africanos encontram-se cada vez mais frustrados com os níveis de corrupção, a falta de empregos adequados e por não beneficiarem de parte da riqueza criada ao longo de uma década de forte crescimento económico. Como aconteceu em 2006-2007, a subida dos preços dos alimentos e dos combustíveis deu origem em 2011 ao descontentamento público e greves exigindo melhores salários e melhores condições de trabalho.

O agravamento no nosso indicador de protestos civis reflete uma tendência positiva por parte dos governos africanos para gradualmente se tornarem mais abertos e permitirem uma maior liberdade de expressão. Os africanos adoptam cada vez mais formas mais pacíficas de exprimir as suas preocupações políticas, sociais ou económicas. Quando as demonstrações aumentam em magnitude e frequência, aumenta também a probabilidade de violência entre governos e manifestantes, como visto através do nosso indicador de violência civil. No entanto, em 2011, houve apenas um aumento moderado da violência civil relativamente ao aumento muito maior de protestos civis. Na maioria dos países Africanos, o debate político público está a tornar-se cada vez mais maduro, pacífico e aberto.

Estas constatações condizem com o nosso indicador de endurecimento político, o que mostra que cerca de metade dos países africanos conseguiram confinar e acomodar as crescentes exigências sociais dentro de formas menos violentas. Outros países africanos, no entanto, ainda recorrem à repressão para lidar com a agitação social e com a oposição política, especialmente em época de eleições. Os governos que se agarram ao poder tendem a agitar as facções rivais e a fomentar a violência entre adversários e apoiantes.

No entanto, as tensões pré-eleitorais estão a tornar-se a excepção e não a regra, como mostra o grande número de bem sucedidas eleições realizadas em 2010 e 2011. Haverá mais oito eleições presidenciais e 17 eleições legislativas e parlamentares em 2012.

Depois de algumas dificuldades, o Senegal foi bem sucedido num teste democrático em março de 2012, quando o Presidente Abdoulaye Wade entregou o poder, depois de ter perdido as eleições. No entanto, o país assistiu a violentos protestos em janeiro quando um tribunal



apoiou a reivindicação de Wade de que seria capaz de ficar para um terceiro mandato apesar de ele próprio ter introduzido um limite de dois mandatos para os presidentes.

Apesar deste quadro geral positivo, subsistem algumas preocupações. Desde Março de 2012, o Mali está a experienciar um impasse político prolongado após um golpe militar. Ao mesmo tempo, a metade norte do país caiu nas mãos dos rebeldes tuaregues, muitos deles ex-combatentes na Líbia que retornaram ao Mali com armas poderosas após o fim do regime Khadafi.

Neste capítulo, a análise baseia-se em informação sobre 16 anos de tensão civil em 25 países africanos. Tal inclui greves, manifestações e violência por atores não-governamentais, bem como em violência governamental, detenções, interdições, estados de emergência e de recolher obrigatório e algumas medidas governamentais de acalmia, como o levantamento de proibições e a libertação de presos políticos. A análise também utiliza medições de liberdade e democracia da Freedom House e dos Reporters Without Borders.

Protestos e violência civil

O indicador de protesto para 2011 atingiu um registo duas vezes mais alto do que o seu nível máximo de 2006, quando o aumento de preços dos alimentos resultou em massivos protestos de rua em toda a África. (Figura 5.1). Excepto no Lesoto, Seicheles, Cabo Verde, Gabão e República Democrática do Congo (RDC), o indicador de protesto público em cada país aumentou em 2011 em relação a 2010. Trinta e um países atingiram a sua maior pontuação desde 1996. Este aumento reflete uma exigência cada vez maior de melhores condições de vida, liberdade política e empregos que foi catalisada por uma maior capacidade da sociedade civil em mobilizar as pessoas e organizar protestos através das redes sociais.

Os protestos foram o resultado de décadas de supressão dos direitos civis e de fúria pela falta de oportunidades para as populações jovens do Norte de África. No Egito, Tunísia e Líbia os protestos tornaram-se revoluções que derrubaram regimes autocráticos há muito no poder. Na Tunísia, houve mais de 200 mortes, de acordo com um inquérito da Comissão da ONU para os Direitos Humanos, quando em Janeiro milhares de manifestantes entraram em confronto com as forças de segurança. No Egito, centenas de milhares de pessoas saíram à rua em todo o país, tendo-se registado mais de 800 mortes. A tensão manteve-se elevada ao longo de 2011 com confrontos regulares entre manifestantes e as tropas na Praça Tahrir, no Cairo, devido a exigências para que o Conselho Supremo das Forças Armadas acelerasse as mudanças políticas. Depois de um referendo constitucional em março de 2011, as eleições parlamentares foram realizadas entre novembro de 2011 e fevereiro de 2012. As eleições presidenciais deveriam ter-se realizado em maio de 2012.

Manifestações em Marrocos conduziram a um referendo que alterou a Constituição. Na Argélia, milhares protestaram contra o alto custo de vida e para exigir maior liberdade política. Os protestos evoluíram para uma greve geral à qual o governo respondeu com aumentos salariais e benesses financeiras. No Sudão e na Nigéria milhares protestaram contra o custo de vida, as condições sociais e o desrespeito pelos direitos civis.

Inspirados pela Primavera Árabe, cidadãos em todo o mundo estão a tornar-se cada vez mais peremptórios em responsabilizar os seus governos pelos problemas económicos e sociais dos seus países. Mesmo em países que são tradicionalmente mais calmos registaram-se protestos públicos. No Botsuana, quase 90.000 pessoas participaram numa marcha para exigir aumentos salariais no sector público. No Uganda, milhares saíram para as ruas depois do presidente Yoweri Museveni ter permanecido no poder para um quarto mandato em



Maio de 2011. Após alguns anos de relativa estabilidade, a Guiné-Bissau assistiu, durante os meses de Julho e Agosto de 2011, a várias manifestações de mais de 10.000 pessoas exigindo a dissolução do governo. A Suazilândia registou protestos contra o estilo de vida exuberante do seu monarca, exigindo mais apoios sociais e reformas políticas. Na Namíbia, registaram-se greves dos trabalhadores da mina de urânio de Rio Tinto exigindo melhores salários e pensões. Angola confrontou-se com protestos por uma melhor distribuição da riqueza e contra a corrupção entre a elite governativa durante um tenso ano pré-eleitoral.

Alguns governos enfrentaram protestos por não conseguirem restaurar a estabilidade e impor a sua legitimidade após as eleições. O Gabão assistiu a várias manifestações pacíficas da oposição em 2011 para denunciar os resultados das eleições presidenciais de 2009 e exigir que as eleições legislativas de Dezembro de 2011 fossem adiadas devido a processos desactualizados no registo de eleitores. No início de 2011, inspirada nas revoltas árabes e num motim militar, o Burquina Fasso foi abalado por violência e protestos exigindo reformas ao presidente Blaise Compaoré, que governa há 25 anos. As mudanças que ele operou foram vistas pela oposição como uma manobra para facilitar a sua permanência no poder. Na Guiné, a oposição contestou o resultado das eleições presidenciais, levando ao adiamento das eleições legislativas previstas para Dezembro de 2011.

Em contraste, o Gana e Cabo Verde realizaram com sucesso eleições presidenciais e fizeram transições políticas pacíficas em 2011. O ex-presidente de Cabo Verde, Pedro Pires, recebeu o Prémio Ibrahim 2011 por se ter demitido no termo do seu segundo mandato, observando a Constituição do país. Os acontecimentos no Gana foram ainda mais animadores, dada a crescente pressão política em torno das futuras receitas do petróleo. O Gana é também um bom exemplo de como, através de um projeto de lei de gestão das receitas do petróleo, a sociedade civil pode assegurar o controlo da riqueza pública.

Outros países mantiveram-se também calmos apesar do aumento de preços dos alimentos e das eleições. Contudo, protestos contra o aumento do custo de vida levaram a greves importantes no sector público e privado em todo o continente. Na África do Sul, cerca de 180.000 trabalhadores sindicalizados entraram em greve em Julho, durante quase um mês, acontecimento que se está a repetir anualmente com vista à obtenção de melhores salários no final do ano fiscal. Estas greves poderão colocar em risco a lenta recuperação económica do país em 2012. Na Zâmbia, o presidente Michael Sata fez uma campanha eleitoral a favor da redistribuição da riqueza mineira como resposta às greves dos trabalhadores de várias empresas mineiras detidas por chineses que exigiam melhores salários e condições de trabalho. O aumento de preços dos alimentos e combustíveis colocou o governo queniano em risco de greves da função pública em 2012, ano de eleições.

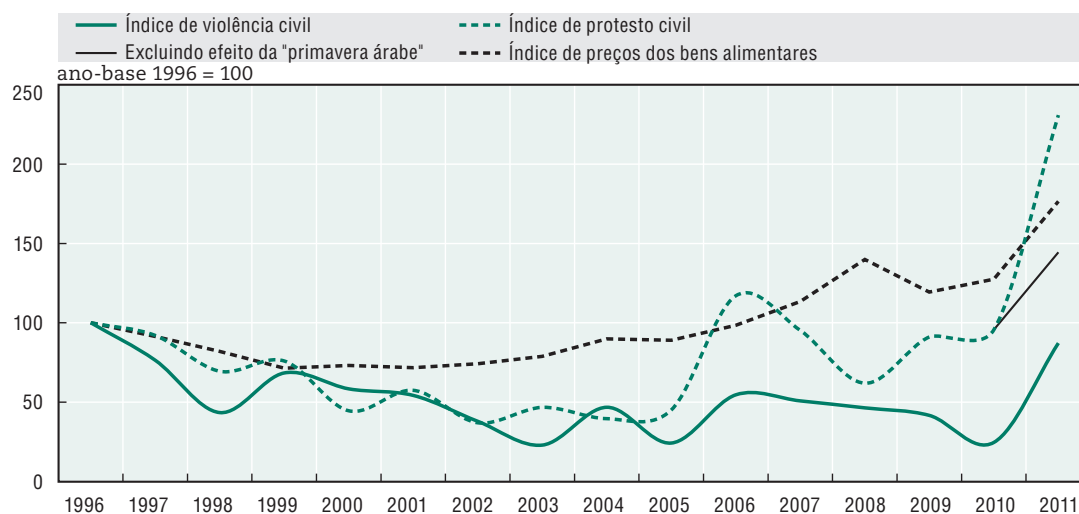
O indicador de violência civil de 2011 subiu devido a tensões inter-étnicas, actos de terrorismo e conflitos políticos generalizados nas campanhas eleitorais. Na Costa do Marfim, estima-se que 3.000 pessoas tenham sido mortas depois de o presidente Laurent Gbagbo ter recusado a derrota nas urnas e a abrir mão do poder a favor de Allasane Ouattara, internacionalmente reconhecido como vencedor. O país chegou à beira da guerra civil até que Gbagbo foi forçado a sair em Abril de 2011. O presidente Ouattara enfrenta agora o desafio de reconciliar os seus apoiantes com a oposição para restaurar a estabilidade e reconstruir a economia. Em Abril de 2011, a violência eleitoral na Nigéria resultou em cerca de 200 mortes.

Os conflitos religiosos também se tornaram numa preocupação cada vez maior, especialmente na Nigéria, Egito e Sudão. Durante o ano de 2011 a comunidade copta do Egito foi alvo de ataques que resultaram em mais de 50 mortes e quase 400 feridos. Os ataques incidiram em igrejas das duas principais cidades, Cairo e Alexandria.



Em Abril de 2011, a violência eleitoral na Nigéria provocou cerca de 200 mortos. O país também testemunhou conflitos entre facções rivais. Os ataques são atribuídos à seita islâmica Boko Haram – incluindo o bombardeamento de edifícios públicos em Dezembro de 2011 e um ataque suicida contra o complexo da ONU em Abuja, em Agosto de 2011 – de que resultaram 150 mortos. O grupo aproveitou-se das desigualdades económicas e sociais no norte, a zona mais pobre do país, para tentar aumentar sua popularidade. Apesar do aumento da actividade militar na região, o governo pouco progresso fez no combate à seita Boko Haram, levando alguns analistas a afirmar que alguns funcionários do governo a apoiam. Houve também confrontos entre as comunidades cristãs e islâmicas na região de Jos, no centro da Nigéria, de que resultou a perda de dezenas de vidas. Cerca de 90.000 pessoas fugiram das áreas atingidas. O governo nigeriano declarou o estado de emergência nas áreas afectadas, enquanto o seu vizinho Níger encerrou a sua fronteira, numa tentativa de manter os Boko Haram fora do país. Esta decisão teve um impacto na economia local visto que o norte da Nigéria é o principal mercado da agricultura do Níger.

Figura 5.1. Protestos públicos, violência pública e índices de preços dos bens alimentares



Fonte: Protestos públicos e violência: Cálculos dos autores baseados em informação da AFP; Índice de preços dos bens alimentares: FMI.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600241>

Resposta governamental e liberdade política

O indicador de endurecimento político recuperou da maior baixa de todos os tempos em 2010, reflectindo os esforços dos governos para acabarem com os protestos em massa no Norte de África. Os governos usaram de violência contra os manifestantes na Tunísia, Egito, Líbia e Argélia. No entanto, registaram-se duas tendências distintas. Catorze países obtiveram a sua pontuação mais alta da última década, enquanto 18 continuaram a mostrar uma maior abertura política. Assim, o indicador de 2011 necessita de ser lido com cuidado.

A falta de oportunidades de emprego, a percepção da corrupção governamental e a diminuição do poder de compra deram origem a protestos. Receios de que a Primavera Árabe possa espalhar-se conduziram a medidas governamentais demasiado repressivas. Angola, Madagáscar, Uganda, Sudão, Guiné e Malawi, todos assistiram à violência usada para dispersar manifestantes. Na Nigéria, em Janeiro de 2012 um manifestante foi morto em manifestações contra uma decisão do governo que acabava com um subsídio ao preço do combustível.

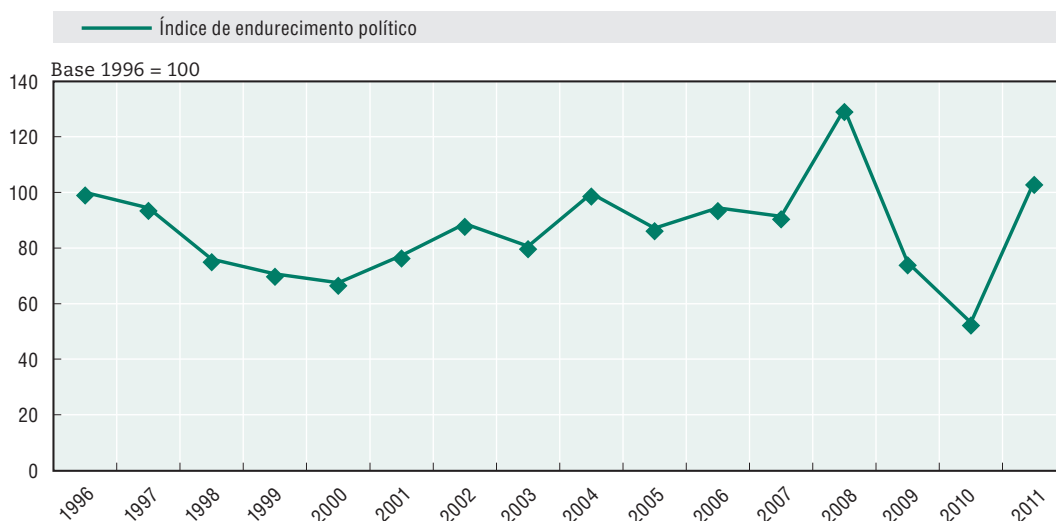


Em contraste, um considerável número de países tomaram medidas para satisfazer exigências das suas populações inquietas. Em resposta a grandes manifestações exigindo reformas políticas, Marrocos realizou um referendo constitucional e eleições legislativas. As autoridades no Botsuana concederam um aumento salarial de 3% depois de 90.000 funcionários fazerem greve durante oito semanas. O Níger sofreu vários golpes de Estado, mas o novo governo civil e os militares assinaram um “pacto republicano”, no qual ambos os lados se comprometem a respeitar a Constituição. O Chade mostrou alguma abertura política ao permitir o regresso do exílio de um porta-voz rebelde, bem como ao libertar o líder de um grupo de direitos humanos. A Gâmbia reprimiu o tráfico de drogas.

O índice de liberdade política da Freedom House mostrou que a África pouco progrediu no sentido de se tornar numa sociedade mais livre e aberta. A Tunísia foi o único país que viu uma mudança positiva no estatuto de “sem liberdade” para “parcialmente livre” na sequência das eleições para a Assembleia Constituinte de transição em Outubro de 2011. Em contraste, a Gâmbia foi o único país cuja classificação sofreu redução de “parcialmente livre” para “sem liberdade” depois de o presidente Yayha Jammeh ter suprimido a liberdade de imprensa, a oposição e a sociedade civil durante a corrida eleitoral para a presidência em Novembro de 2011. Para que o Egito e a Líbia consigam melhorar o seu estatuto terão de consolidar o seu novo pluralismo político e as liberdades civis. A África do Sul corre o risco de perder a sua boa classificação devido a uma exigente lei de sigilo dos meios de comunicação e ao aumento da percepção da corrupção na liderança do Congresso Nacional Africano (ANC). Apesar das melhorias nalguns países, mais de 400 milhões de cidadãos de 23 países africanos ainda vivem em condições classificadas como “sem liberdade” pelo índice da Freedom House.

O relatório de 2011 da Freedom House aponta para a existência de um fosso cada vez maior entre países com um bom desempenho na liberdade de imprensa e países pior classificados, que são apontados por controlar os média. A Costa do Marfim, Sudão e Uganda reprimem a imprensa, enquanto a África do Sul e o Malawi adoptaram leis de imprensa mais rigorosas. O Egito tem adoptado cada vez mais medidas do anterior regime para intimidar a imprensa e ainda falta ver se o novo governo da Líbia irá respeitar a nova liberdade da imprensa. Em contraste, Cabo Verde e a Namíbia entraram pela primeira no top 20 por não registarem infrações à liberdade de imprensa. Na sequência da sua bem sucedida política de transição, o Níger foi o país que mais subiu na classificação. O Mali, Gana, Botsuana e Ilhas Comores estão também no topo do grupo.

Figura 5.2. Índice de endurecimento político 1996-2011
(ano de base 1996 = 100)



Fonte: Cálculos dos autores baseados em informação da AFP.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932601248>



Tabela 5.1. Liberdade em África 2011

País	Estatuto de Liberdade	Direitos Políticos	Liberdades Cívicas	Mudanças em 2010
Argélia	Sem liberdade	6	5	
Angola	Sem liberdade	6	5	
Benin*	Livre	2	2	
Botsuana*	Livre	3	2	
Burquina Fasso	Parcialmente livre	5	3	
Burundi	Parcialmente livre	5	5	Retrocesso
Camarões	Sem liberdade	6	6	
Cabo Verde*	Livre	1	1	
República Centro Africana	Parcialmente livre	5	5	
Chade	Sem liberdade	7	6	
Comores*	Parcialmente livre	3	4	
Congo	Sem liberdade	6	5	
República Democrática do Congo	Sem liberdade	6	6	
Costa do Marfim	Sem liberdade	6	6	Retrocesso
Djibuti	Sem liberdade	6	5	Retrocesso
Egipto	Sem liberdade	6	5	
Guiné Equatorial	Sem liberdade	7	7	
Eritreia	Sem liberdade	7	7	
Etiópia	Sem liberdade	6	6	Retrocesso
Gabão	Sem liberdade	6	5	
Gâmbia	Sem liberdade	6	5	Retrocesso
Gana*	Livre	1	2	
Guiné	Parcialmente livre	5	5	Melhoria
Guiné-Bissau	Parcialmente livre	4	4	
Quênia	Parcialmente livre	4	3	Melhoria
Lesoto*	Parcialmente livre	3	3	
Liberia*	Parcialmente livre	3	4	
Líbia	Sem liberdade	7	6	Melhoria
Madagáscar	Parcialmente livre	6	4	
Malauí*	Parcialmente livre	3	4	
Mali*	Livre	2	3	
Mauritânia	Parcialmente livre	6	5	
Maurícias**	Livre	1	2	
Marrocos	Parcialmente livre	5	4	
Moçambique	Parcialmente livre	4	3	
Namíbia*	Livre	2	2	
Niger	Parcialmente livre	3	4	Melhoria
Nigéria	Parcialmente livre	4	4	Melhoria
Ruanda	Sem liberdade	6	5	
São Tomé and Príncipe*	Livre	2	2	
Senegal*	Parcialmente livre	3	3	
Seicheles*	Parcialmente livre	3	3	
Serra Leoa*	Parcialmente livre	3	3	
Somália	Sem liberdade	7	7	
África do Sul*	Livre	2	2	
Sudão do Sul	Parcialmente livre	6	5	
Sudão	Parcialmente livre	7	7	
Suazilândia	Parcialmente livre	7	5	
Tanzânia*	Parcialmente livre	3	3	Melhoria
Togo	Parcialmente livre	5	4	
Tunísia	Parcialmente livre	3	4	Melhoria
Uganda	Parcialmente livre	5	4	
Zâmbia*	Parcialmente livre	3	4	
Zimbabué	Sem liberdade	6	6	

Fonte: Freedom in the world 2012, Political Freedom Index, Freedom House. Os valores reflectem eventos de 1 de Janeiro de 2011 até 31 de Dezembro de 2011; 1 representa o país com maior liberdade e 7 com menor liberdade;

* indica o estatuto de um país com uma democracia eleitoral, a melhoria ou retrocesso indica a tendência dos acontecimentos que não foram suficientes para provocar uma mudança na classificação ou estado desde o último levantamento



O protesto democrático

Em 2011 houve eleições presidenciais em 15 países africanos: Benim, Camarões, Cabo Verde, República Centro Africana, Chade, República Democrática do Congo, Djibuti, Gâmbia, Libéria, Níger, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Seicheles, Uganda e Zâmbia. Houve também 15 eleições parlamentares e legislativas: Cabo Verde, República Centro Africana, Chade, Costa do Marfim, Egito, Marrocos, Níger, Nigéria, Uganda, Benim, República Democrática do Congo, Gabão, Libéria, Tunísia e Zâmbia. O Sudão do Sul realizou um referendo sobre a sua separação do Sudão. A Tunísia, Marrocos e Egito realizaram referendos de reforma constitucional na sequência da Primavera Árabe.

As revoluções no Norte de África alteraram profundamente a paisagem política da região, confirmando a ascensão de partidos políticos islâmicos. Os novos parlamentos e governos do Egito, Tunísia e Marrocos enfrentam agora o duplo desafio de responder rapidamente às elevadas expectativas sociais e económicas, num momento em que a economia atravessa dificuldades, e simultaneamente de equilibrar as suas posições políticas entre os seus valores religiosos e a necessidade de ganhar a confiança da população em geral e da comunidade internacional.

O governo democraticamente eleito na Tunísia, que tomou posse em Dezembro de 2011, é formado por uma coligação do partido islâmico moderado, Ennahda, e dois partidos de esquerda, o Congrès Pour la République (CPR) e o Forum Démocratique Pour le Travail et les Libertés. O líder do CFR, Moncef Marzouki foi eleito presidente e nomeou Jebali Hamadi Ennahda como primeiro-ministro. Em Marrocos, as autoridades ordenaram mudanças na sequência dos protestos que começaram em Fevereiro de 2011. Uma reforma constitucional concedendo maiores direitos ao parlamento foi aprovada por 94% dos votos num referendo que teve lugar em Julho de 2011. As eleições legislativas realizadas em Novembro permitiram ao partido islâmico Parti de la Justice et du Développement (PJD) ganhar 107 dos 395 lugares. Abdelilah Benkirane, do PJD, foi nomeado primeiro-ministro.

Na Zâmbia, o líder da oposição Michael Sata ganhou as eleições presidenciais em 20 de Setembro de 2011, com a promessa de redistribuir os lucros das minas de cobre através de uma tributação mais equitativa. As eleições foram consideradas justas e transparentes. Cabo Verde também realizou uma transição política pacífica e estável. As eleições legislativas em Fevereiro de 2011 foram ganhas pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde. As eleições presidenciais em Julho foram ganhas por Jorge Carlos Fonseca, do partido da oposição Movimento Para a Democracia, com uma alta taxa de 48% de abstenção. A coligação no poder detém a maioria por apenas um lugar, lançando dúvidas sobre a capacidade do governo em levar o seu mandato até ao fim. O ANC da África do Sul obteve 62% dos votos nas eleições locais de Maio de 2011, abaixo dos 64% de 2006.

O líder de longa data da oposição no Níger, Mahamadou Issoufou, ganhou as eleições presidenciais com 58% dos votos, num país que deseja acabar com anos de instabilidade marcados por golpes militares. Também foram realizadas eleições legislativas.

As eleições presidenciais no Senegal foram saudadas apesar de algumas preocupações iniciais. Protestos fizeram vítimas em Janeiro, quando um tribunal apoiou a reivindicação de Wade de permanecer no poder por um terceiro mandato apesar de ele próprio ter introduzido



a limitação de dois mandatos para cada presidente. Sobrevieram também tensões durante a primeira volta das eleições. Wade, no entanto, demitiu-se após a segunda volta, a 25 de Março de 2012, quando se tornou patente a derrota perante o seu ex-primeiro-ministro Macky Sall. Os líderes internacionais elogiaram o facto de Wade se ter demitido.

No Benim, o presidente Boni Yayi foi reeleito em eleições consideradas livres e justas por observadores internacionais. Seguiram-se eleições legislativas em Abril de 2011, nas quais o partido do presidente confirmou a sua maioria. São Tomé e Príncipe realizou eleições presidenciais em Agosto de 2011 ganhas na segunda volta pelo ex-presidente Pinto da Costa com 58,9% dos votos.

O candidato do partido no poder, Ikililou Dhoinine venceu as eleições presidenciais nas Comores, o arquipélago do Oceano Índico propenso a golpes de estado. Dhoinine serviu durante 5 anos como representante do presidente cessante, Ahmed Abdallah Mohamed Sambi, e foi por este escolhido para seu candidato nas eleições de 26 de Dezembro. O seu principal adversário, Mohamed Said Fazul, obteve 33% dos votos.

A 11 de Outubro de 2011 realizaram-se na Libéria eleições legislativas e a primeira volta das presidenciais. Nove partidos da oposição rejeitaram os resultados, alegando fraude, e boicotaram a segunda volta das eleições presidenciais, tendo Ellen Johnson Sirleaf sido reeleito sem qualquer adversário. O plano do governo para alterar a Constituição no que respeita ao mandato dos juizes, a calendarização das eleições, os requisitos dos candidatos presidenciais e o sistema eleitoral, não conseguiu obter a aprovação de dois terços. Johnson Sirleaf também ganhou o Prémio Nobel da Paz em 2011.

Nalguns países, também, as práticas eleitorais destacaram em que medida a democracia não está ainda enraizada. Como se esperava, o presidente dos Camarões, Paul Biya, foi eleito para um sexto mandato de sete anos em outubro, embora observadores internacionais tenham mencionado irregularidades. De igual forma, o partido no poder no Chade ganhou as eleições legislativas em Fevereiro por larga maioria, enquanto o presidente Idris Deby foi reeleito para o seu quinto mandato de cinco anos. Em Novembro, o presidente da Gâmbia, Yahya Jemeh, que já governa há 17 anos, foi reeleito com 72% dos votos. Os observadores da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) consideraram que a sua eleição não foi transparente.

O presidente do Djibuti, Guelleh, foi reeleito em Abril para um terceiro mandato com cerca de 80% dos votos. A sua eleição foi considerada livre e justa por parte de analistas da União Africana (UA). No entanto, as eleições foram precedidas por protestos violentos que levaram à detenção de líderes da oposição. Ao longo de 2011, o partido da oposição no Gabão contestou a vitória do presidente Ali Bongo Ondimba nas eleições presidenciais de 2009. A oposição chamou a atenção para a necessidade de um sistema de votação biométrico para aumentar a transparência em futuras eleições. O governo rejeitou este pedido e todos os partidos da oposição, menos um, boicotaram as eleições legislativas em Dezembro de 2011. Sem quaisquer adversários sérios, o partido do poder, Parti Démocratique Gabonaise, ganhou as eleições com 95% dos votos.

As eleições locais, legislativas e presidenciais na Nigéria em 2011 provocaram uma onda de violência. Goodluck Jonathan, um cristão do sul do Delta do Níger, venceu as eleições presidenciais com 57% dos votos contra 31% de Muhammadu Buhari, um muçulmano do norte que pertenceu à junta que governou o país na década de 1980. O processo eleitoral foi considerado livre e justo por observadores da UA, no entanto, os apoiantes de Buhari reclamaram fraude e rejeitaram os resultados, os quais vieram sublinhar o fosso entre o sul cristão rico em petróleo e o norte muçulmano.



De acordo com a Comissão Eleitoral Nacional, o Presidente Joseph Kabila ganhou, em Novembro, um novo mandato na RDC, derrotando o líder da oposição Etienne Tshisekedi. Uma missão de observadores da União Europeia (UE) apontou para a existência de irregularidades que prejudicaram “a confiança e a credibilidade dos resultados anunciados”. O Uganda realizou eleições locais, legislativas e presidenciais, e a oposição contestou a nova vitória do presidente Museveni, que já governa há 25 anos.

Na Guiné-Bissau realizou-se a primeira volta das eleições presidenciais a 18 de Março de 2012 na sequência da morte súbita do Presidente Malam Bacai Sanha em Janeiro de 2012. O ex-primeiro-ministro Carlos Gomes conseguiu 49% dos votos e os observadores da UA e de outras organizações internacionais consideraram que as eleições foram livres e justas. A oposição, no entanto, considerou ter havido fraude e apelou a um boicote na segunda volta das eleições a 29 de Abril. O adversário Kumba Yala ficou em segundo lugar com cerca de 23 por cento. Um ex-chefe dos serviços de informação foi morto no dia das eleições, seguido por uma alegada tentativa de golpe pelos militares a 12 de Abril, indicando que as antigas tensões entre as autoridades militares e civis permanecem. O país passou por décadas de golpes e de ajustes de velhas contas com assassinatos entre o Estado e o exército. Esta instabilidade política contínua diminui a reforma urgente e complexa do sector de segurança do país e dificulta o desenvolvimento sustentável.

São esperadas em 2012 eleições presidenciais no Egipto, Gana, Líbia e Madagascar. Eleições legislativas e parlamentares deveriam ter ocorrido em Angola, Camarões, República do Congo, Egipto, Guiné Equatorial, Gâmbia, Guiné, Lesoto, Líbia, Madagascar, Mauritânia, Senegal, Serra Leoa, Togo e provavelmente no Zimbabué. Os riscos das eleições presidenciais no Gana e na Serra Leoa são extremamente elevados devido às perspectivas de forte crescimento económico ligado às receitas de recursos naturais que influenciam a política. Durante o período que antecedeu as eleições na Serra Leoa, o partido do governo e os partidários da oposição defrontaram-se e os comícios políticos foram proibidos durante três meses.

O Quénia tem eleições marcadas para 2013. O país está a tentar bloquear o julgamento no Tribunal Penal Internacional de quatro funcionários quenianos acusados pelo seu envolvimento num tumulto com vítimas no Quénia em 2007, aquando da contestação das eleições presidenciais. Os analistas dizem que os movimentos podem ser parte de um plano mais amplo com o objetivo de influenciar o resultado das próximas eleições presidenciais, no âmbito de uma luta contínua pelo poder entre os dois principais grupos étnicos.

Tabela 5.2. Visão geral das eleições nacionais em África em 2011/12

País	2011	2012
Argélia		
Angola		Legislativas (Fim 2012)
Benin	Presidenciais (13 Março), Legislativas (30 Abril)	
Botsuana		
Burquina Fasso		
Burundi		
Camarões	Presidenciais (9 Outubro)	Legislativas (Julho)
Cabo Verde	Parlamentares (6 Fevereiro), Presidenciais 1ª volta (7 Agosto), Presidenciais 2ª volta (21 Agosto).	
República Centro-Africana	Presidenciais (23 Janeiro). Parlamentares 1ª volta (23 Janeiro), Parlamentares 2ª volta (27 Março).	
Chade	Parlamentares (13 Fevereiro), Presidenciais (24 Abril).	
Comores		
Congo		Legislativas (Junho)
Rep. Democrática do Congo	Legislativas (28 Novembro), Presidenciais (28 Novembro).	
Costa do Marfim	Parlamentares (11 Dezembro).	



Table 5.2. Visão geral das eleições nacionais em África em 2011/12 (Cont.)

	2011	2012
Djibuti	Presidenciais (8 Abril)	
Egipt	Referendo (19 Março), Parlamentares 1ª fase (28 Novembro), Parlamentares 2ª fase (14 Dezembro).	Parlamentares 3ª fase (3 Janeiro), Legislativas 1ª fase (29 Janeiro), Legislativas 2ª fase (14 Fevereiro), Presidenciais (Maio).
Eritreia		
Etiópia		
Guiné Equatorial		Parlamentares (sem data estabelecida)..
Gabão	Legislativas (17 Dezembro)	
Gâmbia	Presidenciais (24 Novembro)	Legislativas (29 Março)
Gana		Presidenciais (Dezembro), Legislativas (Dezembro), Legislativas (sem data estabelecida)
Guiné		Presidenciais (18 Março), Presidenciais Parlamentares (sem data estabelecida).
Guiné-Bissau		Eleições Presidenciais e para a Assembleia Nacional (sem data estabelecida, Agosto/Dezembro).
canceladas,		Parlamentares (Maio).
Quênia		
Lesotho		
Liberia	Referendo (23 Agosto), Legislativas 1ª volta (11 Outubro), Presidenciais 1ª volta (11 Outubro), Presidenciais 2ª volta (18 Novembro).	
Líbia		Eleições Presidenciais e Parlamentares (Junho).
Madagáscar		Parlamentares (Maio), Presidenciais (Maio).
Malawi		
Mali		Presidenciais (data a ser marcada), Parlamentares (data a ser marcada)
Mauritânia		Parlamentares (31 Março)
Maurícias		
Marrocos	Referendo (1 Julho), Parlamentares (25 Novembro).	
Moçambique		
Namíbia		
Niger	Presidenciais 1ª volta (31 Janeiro), Parlamentares (31 Janeiro), Presidenciais 2ª volta (12 Março).	
Nigéria	Parlamentares (9 Abril), Presidenciais (16 Abril).	
Ruanda		
São Tomé and Príncipe	Presidenciais 1ª volta (17 Julho), Presidenciais 2ª volta (7 Agosto).	
Senegal		Presidenciais (26 Fevereiro), Parlamentares (17 Junho)..
Seicheles	Presidenciais (19 Maio).	
Serra Leoa		Legislativas (Agosto), Presidenciais (17 Novembro).
Somalia		
África do Sul		
Sudão	Referendo (9 Janeiro)	Referendo (data não marcada)..
Sudão do Sul	Secessão oficial (9 Julho).	
Suazilândia		
Tanzânia		
Togo		Parlamentares (Outubro)
Tunísia	Legislativas (23 Outubro).	
Uganda	Parlamentares (18 Fevereiro), Presidenciais (18 Fevereiro).	
Zâmbia	Presidenciais (20 Setembro), Legislativas (20 Setembro).	Referendo (data não marcada).
Zimbabué		Parlamentares (tentativa), Referendo (tentativa).

Fontes: <http://electionguide.org/>; Africa Macro, Insight and Strategy. Artigo no African elections 2011/2012 por Simon Freemantle.



Paz e segurança

Após as revoltas no Egito e na Tunísia, começaram a 15 de Fevereiro de 2012 manifestações na cidade Líbia de Benghazi. Estas manifestações transformaram-se numa guerra civil que causou entre 10.000 a 50.000 mortos. Depois de meses de guerra civil, e com o apoio da NATO, a ONU reconheceu em Setembro de 2011 o Conselho Nacional de Transição (CNT) da Líbia como o governo oficial interino. O CNT nomeou o empresário Abdel Rahim al-Kib como primeiro-ministro interino para dirigir um Conselho Nacional, composto por ex-rebeldes e outros representantes, durante oito meses até à realização de eleições. O governo interino enfrenta sérios desafios para manter a unidade nacional. Em Março de 2012, a região oriental da Líbia declarou-se semi-autónoma.

O Sudão do Sul tornou-se a 54ª nação de África a 9 de Julho de 2011, sete meses após um referendo onde a esmagadora maioria votou a favor da separação do Sudão. O Sudão do Sul possui ricas reservas de petróleo, mas o seu oleoduto de exportação tem de atravessar o Sudão em direção ao norte. Meses de conversações não foram suficientes para chegar a um acordo em relação à taxa que o Sudão do Sul deve pagar ao governo de Cartum pelo oleoduto. Sem estas rendas do petróleo a estabilidade do Sudão enfrenta uma crescente ameaça. Cada estado acusa o outro de apoiar forças rebeldes que operam nos seus países. No estado de Jonglei, no Sudão do Sul, têm também havido disputas étnicas que causaram centenas de mortos desde a independência.

Em África ocorreram quatro alegados golpes de estado em 2011, todos falhados. Três guardas do presidente da Guiné, Alpha Condé, foram mortos na sequência de uma tentativa de assassinato do líder a 19 de Julho. O golpe foi executado por soldados e, em resposta, Condé encarcerou 59 adversários políticos, apesar das críticas de observadores dos direitos humanos. Na vizinha Guiné-Bissau, uma facção militar atacou o quartel-general e forçou o primeiro-ministro a procurar refúgio na embaixada de Angola. O país tem estado instável desde o assassinato do presidente Nino Vieira em 2009. Uma terceira tentativa de golpe de estado ocorreu no Níger, onde as autoridades recentemente eleitas prenderam oficiais militares no final de Julho. Em Março de 2011, o presidente de Madagáscar, Andry Rajoelina, que tomou ele próprio o poder num golpe de estado em 2009, escapou ileso quando uma bomba explodiu perto do seu carro.

Em 2012, África, até agora, experienciou um golpe de Estado e um alegado golpe de Estado. Descontentes com o tratamento do governo para com uma revolta de rebeldes separatistas tuaregues no Norte do Mali, um grupo de jovens oficiais militares assumiram o controlo do governo, a 22 de Março. Na sequência de negociações e da mediação da CEDEAO, os líderes do golpe concordaram em entregar o poder ao Presidente da Assembleia Nacional, Diounounda Traoré. A probabilidade de o presidente interino Traoré ser capaz de organizar eleições presidenciais e salvaguardar a integridade territorial de todo o país continua muito incerta. Com base no seu sucesso militar anterior ao golpe de Estado, os rebeldes tuaregues, organizados como o Movimento Nacional para a Libertação da Azawad (MNLA), exploraram o impasse político e avançaram rapidamente para o sul. Os rebeldes são alimentados por armas e combatentes que retornam da Líbia, onde eles eram mercenários usados por Ghadafi. A 13 de Abril, proclamaram a independência do norte do Mali como “Azawad”. Embora este acto não tenha sido reconhecido por nenhum país, representa uma ameaça à integridade territorial do Mali. A Organização Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI) também tem estado activa no Mali e parece estar envolvida em alguns dos combates. A sua relação com o MNLA, no entanto, não é clara. Enquanto isso, os líderes do golpe concordaram em entregar o poder ao Presidente da Assembleia Nacional, Diounounda Traoré, depois de um acordo negociado sob mediação da CEDEAO. No entanto, a probabilidade de que o presidente interino, nomeado Traoré ser capaz de organizar eleições presidenciais e salvaguardar a integridade territorial de todo o país permanece muito incerta.



No Magrebe Islâmico, a Al-Qaeda (AQMI) está a expandir o seu raio gama de ação cada vez mais em direção à Mauritânia, Argélia, Níger e Mali. No início de 2012, 12 cidadãos europeus foram mantidos como reféns. A França e outros países europeus auxiliam governos da região a criar uma força militar conjunta, mas a sua implementação prática tem ficado aquém do desejado. A AQMI aproveitou o fim do conflito na Líbia, quando uma grande quantidade de armas entrou em circulação. O relatório mundial de 2011 do departamento de Drogas e Crime da ONU sublinhou o extenso tráfico de drogas e pessoas nas frágeis fronteiras da África Ocidental. O Secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, alertou num relatório de Fevereiro de 2012 para o efeito destabilizador que o número crescente de ligações entre organizações terroristas e fluxos financeiros ilícitos provenientes do crime internacional tem na região.

Vários conflitos transfronteiriços continuam sem solução. Em 2011, tropas quenianas entraram na Somália após o rapto de vários turistas no norte do Quênia por rebeldes somalis. O Quênia juntou-se agora à força internacional que luta contra militantes Shabaab na Somália enquanto tenta simultaneamente impedir que estes militantes criem raízes nas regiões fronteiriças mais empobrecidas do norte do Quênia. Fazul Abdullah Mohammed, o presumível líder da Al-Qaeda na África Oriental, foi assassinado em Mogadíscio em Junho de 2011.

No Senegal, confrontos entre os rebeldes de Casamansa e as forças militares estão a impedir o desenvolvimento da indústria turística na região. A ONU promoveu negociações relativamente informais entre o governo Marroquino e a Frente Polisário sobre o futuro do Saara Ocidental, mas não tem havido progresso e isto continua a prejudicar as relações de Marrocos com a Argélia. O Conselho de Segurança da ONU reforçou as sanções a altos funcionários da Eritreia em Setembro de 2011 devido ao seu alegado envolvimento em conspirações terroristas contra a Etiópia. Em Julho, os rebeldes da Convenção de Patriotas para a Justiça e Paz assinaram um cessar-fogo com o governo da República Centro Africana como um pré-requisito para negociar a paz e a desmobilização de mais de 1.400 rebeldes.

A 14 de Março de 2012, o Tribunal Penal Internacional (TPI) emitiu um primeiro veredicto histórico. Este veredicto condenou Thomas Lubanga por recrutar crianças-soldado durante a guerra civil em Ituri, no nordeste da RDC, em 2002 e 2003. O julgamento enviou uma forte mensagem a outros grupos rebeldes, tais como o Lord's Resistance Army (LRA). Em Outubro de 2011, os Estados Unidos enviaram 100 elementos das Forças Especiais e recursos técnicos para ajudar as forças africanas a capturar o líder do LRA, Joseph Kony.

Em 2011 estiveram activas cinco operações de manutenção de paz da ONU na África Subsaariana, depois da Missão da ONU na República Centro Africana e no Chade (MINURCAT) ter terminado no final de 2010. Após a independência do Sudão do Sul em Julho de 2011, a Missão da ONU no Sudão (UNMIS) transformou-se na Missão da ONU no Sudão do Sul (UNMISS) para ajudar o novo governo em questões de política e segurança. Uma operação de paz híbrida UA/ONU permaneceu em Darfur (UNAMID), a Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) continua a ser uma das maiores missões de paz de sempre. A missão de paz UNOCI encontra-se na Costa do Marfim, enquanto na Somália existe uma missão de paz por parte da União Africana (AMISOM), a qual é apoiada pela ONU. A Etiópia e a Nigéria contribuíram, respetivamente, com 6.224 e 5.749 efectivos militares para as missões de paz da ONU, tornando-se nos dois principais contribuintes africanos. O Uganda tem mais de 5.000 soldados na AMISOM. Até ao final de 2011, a ONU tinha comissões de sanções na Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Libéria, Somália, Eritreia e Sudão. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia (EU) desempenham o principal papel numa esquadra internacional de combate à pirataria ao largo da costa da Somália e no Oceano Índico.

De acordo com o Centro de Relatório de Pirataria do Bureau Marítimo Internacional, os piratas somalis efetuaram 237 ataques em 2011, contra 219 em 2010. A Fundação One Earth



Future estimou que no ano passado o prejuízo económico total dos ataques varia entre 6,6 e 6,9 mil milhões de dólares americanos. Um novo motivo de preocupação é o aumento da pirataria ao largo da costa ocidental africana. Em 2011, verificaram-se pelo menos 45 ataques, principalmente a petroleiros e navios de transporte de substâncias químicas, ao largo da África Ocidental, segundo dados da CEDEAO. As rotas comerciais atlânticas foram penalizadas por prémios de seguros de risco muito elevados, em especial os portos de Cotonou no Benim e Lagos, na Nigéria. Os dois países lançaram patrulhas marítimas conjuntas, mas dizem precisar de ajuda internacional.

Corrupção

A urgência do combate à corrupção tornou-se ainda mais notório em 2011 com a Primavera Árabe e com os manifestantes de Ocupem o Wall Street a darem uma nova voz à campanha contra a fraude. De acordo com o índice de Percepção de Corrupção da Transparency International, que classifica os países segundo a percepção de corrupção, a classificação média para África em 2011 foi de 2,93, um resultado quase inalterado desde 2010, cuja classificação foi de 2,89. A África continua a fazer parte da categoria de “extrema corrupção” com uma classificação abaixo de 3,0. Uma abordagem a nível nacional impõe uma análise mais detalhada, com 21 países de um total de 53 a melhorarem a sua classificação. Quanto aos restantes países, 15 mantiveram o nível de classificação, enquanto os outros 17 pioraram em 2011.

Pela primeira vez quatro países – Botsuana, Ilhas Maurícias, Cabo Verde e Ruanda – registaram uma pontuação acima de 5,0. O Botsuana regrediu à sua pontuação máxima de 6,1 atingida em 2000 e continua a ser o único país africano a ter alcançado uma pontuação acima de 6,0. A percepção das Maurícias como um dos países menos corruptos de África pode vir a piorar após a prisão de um ministro em 2011 e devido a uma investigação de corrupção contra altos membros da coligação do antigo partido Movimento Socialista Militante, os quais deram origem a grandes marchas de protesto em Setembro. Casos de corrupção que envolveram o ANC levaram a que a classificação da África do Sul baixasse de 5,1 em 2007 para 4,1. Do lado positivo, o Burundi, Comores, Mauritânia, Gabão, Mali e Senegal registaram as suas classificações mais altas de sempre.

No entanto, os quatro países melhor classificados representam apenas 1,4% da população africana. Cerca de três quartos dos africanos vivem em países onde a corrupção continua a ser extrema (pontuação inferior a 3,0), tendo países muito populosos, como a Nigéria, o Egito e a República Democrática do Congo, classificações muito baixas. Os países com as piores classificações mostraram uma ligeira melhoria. Trinta países obtiveram uma classificação inferior a 3,0 em 2011, contra 34 em 2010. Quase um quarto da população africana vive em países com uma pontuação entre 3,0 e 5,0, o que significa que a corrupção é um desafio significativo para a meio empresarial, para a prestação de serviços públicos decentes e para uma eficiente gestão das finanças públicas.



Tabela 5.3. Índice de Percepção da corrupção (CPI) por
Transparency International 2010/12

País	Classificação global 2011	CPI 2011	Classificação global 2010	CPI 2010
Botsuana	32	6.1	33	5.8
Cabo Verde	41	5.5	45	5.1
Maurícias	46	5.1	39	5.4
Ruanda	49	5	66	4
Seicheles	50	4.8	49	4.8
Namíbia	57	4.4	56	4.4
África do Sul	64	4.1	54	4.5
Gana	69	3.9	62	4.1
Tunísia	73	3.8	59	4.3
Lesoto	77	3.5	78	3.5
Gâmbia	77	3.5	91	3.2
Marrocos	80	3.4	85	3.4
Libéria	91	3.2	87	3.3
Zâmbia	91	3.2	101	3
Suazilândia	95	3.1	91	3.2
Malawi	100	3	85	3.4
Djibuti	100	3	91	3.2
Burquina Fasso	100	3	98	3.1
São Tomé and Príncipe	100	3	101	3
Benin	100	3	110	2.8
Gabão	100	3	110	2.8
Tanzânia	100	3	116	2.7
Madagáscar	100	3	123	2.6
Egipto	112	2.9	98	3.1
Argélia	112	2.9	105	2.9
Senegal	112	2.9	105	2.9
Mali	118	2.8	116	2.7
Etiopia	120	2.7	116	2.7
Moçambique	120	2.7	116	2.7
Eritreia	134	2.5	123	2.6
Niger	134	2.5	123	2.6
Serra Leoa	134	2.5	134	2.4
Camarões	134	2.5	146	2.2
Uganda	143	2.4	127	2.5
Nigéria	143	2.4	134	2.4
Togo	143	2.4	134	2.4
Mauritânia	143	2.4	143	2.3
Comores	143	2.4	154	2.1
Zimbabué	154	2.2	134	2.4
Costa do Marfim	154	2.2	146	2.2
República Centro-Africana	154	2.2	154	2.1
Congo	154	2.2	154	2.1
Guiné-Bissau	154	2.2	154	2.1
Quênia	154	2.2	154	2.1
Guiné	164	2.1	164	2
Libya	168	2	146	2.2
Rep. Democrática do Congo	168	2	164	2
Angola	168	2	168	1.9
Chade	168	2	171	1.7
Guiné Equatorial	172	1.9	168	1.9
Burundi	172	1.9	170	1.8
Sudão	177	1.6	172	1.6
Somália	182	1	178	1.1

Fonte: Transparency International. O Índice de Percepção da Corrupção (CPI) classifica os países de acordo com a percepção da corrupção no sector público numa escala de 10 (muito limpo) a 0 (altamente corrupto).



Governança económica

Segundo o relatório do Fazer Negócios em 2012 do Banco Mundial, reformas reguladoras para tornarem mais fácil fazer negócios foram implementadas em 36 das 46 economias africanas que foram avaliadas entre Junho de 2010 e Maio de 2011. Isto representa 78% da economia africana, em comparação com uma média de 56% nos seis anos anteriores. O relatório diz que há seis anos atrás apenas um terço das economias subsaarianas de África fizeram melhorias no enquadramento regulamentar das empresas nacionais. No ano passado, 36 dos 46 países introduziram reformas em pelos menos uma das 10 áreas avaliadas pelo Fazer Negócios.

Pelo quarto ano consecutivo, as Maurícias foram o país da África Subsaariana mais fácil para fazer negócios. Classificadas no 23º lugar a nível mundial, as Maurícias são seguidas pela África do Sul (35.º), o Ruanda (45.º), o Botsuana (54.º) e o Gana (63.º).

Vários outros países também fizeram mudanças significativas para melhorar o clima empresarial. São Tomé e Príncipe, a Libéria, o Mali e a Mauritânia, entre outros países, criaram serviços eficientes e especializados onde se pode tratar de assuntos como criar um negócio ou lidar com licenças de construção. A Gâmbia, as Seicheles e o Togo reduziram o imposto sobre os lucros das empresas, enquanto a Costa do Marfim eliminou completamente o imposto de reconstrução nacional. Na Libéria, nas Seicheles e na Tanzânia, as declarações alfandegárias podem agora ser submetidas electronicamente.

Os países da África Oriental, na tentativa de harmonizar as políticas de regulamentação entre membros da Comunidade da África Oriental (EAC), introduziram reformas significativas. O relatório *Fazer Negócios na Comunidade da África Oriental em 2011* do Banco Mundial apontou para as seguintes alterações e potenciais benefícios:

- Fazer negócios tem-se tornado mais fácil na África Oriental desde 2005.
- A partilha de boas práticas poderá posicionar a África Oriental mais perto dos países com melhor desempenho a nível global.
- Se cada país da África Oriental adoptasse a melhor prática da região com base no indicador do Fazer Negócios, a classificação média da região estaria na 18.ª posição em vez da atual 117.ª.
- Se os melhores regulamentos da África Oriental fossem implementados em toda a região, o enquadramento regulamentar das empresas seria comparável ao do Japão, de acordo com a avaliação do Fazer Negócios.
- Os membros da EAC estão já a tentar aprender as práticas de reforma uns com os outros, através da Rede de Iniciativa de Reformas que é patrocinada pelo Grupo do Banco Mundial.

Segundo o relatório, entre Junho de 2009 e Maio de 2010 os países membros da EAC implementaram oito reformas que facilitam a realização de negócios, das quais três no Ruanda, duas no Quênia e no Uganda e uma no Burundi. Desde 2004 as reformas na região totalizam 54.

A maioria dos governos Africanos reconhece que a crise financeira internacional criou oportunidades económicas únicas. África está agora a receber mais atenção por parte de economias emergentes e em desenvolvimento, que têm grandes excedentes financeiros. Um grande número destas economias já investiu fortemente na indústria mineira, infraestruturas e noutros setores críticos da economia africana. Em 2012, espera-se que as potências emergentes aumentem os seus investimentos no Continente, desde que os países africanos continuem a introduzir políticas amigáveis de investimento e regulamentação que lhes garantam uma vantagem competitiva sobre outras regiões.



Os países africanos estão sem dúvida a caminhar na direcção certa em termos de reformas regulamentares empresariais. No entanto, ainda há muito trabalho a fazer para elevar o Continente ao nível dos padrões globais. A boa governação económica é um processo e não um acontecimento, sendo também um produto de escolhas políticas deliberadas. Os governos africanos parecem estar determinados a fazer verdadeiras e definitivas mudanças.

Notas

1. Os seguintes países estão incluídos nesta mostra: Argélia, Botswana, Burkina Faso, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Egito, Guiné Equatorial, Etiópia, Gabão, Gana, Quénia, Mali, Ilhas Maurício, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal, África do Sul, Tanzânia, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. Consulte a secção de metodologia do anexo estatístico para obter mais detalhes.

Referências

Freedom House (2011), Freedom in the World 2011.

Heidelberg Institute of International Conflict Research (2011), Conflict Barometer 2011, Department of Political Science, Universidade de Heidelberg, www.hiik.de/en/konfliktbarometer.

One Earth Future Foundation, "The economic Cost of Somali Piracy 2011", Working Paper, <http://oceansbeyondpiracy.org/cost-of-piracy/economic>.

Repórteres sem Fronteiras (2011), Press Freedom Index 2011.

Transparência Internacional (2011), Corruption Perception Index 2011, Berlim.

UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) (2011), Estimating Illicit Financial flows resulting from drug trafficking and other transnational organized crimes, Research Report, Nações Unidas, Nova Iorque.

UNODC (2011), World Drug Report, Nações Unidas, Nova Iorque.

Parte Dois

Tema Especial





Capítulo 6

Promover o emprego juvenil

Como foi demonstrado por edições sucessivas do *African Economic Outlook*, a taxa de crescimento de África foi superior à taxa *global* ao longo da última década. Contudo, um crescimento elevado não é suficiente para garantir emprego produtivo para todos. Grandes segmentos da população, e especialmente os jovens, podem ficar para trás e sentir-se frustrados. Na ausência de um processo político que lhes permita expressar as suas opiniões e produzir alterações às políticas, a instabilidade pode ser o resultado, tal como aconteceu no ano passado em certos países do Norte de África. Este é um momento oportuno para redireccionar a agenda política dos governos africanos no sentido de uma estratégia de crescimento sustentável inclusiva e criadora de emprego, destinada sobretudo a lidar com as necessidades especiais dos jovens.

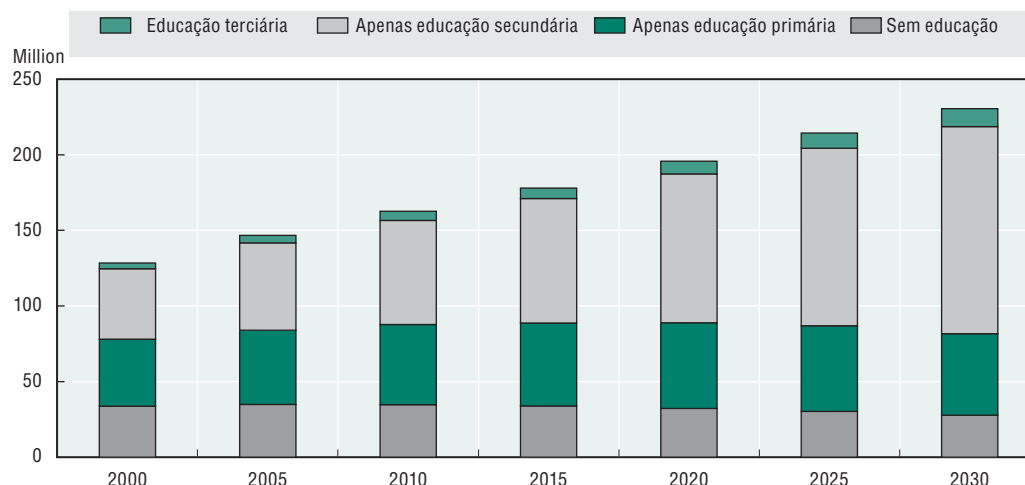
África tem vindo a apresentar um rápido crescimento económico. De 2001 a 2010, seis das dez economias mundiais de crescimento mais rápido eram na África subsaariana. O continente africano resistiu bem à crise financeira de 2008, com muitas economias a crescer já a níveis próximos das respectivas médias pré-crise. Admitindo que a presente turbulência nos mercados dos países desenvolvidos passará sem consequências graves para África, as perspectivas para a década vindoura apresentam-se igualmente boas. O presente relatório estima um crescimento de 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2011, um aumento em relação aos 4,5% de 2010 (ver Capítulo 1).

Tendo quase 200 milhões de pessoas com idades entre os 15 e os 24 anos, África possui a população mais jovem do mundo. E esta continua a crescer rapidamente. O número de jovens em África duplicará até 2045. Entre 2000 e 2008, a população africana em idade activa (15 aos 64 anos) aumentou de 443 milhões para 550 milhões; um acréscimo de 25%. Em termos anuais, trata-se de um crescimento de 13 milhões, ou seja 2,7% por ano (Banco Mundial, 2011a). A manter-se esta tendência, a população activa do continente será de mil milhões de pessoas em 2040, tornando-a a maior do mundo e ultrapassando tanto a população Chinesa, como a Indiana (McKinsey, 2010).

A população jovem de África não só está a crescer rapidamente, como também está a obter uma melhor educação. Com base nas tendências actuais, 59% dos jovens com idades entre os 20 e os 24 anos terão concluído o ensino secundário em 2030, por contraste com os 42% de hoje em dia, o que se traduzirá por 137 milhões de jovens entre os 20 e os 24 anos a possuir educação secundária e 12 milhões a possuir educação terciária em 2030 (Figura 6.1). Embora persistam desníveis significativos de qualidade, estas tendências oferecem uma oportunidade incomparável para o desenvolvimento económico e social, se os talentos deste reservatório de capital humano em rápido crescimento forem recolhidos e canalizados para os sectores produtivos da economia. No entanto, podem também representar um risco significativo e uma ameaça à coesão social e à estabilidade política, caso África não consiga criar oportunidades económicas e de emprego suficientes para suportar condições de vida condignas para este grupo.



Figura 6.1. África apresenta um rápido crescimento de jovens com educação (grupo com idades entre os 20-24 por nível de educação, 2000-2030)



Fonte: Banco Mundial, EdStats, estimativa do autor.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600279>

Apesar de terem sido criados muitos empregos, não têm sido suficientes para o número de jovens que procuram trabalho. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, entre 2000 e 2008, África tenha criado 73 milhões de empregos, mas apenas 16 milhões para jovens com idades entre os 15 e os 24 anos. Como resultado, muitos jovens africanos acabam desempregados ou, mais frequentemente, subempregados em empregos informais com baixa produtividade e baixo salário. Dos desempregados em África, 60% são jovens e as taxas de desemprego juvenil são o dobro das de desemprego adulto na maioria dos países africanos. O problema é especialmente grave em países de rendimento médio (PRM). Em 2009, no Norte de África, o desemprego juvenil era de 23,4% e a proporção da taxa de desemprego juvenil para a de desemprego adulto estava estimada em 3,8%. Na África do Sul, o desemprego juvenil era de 48% e a proporção da taxa de desemprego juvenil para a de desemprego adulto estava estimada em 2,5%. Entre os jovens empregados, a proporção de trabalho informal é significativamente superior à dos adultos.

Os custos de um emprego desadequado são elevados. A pobreza é a consequência mais óbvia. Em média, 72% da população jovem em África vivem com menos de 2 USD por dia. A incidência da pobreza entre os jovens na Nigéria, na Etiópia, no Uganda, na Zâmbia e no Burundi é superior a 80% (Banco Mundial, 2009). As mais elevadas taxas de pobreza verificam-se entre mulheres jovens e jovens que moram em áreas rurais. Porém, os custos são mais profundos. Os primeiros anos no mercado de trabalho, as competências desenvolvidas e a experiência então acumulada afectam consideravelmente o desenvolvimento profissional futuro dos jovens. Longos períodos de desemprego ou subemprego em trabalhos informais podem “prejudicar permanentemente o potencial produtivo futuro e, portanto, as oportunidades de emprego” (Guarcello et al., 2007). Para os poucos que conseguem obter um emprego no sector formal, que oferece salários crescentes, o desemprego inicial pode ter efeitos negativos significativos no rendimento vitalício (OCDE, 2010). Em estados frágeis, a falta de emprego adequado está entre os maiores riscos para a estabilidade (Caixa 6.1).



Caixa 6.1. Emprego e desemprego juvenil em estados frágeis

Por que é que o desemprego juvenil representa um problema sério em estados frágeis? Os jovens tendem frequentemente a expressar o seu descontentamento de forma violenta, caso as vias políticas que dispensam violência não sejam adequadas ou receptivas (USAID, 2006), e este descontentamento gira em torno do desemprego, envolvendo questões quer de rendimento, quer de coesão social. Um em cada dois jovens que adere a um movimento rebelde cita o desemprego como o principal motivo para o fazer (Banco Mundial, 2011b). Na Libéria, que sofreu duas guerras civis desde 1989, impulsionadas por uma combinação explosiva de divisões étnicas, elites predatórias, corrupção e concorrência pelos lucros dos recursos naturais, é o desemprego que actualmente é encarado como o maior risco para a estabilidade (Grupo Internacional de Crise, 2011). O conflito num país retira cerca de 0,5 pontos percentuais à taxa anual de crescimento de um país vizinho (Collier et al., 2003). Pode originar uma população de refugiados, perturbar o comércio, provocar uma corrida ao armamento, proporcionar um refúgio aos rebeldes e tornar-se, ele próprio, novo teatro de guerra.

Fonte: Rede Internacional sobre Conflitos e Fragilidade (INCAF), Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), Direcção de Cooperação e Desenvolvimento.

Sem uma acção urgente para modernizar as suas economias, os países africanos arriscam-se a desperdiçar o enorme potencial oferecido pelos seus jovens. Malik e Awadallah (2011) apontam o “fracasso singular” do mundo árabe no sentido de desenvolver um sector privado independente, competitivo e integrado nos mercados globais. Embora estas duras palavras não sejam justificadas para toda a África, levantam uma questão geral válida: dado o forte crescimento populacional africano e a necessária redução do sector público em muitos países, um sector privado dinâmico é a mais importante fonte de empregos para os jovens. Contudo, esta análise de 53 países africanos revela que a falta de criação de empregos suficientes é, de longe, o maior obstáculo que os jovens africanos enfrentam hoje em dia.

A maximização do impacto de um sector privado mais forte e do crescimento económico no emprego juvenil exige políticas inteligentes baseadas numa compreensão sólida das questões que os jovens enfrentam na tentativa de encontrar, e de manter, oportunidades de emprego condignas. O presente capítulo pretende contribuir pintando um quadro dos jovens empregados e desempregados, das suas necessidades e dos obstáculos que enfrentam.

A secção seguinte apresenta os dados e as definições usados:

Os problemas variam consoante os países. Os PRM apresentam uma maior proporção de jovens a frequentar o ensino e uma menor proporção no mercado de trabalho do que os países de rendimento mais baixo (PRB). Os que se encontram no mercado de trabalho deparam-se com opções de emprego de fraca qualidade nos países pobres e uma falta de opções de emprego nos PRM.

Quem são os jovens trabalhadores de África? Muitos jovens em África trabalham em más condições e são pobres, não obstante estarem empregados. Merecem tanta atenção e apoio como os jovens que não estão a trabalhar. A maioria dos jovens encontra-se na agricultura ou ganha a vida como comerciantes ou vendedores.

Quem são os jovens sem emprego, educação ou formação (Not in Employment, Education, or Training (NEET))? A distinção entre jovens desempregados e desanimados é



especialmente importante: embora pareça paradoxal, os jovens *desanimados* têm, de facto, mais desvantagens do que os jovens *desempregados* e devem ser incluídos em qualquer análise de mercado séria. Infelizmente, muitas vezes, não o são.

Qual é a perspectiva geral de emprego para os jovens em África? Apesar de terem sido criados muitos empregos ao longo da última década, o crescimento de África não tem sido suficientemente abrangente para fazer face à necessidade de empregos de uma população em rápido crescimento. O sector privado tem vindo a aumentar em termos de dimensão, mas partindo de uma base demasiado pequena para causar um grande impacto. O sector público não consegue crescer tão depressa como a população em geral e representa uma entidade empregadora muito menos significativa para os jovens do que para os adultos. O legado da crise de 2008-2009 foi um aumento acentuado do trabalho na agricultura e em actividades informais.

Dada esta perspectiva, os **sectores informal e rural são importantes empregadores para os jovens** e têm potencial.

De que precisam os jovens africanos? Os obstáculos que os jovens enfrentam nos mercados de trabalho são analisados com base num simples quadro de oferta e procura e num inquérito junto de especialistas do país. O maior problema que os jovens enfrentam é uma escassez de empregos. Os desfasamentos relativamente à educação e às competências vêm em segundo lugar, a uma distância considerável. As regulamentações do mercado são o menor dos problemas. No caso de alguns obstáculos, tais como a regulamentação do mercado que coloca os jovens em desvantagem, os efeitos e as necessidades são semelhantes para todos os jovens. No caso de outros obstáculos, tais como a escassez de procura de mão de obra e sistemas de educação fracos, as necessidades dos jovens variam consoante o respectivo contexto e conforme estejam a trabalhar, quer sejam pobres, quer estejam desempregados.

O que fazem os governos para promover o emprego juvenil? Apesar de a consciência dos governos quanto aos desafios que os jovens enfrentam nos mercados de trabalho africanos ter melhorado na última década, continuam a ser raras as respostas eficazes. Os especialistas dos países do AEO consideram os programas que visam promover o emprego juvenil disfuncionais em 21 países e bem desenvolvidos apenas em Marrocos.

Como ler este relatório

Os desafios do emprego juvenil em África são tão diversos como o próprio continente. Os países mais pobres têm taxas de emprego muito baixas, conjuntamente com um grande sector informal que emprega até 90% da população em idade activa. A maioria dos PRM africanos, por outro lado, tem taxas de desemprego muito elevadas. Os seus sectores formais são maiores do que os dos países mais pobres e empregam uma larga porção da população, contudo, simultaneamente, os seus sectores informais são relativamente menores e não absorvem trabalhadores jovens, como nos países pobres. Considerando estas diferenças, sempre que possível o presente relatório utilizará as categorias de baixo rendimento (PBR), rendimento médio baixo (PRMB) e rendimento médio superior (PRMS) como o principal enfoque de análise. Se os dados forem insuficientes ou as diferenças desprezáveis, os países de rendimento médio baixo e médio superior serão encarados como uma única categoria de países de rendimento médio (PRM).

Existem muitos conceitos utilizados para analisar o emprego juvenil e podem ser confusos. A Figure 2 destina-se a funcionar como uma “Pedra de Roseta”, ou ferramenta de tradução, do presente relatório, tornando as várias definições utilizadas na análise do mercado de trabalho comparáveis entre si. Em seguida, as definições são especificadas para cada conceito do mercado de trabalho utilizado neste relatório, que termina com uma explicação dos dados usados.



Figura 6.2. A Pedra de Roseta para os mercados de trabalho

1. Estado da população activa	2. Tempo despendido	3. Estatuto do emprego		4. A trabalhar?	5. Qualidade do emprego	6. Formalidade
Incluído na população activa	Trabalhador a tempo inteiro	Trabalhador assalariado		Empregado	Emprego assalariado	Formal Informal
		Trabalhador independente			Emprego vulnerável ²	
		Trabalhador familiar contribuinte/ trabalhador não assalariado				
	Trabalhador a tempo parcial	Trabalhador voluntário a tempo parcial				
		Involuntário = Subempregado				
Não incluído na população activa	À procura de emprego	Subempregado	Desemprego alargado	NEET*		
	Inactividade ou trabalho doméstico	Desanimado				
		Inactivo				
	A frequentar o ensino	Estudante	Estudante			

*NEET: "Not in Employment, Education, or Training".
Fonte: ilustração do autor.

Definições do mercado de trabalho¹

Para efeitos da análise do mercado de trabalho, as pessoas com idades entre os 15 e os 24 anos são consideradas **Jovens**. As pessoas com idade inferior a 15 anos encontram-se abrangidas pela convenção da OIT relativa ao trabalho infantil e não devem trabalhar. Com idade superior a 24 anos, as pessoas são consideradas adultos. Na maioria dos sistemas, as pessoas com esta idade podem já ter concluído o ensino secundário e o terciário de quatro anos ou menos e ter ingressado na população activa.

Para a maioria dos países africanos, as medições dos jovens *empregados* são mais relevantes do que as dos jovens *não empregados*. Entre os mais pobres, poucos podem dar-se ao luxo de não estar empregados. Em contrapartida, o *subemprego*, o *emprego precário* e a *pobreza empregada* são generalizados. Focarmo-nos na taxa de desemprego não consideraria esta realidade, pois estaria implícito que os empregados se encontram em melhor situação material do que os desempregados. Porém, na maioria dos países africanos, este pressuposto não se verifica. Na verdade, é menos provável que os desempregados sofram de pobreza do que muitos trabalhadores independentes ou subempregados.

Outro motivo para o cepticismo relativamente à taxa de desemprego enquanto principal medição dos resultados negativos dos mercados de trabalho é o facto de esta excluir muitos jovens que não estão empregados, embora estivessem prontos para trabalhar, mas que desistiram de procurar emprego. Estes jovens *desanimados* encontram-se, muitas vezes, em pior situação do que os desempregados e deveriam estar em primeiro lugar nas mentes dos decisores políticos. Alternativamente, sugere-se a taxa de jovens NEET, que contabiliza todos os jovens sem emprego, educação ou formação como uma proporção da população jovem total.



Medições dos jovens não empregados

A **taxa de desemprego juvenil** representa uma medição da oferta de mão de obra não utilizada e da dificuldade em encontrar trabalho. É calculada com base no número de pessoas que, durante o curto período de tempo especificado, se encontravam simultaneamente: a) sem trabalho; b) presentemente disponíveis para trabalhar; e c) à procura de trabalho, como uma percentagem do total da população activa (OIT). Trata-se de uma medição útil nos países de rendimento elevado e médio, mas nem tanto nos países pobres, onde poucos são os jovens que podem dar-se ao luxo de estar desempregados. Mesmo nos países em melhor situação, a taxa de desemprego juvenil não oferece um relato completo da situação dos jovens sem trabalho, pois não considera os desanimados (desmotivados), que desistiram de procurar emprego. *Estes encontram-se, muitas vezes, em pior situação do que os desempregados que ainda estão à procura.*

A **taxa de trabalhadores jovens desanimados (desmotivados)** é semelhante à taxa de desemprego juvenil, mas centra-se nos casos mais graves de jovens. Mede a dificuldade em encontrar trabalho e a subutilização da oferta de mão de obra. É calculada com base no número de pessoas que, durante o curto período de tempo especificado, se encontravam simultaneamente: a) sem trabalho; b) presentemente disponíveis para trabalhar, mas c) sem procurar activamente trabalho, como uma percentagem da população activa jovem. Nos cálculos laborais regulares, os desanimados (desmotivados) não são considerados parte da população activa, o que é lamentável. Muitas vezes, os jovens desanimados (desmotivados) são pobres e desligados dos mercados de trabalho; outras vezes, possuem uma sólida educação, mas desistiram de procurar um emprego que recompense as suas qualificações. No caso da África do Sul, foi demonstrado que a taxa de desânimo tem uma correlação positiva com a taxa de desemprego. As áreas que apresentam o desemprego mais elevado apresentam também elevadas taxas de desânimo, uma vez que os jovens não têm esperança de encontrar um emprego ali.

A **taxa de desemprego juvenil relaxada, ou alargada**, acrescenta a taxa de trabalhadores jovens desanimados à taxa de desemprego juvenil e expande a medição da população activa consoante o número de jovens desanimados (desmotivados). Trata-se de uma medição mais alargada dos jovens sem trabalho e da subutilização da oferta de mão de obra relativamente à tradicional taxa de desemprego juvenil.

A **taxa de participação na população activa** mede o nível de actividade económica entre a população jovem. Representa a soma de todos os jovens que se encontram empregados ou desempregados, i.e., à procura de trabalho, como uma percentagem da população jovem. Os jovens que não integram a população activa são ou estudantes ou inactivos, i.e., não procuram trabalho. A taxa de participação na população activa jovem é inferior em países de rendimento mais elevado, onde muitos jovens frequentam o ensino. Também reflecte atitudes culturais nos países onde a taxa de participação na população activa das jovens do sexo feminino é muito baixa. Esta tem tendência a ser mais elevada nos países mais pobres, onde a inscrição escolar é reduzida e muitos jovens têm de contribuir para o rendimento familiar através da actividade económica. Padece das mesmas falhas que a taxa de desemprego juvenil pois os desanimados (desmotivados) não são contabilizados na população activa.

Os **jovens não incluídos na população activa** (ou a taxa de jovens inactivos) representam a soma de todos os jovens que não se encontram empregados nem desempregados como uma percentagem da população jovem, exceptuando os estudantes. Esta medição inclui os jovens desanimados e os que não podem trabalhar por motivos de saúde ou familiares.

A **taxa de jovens NEET** é um indicador alternativo à taxa de desemprego juvenil, medindo a quantidade de jovens sem emprego, educação ou formação como uma proporção de toda a



faixa etária. Um jovem é considerado NEET se não se encontrar empregado, tiver abandonado o sistema escolar e não se encontrar em formação contínua. Assim, os NEET incluem jovens desempregados e desanimados, assim como os que não estão incluídos na população activa ou estão inactivos (OCDE, 2010).

Medições dos jovens que estão empregados

A **taxa de emprego juvenil** é uma medição da população jovem economicamente produtiva e da facilidade em encontrar trabalho. É calculada como a soma de todos os jovens em todos os tipos de emprego, como uma parte da população activa.

A **distribuição dos jovens por estatuto do emprego** mede a composição dos tipos de emprego entre a população jovem empregada. Os grupos de estatuto estão separados segundo os tipos de risco económico que representam e a quantidade de tempo despendido a trabalhar. Os dados laborais baseados na Gallup World Poll fornecem medições dos seguintes estatutos de emprego:

- emprego assalariado a tempo inteiro
- emprego independente a tempo inteiro
- emprego não assalariado a tempo inteiro (normalmente, negócio de família)
- emprego a tempo parcial (voluntário)
- subemprego (emprego involuntário a tempo parcial)

A **taxa de emprego juvenil vulnerável (precário)** mede a proporção de jovens trabalhadores por conta própria e de trabalhadores familiares contribuintes em relação ao emprego juvenil total. O emprego vulnerável (precário) é uma medição das pessoas empregadas sob circunstâncias relativamente precárias, tal como indicado pelo estatuto do emprego. Visto que é menos provável que os trabalhadores familiares e os trabalhadores por conta própria disponham de planos formais de trabalho, acesso a benefícios ou programas de protecção social e se encontram mais “à mercê” dos ciclos económicos, são estes os estatutos classificados como “vulneráveis”. Há uma forte ligação entre o emprego vulnerável e a pobreza: se a proporção de trabalhadores vulneráveis for considerável, isso poderá ser indicador de pobreza generalizada. A ligação surge pois os trabalhadores das categorias vulneráveis estão privados de protecção social e de redes de segurança que os protejam em tempos de fraca procura económica e são, muitas vezes, incapazes de manter poupanças suficientes para si e para as suas famílias, de modo a resistirem durante esses tempos. É de ressaltar que o indicador tem as suas limitações; alguns trabalhadores remunerados e assalariados poderão também correr altos riscos económicos e alguns trabalhadores por conta própria poderão estar numa situação bastante confortável e nada vulneráveis.

A **taxa de jovens subempregados** é uma medição de exclusão e da dificuldade em encontrar um emprego. É calculada como a proporção de jovens que são trabalhadores involuntários a tempo parcial, i.e., que têm uma ocupação a tempo parcial, mas querem trabalhar a tempo inteiro e não conseguem encontrar trabalho nestes termos. Além de medir as ineficiências do mercado de trabalho, lança nova luz sobre a exclusão e a pobreza, uma vez que muitos subempregados são pobres. Os jovens em melhor situação financeira passariam provavelmente algum tempo no desemprego, investindo na procura de um melhor emprego a tempo inteiro. A maioria dos jovens subempregados auferem também rendimentos menores do que os jovens empregados a tempo inteiro.

A **taxa de jovens em pobreza empregada** mede a privação e o trabalho que não é condigno. É calculada como a taxa de jovens empregados a viver abaixo do limiar de pobreza. A OIT utiliza o limiar internacional de pobreza de 1,25 USD por dia por pessoa. Para os dados da



Gallup World Poll, é traçado um limiar de insegurança alimentar com base na pergunta: “Ao longo do último ano, quantas vezes, se alguma, é que você ou a sua família ficaram sem comida suficiente para se alimentarem?”. Quem tenha respondido “várias vezes” é integrado na insegurança alimentar moderada. Quem tenha respondido “muitas vezes” ou “sempre” é integrado na insegurança alimentar grave. A pobreza empregada com base na insegurança alimentar é então medida como a parte dos trabalhadores que declaram inserir-se na insegurança alimentar moderada ou grave.

Dados

É notoriamente difícil obter dados relativos aos mercados de trabalho em África. Existem registos de desemprego em alguns países, mas estão muitas vezes confinados às áreas urbanas e não são extensivos. Um inquérito nacional para o presente relatório revelou que, em 23 dos 33 países, os jovens podem registar-se como desempregados, mas apenas em dez países é que este serviço está disponível, ou é utilizado, por mais de 50% dos jovens desempregados. Apenas alguns países oferecem subsídios de desemprego com o registo num tal serviço. Dada esta reduzida amplitude dos registos de desemprego, os inquéritos são a única fonte fiável e extensiva de informação sobre os mercados de trabalho nos países africanos.

Os inquéritos às forças de trabalho (LFS – Labour Force Surveys) são raros em África. Alguns países, tais como a África do Sul, o Egipto, a Tunísia e Marrocos, levam a cabo LFS regulares que comunicam ao pormenor e de forma abrangente a situação dos jovens no mercado de trabalho. Noutros países, os LFS são mais esporádicos. Um documento de referência para o presente relatório analisou 16 LFS africanos de 2002 a 2007. Os depósitos mais extensivos de dados sobre o mercado de trabalho são as bases de dados LABORSTA e Key Indicators of the Labour Market (KILM), da OIT, as quais compilam informações de fontes nacionais para todos os países disponíveis. Os KILM também oferecem estimativas para uma vasta gama de indicadores, para os quais não estão disponíveis dados nacionais, com base no modelo TRENDS da OIT.² Este modelo foi desenvolvido para os relatórios anuais gerais de emprego da OIT. Para o presente relatório, foram utilizados dados dos LFS disponíveis e do modelo TRENDS.

Além destas fontes contínuas, a análise é baseada numa subamostra da Gallup World Poll. Desde 2005, a Gallup tem levado a cabo a sua sondagem em mais de 150 países por todo o mundo. A abrangência em África tem sido razoavelmente extensiva desde o início do projecto. Entre 2008 e 2010, 39 países e territórios africanos tinham sido abrangidos. As principais vantagens da recolha de dados sobre o mercado de trabalho no contexto da sondagem são a vasta, frequente e muito recente abrangência. A desvantagem é a dimensão da amostra de cerca de 1.000 inquiridos por país ou território. Todas as amostras se baseiam na probabilidade e representam nacionalmente a população residente a partir dos 15 anos, mas não oferecem a mesma exactidão que os LFS, que, muitas vezes, têm amostras de 20.000 pessoas ou mais. No entanto, os resultados das subamostras dos jovens, com idades entre os 15 e os 24 anos, são indicativos a nível nacional e representativos a nível dos agrupamentos de países. Acresce que os dados da Gallup World Poll combinam dados do mercado de trabalho com uma série de outras perguntas de opinião e de bem estar subjectivo que permitem explorar a relação entre o estatuto do emprego e o bem estar, bem como a percepção dos obstáculos e das oportunidades da procura de emprego e de singrar num negócio.

A Gallup World Poll utiliza o mesmo módulo de mercado de trabalho em todos os países, o que permite distinguir aqueles que trabalham a tempo inteiro para um empregador, a tempo inteiro como independentes, em trabalho não remunerado (o que pode, em grande medida, ser interpretado como trabalhadores familiares), como trabalhadores a tempo parcial que não querem trabalhar mais, subempregados (i.e., trabalhadores a tempo parcial que querem



trabalhar mais), os desempregados, os desanimados e os não incluídos na população activa. Outras dimensões disponíveis são os grupos ocupacionais, o estatuto educacional e a região (rural, pequenos aldeamentos, cidades e áreas suburbanas) onde os inquiridos moram. O módulo está bem desenvolvido no sentido de distinguir trabalho para a família de trabalho para empregadores externos e trabalho na agricultura de outras actividades domésticas, por meio de um conjunto de perguntas de rastreio.

Ao contrário dos LFS, a Gallup World Poll não recolhe informação padrão sobre o sector informal, tal como informação relativa à situação contratual dos empregados, a dimensão da empresa em que se encontram, ou, caso sejam independentes, se estão a pagar impostos sobre os rendimentos auferidos. A categoria “emprego vulnerável” (trabalhadores independentes,³ trabalhadores familiares contribuintes, a tempo parcial e subempregados) é, portanto, utilizada para reproduzir o emprego informal. Apesar de a relação não ser perfeita, o princípio subjacente a ambos os conceitos é semelhante: trabalhadores em formas de emprego não protegido, com produtividade reduzida e elevado risco de pobreza.

Os jovens nos mercados de trabalho africanos: demasiado maus empregos em países pobres, demasiado poucos empregos em países de rendimento médio

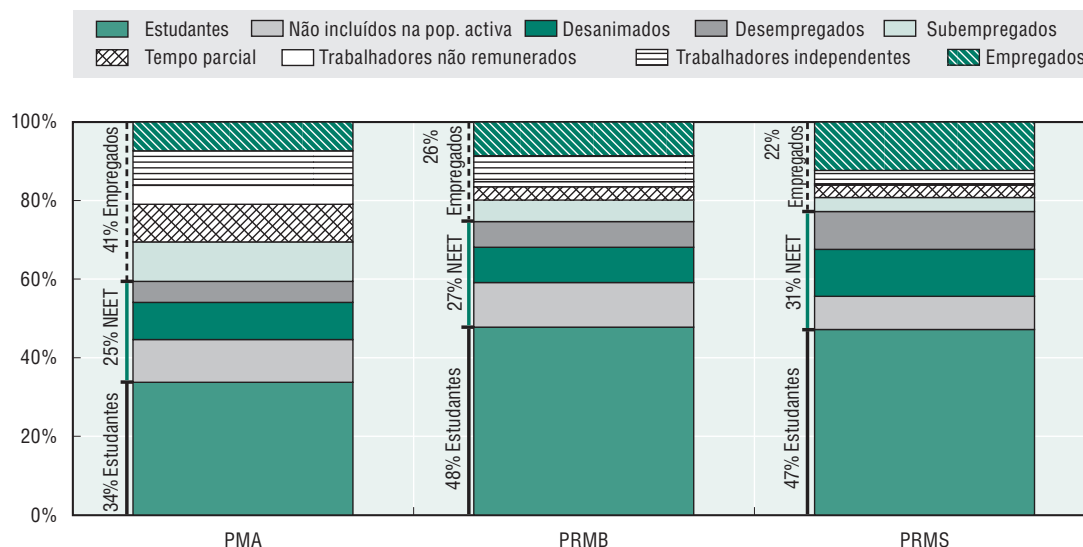
África enfrenta uma série de desafios no emprego juvenil. Nos países mais pobres, a maioria dos jovens trabalha, nos países em melhor situação financeira, mais estão sem trabalho do que a trabalhar. A Figura 6.3 mostra que, nos PRB, 41% dos jovens estão a trabalhar. Apenas cerca de um terço dos jovens nos PRB são estudantes a tempo inteiro. Nos PRM, cerca de metade dos jovens entre os 15 e os 24 anos são estudantes e muito menos jovens estão a trabalhar do que nos PRB. No entanto, as taxas de NEET são mais elevadas em países em melhor situação financeira. Nos PRMS, 31% dos jovens são NEET, em comparação com apenas 22% que estão a trabalhar. Nos PRMB, as percentagens de jovens NEET e a trabalhar são quase idênticas, com 27% e 26%, respectivamente. Nos PRB, cerca de um quarto dos jovens (26%) são NEET, tornando-o o grupo mais pequeno destes países.

Porém, para os jovens que têm um emprego, a qualidade deste é muito superior nos PRM. Nos PRB, apenas 17% dos jovens trabalhadores (7% do total de jovens) são trabalhadores a tempo inteiro, para uma entidade empregadora. O restante dos jovens trabalhadores encontram-se em empregos vulneráveis, seja como independentes, trabalhadores familiares não remunerados, trabalhadores a tempo parcial ou subempregados, isto é, trabalham menos do que a tempo inteiro, mas gostariam de trabalhar a tempo inteiro. A proporção de jovens em empregos vulneráveis é muito menor nos PRM, enquanto a proporção de jovens que trabalha para um empregador é maior. Nos PRMB, 36% dos jovens trabalhadores (9% do total de jovens) trabalham a tempo inteiro para uma entidade empregadora. Nos PRMS, esta percentagem é de 52 % (12% do total de jovens).

Em todos os grupos de países, há mais jovens desanimados do que desempregados, o que sugere que o desafio do emprego juvenil foi subestimado. Na maioria das análises do mercado de trabalho, os desanimados não são considerados parte da população activa e, por isso, não são contabilizados entre aqueles que precisam de trabalho. No entanto, a Figura 6.3 mostra que focarmo-nos apenas nos desempregados contabilizados – uma vez que ainda estão à procura de emprego – subestima os desafios enfrentados pelos jovens nos mercados de trabalho. Exclui todos aqueles que desistiram de procurar emprego, mas que estão, todavia, inactivos e sem desenvolver as suas competências ou experiência. As elevadas taxas de desânimo apontam para a gravidade da exclusão dos mercados de trabalho que muitos jovens enfrentam em África. Tal como se pode verificar abaixo, os jovens *desempregados* encontram-se, em média, em muito melhor situação, possuem um maior nível de educação e mais hipóteses de encontrar emprego do que os *desanimados*.



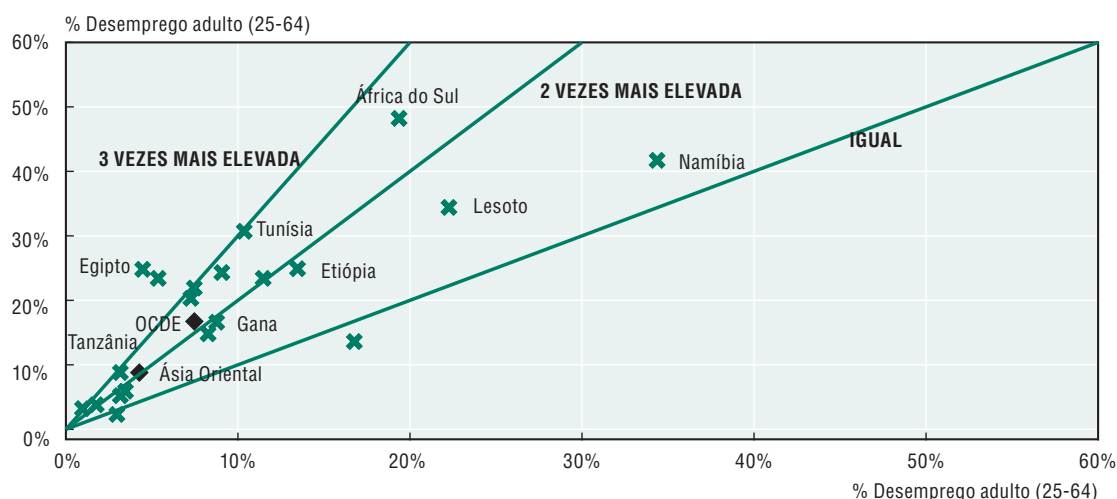
Figura 6.3. Tempo despendido pelos jovens por grupo de rendimentos do país (2010)



Fonte: cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600317>

Quando comparamos os jovens com os adultos, aqueles surgem como os mais representados entre os desempregados e os desanimados. Embora constituam cerca de dois quintos da população (40%) em idade activa do continente, perfazem três quintos (60%) do total de desempregados. Este fenómeno não é exclusivo de África. Os desafios específicos dos jovens, tais como a transição da escola para o trabalho, são evidentes em qualquer lugar. Contudo, nos PRM africanos, a proporção de desemprego juvenil para o desemprego adulto é, muitas vezes, mais elevada do que noutras partes do mundo (Figura 6.4). Entre estes, os PRM do Sul de África possuem as maiores taxas de desemprego quer para jovens, quer para adultos, enquanto os PRM do Norte de África possuem as mais altas proporções de desemprego juvenil face ao desemprego adulto. A África do Sul apresentava uma taxa de desemprego juvenil de 48% em 2009, contrastando com 19% para os adultos. Em 2007 o Egipto, por seu lado, tinha uma taxa de desemprego juvenil de 25%, contrastando com apenas 4% para os adultos. As excepções são os países mais pobres por todo o mundo, que, geralmente, apresentam taxas muito menores tanto para jovens, como para adultos. É este o caso em muitos países pobres da África subsaariana, onde o desemprego adulto é muito reduzido e não difere significativamente do desemprego juvenil.

Figura 6.4. Desemprego juvenil e adulto⁶

Fonte: KILM, OIT, 7.ª Edição, 2011, OCDE, cálculos do autor.

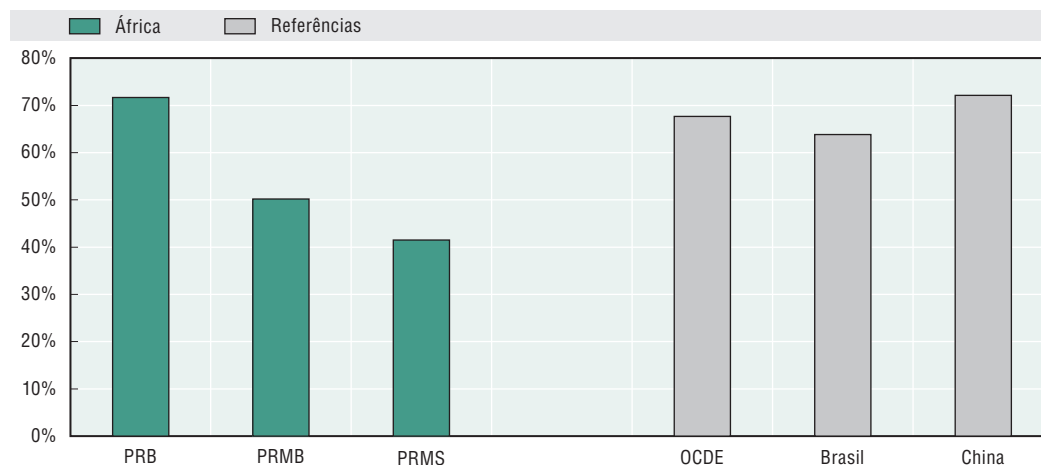
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600336>

Todavia, o desafio do desemprego nos PRM não está confinado aos jovens; reflecte uma capacidade de emprego insuficiente quer no sector formal, quer no informal. A

Figura 6.4 mostra um elevado desemprego juvenil, mas também uma forte correlação entre o desemprego juvenil e o adulto. Os países com maior desemprego juvenil também apresentam maior desemprego adulto. A

Figure 5 mostra que as taxas de emprego da população em idade activa baixam drasticamente à medida que os países enriquecem, um padrão exclusivo de África: outros PRMS, tais como o Brasil e a China, têm taxas de emprego muito superiores. Apesar de o muito elevado crescimento populacional em África desempenhar, certamente, um papel importante nestes resultados, a comparação reflecte um padrão especificamente africano de crescimento “sem emprego”, dado que o emprego formal é superior nos PRM do que nos PRB, mas o emprego em geral é muito inferior. Figure 5 aponta para a falta de oportunidades de emprego informal nos PRM como um ponto de estrangulamento.

Figura 6.5. Taxa de emprego para a população em idade activa em África e comparativos



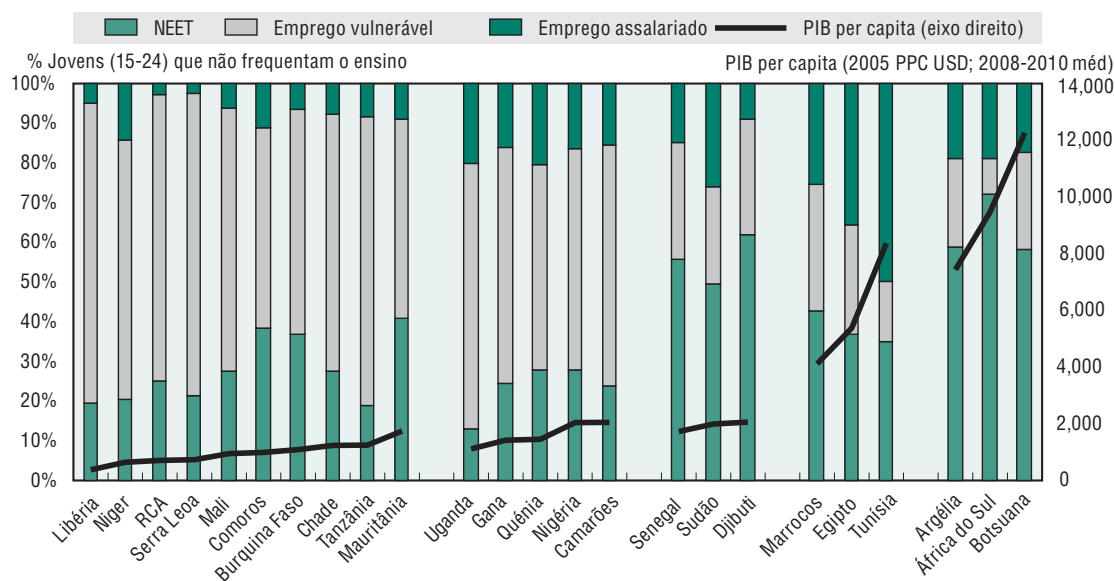
Fonte: KILM, OIT, 7.ª Edição, 2011, cálculos do autor.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600355>



Os dados nacionais sugerem que o emprego juvenil é, de forma lata, um problema de *qualidade* nos PRB e de *quantidade* nos PRM. A Figure 6 apresenta cinco tipos diferentes de mercado de trabalho para os jovens, observáveis em África, com base no PIB per capita, no nível de emprego assalariado (substituto do emprego no sector formal), no emprego vulnerável (substituto do emprego no sector informal) e nos NEET. Os países mais pobres têm pouco emprego assalariado, uma grande porção de emprego vulnerável e poucos jovens NEET. Este grupo estende-se desde os estados pós conflito, tais como a Libéria e a Serra Leoa, onde menos de 5% dos jovens que não frequentavam o ensino trabalhavam a tempo inteiro para um empregador, em 2010, até países como o Burquina Fasso, a Mauritânia e a Tanzânia, onde esta taxa se encontrava só ligeiramente acima e ainda abaixo dos 10%. A pobreza empregada nos jovens em situação de emprego vulnerável representa o maior desafio destes países. No outro extremo do espectro, a África do Sul, o Botsuana e a Argélia destacam-se pelas suas baixas taxas de emprego vulnerável em conjunção com taxas de NEET muito elevadas. A Namíbia será provavelmente outro membro deste grupo, mas não foi incluída na nossa amostra. Marrocos, Tunísia e Egipto seguem a mesma tendência geral, mas com um melhor perfil, tendo menos NEET e mais emprego assalariado do que o grupo à direita, não obstante o seu PIB per capita ser inferior. O Senegal, o Sudão e o Djibuti representam o único desvio acentuado desta tendência. As respectivas taxas de NEET são elevadas e o emprego vulnerável é comparativamente reduzido, considerando o nível de PIB per capita correlacionado com NEET muito inferiores e mais emprego vulnerável noutros países.

Figura 6.6. Cinco tipos de mercado de trabalho para os jovens em África



Fonte: Cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010) and World Bank (2011a).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600374>

A teoria defende que, quando o emprego está restrito pela qualidade, encontra-se disponível, porém, não é de boa qualidade. O desemprego seria primeiramente voluntário entre os que se pudessem dar a esse luxo. No entanto, quando o emprego está restrito pela quantidade, nenhum tipo de trabalho está disponível. A hipótese “burguesa” do desemprego já não se verifica. Nos locais em que abundem oportunidades de emprego, o desemprego seria livremente escolhido por aqueles que se pudessem dar ao luxo de renunciar a uma oportunidade de emprego imediata num ambiente mal remunerado ou de fraca qualidade e investir tempo na procura ou na fila por um emprego melhor. Tendo este tipo de desemprego

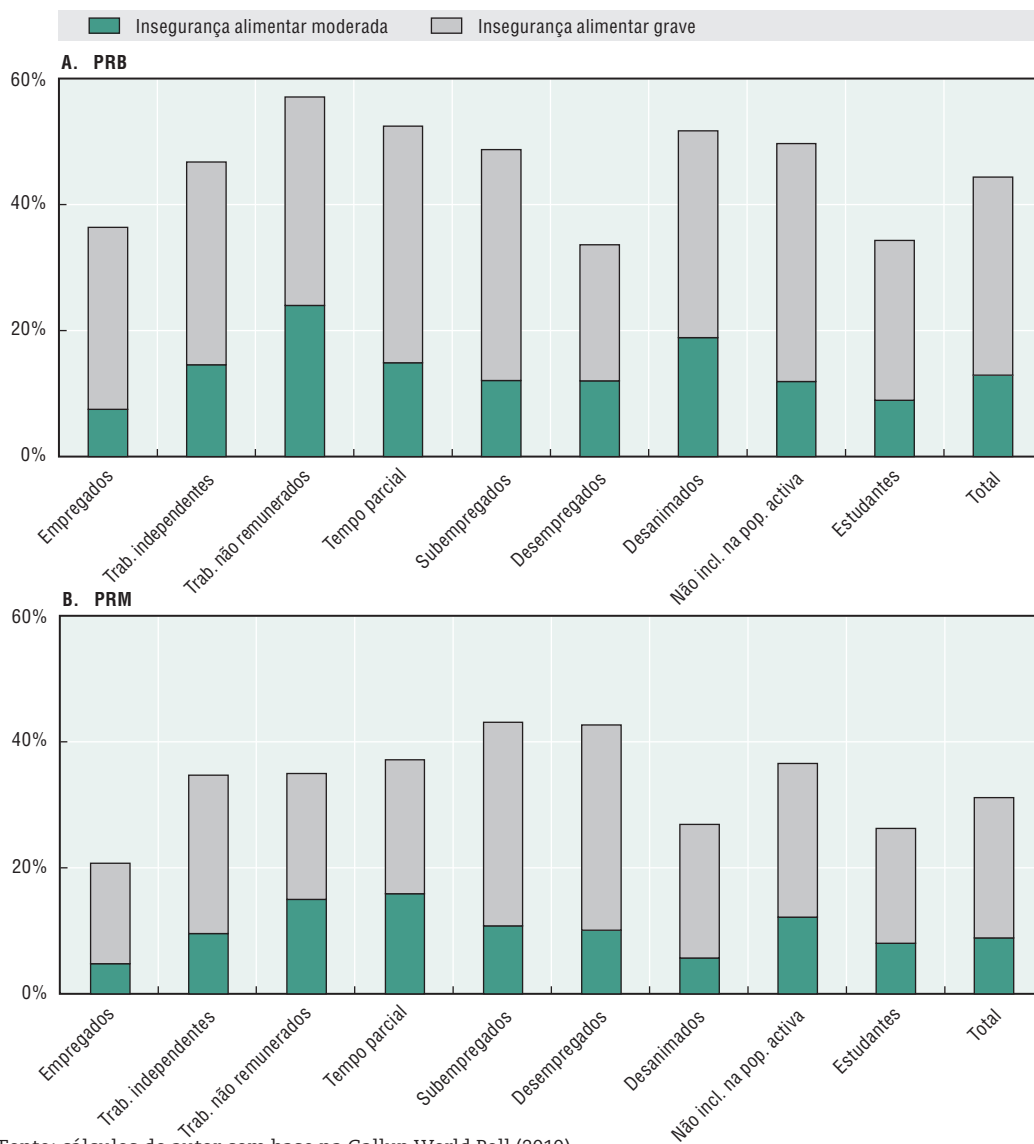


em mente, Myrdal (1968) escreveu: “o desemprego é principalmente um problema burguês e é mais pronunciado entre aqueles que estiveram acostumados a ter o apoio da família – pessoas com alguma educação e estreados na população activa”. Uma tal visão do desemprego assenta, obviamente, no pressuposto de que a procura de mão de obra não está restrita pela quantidade. Aqueles que não têm meios para estar desempregados não teriam problemas em encontrar emprego no vasto sector informal que “funciona como uma espécie de esponja absorvente de baixos rendimentos” (Turnham e Eröcal, 1990) e não tem requisitos de admissão. No entanto, nos locais em que a procura de mão de obra seja inferior à oferta, os jovens à procura de emprego não seriam capazes de encontrar qualquer trabalho, pois não existe trabalho algum, e permanecem, assim, desempregados. Tal desemprego seria involuntário e indesejável, e não de todo “burguês”.

A utilização de dados relativos ao bem estar material de apoio aos indivíduos pode ser encontrada tanto para restrições de qualidade como de quantidade. Os dados da Gallup World Poll sobre a insegurança alimentar podem ser utilizados como uma medição do bem estar material. Aqueles que declararam ter passado várias vezes sem comer ao longo do último ano são integrados na insegurança alimentar moderada. Os inquiridos que passaram muitas vezes ou sempre sem comida suficiente são integrados na insegurança alimentar grave. A Figure 7 mostra o nível de insegurança alimentar moderada e grave por estatuto de emprego para os jovens em PRB e em PRM. Nos PRB, os jovens assalariados, estudantes e desempregados apresentam as taxas mais baixas de insegurança alimentar. Os jovens nas categorias de emprego vulnerável apresentam a mais elevada insegurança alimentar. Os jovens desanimados e os inactivos apresentam taxas de pobreza alimentar muito superiores aos desempregados, mas, ainda assim, essas taxas são inferiores às dos trabalhadores familiares contribuintes. Nos países com rendimentos per capita mais elevados, as classificações entre os que estão em melhor situação financeira mudam drasticamente. Nos PRM, os jovens desempregados apresentam as maiores taxas de insegurança alimentar, juntamente com os subempregados. Os jovens desempregados nos PRM inserir-se-ão com maior probabilidade na insegurança alimentar do que os jovens desempregados nos PRB.



Figura 6.7. Insegurança alimentar moderada e grave por estatuto de emprego e por nível de rendimento do país



Fonte: cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600393>



Na verdade, um dos motivos da pobreza mais reduzida entre os jovens NEET é que os mais pobres não podem dar-se ao luxo de não trabalhar. Muitos dos jovens mais pobres têm de trabalhar para se sustentar e às suas famílias e não podem prescindir de rendimento enquanto procuram melhores oportunidades de emprego ou não. As taxas de pobreza empregada e de desemprego têm uma forte correlação negativa em África, o que sugere que muitos jovens preferem o desemprego à pobreza empregada e optarão pelo desemprego, na esperança de encontrar um trabalho melhor, se se puderem dar a esse luxo.

Porém, também actuam ligações estruturais. À medida que os países enriquecem, os empregos pouco qualificados desaparecem e o sector informal enfrenta restrições de procura crescentes. À medida que os países enriquecem, as respectivas economias, não raras vezes, tornam-se mais competitivas e de capital intensivo, deslocando empregos da área pouco qualificada para a semi qualificada e altamente qualificada. Simultaneamente, a classe média que aumenta procura crescentemente bens de qualidade superior, o que coloca pressão em muitos produtores do sector informal, que muitas vezes oferecem bens de qualidade inferior. Assim, a sobrevivência no sector informal torna-se mais difícil, i.e., mais pessoas saem do sector informal para o desemprego, mas os rendimentos são maiores para os que são bem sucedidos.

As secções seguintes olham em maior pormenor para os jovens a trabalhar e para os que não estão a trabalhar.

Quem são os jovens trabalhadores em África?

Esta secção atenta nas principais características dos jovens que se encontram a trabalhar e nas características que distinguem os jovens assalariados dos que se encontram em empregos vulneráveis.

Um bom emprego deve servir para traduzir o crescimento económico em bem estar material. Contudo, para a maioria dos jovens trabalhadores africanos, esta ligação está quebrada. A preocupação com o emprego nasce primordialmente de uma preocupação com o bem estar material dos jovens. O pressuposto para a instância de empregos para os jovens africanos é que sejam bons e que permitam aos jovens ganhar a vida, sustentar a família e construir uma base sólida para o crescimento profissional. Porém, um olhar mais atento à maioria dos tipos de emprego juvenil, e do emprego em África em geral, revela que apenas poucos empregos correspondem a estes pressupostos. A pobreza empregada, o emprego vulnerável e o subemprego abundam no seio dos jovens africanos e em todas as profissões. A OIT estima que, numa amostra de 24 países africanos, 49% dos jovens trabalhadores vivem com menos de 1,25 USD por dia e 73%, com menos de 2 USD por dia. Utilizando a insegurança alimentar como uma medição do bem estar material, a Figure 7 apresenta resultados semelhantes. Em 22 países, 41% dos jovens que estão a trabalhar inserem-se na insegurança alimentar. O valor para os jovens em empregos vulneráveis nos PRB que integram a insegurança alimentar é de 50% e 15% inserem-se até na insegurança alimentar grave, o que significa que passaram muitas vezes sem comer, ao longo do último ano. A Figure 7 mostra também que muitos jovens entre os que trabalham se encontram em pior situação financeira do que os que ainda estão na escola ou NEET.

A qualidade do emprego está intimamente ligada ao estatuto do emprego. A alta qualidade de emprego está associada ao emprego assalariado a tempo inteiro, e a baixa qualidade, ao emprego vulnerável e ao subemprego. Em termos de bem estar material, condições de trabalho e segurança, o melhor estatuto de emprego desejável é o emprego assalariado a tempo inteiro para uma entidade empregadora. Estes jovens apresentam as taxas mais



reduzidas de insegurança alimentar e as taxas mais elevadas de satisfação com a vida. Outros tipos de emprego, tais como os independentes e os trabalhos familiares contribuintes, são muito mais precários, relacionados com maior pobreza e piores condições laborais, e são, por isso, descritos como emprego vulnerável. Os jovens em situação de emprego vulnerável carecem de protecção social e redes de segurança que os protejam em tempos de fraca procura económica e são, muitas vezes, incapazes de manter poupanças suficientes para si e para as suas famílias, de modo a contrabalançarem esses tempos. O terceiro tipo de estatuto de emprego é o subemprego. Os subempregados enfrentam a exclusão dos mercados de trabalho e não conseguem usar toda a sua capacidade laboral de forma produtiva. Têm uma ocupação a tempo parcial, mas querem trabalhar a tempo inteiro e não conseguem encontrar trabalho nesses termos. Os jovens em melhor situação financeira poderão inclusive passar algum tempo desempregados, investindo esse tempo à procura de um melhor emprego a tempo inteiro. A maioria dos jovens em subempregos auferem também rendimentos mais baixos do que aqueles que estão em empregos a tempo inteiro.

Na maioria dos países africanos, o emprego vulnerável e a informalidade estão intimamente relacionados. O emprego informal apresenta-se sob duas formas: emprego informal no sector informal, i.e., em microempresas e outros negócios não registados⁵ e emprego informal numa empresa formal, i.e., emprego sem contrato nem protecção social em empresas de cinco ou mais trabalhadores. O emprego no sector informal é a forma predominante na maior parte da África subsaariana. Heintz e Valodia (2008) defendem que o trabalho independente de vários tipos é a forma predominante de emprego informal, perfazendo quatro quintos do emprego informal no Quénia, no Gana, no Mali e em Madagáscar. O emprego vulnerável e o emprego informal encontram-se, assim, intimamente ligados.

Apesar da relação íntima entre emprego vulnerável e emprego informal, a informalidade tem de ser considerada à parte quanto ao estatuto do emprego. Isto deve-se, em parte, ao facto de alguns trabalhadores independentes informais poderem estar em situação financeira bastante boa e nada vulnerável. Uma pequena percentagem de empresas informais goza de bastante sucesso e apresenta elevadas taxas de produtividade e de crescimento. Tais empresários optam activamente pela informalidade para evitar pagar impostos e obedecer a regulamentos e também para escapar a regimes de segurança social ou outros serviços públicos que considerem de baixa qualidade (Jütting e Huitfeldt, 2009; Perry et al., 2007; Maloney, 2004; Jütting et al., 2008). Embora a formalidade e a participação na protecção social devam ser encorajados, de um modo geral, os empresários informais bem sucedidos, especialmente entre os jovens, podem ensinar muitas coisas relativamente à criação de empregos para os jovens. Por outro lado, nos locais em que o emprego informal no sector formal for uma prática generalizada, os trabalhadores remunerados e assalariados poderão apresentar um elevado risco económico e, logo, o emprego assalariado já não será sinónimo de bom emprego. É este o caso em alguns países de rendimento médio. Charmes (2009) defende que o emprego remunerado representava 65% do emprego informal no Egipto e 79% na África do Sul durante a primeira década de 2000, aumentando de 50% e 75%, respectivamente, durante os anos 1990. De Vreyer e Roubaud (2012) chegam a conclusões semelhantes para a África Ocidental urbana no princípio dos anos 2000, onde o emprego informal perfazia 40% do emprego remunerado. Nos PRM e em algumas áreas urbanas, o emprego vulnerável é ainda uma boa medição dos maus empregos, mas tende a subestimar a totalidade de maus empregos na economia.

O emprego vulnerável é a forma mais predominante de emprego juvenil na maioria dos países africanos. Só os países de rendimento médio superior têm mais emprego assalariado. Segundo os dados da Gallup World Poll, em 2010, 75% dos jovens trabalhadores estavam em situação de emprego vulnerável nos países de rendimento baixo e 57%, nos países de rendimento médio baixo. Nos países de rendimento médio superior, 26% dos jovens



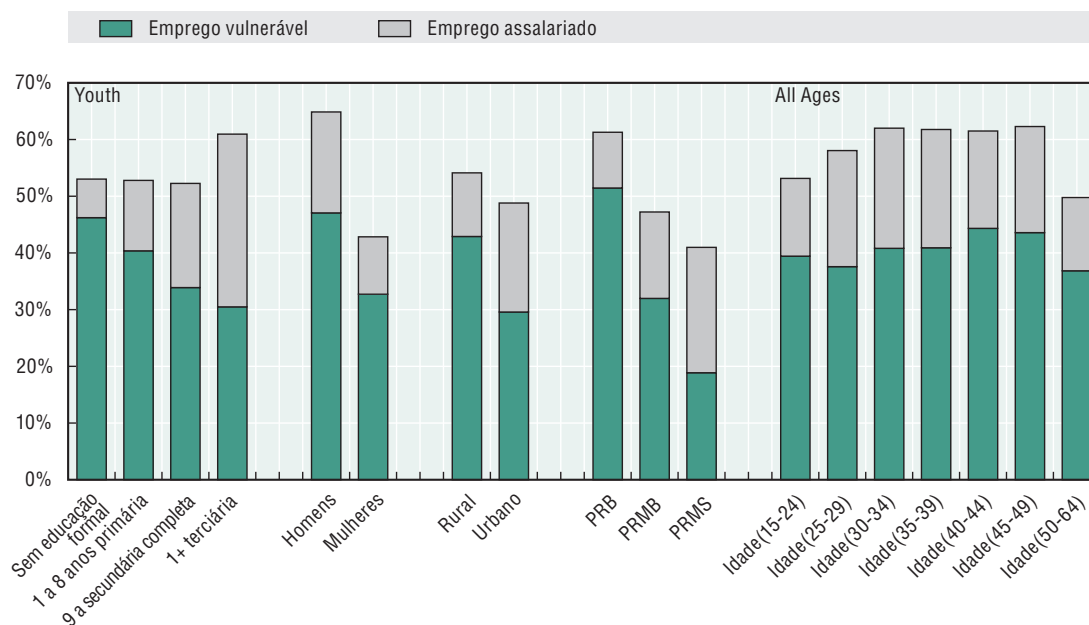
trabalhadores encontram-se em empregos vulneráveis. Entre os países de análise dos LFS, o Mali apresenta a mais elevada taxa de emprego juvenil vulnerável, com 95%, e a África do Sul, a mais baixa, com 12% (Tabela 6.1 e Figura 6.3).

Table 6.1. Emprego assalariado e emprego vulnerável entre os jovens trabalhadores africanos

País	Emprego assalariado	Emprego independente	Trabalhador familiar contribuinte	Outro	Total	Emprego vulnerável ⁶	
						Tempo inteiro ou tempo parcial voluntário	Subemprego
Gallup World Poll (2009/10)							
PRB	24.7	43.2	32.1	0	100	49.9	25.4
PRMB	43.0	43.2	13.8	0	100	35.1	21.9
PRMS	73.6	23.3	3.1	0	100	10.3	16.1
LFS (2002-2007)							
Botsuana	62.8	7.2	29.9	0.1	100	35.7	
Congo	20.1	55.3	17.8	7.5	100	72.5	
R. Dem. Congo	10.1	49.1	36.3	4.2	100	85.4	
Egito	64.9	4.1	31.0	0	100	35.1	
Etiópia	17.9	24.1	58.0	0	100	82.1	
Gana	13.3	26.2	50.4	10.2	100	75.6	
Malawi	14.9	18.9	56.0	10.3	100	74.9	
Mali	5.4	41.6	53.0	0	100	94.6	
Nigéria	72.6	17	8.5	1.9	100	25.5	
Ruanda	27.7	16.8	55.5	0	100	72.3	
Senegal	12.3	41.7	46.0	0	100	88	
África do Sul	84.8	7.09	5.9	2.1	100	11.8	
Tanzânia	8.0	9.0	20.2	62.8	100	28.5	
Uganda	14.0	20.9	63.6	1.6	100	84.4	

Figura 6.8 mostra a distribuição de emprego assalariado e vulnerável entre os jovens trabalhadores ou NEET, excluindo estudantes, por nível de educação, sexo, morada rural ou urbana e nível de rendimento do país. No lado direito, o gráfico também apresenta a distribuição do emprego por faixa etária.

Figura 6.8. Distribuição do emprego por características básicas



Fonte: cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888932600412>



Viver numa área rural e possuir um baixo nível de educação são bons indicadores de uma situação de emprego vulnerável. O jovem trabalhador médio em África mora numa área rural e trabalha na agricultura em conjunção com a família. Dos jovens em áreas rurais, 79% estão em empregos vulneráveis, por contraste com os 61% das áreas urbanas: 72% possuem nenhuma, ou pouca, educação primária. Entre os jovens trabalhadores sem educação, 90% estão em situação de emprego vulnerável. Para os que possuem educação secundária, a percentagem é de 70%, e cai para os 55% para aqueles com pelo menos um ano de educação terciária.⁷

Caixa 6.2. Trabalho infantil e pobreza empregada

O trabalho infantil ainda se trata de um fenómeno persistente que condiciona a vida das gerações futuras. Estima-se que 60% do trabalho infantil no mundo seja na agricultura, especialmente nas suas formas mais perigosas (OIT, 2011a). Os trabalhadores infantis de hoje tornar-se-ão provavelmente os jovens não qualificados de amanhã. Têm mais dificuldades em encontrar empregos, lançam os seus próprios negócios ou gerem explorações agrícolas de produção. São menos capazes de sustentar as suas famílias, colocam os próprios filhos a trabalhar para fazer face às necessidades domésticas básicas e o ciclo da pobreza continua. A erradicação do trabalho infantil é fundamental para a promoção de melhores perspectivas de emprego para os jovens. As crianças precisam de tempo e de energia para participarem em pleno num ensino relevante e de boa qualidade, de modo a tornarem-se jovens qualificados capazes de fazer face às exigências do mercado de trabalho ou empresários bem sucedidos. É mais provável que aufram rendimentos mais elevados enquanto jovens e adultos através de uma maior produtividade como produtores ou empregados. Isto deve-se em parte ao facto de, enquanto produtores instruídos, conseguirem com maior probabilidade ser inovadores, adoptar novas tecnologias e distribuir recursos de forma eficiente.

Os indicadores mais fortes da qualidade do emprego e do nível de remuneração são a educação e o nível de rendimentos do país. A análise multivariada dos dados quer da Gallup World Poll (Anexo 2) quer dos LFS (BAD, 2012) revela que o poder económico de um país e o nível de educação são fortes indicadores de uma situação de emprego assalariado, em vez de emprego vulnerável, e de um salário mais elevado. A percentagem de emprego assalariado aumenta com a educação e é muito mais elevada entre jovens e adultos com educação universitária do que entre os que têm pouca ou nenhuma educação.

O indicador mais forte de uma situação de emprego vulnerável é o trabalho agrícola. Sendo tudo o resto idêntico, não trabalhar na agricultura tem uma maior influência na probabilidade de ter um emprego assalariado do que possuir educação terciária. Este resultado destaca o pequeno papel que a agricultura comercial desempenha no emprego na maior parte de África, em comparação com a agricultura tradicional.

É menos provável que as mulheres trabalhem do que os homens, mas, entre as mulheres que trabalham, o emprego vulnerável é mais frequente do que entre os homens que trabalham. A educação tem, portanto, um impacto positivo mais acentuado nas mulheres do que nos homens.



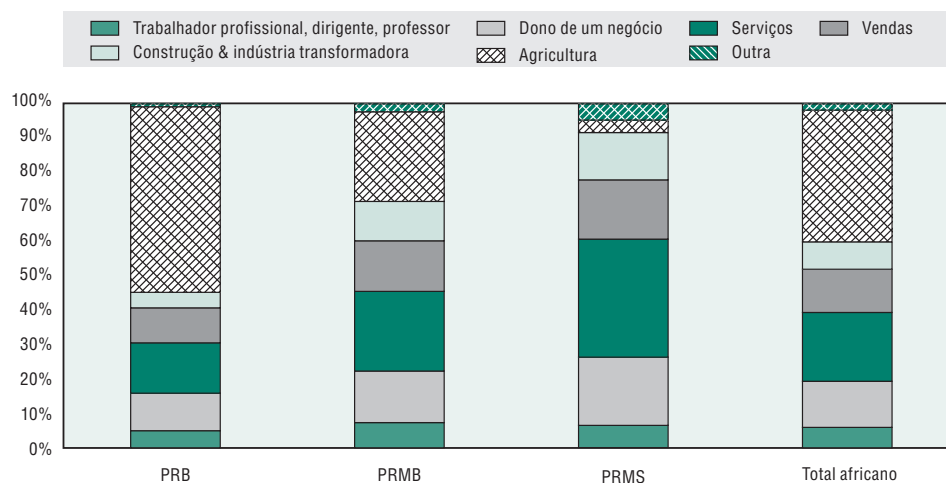
Emprego juvenil por sectores

Perceber os tipos de trabalho que os jovens levam a cabo é importante para identificar o seu papel na economia e saber como melhor os apoiar. Muitas barreiras e obstáculos que os jovens enfrentam são específicos do trabalho que desempenham. Os jovens na agricultura, por exemplo, poderiam ser muito mais produtivos se tivessem conhecimento de melhores métodos de produção ou tivessem acesso a contributos importantes, tais como ferramentas e fertilizantes. Igualmente importante é um melhor acesso aos mercados para venderem os respectivos produtos, o que representa muitas vezes um enorme obstáculo para os produtores agrícolas das áreas rurais. Muitos jovens das áreas urbanas, por outro lado, trabalham como vendedores de rua ou bufarinheiros (ver também

Caixa 6.3 enfrentam desafios muito específicos, tais como restrições de crédito, de que os fornecedores tentarão aproveitar-se de modo a apoderar-se da maior parte dos lucros, ou perseguição por parte de autoridades públicas que também pretendem uma parte dos lucros. Saber onde os jovens trabalham pode, assim, ajudar os decisores políticos a apoiá-los de forma mais eficaz.

Enquanto o jovem trabalhador médio em África se encontra na agricultura de base familiar, outras actividades significativas são os serviços e as vendas e 13% dos jovens são donos de um negócio. A indústria transformadora desempenha apenas um pequeno papel nos PRB, mas é importante nos PRMS. Segundo os dados da Gallup World Poll, o jovem trabalhador médio em África vive numa área rural e trabalha na agricultura em conjunção com a família: 38% dos jovens trabalhadores em África estão na agricultura. Porém, esta medição muda drasticamente conforme o nível de rendimento do país. Nos países de rendimento médio superior, apenas 4% dos jovens trabalhadores estão na agricultura – não muito longe da média da OCDE de 2%. Dos jovens africanos, 20% trabalham nos serviços, incluindo trabalho de escritório, transportes, trabalho de reparação e instalação, e 13% nas vendas, enquanto 13% se identificaram como donos de um negócio. A proporção de donos de negócios entre os jovens aumenta significativamente com o desenvolvimento económico do país, reflectindo, com toda a probabilidade, melhores condições para os empresários. Nos países de rendimento médio superior, 20% dos jovens são donos de um negócio, em comparação com 11% nos países de rendimento baixo (Figura 6.9). Os trabalhos de construção e indústria transformadora perfazem apenas 8% das ocupações dos jovens trabalhadores por toda a África e apenas 5% em países de rendimento baixo. Nos países de rendimento médio superior, 14% dos jovens trabalhadores estão empregados na construção e indústria transformadora.

Figura 6.9. Onde os jovens africanos trabalham



Fonte: cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600431>



Caixa 6.3. O comércio de rua em África – um típico emprego urbano de vendas

O comércio de rua informal representa uma grande proporção dos novos empregos urbanos na África subsaariana, o resultado de uma combinação de factores, tais como a urbanização, a migração e o desenvolvimento económico (Skinner, 2008). As principais preocupações dos comerciantes de rua são relativas ao direito a um local onde trabalhar e à perseguição por parte de polícia, autoridades da cidade e comerciantes a retalho. Outras preocupações têm que ver com a sólida posição dos comerciantes grossistas e o acesso ao capital. Os comerciantes têm, não raras vezes, de pedir empréstimos aos grossistas a taxas de juro muito elevadas.

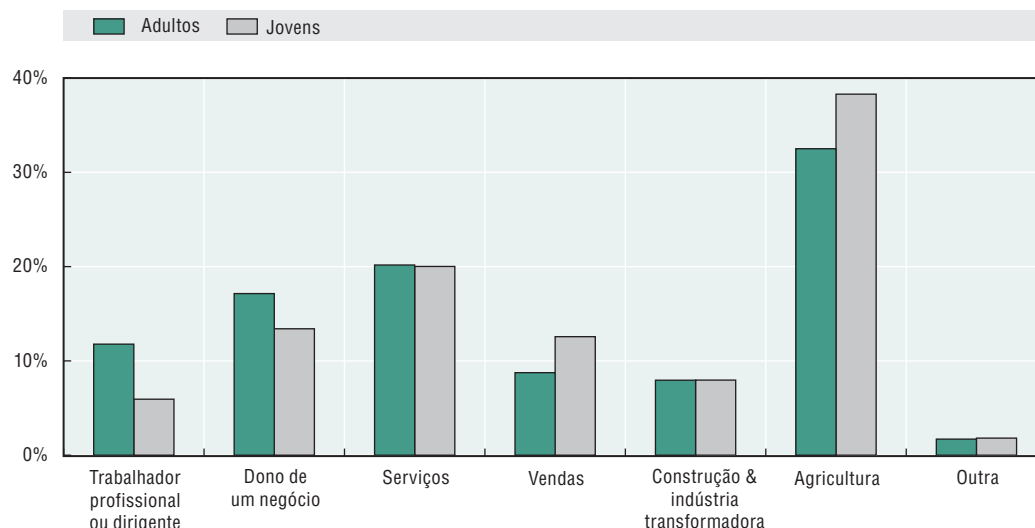
O fortalecimento das organizações de comerciantes de rua e a sua participação no planeamento urbano são fulcrais para fazer face a estas preocupações. As “melhores práticas” encontram-se em Dar-es-Salaam (Tanzânia) e Durban (África do Sul), onde os comerciantes de rua dispõem de licenças emitidas para poderem trabalhar. As associações de comerciantes de rua estabeleceram boas relações com as autoridades da cidade e foram criadas infraestruturas em locais centrais. No entanto, muitos comerciantes de rua não são membros de nenhuma organização.

Fonte: Jütting e Huitfeldt (2009)

É mais provável que os adultos sejam trabalhadores profissionais ou donos de negócios, reflectindo requisitos de admissão mais elevados e escassez de oportunidades para os jovens. A categoria de actividade laboral com os melhores rendimentos, estatuto e perfil educativo é do trabalhador profissional. Esta abrange todas as profissões de “colarinho branco”, tais como médicos, advogados, professores, contabilistas, etc., bem como funcionários com funções executivas nos sectores privado e público. Em África, 12% dos trabalhadores adultos inserem-se nesta categoria, por contraste com apenas 6% dos jovens. Esta disparidade reflecte em parte os requisitos de admissão mais elevados para esta categoria laboral, sendo, muitas vezes, exigida educação terciária ou vários anos de experiência profissional. No entanto, também reflecte a escassez deste género de emprego para os jovens, em comparação com os adultos, como resultado das reduções de trabalhadores no sector público através de menos contratação. Também é mais provável que se encontre donos de negócios entre os adultos do que entre os jovens (17% contra 13%). Embora a categoria de donos de um negócio seja principalmente composta por emprego independente informal com baixos níveis de produtividade, a alta proporção de adultos reflecte barreiras de admissão ao emprego independente sob a forma de requisitos de capital e da necessidade de perícia empresarial, competências e uma rede de contactos que, normalmente, se acumulam com a experiência profissional. As Secções 0 e 0 atentarão em maior pormenor nos obstáculos para os jovens empresários.



Figura 6.10. Jovens e adultos por actividade



Fonte: Gallup World Poll (2010), cálculos do autor; 38 países e territórios.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600450>

Quem são os jovens desempregados, desanimados e inactivos em África?

A categoria NEET é constituída por três estados de emprego distintos: o desemprego; o desânimo; e a inactividade, ou não estando incluídos na população activa. A análise tradicional do mercado de trabalho contabiliza os desempregados como parte da população activa, enquanto os desanimados e os inactivos são considerados à parte.

- Os *desempregados* encontram-se sem trabalho, activamente à procura de emprego e capazes e com vontade de começar a trabalhar.
- Os *desanimados* também se encontram sem trabalho e capazes e com vontade de começar a trabalhar, mas não estão à procura de emprego. A maioria deles desistiu ou nem sequer tentou procurar emprego, porque o considera em vão. Quando lhes perguntam o principal motivo por que não estão a trabalhar, quase um terço dos jovens desanimados respondeu que eram desempregados (Figura 6.14), **claramente desconhecedores** da definição de desemprego dada pelos analistas de mercado.
- Finalmente, os *inactivos* ou não se encontram a fazer rigorosamente nada ou estão em actividades que não contribuem directamente para nenhuma actividade económica, como seria o caso do trabalho numa empresa familiar ou numa quinta familiar.

A Figura 6.11 apresenta a distribuição dos jovens no desemprego, em desânimo e inactividade entre os que estão a trabalhar ou NEET, excluindo estudantes, por nível de educação, sexo, morada rural ou urbana e nível de rendimento do país. No lado direito, o gráfico apresenta igualmente a distribuição do emprego por grupo etário.⁸

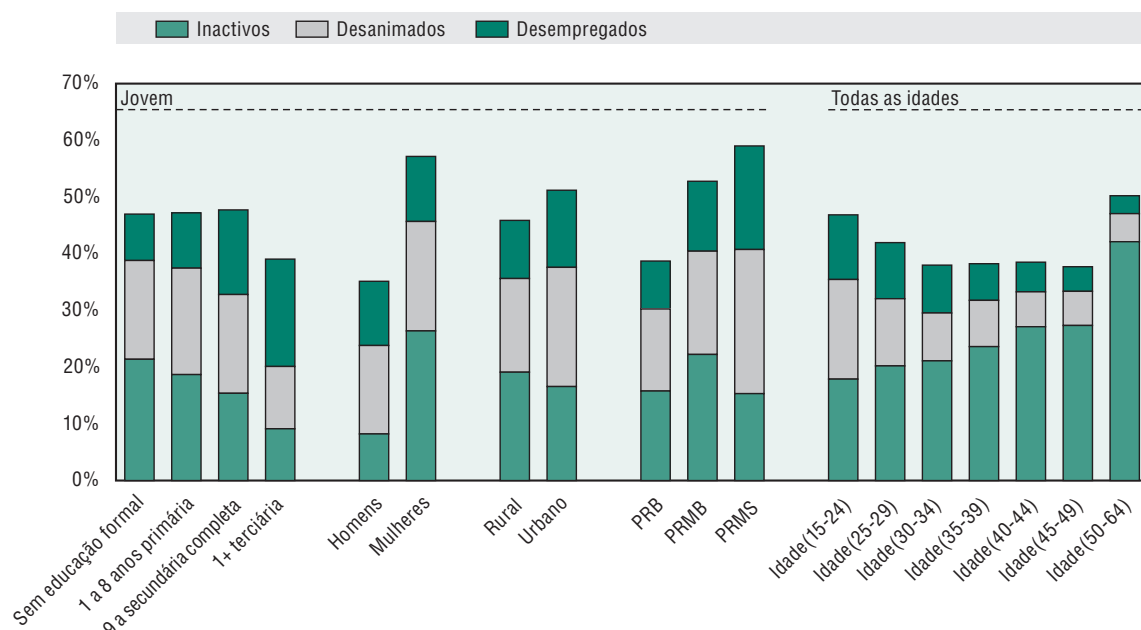


Destacam-se três observações importantes:

- Em primeiro lugar, o desemprego aumenta com a educação, mas o desânimo e a inactividade diminuem.
- Em segundo lugar, as mulheres mostram taxas de inactividade muito superiores, i.e., não participam activamente em actividades económicas, incluindo trabalho agrícola ou trabalho para uma empresa familiar, mas têm taxas de desânimo e de desemprego semelhantes.
- Em terceiro lugar, o desemprego e o desânimo são mais elevados entre os grupos mais novos do que entre os mais velhos, mas a proporção de inactivos aumenta com a idade.

As três subsecções seguintes olham em maior pormenor para cada uma destas categorias de NEET e para estas observações.

Figura 6.11. Quem são os jovens NEET?



Fonte: Cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600469>

Os desempregados

Esta secção olha em maior pormenor para os desempregados segundo uma série de características, tais como se moram em áreas rurais ou urbanas, o respectivo nível de educação e sexo. É importante saber mais sobre as características dos desempregados para compreendermos as suas necessidades de apoio.

O desemprego é mais elevado entre os jovens urbanos. A maioria dos africanos vive em áreas rurais e o mesmo acontece com a maioria dos jovens africanos e dos desempregados. Todavia, entre os que vivem em áreas urbanas, as taxas de desemprego são superiores às dos jovens rurais. Em alguns países, estimava-se que a taxa de desemprego juvenil urbano fosse mais de seis vezes superior à taxa das áreas rurais (BAD, 2012, figura 6.6). Na análise multi-



variada dos determinantes do desemprego, o coeficiente urbano quase sempre se revela positivo e significativo (Anexo 2 e BAD, 2012). Esta taxa superior de desemprego juvenil urbano parece ser o resultado da migração dos jovens do campo para a cidade em busca de melhores oportunidades, aumentando a população urbana jovem, bem como a concorrência no mercado de trabalho urbano. A percentagem de jovens como uma proporção da população urbana tende a ser ligeiramente mais elevada do que a sua proporção da população rural. No Ruanda, 26% da população urbana são jovens, em comparação com 23% da população rural. No Mali, as estatísticas equivalentes são de 19% e 13%, respectivamente.

Verifica-se um padrão semelhante para a educação: a maioria dos jovens desempregados possui pouca educação, mas é mais provável que os jovens que têm alguma estejam desempregados. Certamente que a maioria dos jovens desempregados possui pouca educação, pois o perfil educativo de África no geral é muito fraco. No entanto, as taxas de desemprego tendem a ser mais elevadas entre os que frequentaram o ensino do que entre os que não frequentaram. Os jovens sem educação estarão com maior probabilidade desanimados ou a trabalhar. Embora este padrão seja verdadeiro para a quase totalidade dos países africanos,⁹ as taxas de desemprego entre os que frequentaram o ensino tendem a ser muito superiores nos PRM do que nos PRB (Tabela 6.2). As taxas de desemprego mais elevadas entre graduados universitários verificam-se nos países do Norte de África e na África do Sul. Na Tunísia, a taxa de desemprego entre os graduados universitários em 2008 era de 33% entre os homens e de 46% entre as mulheres (Stampini e Verdier-Chouchane, 2011). No Egito, o desemprego entre os graduados universitários era de 34% em 2006. Na África do Sul, era de 35% em 2007 (Tabela 6.2). Estas taxas elevadas apontam para graves desfasamentos e problemas de transição entre a escola e o trabalho, que serão discutidos em pormenor na secção relativa à educação, mais à frente no presente relatório.

Tabela 6.2. Desemprego juvenil por nível de educação (%)

Fonte dos dados	País	Sem educação	Educação básica	Educação secundária	Formação profissional	Universidade/ terciária
Gallup World Poll (2009/10)						
	Rendimento baixo	7.9	12.1	15.9	..	18.8
	Rendimento médio	22.7	17.5	29.5	..	34.6
National surveys (2002-2007)						
	Botsuana	24.4	33.7	37.8	29.7	33.0
	Congo	0.0	39.7	43.4	0.0	47.8
	DR Congo	0.0	0.0	0.1		4.8
	Egito	4.9	9.7	51.2		34.2
	Etiópia	1.9	6.9	37.0	21.6	13.5
	Gana	3.2	6.2	14.6	17.2	46.1
	Malawi	1.3	0.6	4.5	11.7	23.2
	Mali	10.2	18.5	54.1	65.1	85.3
	Níger	7.9	16.9		16.1	
	Nigéria	11.7	15.6	19.7	14.7	21.1
	Ruanda	4.6	5.1	20.2	10.7	
	África do Sul	31.4	54.9	54.3	49.7	34.9
	Senegal	14.1	25.2	30.2	14.3	6.8
	Tanzânia	2.3	8.1	32.8	23.4	23.2
	Uganda	0.9	2.1	6.3	6.6	19.0

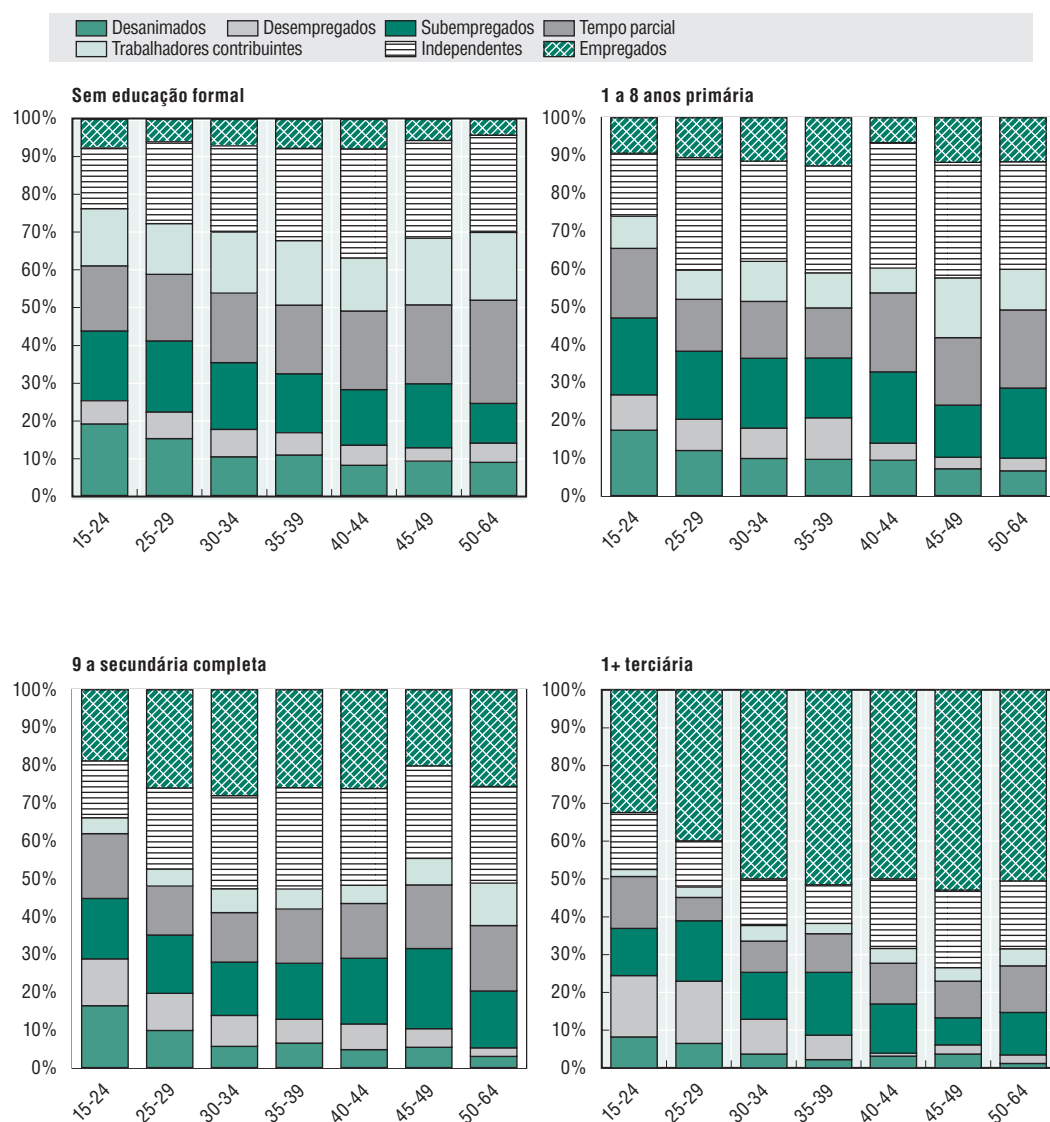
Fonte: Gallup World Poll (2009-10) e inquéritos domésticos nacionais. Cálculos do autor.

Apesar das taxas de desemprego mais elevadas, é mais provável que aqueles que possuem níveis de educação superiores eventualmente escapem ao desemprego do que os que têm níveis de qualificações inferiores. Como vimos na secção anterior, os jovens com educação universitária não só apresentam as taxas de desemprego mais elevadas, como também as



taxas mais elevadas de emprego assalariado. Além disso, a análise dos rendimentos comprova que os que possuem qualificações de nível superior ganham mais quando estão a trabalhar (relatório anexo do BAD). Investigações anteriores (Banco Mundial, 2008) demonstraram que, ao longo do tempo, à medida que os jovens ganham experiência inicial, a educação superior aumenta a incidência de emprego e potencia a mobilidade profissional. A Figura 6.12 e a Figura 6.13 atestam que as taxas de desemprego e de desânimo entre os que possuem educação secundária e terciária são muito inferiores para os que têm mais de 30 anos do que para os grupos mais novos, o que sugere que, na sua maioria, o desemprego, e até o desânimo, no seio dos jovens instruídos é principalmente um fenómeno transitório.

Figura 6.12. Estatuto de emprego por nível de educação e grupo etário nos PRB

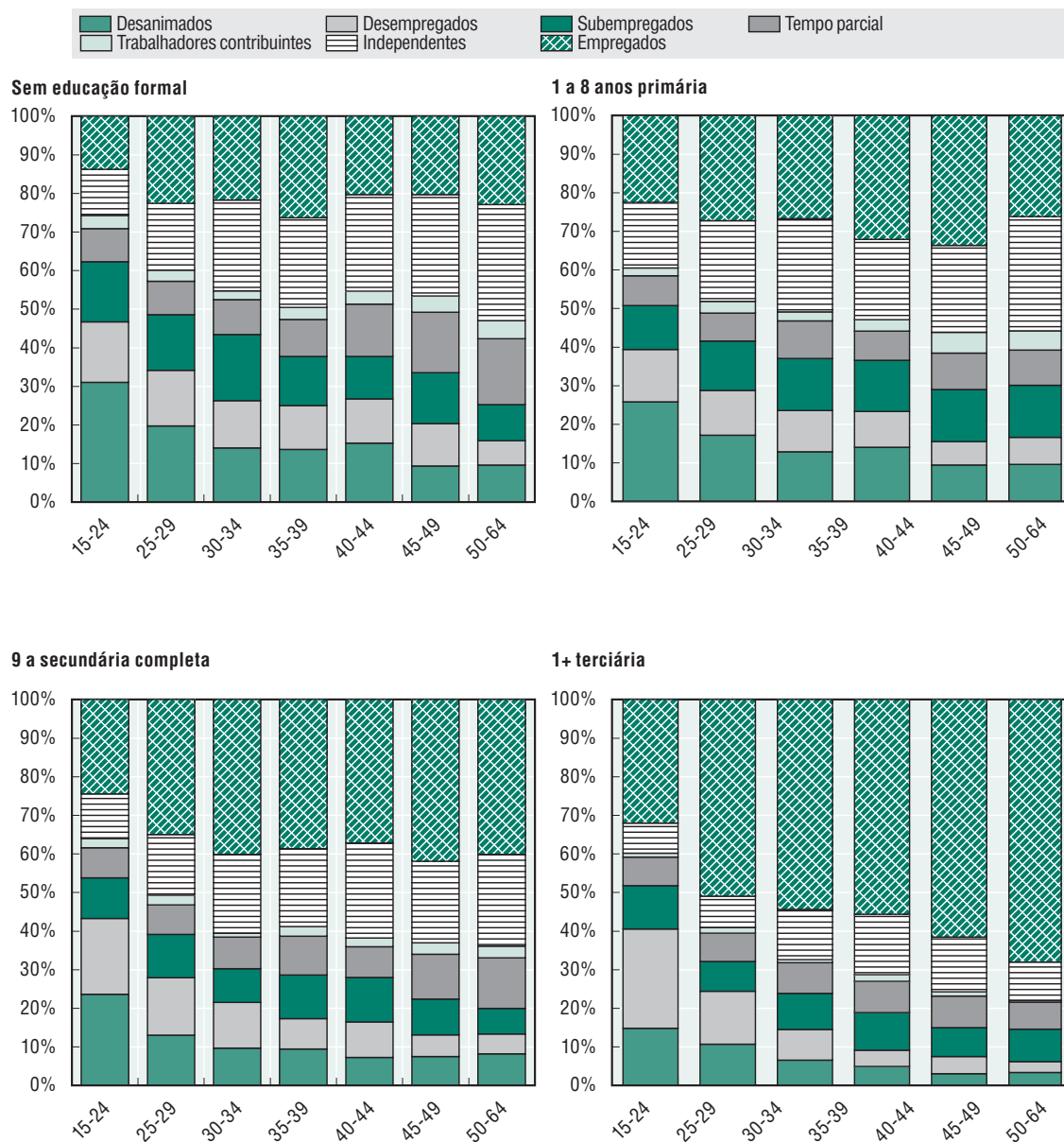


Fonte: Cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600488>



Figura 6.13. Estatuto de emprego por nível de educação e grupo etário nos PRM



Fonte: cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600507>

Um olhar mais atento sobre os desempregados instruídos revela que a taxa de desemprego varia segundo o tipo de curso educativo. Entre os jovens que frequentaram a universidade na Tunísia, a taxa de desemprego é mais reduzida para os engenheiros (24,5%) e mais elevada para os graduados em economia, gestão e direito (47,1%) e nas ciências sociais (43,2%) (Stampini e Verdier-Chouchane, 2011). Pressupondo padrões semelhantes noutros países, é surpreendente o elevado número de estudantes que escolhe entrar nestas áreas com taxas de desemprego altas. A Secção 6.3 do presente capítulo voltará a estas questões.



Assim, o desemprego entre os jovens instruídos encaixa na proposta de Myrdal de desemprego “burguês”, mas é também o resultado de sérios desfasamentos entre a educação oferecida e a que os empregadores procuram. Os mais bem instruídos vêm, muitas vezes, de famílias em melhor situação financeira e podem dar-se ao luxo de estar desempregados enquanto esperam (“fazem fila”) por um bom emprego, frequentemente no sector público, um comportamento observado com regularidade nos países do Norte de África, mas também na Etiópia (Serneels, 2004) e no Senegal (ver o Caixa 6.5). A forte correlação entre área de estudo e desemprego, porém, sugere um enorme desfasamento.

O desemprego é ligeiramente mais elevado entre as mulheres do que entre os homens e existem variações consideráveis entre países. Na amostra da Gallup World Poll, a taxa de desemprego entre as jovens do sexo feminino é de 18%, contra 15% no caso dos homens. Isto esconde acentuadas variações entre países e regiões. Na África subsaariana, a taxa de desemprego para as mulheres é de 16%, contra 14% para os homens. No Norte de África, contudo, 31% das mulheres estão desempregadas, contra 19% dos homens. Em alguns países, as taxas de desemprego entre as mulheres são muito inferiores às dos homens. Segundo os dados dos LFS, a taxa de desemprego entre as mulheres no Ruanda perfaz apenas 60% da dos homens e no Níger esta proporção é de 50%. No entanto, pelo que se depreende das secções seguintes, é mais provável que as mulheres se encontrem desanimadas ou não incluídas na população activa do que os homens.

Os desanimados

Os jovens desanimados revelam mais desvantagens do que os desempregados, possuem menos educação, mais insegurança alimentar e é mais provável que sejam mulheres. Na amostra da Gallup World Poll, 71% dos jovens desanimados nunca frequentaram a escola ou só tiveram educação primária. O impacto da educação sobre o desânimo é o oposto do impacto sobre o desemprego. Para muitos países africanos, quanto mais educação os jovens possuírem, melhores serão as suas hipóteses de não ficarem desanimados (Figura 6.12 e Figura 6.13). O efeito é até ligeiramente mais marcante nas mulheres. Nos PRB, a insegurança alimentar entre os desanimados é de 52%, por contraste com 34% entre os que estão desempregados (Figure 7). Tal como o desemprego, o desânimo é mais frequente entre as mulheres, e as jovens têm maior probabilidade de se encontrar entre os desanimados do que os jovens. Na amostra da Gallup World Poll, as mulheres têm, em média, 20% mais probabilidades de ficarem desanimadas do que os homens.

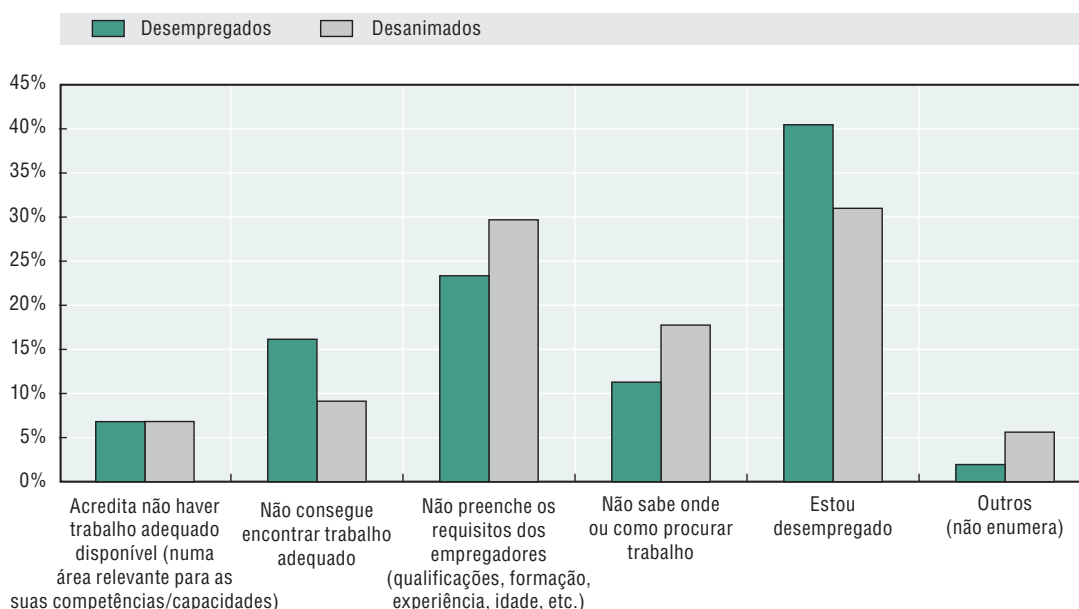
O desânimo resulta geralmente da exclusão do mercado de trabalho. É mais provável que os desanimados digam que não sabem onde, ou como, encontrar trabalho ou que não preenchem os requisitos dos empregadores do que os desempregados (Figura 6.14), o que indica que desistiram da procura de emprego como reacção à rejeição, ou que nunca procuraram activamente porque vêem poucas hipóteses de sucesso. Kingdon e Knight (2000) defendem que, na África do Sul, o desânimo está negativamente relacionado com a probabilidade de encontrar emprego, para dadas características como a educação e a localização. Quanto mais baixa a hipótese de encontrar emprego, maior a taxa de desânimo. O mesmo se verifica na amostra da Gallup World Poll. A análise multivariada dos determinantes de estar desanimado, em vez de desempregado, produz coeficientes negativos para a educação, assim como a percentagem de empregados assalariados dada a educação e a localização. *Por outras palavras, quanto maior for o nível de educação que os jovens tenham e a probabilidade que encontrem emprego assalariado, menos provável é que fiquem desanimados.*

O desânimo é superior no seio dos jovens urbanos. Tal como todos os jovens africanos, é mais provável que os jovens desanimados morem numa área rural. No entanto, quando contamos com o impacto da educação, os jovens urbanos têm mais probabilidades de ficarem desanimados do que os jovens rurais. Parece haver duas explicações: mercados de trabalho



urbanos mais competitivos e rendimento médio mais elevado nas áreas urbanas. Em primeiro lugar, muitos jovens vêm para as áreas urbanas na esperança de encontrar trabalho, tornando os mercados de trabalho urbanos mais competitivos e encontrar emprego mais difícil. O resultado é um maior desânimo entre os jovens que não conseguiram encontrar emprego apesar de terem procurado. Em segundo lugar, o rendimento médio nas áreas urbanas é significativamente mais elevado do que nas áreas rurais. Com base na correlação entre rendimentos mais elevados e taxas de inatividade mais elevadas, descrita nas secções anteriores, as áreas urbanas apresentam taxas de desemprego e de inatividade superiores porque mais jovens podem dar-se a esse luxo do que nas áreas rurais.

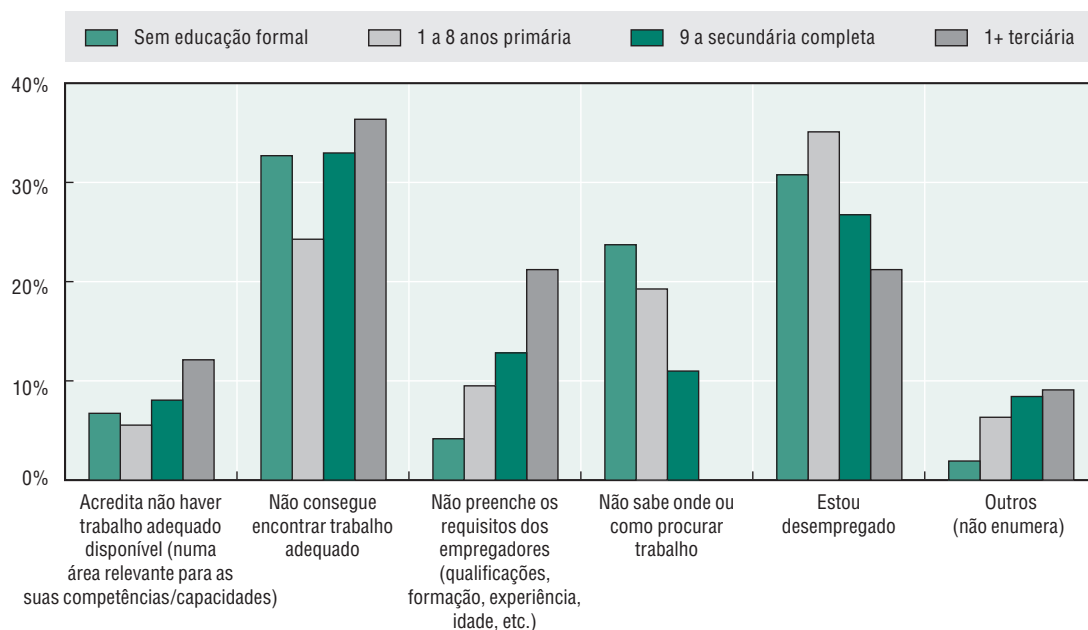
Figura 6.14. Desempregados contra NEET: motivos auto-admitidos para não trabalhar



Fonte: Cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600526>

Embora os jovens com educação superior tenham uma menor probabilidade de ficar desanimados, coloca-se um problema significativo. Na maioria dos países, apenas 3% dos desanimados possuem educação terciária. Não obstante, os desanimados perfazem mais de 10% dos que possuem educação universitária no mercado de trabalho. É até mais provável que os jovens com educação superior apontem para a falta de competências exigidas pelos empregadores como o motivo para estarem sem emprego do que os jovens desanimados com menor nível de educação (Figura 6.15). Obviamente, os jovens com educação universitária têm expectativas mais elevadas acerca de um emprego do que os que nunca frequentaram o ensino. Mas uma educação ineficaz que não mune os jovens das competências procuradas pelos empregadores parece ser um problema significativo em todos os níveis da educação. Os jovens desanimados com qualificações educativas superiores precisam de apoio específico, que os ajude a adquirir competências relevantes para o trabalho e a aplicar a formação educativa que obtiveram de forma a que lhes seja útil no mercado de trabalho ou como empresários. Embora revelem muitas vezes as percentagens mais reduzidas de aspirações empresariais, muitos jovens com educação superior poderiam tornar-se sólidos empresários, se lhes fosse dada a motivação e as possibilidades financeiras. As secções seguintes observarão em maior pormenor a questão do empreendedorismo.

Figura 6.15. **Motivos para não trabalhar entre os jovens desanimados por nível educativo alcançado**

Fonte: Cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600545>

Os inativos

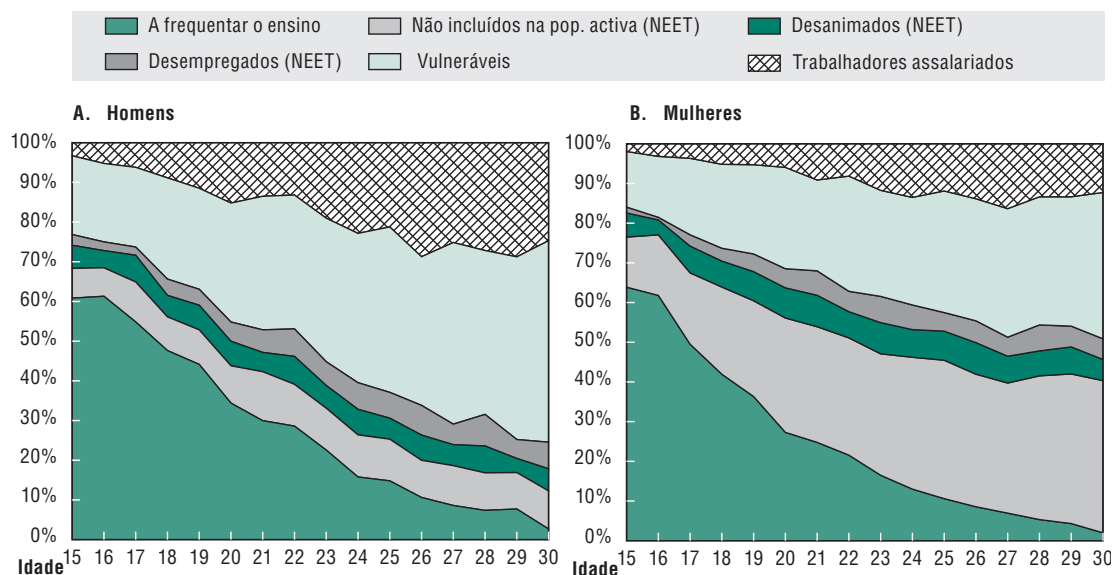
De entre os NEET, os jovens inativos estão em pior situação. O seu nível médio de educação é o mais baixo de todos os NEET. Na verdade, 38% não possuem nenhuma educação formal e outros 40% possuem ou alguma ou só a primária completa. Dos jovens inativos, 47% ficaram sem comer várias vezes ou mais durante o último ano. É 40% mais provável que os jovens inativos morem em áreas rurais do que jovem africano médio. Apenas os que trabalham para um negócio de família sem remuneração (trabalhadores familiares contribuintes) apresentam um registo pior nestas características.

Os inativos são na maioria mulheres jovens. Em média, há três mulheres inativas por cada homem inativo. A

Figura 6.16 mostra a distribuição das categorias de NEET por idade e sexo. A percentagem de mulheres que abandona a população activa parece estar a impulsionar as diferenças observadas nas outras categorias de emprego. É improvável que os jovens inativos regressem ao mercado de trabalho. A inactividade começa, muitas vezes, imediatamente após o fim da escolaridade e aumenta com a idade. Trata-se da única categoria de NEET na qual a taxa de adultos excede a taxa de jovens.



Figura 6.16. Percursos transitórios por jovens do sexo masculino e feminino (15-30)



Fonte: Cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600564>

Caixa 6.4. A luta das mulheres para entrar no mercado de trabalho

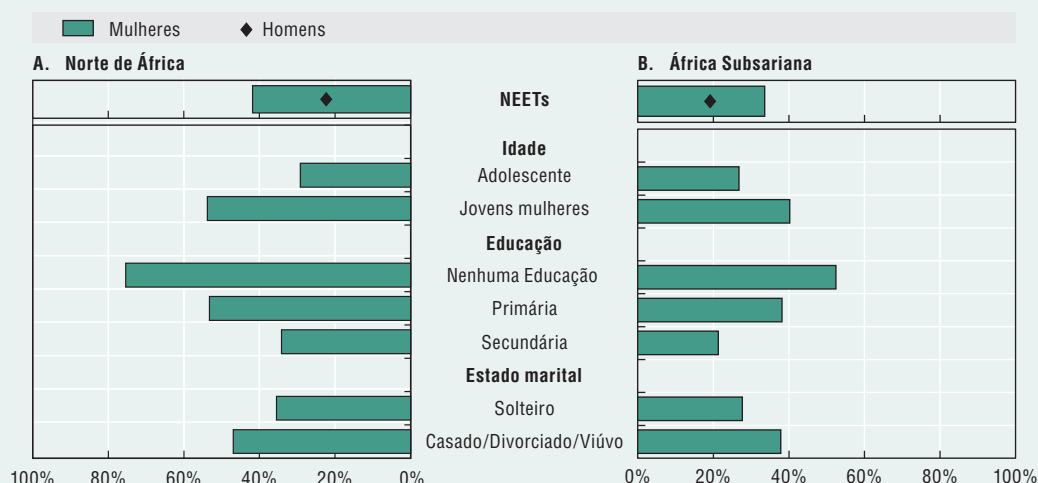
Apesar da “feminização da população activa” que tem ocorrido nas últimas décadas, as mulheres ainda enfrentam enormes obstáculos para entrar no mercado de trabalho. Normalmente, nos países menos desenvolvidos, as jovens apresentam taxas de NEET superiores às dos jovens. Nos países africanos, 20% dos jovens do sexo masculino com idades entre os 15 e os 24 anos são NEET, enquanto a taxa para as jovens do sexo feminino da mesma faixa etária é de 35%. Embora a taxa de NEET feminina africana seja inferior àquela observada em países como a Índia e a Turquia, onde atinge os 60% e os 50%, respectivamente, ainda excede as taxas verificadas noutros países, tais como o Brasil e o México, e é muito superior à observada nos países europeus.

Em muitos países africanos, a falta de qualificações ainda representa uma barreira crítica para o emprego feminino, especialmente em empregos de boa qualidade. Não obstante as melhorias significativas por todo o mundo, os países da África Ocidental, Oriental e Central apresentam as taxas mais baixas de participação no ensino primário e secundário, bem como os maiores desníveis de género na educação (OCDE, 2012b). A Figura 1 revela que as mulheres com níveis de educação superiores têm menos probabilidades de ser NEET do que as mulheres com menor educação em todas as regiões africanas.

As instituições sociais discriminatórias desempenham um papel importante na moldagem dos resultados de emprego das mulheres. O casamento prematuro, que afecta desproporcionalmente as jovens raparigas em alguns países da região, diminui as hipóteses de estas continuarem a



estudar ou começarem actividades económicas, uma vez que, normalmente, se tornam responsáveis pelas tarefas domésticas e por cuidar dos filhos (UNICEF, 2005). A Figura 1 mostra que, em todas as regiões africanas, é mais provável que as mulheres casadas sejam NEET do que as não casadas. As jovens raparigas têm muito mais probabilidades de casar cedo do que os jovens rapazes e, assim, procuram empregos mais flexíveis, que geralmente encontram no sector informal. As taxas de mulheres em emprego informal são superiores às dos homens em várias regiões, incluindo a África subsaariana, e são especialmente elevadas em categorias de emprego informal com rendimentos mais baixos. A segmentação das mulheres nas categorias mais baixas do emprego informal aumenta o seu risco de pobreza e, devido à carência de protecção social, aumenta a sua vulnerabilidade (OCDE, 2012b). As desigualdades de género na educação e no emprego também podem ter um impacto inter-geracional negativo, pois já foi comprovado que é menos provável que as crianças recebam educação formal ou imunização se a mãe não tiver tido educação ou não estiver a trabalhar (UNICEF, 2006).





Perspectivas de emprego para os jovens – a contratação do sector público e privado é insuficiente

Segundo as tendências actuais, as perspectivas de emprego para os jovens em África constituem um desafio, apesar do acentuado crescimento de empregos antes da crise. A aritmética do crescimento da população e dos empregos ilustra bem este desafio: embora o crescimento de empregos tenha sido acentuado durante a década que precedeu a crise económica global, não foi nem de longe suficiente para absorver a mão de obra crescente. A capacidade de emprego privado e público existente é simplesmente demasiado reduzida. Entre 2000 e 2007, a OIT (2011b) estima que a população africana em idade activa tenha aumentado em 21% (2,6% ao ano). O aumento de empregos durante o mesmo período foi ainda maior, com 23%, i.e., 2,9% ao ano. Mas, em termos absolutos, enquanto a população em idade activa aumentou em 96 milhões, o número de empregos aumentou apenas em 63 milhões. Com 10 a 12 milhões de jovens a entrar no mercado de trabalho africano todos os anos, o crescimento de empregos tem de ser muito mais acentuado para que faça diminuir o número de jovens desempregados e desanimados.

O crescimento de bons empregos assalariados é ainda mais limitado. As estimativas apresentadas no parágrafo anterior referiam-se à criação total de empregos, não só aos bons empregos assalariados, mas também aos empregos vulneráveis. A criação de emprego assalariado é muito mais difícil de avaliar, pois os dados são escassos. Partindo do princípio que está a ser criado emprego assalariado a um ritmo semelhante, ou até superior, ao do emprego vulnerável, o seu crescimento geral será, ainda assim, muito reduzido dadas as baixas taxas de emprego assalariado na maioria dos países africanos (Figure 6). No Uganda, por exemplo, apesar de os empregos assalariados terem crescido 13% todos os anos, entre 2003 e 2006, perfaziam apenas um em cada cinco novos empregos criados (Banco Mundial, 2011c).

Este caso é especialmente verdadeiro no que toca ao sector público, que foi significativamente reduzido em muitos países africanos ao longo das últimas duas décadas. Segundo os dados da Gallup World Poll, apenas 21% dos jovens com menos de 30 anos com, pelo menos, educação secundária, trabalham para o estado, em comparação com 37% entre os adultos com 30 anos ou mais, ou seja, quase o dobro. Em muitos países, esta discrepância é maior ainda. No Egipto, em Marrocos e no Uganda, por exemplo, a proporção de trabalhadores da função pública entre os jovens é apenas um terço da dos adultos. Na África do Sul, na Nigéria e na Tanzânia, ronda os 40% e no Quénia e na Tunísia, os 50%. Ora, contextualizando, no Egipto os trabalhadores da função pública representam mais de 50% do emprego entre os adultos com mais de 30 anos; na Tunísia, 35%; na África do Sul, 25%; e no Quénia, 16%.

Dado o acentuado crescimento populacional, o papel do sector público enquanto entidade empregadora continuará a diminuir. Os dados da Gallup World Poll indicam que os estados africanos empregam actualmente cerca de 25 milhões de pessoas com idades entre os 30 e os 64 anos, o que corresponde a cerca de 10% da população africana desta faixa etária, e 14 milhões com idades entre os 15 e os 29 anos, o que corresponde a cerca de 5% da população africana desta faixa etária.¹⁰ Tendo em conta o rápido crescimento populacional, os estados africanos teriam de, para manter as actuais proporções até 2025, criar 29 milhões de novos empregos no sector público, ou 1,9 milhões por ano – uma perspectiva improvável. Os países do Norte de África, em especial, apresentam taxas muito elevadas de emprego no sector público. Com base nos mesmos cálculos, o Egipto teria de criar anualmente 230.000 empregos no sector público até 2025 e a Tunísia, 25.000.

O sector privado formal é demasiado pequeno para absorver a mão de obra crescente e a transição entre trabalho formal e informal parece limitada. Para a maioria dos jovens, trabalhar enquanto assalariado no sector formal permanece um sonho distante, especialmente em



países onde o sector público tem vindo a dispensar mão de obra nas últimas duas décadas. Alternativamente, os jovens que não podem dar-se ao luxo de estar no desemprego nem de procurar emprego indefinidamente ficam confinados ao sector informal e a empregos de baixa qualidade. Uma vez presos no sector informal, uma mudança para o sector formal, sem ser como independentes, torna-se difícil. Ao analisar dados do painel de jovens e adultos da Etiópia, do Gana e da Tanzânia, Falco et al. (2010) e Sandefur et al. (2007) verificam taxas de transição muito baixas do emprego independente para o emprego assalariado privado ou público. Nos três países, mais de 80% dos independentes ou desempregados ainda se encontravam na mesma categoria dos anos mais tarde (2004 a 2006). As Figura 6.12 e Figura 6.13 sugerem igualmente um grau significativo de segmentação do mercado de trabalho, dado que as percentagens de emprego assalariado e vulnerável se mantêm inalteradas nos grupos etários dos 30 anos e acima. Infelizmente, existem apenas muito poucos estudos que acompanhem os indivíduos ao longo do tempo para proporcionar um melhor entendimento da dinâmica de transição entre segmentos do mercado de trabalho.

Caixa 6.5. Senegal: um exemplo de capacidade de emprego insuficiente no sector formal

A elevada taxa de desemprego e de subemprego sugere um défice de criação de emprego: cerca de 100.000 diplomados do ensino superior chegam ao mercado de trabalho todos os anos e são registados menos de 30.000 contratos formais de trabalho pelo serviço de estatísticas do emprego.

Segundo o inquérito efectuado no quadro do estudo YEN/YIF (2009) junto de 378 empresas privadas, em 26 sectores chave, foram criados 10.264 empregos para os jovens entre 2010 e 2014, dos quais 6.183 eram temporários. A importância destes últimos reflecte a tendência de os empregadores externalizarem os serviços para uma maior flexibilidade.

Assim, o sector privado formal não oferece oportunidades de emprego significativas. De acordo com o FMI (2010), o volume de emprego no sector formal estagnou nos últimos 15 anos. O sector informal permanece o principal criador de empregos. O Banco Mundial (2007b), o estudo YEN/YIF (2009) e o Relatório nacional sobre a competitividade do Senegal (2011) avaliam entre 80% a 97% a percentagem do sector informal nos empregos criados. O comércio é o principal sector de actividade do sector informal urbano no Senegal e é a principal fonte de emprego nos subúrbios, com uma considerável população de mercadores ambulantes. A USAID (2011) mostra que a grande maioria dos jovens senegaleses considera que o sector informal não podia ser uma melhor opção definitiva e aceita um emprego temporário à espera de um emprego formal.

Fonte: AEO 2012, Nota de país, Senegal

A recente crise económica teve um forte impacto negativo nas perspectivas de emprego dos jovens trabalhadores. Numa amostra de 19 países onde o inquérito da Gallup World Poll foi realizado tanto em 2008 como em 2010, o perfil profissional dos jovens deteriorou-se significativamente ao longo desse período. A Figura 6.17 mostra que o trabalho profissional e os serviços, as duas categorias profissionais com o mais elevado perfil de educação e rendimento, diminuíram de forma significativa entre os jovens empregados. Ser dono de um negócio, que inclui, de um modo geral, o emprego independente informal, bem como as vendas e o trabalho agrícola, as duas categorias profissionais com os mais fracos perfis de educação e rendimento, pelo contrário, expandiram-se. Embora haja motivo para esperar que esta tendência seja, até certo ponto, revertida com o novo aumento do crescimento, insere-se na tendência mais alargada de um mercado de trabalho para os jovens em África que se está a tornar mais rígido.¹¹



Figura 6.17. Emprego juvenil por actividade em 2008 e 2010: as actividades do sector informal e a agricultura absorveram o impacto da crise



Fonte: Gallup World Poll (2010), cálculos do autor.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600583>

Emprego juvenil no sector informal - uma oportunidade, não um transtorno

A análise anterior leva-nos a três conclusões:

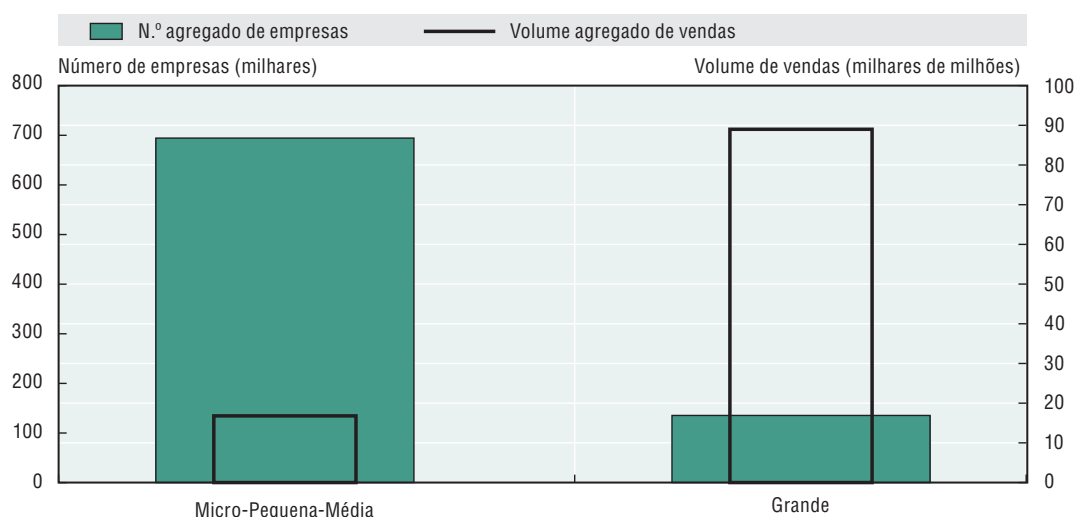
- Primeiro, o sector formal é incapaz de absorver a grande quantidade de estreados no mercado de trabalho.
- Segundo, a informalidade e o emprego vulnerável são a norma para muitos jovens africanos e oferecem uma alternativa ao desemprego e à inactividade.
- Terceiro, dadas as restrições quantitativas do sector de emprego formal, o sector informal continuará a desempenhar um papel importante na absorção de jovens estreados no mercado de trabalho e tem de fazer parte de qualquer política que trate do emprego juvenil.

O facto de os mercados de trabalho estarem segmentados e de as economias em desenvolvimento terem, muitas vezes, vários sectores a funcionar a níveis de produtividade muito diferentes, têm feito parte das ideias iniciais dos economistas do desenvolvimento. Embora verdade, tal levou a que se ignorasse a potencialidade do emprego rural e informal. Para Lewis (1954), o movimento dos trabalhadores da agricultura improdutiva para o sector produtivo industrial representa o próprio processo do desenvolvimento. Assim que a maioria dos trabalhadores agrícolas tivesse migrado para a indústria e a mão-de-obra rural tivesse ficado reduzida a uma dimensão na qual os seus membros pudessem trabalhar com elevada produtividade, os salários por toda a economia aumentariam, como uma onda que eleva os barcos todos. O sector rural ou “tradicionalista” tem sido, desde então, primordialmente encarado como um charco de improdutivo trabalho agrícola excedente e as áreas urbanas, como os centros do crescimento industrial. O sector informal sofreu um destino semelhante no debate do desenvolvimento. A perspectiva tradicional defende que aquele é constituído por uma grande percentagem de empresários de subsistência e uma percentagem bastante pequena de empresas viradas para o crescimento. Como resultado, tem sido prestada pouca atenção à potencialidade dos sectores rural e informal enquanto motores do crescimento.



À primeira vista, os sectores rural e informal parecem, de facto, ter pouco a oferecer ao desenvolvimento e ao crescimento. A maioria dos empresários trabalha a níveis muito reduzidos de capital e de produtividade. A Figura 6.18, retirada de Yoshino (2011), apresenta o dilema das micro e pequenas empresas africanas: absorvem trabalho, mas os retornos que obtêm deste trabalho são muito fracos. O trabalho rural não aparenta estar muito melhor. Os jovens rurais têm maior probabilidade de ser pobres e menor probabilidade de estar no ensino. Apenas 37% dos jovens rurais são estudantes a tempo inteiro, contra 49% nas áreas urbanas. Os jovens rurais apresentam também um perfil de emprego muito pior do que os jovens urbanos, com taxas de emprego vulnerável e de pobreza alimentar mais elevadas.

Figura 6.18. Vendas agregadas e número de empresas da África subsariana, por dimensão



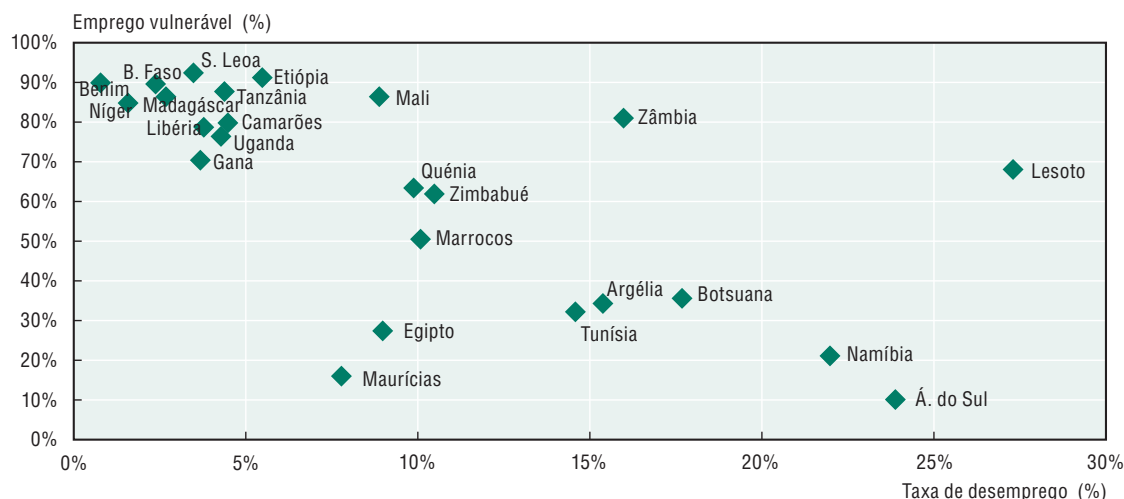
Fonte: Yoshino (2011), dados dos Enterprise Surveys em 17 países africanos.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600602>

Os decisores políticos africanos enfrentam um dilema colocado por um vasto sector informal que padece de produtividade e salários muito reduzidos, mas que, ao mesmo tempo, absorve todos os que não conseguem encontrar empregos de boa qualidade noutros locais e possibilita uma subsistência à grande maioria dos jovens. A informalidade e o desemprego são ambos o resultado do tipo de desenvolvimento que é incapaz de criar suficientes empregos de qualidade para todos. Este fenómeno foi acentuado pela fraca capacidade dos sectores privado e público de fazerem face ao rápido crescimento populacional e de mão de obra e piorou devido à discriminação no mercado de trabalho e à segregação entre homens e mulheres, grupos sociais e actividades diferentes (Jütting e Huitfeldt, 2009). A Figura 6.19 mostra o compromisso significativo efectuado entre o emprego vulnerável e o desemprego. Dada a dimensão do sector informal na maioria dos países africanos, e o facto de este nascer da ausência de outras oportunidades, faz com que tenha de ser encarado como parte da solução e não do problema.



Figura 6.19. O compromisso entre o emprego vulnerável e o desemprego



Fonte: Cálculos do autor com base em inquéritos nacionais.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600621>

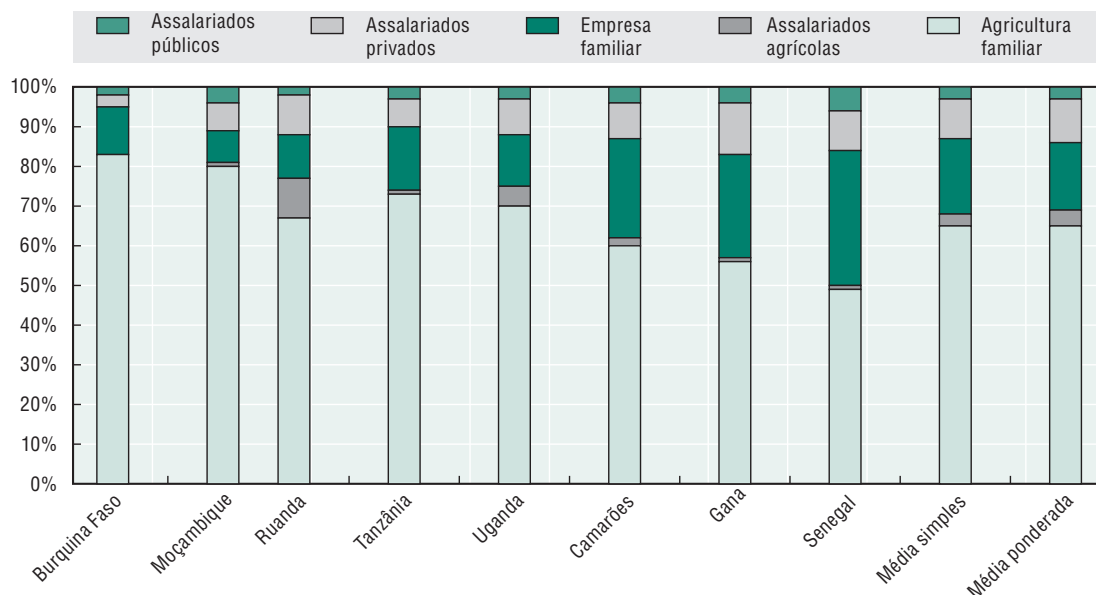
O sector informal apresenta oportunidades e é parte da solução para o desafio de emprego juvenil em África. Dados recentes de inúmeros países da América Latina, África e Ásia atestam que os retornos de capital no sector informal urbano são elevados, muitas vezes na ordem dos 60 a 70% anuais, especialmente em níveis de capital muito reduzidos (Banerjee e Duflo, 2004; McKenzie e Woodruff, 2006; De Mel et al., 2008; McKenzie e Woodruff, 2008; Kremer et al., 2010; Fafchamps et al., 2011; Göbel et al., 2011; Grimm et al., 2011a). Esta descoberta contradiz a sabedoria convencional de que há pouca potencialidade em actividades de subsistência e que a maioria das actividades por conta própria são uma simples reacção à falta de alternativas. Bem pelo contrário, parece haver um significativo crescimento potencial entre os microempresários. Porém, os lucros elevados continuam largamente inexplorados como resultado de uma série de restrições económicas, institucionais e sociais (Grimm et al. 2011a; Grimm et al., 2011b). A remoção destas restrições permitiria aos empresários fazer crescer os seus negócios, alcançar toda a sua potencialidade produtiva e criar empregos de qualidade para si próprios e para outros. A Secção 0 discute as restrições enfrentadas pelos empresários formais e informais e como lidar com elas.

Da mesma forma, o sector rural tem potencialidade enquanto motor do crescimento inclusivo e do emprego juvenil. Embora os jovens rurais enfrentem condições mais duras do que os jovens urbanos e apresentem taxas de emprego vulnerável e de pobreza empregada mais elevadas, em vários países, as economias rurais estão a mostrar forte potencial para o crescimento económico e a redução da pobreza. Para muitos agregados familiares, a agricultura é uma parte importante da sua subsistência, envolvendo muitos trabalhadores jovens. Cada vez mais agregados familiares nas áreas rurais estão a alargar-se a outros sectores, que inicialmente complementam a agricultura e, mais tarde, a suplementam com actividades económicas que geram lucros superiores. Fox e Pimhidzai (2011) mostram que, no Uganda, “o crescimento fenomenal de empresas agrícolas familiares no sector informal impulsionou a transformação da subsistência das famílias; ser dono de uma empresa não agrícola é um indicador significativo de bem estar”. Nos países subsaarianos, os níveis mais elevados de rendimento do país estão associados a um número crescente de empresas familiares e menos agricultura de subsistência, ao invés de um aumento significativo em empregos assalariados (Figura 6.20). A Figura 6.9, na secção 5 conta-nos uma história semelhante para os países de todos os níveis de rendimento: os PRM têm menos jovens



na agricultura e mais donos de negócios, que são, de forma lata, microempresários. Nos países de rendimento médio superior, esta tendência é ainda mais acentuada. Porém, se considerarmos os PRM e os PRB, a taxa de jovens que são trabalhadores profissionais, e que representam a categoria central dos trabalhadores assalariados, é marginalmente superior nos PRM, em relação aos PRB.

Figura 6.20. Distribuição de emprego primário por tipo



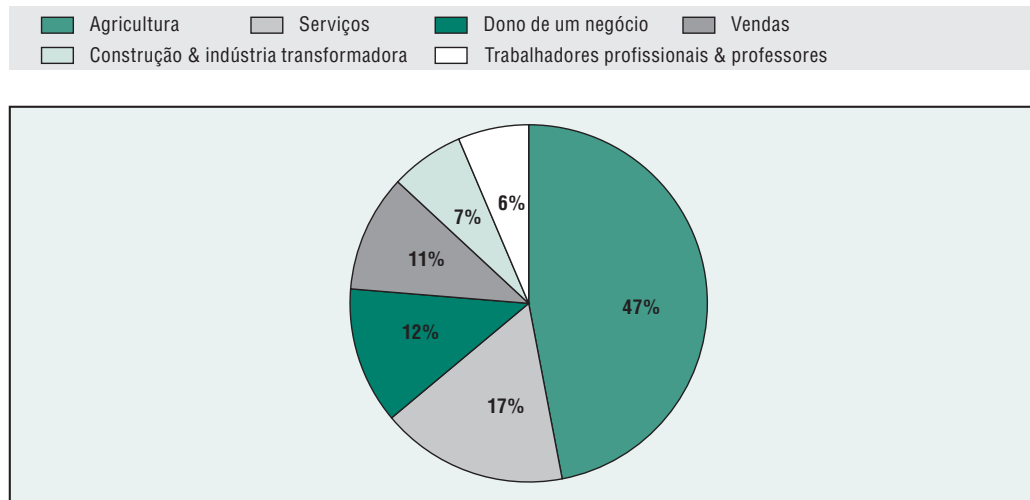
Fonte: Banco Mundial, Africa's Pulse, 4, 2011; os dados referem-se aos seguintes anos: Burquina Faso 2003, Moçambique 2008/09, Tanzânia 2005/06, Uganda 2005/06, Ruanda 2005/06, Gana 2005, Camarões 2001, e Senegal 2005.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888932600640>

Presentemente, mais de metade dos jovens trabalhadores, em áreas rurais, desempenha actividades fora da agricultura. Com 47% de todos os jovens trabalhadores das áreas rurais dedicados principalmente à agricultura, é esse o maior sector, mas mais de metade dos jovens rurais desempenham actividades não agrícolas para a sua subsistência (Figura 6.21): 17% nos serviços, incluindo serviços públicos, instalações e reparações, transportes e trabalho de escritório; 11% estão nas vendas; 7% na construção e na indústria transformadora; 7% são profissionais de colarinho branco, funcionários do governo ou professores; 12% têm o seu próprio negócio. Apesar dos baixos rendimentos, os jovens no sector rural não agrícola estão, em média, em muito melhor situação financeira do que os seus colegas na agricultura e mais próximos dos colegas urbanos em termos de perfis de emprego e pobreza (Figure 22). Dos jovens em áreas rurais que trabalham em actividades não agrícolas, 34% são assalariados, por contraste com apenas 10% dos jovens rurais que trabalham na agricultura. Entre os jovens em trabalhos rurais não agrícolas, 5% não são remunerados e 37% são empregados a tempo parcial (voluntário e involuntário), contra 18% de trabalhadores (familiares) não remunerados e 50% em empregos que não perfazem tempo inteiro. Com 22% e 24%, As taxas de emprego independente, para os jovens rurais na agricultura (22%) e fora dela (24%) são muito semelhantes.



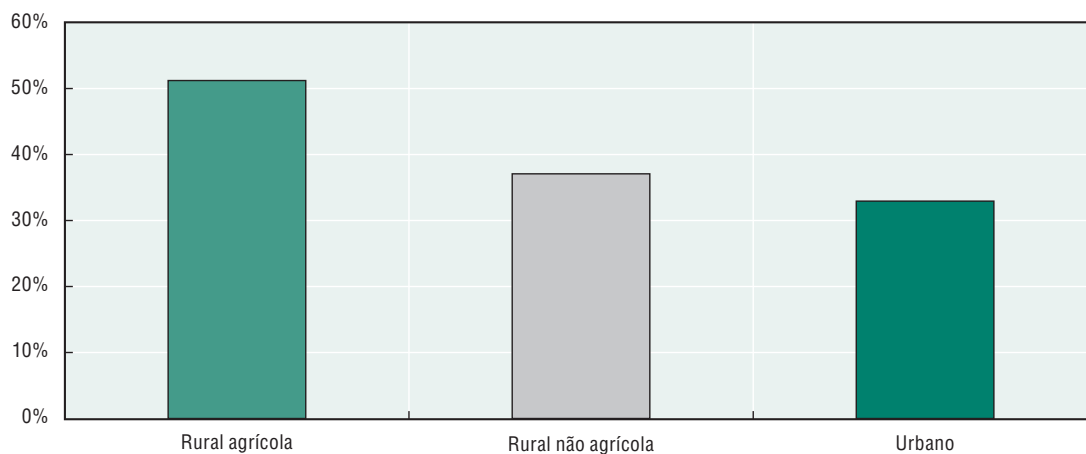
Figura 6.21. Mais de metade dos jovens rurais trabalha fora da agricultura



Fonte: Gallup World Poll (2010), cálculos do autor.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600659>

Figura 6.22. Pobreza alimentar entre os jovens trabalhadores: agrícola vs. não agrícola vs. urbano



Fonte: Cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2008-10).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600678>

Os jovens no campo são os mais entusiastas em relação a criarem o seu próprio negócio. Na amostra da Gallup World Poll, 23% dos jovens rurais planeiam começar um negócio, por contraste com 19% dos jovens urbanos. Analogamente, são os jovens com menor nível de educação quem tem planos para um negócio: 28% dos jovens com educação primária ou menos têm planos para negócios, em comparação com 22% dos jovens com educação secundária ou terciária.



As economias rurais agrícola e não agrícola estão intimamente ligadas. Uma maior produtividade agrícola origina mais actividades não agrícolas e o rendimento não agrícola aumenta a procura de bens agrícolas. À medida que a produtividade agrícola aumenta, ficam disponíveis poupanças e trabalho onde as famílias podem diversificar e investir em actividades de pequena escala fora da agricultura, tais como serviços simples (reparações, cabeleiros), fabrico (artesanato, costura e têxteis, etc.) e vendas. Simultaneamente, um aumento no rendimento agrícola também se traduz numa maior procura de produtos não alimentares, criando uma oportunidade para o fornecimento desses bens ser viável e lucrativo. Haggblade et al. (2009) estima que um aumento do valor acrescentado agrícola de um dólar americano se traduza em 30 a 50 centavos suplementares de valor acrescentado na economia rural não agrícola. “Garantir que a maioria das famílias é capaz de diversificar a sua subsistência para o sector não agrícola através da informalidade produtiva não só aumenta o crescimento, mas também permite à maioria da população partilhar do processo de crescimento.” (Fox e Pimhidzai, 2011) Ver a outra secção para uma discussão da relação entre criação de emprego rural e urbano.

De forma a desenvolverem toda a sua potencialidade, os jovens em trabalhos informais em áreas rurais e urbanas precisam de apoio específico e de um ambiente que lhes permita desenvolverem-se profissionalmente. Os jovens com dificuldades nos seus próprios negócios, mas que manifestem potencialidade sob a forma de competências de gestão, podem beneficiar grandemente com um apoio direccionado. As restrições do mercado de capital e os riscos destacam-se como obstáculos importantes (Grimm et al., 2011b). Os jovens rurais enfrentam, muitas vezes, problemas idênticos. Além disso, ficam em especial desvantagem pelos programas governamentais que focam apenas os jovens urbanos e os empregos. A adaptação, em áreas rurais, da escolaridade e da formação de competências às necessidades rurais representaria um passo importante no apoio aos jovens rurais.

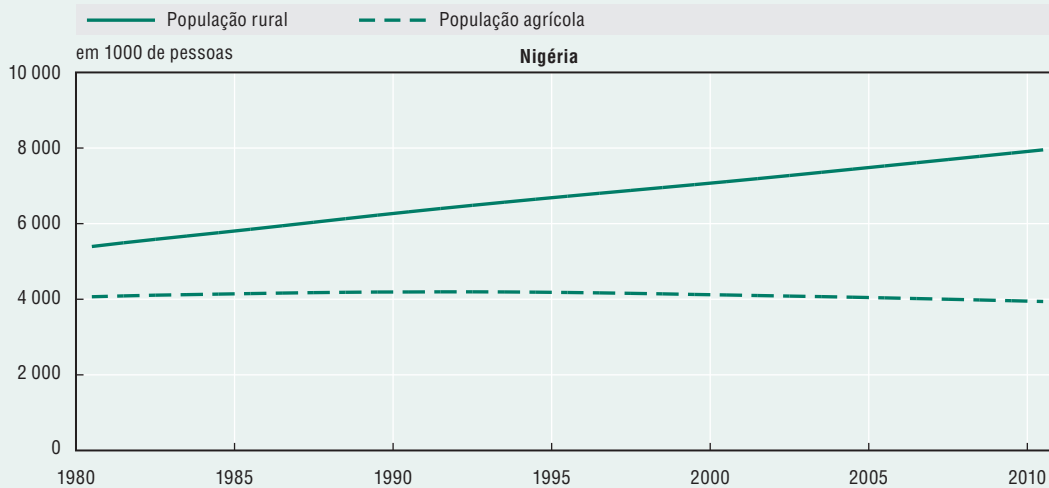
Caixa 6.6. A dinâmica do assentamento e a criação de emprego rural na África Ocidental

Em 1950, a África Ocidental era uma área escassamente povoada e predominantemente rural, com seis centros urbanos de mais de 100.000 habitantes e um nível de urbanização de 7,5%. Hoje em dia, a região conta com quase 300 milhões de pessoas, 122 cidades com mais de 100.000 habitantes e uma taxa de urbanização de 40%. Estes rápidos desenvolvimentos transformaram profundamente a economia da região. Passou de uma economia em que as actividades agrícolas dominavam as vidas das populações locais, que viviam principalmente em semi-autarquia, para uma que testemunhou a emergência e concentração de uma economia não agrícola tanto em áreas urbanas como em áreas rurais. A urbanização, e com ela, a crescente divisão do trabalho, é o processo subjacente nesta complexa transformação de rural para urbano.

Esta transformação também altera em grande medida a economia rural. Actualmente, áreas rurais densamente povoadas e com boas ligações constituem economias locais bem mais diversificadas do que uma simples distinção rural/urbano capta. Estudos revelam que, em certas áreas rurais, apenas 50% da população está envolvidos na produção agrícola, estando outros empregados principalmente em actividades a montante e a jusante, tais como serviços de extensão, marketing, negócios bancários outros serviços básicos, tais como a saúde e a educação (Figura 1.). Esta diversificação reflecte uma integração progressiva da agricultura na economia de mercado: um processo iniciado com o rápido desenvolvimento das culturas para exportação e, mais tarde, acelerado pela procura, que deu origem a um mercado alimentar urbano em rápido crescimento.



Dinâmica de assentamento e criação de emprego rural na África Ocidental



Fonte: FAO Stat.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932605865>

Uma forma de captar a diversidade da economia rural e a transformação estrutural da agricultura é observar as alterações na proporção de Produtores Não Agrícolas para os Produtores Agrícolas (PNA/PA). Esta relação exprime uma divisão do trabalho entre os produtores agrícolas e os consumidores e uma estimativa da dimensão do mercado para a produção alimentar agrícola. Só quando for atingida uma dimensão crítica é que as técnicas agrícolas evoluirão através de investimentos no trabalho e no capital. A proporção de PNA/PA está fortemente relacionada com a proporção de população urbana e rural (U/R), tendo os aumentos no nível de urbanização um efeito acelerador na transformação da agricultura. Por exemplo, na Nigéria, entre 1960 e 2000, a proporção de PNA/PA aumentou ao dobro da velocidade do nível de urbanização.

Esta transformação rural não se trata de um processo geograficamente cego. As áreas rurais próximas e com boas ligações aos grandes mercados urbanos têm maior produtividade e maior diversidade de produtos e divisão do trabalho. Actualmente, muitas explorações agrícolas na Nigéria, no Gana e na Costa do Marfim, funcionam como empresas e criam procura de uma variedade de produtos e serviços não agrícolas. Inversamente, as técnicas agrícolas e a subsistência em comunidades rurais afastadas de oportunidades comerciais quase não mudaram. A dinâmica de assentamento continuará a influenciar a geografia económica da África Ocidental. A urbanização e a procura alimentar crescente criarão oportunidades de emprego rural agrícola e não agrícola. O sucesso e velocidade desta transformação dependerão da adopção de práticas mais intensivas no trabalho, no capital e nos serviços. Contudo, nem todas as áreas terão as mesmas oportunidades em termos de dotação de recursos e desenvolvimento de mercado. É necessário que as políticas integrem as interações económicas entre espaços urbanos e rurais e as suas disparidades geográficas.

Fonte: Secretariado do Clube do Sahel e da África Ocidental, West African Futures: Settlement, Market and Food Security; www.oecd.org/swac/waf.



Obstáculos e necessidades dos jovens nos mercados de trabalho africanos o maior problema é a falta de empregos

Esta secção descreve os obstáculos que os jovens africanos enfrentam nos mercados de trabalho e do que precisam para os ultrapassar. A análise subjacente é baseada num quadro simples de procura laboral, oferta laboral e instituições do mercado de trabalho. Com base neste quadro, um inquérito realizado entre 36 especialistas nacionais para o presente relatório pediu-lhes para identificar os maiores obstáculos que os jovens enfrentam nos mercados de trabalho. Além disso, a Gallup World Poll inclui perguntas acerca dos obstáculos que os jovens encontram na procura de um emprego, assim como das suas atitudes e aspirações relativamente ao emprego e a tornarem-se empresários. A Figura 6.23 apresenta os resultados do inquérito. Após comparação das perspectivas dos especialistas com as respostas dos jovens, esta secção seguirá a classificação dos obstáculos dada pelos especialistas.

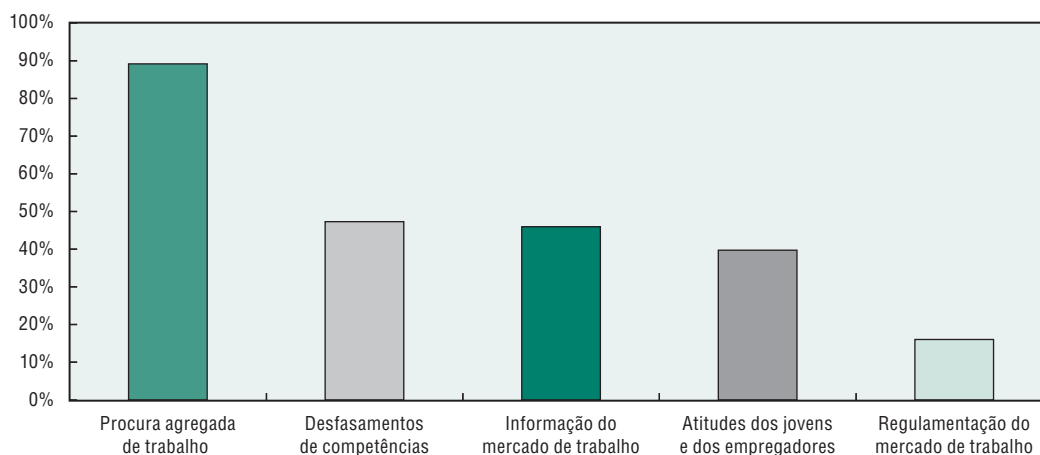
Os jovens enfrentam barreiras de admissão específicas, mas o maior obstáculo é a procura insuficiente do seu trabalho. Essas barreiras incluem a discriminação contra os que procuram o primeiro emprego, uma forte preferência de experiência profissional por parte dos empregadores, a necessidade de redes profissionais para obter um emprego e as regulamentações de mercado que dão origem a mercados de trabalho segmentados, onde os detentores de emprego (adultos) estão protegidos e os que procuram emprego (jovens) se deparam com uma forte relutância por parte dos empregadores, que receiam os elevados custos e compromissos que uma contratação implica. No entanto, o maior problema que os jovens enfrentam é a falta de procura do seu trabalho. Conforme expectável, dada a perspectiva geral de emprego para os jovens em África, os especialistas nacionais identificaram a “procura agregada de trabalho” como um enorme obstáculo para os jovens no mercado de trabalho em 89% dos países. Os trabalhadores pobres permanecem, assim, em trabalhos que rendem pouca produtividade e pagam pouco porque não há procura para o tipo de trabalho que oferecem (normalmente, num nível de competências fraco) em sectores que paguem melhor. De forma idêntica, os desempregados e os desanimados deparam-se com uma carência de procura do seu trabalho e mantêm-se na inactividade. O facto de as taxas de inactividade serem elevadas, em todos os níveis de educação, sublinha a importância de uma falta de empregos generalizada. Este é o problema mais premente para os jovens nos mercados de trabalho africanos.

A falta de competências e de conhecimentos sobre onde encontrar emprego, as atitudes dos empregadores e as regulamentações de mercado também constituem obstáculos, mas muito menos substanciais. Os desfasamentos em termos de competências, a informação do mercado de trabalho e as atitudes dos empregadores foram identificados como enormes obstáculos em menos de metade dos países do estudo (Figura 6.23 – Desafios do mercado de trabalho enfrentados pelos jovens). A regulamentação do mercado de trabalho é um grande obstáculo apenas em 16% dos países. Como será observado na secção seguinte, tal facto coaduna-se com a percepção das empresas africanas, para quem a regulamentação de mercado e uma educação deficiente da mão de obra surgem no fim de uma longa lista de obstáculos que são muito mais importantes para o desenvolvimento do seu negócio e, portanto, para a sua capacidade de criar empregos (Figura 6.26).

As intervenções centradas na oferta de trabalho em vez de na procura terão, assim, apenas um impacto limitado. Como veremos, a maioria dos governos adopta iniciativas que focam as competências para lidar com o emprego juvenil.



Figura 6.23. Desafios do mercado de trabalho enfrentados pelos jovens

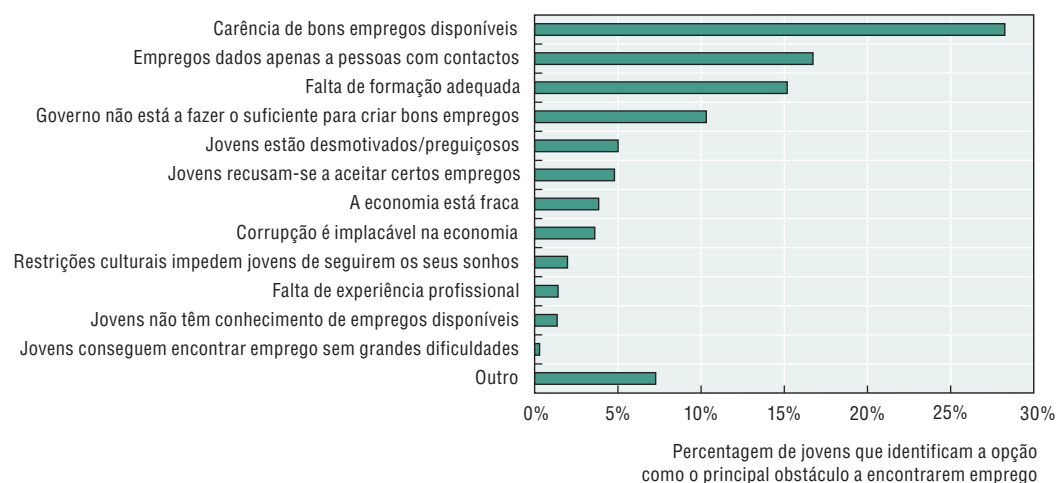


Fonte: AEO, inquérito aos especialistas do país, 2012; 37 países.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932603680>

Os jovens concordam que a carência de empregos é a questão mais premente, mas também estão desiludidos com a necessidade de “contactos”. A Figura 6.24 mostra como os jovens em 10 países do Norte de África responderam à pergunta: “Qual é o principal obstáculo a que os jovens encontrem trabalho?” A maior parte dos inquiridos (28%) aponta para uma carência de bons empregos disponíveis como o principal obstáculo. Porém, o segundo maior grupo acredita que “os empregos só são dados a pessoas que tenham contactos”, reflectindo a sua frustração com um sistema que é visto como injusto, pois os contactos dependem grandemente do contexto pessoal/familiar e do acesso a círculos privilegiados que a maioria dos jovens não possui e não consegue obter. Simultaneamente, a prática de distribuir empregos com base em contactos representa um claro indicador da escassez de bons empregos. Num mercado de trabalho sólido, são os empregadores a competir pelos trabalhadores e têm de lançar uma rede aberta e ampla para atrair a mão de obra de que precisam. É apenas em caso de oferta excessiva de estreados no mercado de trabalho que os empregadores podem depender dos contactos para preencher as suas vagas. A informação sobre onde encontrar emprego é encarada pelos jovens, como um problema muito menor.

Figura 6.24. Percepção dos jovens dos principais obstáculos a encontrarem um emprego



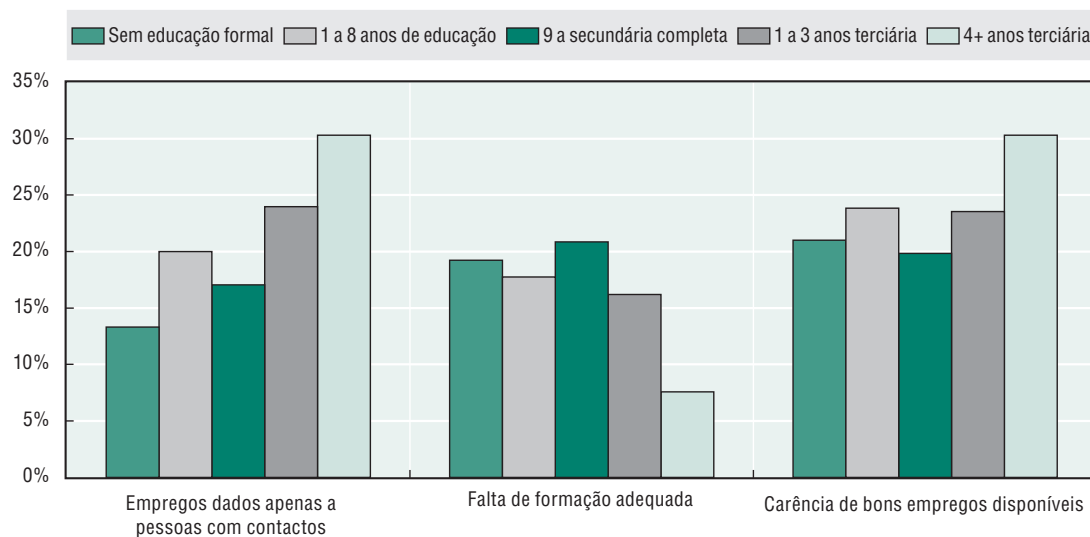
Fonte: Gallup, cálculos do autor.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600716>



O desânimo acerca do mercado de trabalho é muito superior entre os jovens com um elevado nível de educação. Os jovens com menos educação encaram a sua falta de competências como um problema maior. Entre os diplomados universitários, 30% consideram que os contactos são fundamentais, por contraste com 13% entre os jovens sem educação formal. Os jovens com menos educação vêem, em vez disso, a “falta de formação adequada” como o seu principal obstáculo a encontrarem emprego. Todos os jovens sem educação universitária consideram a sua falta de formação um obstáculo importante. A diferença entre os sem educação, com educação primária e com educação secundária é diminuta (19% para os sem educação contra 21% para aqueles com educação secundária). Estes resultados salientam que os jovens de todos os contextos educativos enfrentam uma carência de empregos. Os jovens com menos educação pressupõem que é a falta desta a culpada. Curiosamente, os jovens com educação secundária são os que apresentam maior probabilidade de encarar a respectiva inadequação educativa como o principal obstáculo a encontrarem um emprego, mais até do que os seus colegas sem nenhuma educação. Os jovens com educação universitária deparam-se com uma falta de emprego semelhante à dos outros grupos. No entanto, visto que percorreram todos os percursos educativos disponíveis, não encaram a sua falta de formação, e sim um mercado de trabalho que é injusto (devido à necessidade de contactos) e ineficaz (devido à carência de bons empregos disponíveis), como o principal obstáculo. Esta dinâmica pode explicar parcialmente a ligação entre as elevadas taxas de desemprego no seio dos jovens com formação universitária observadas em muitos países do Norte de África e as revoltas juvenis no Egipto e na Tunísia no início de 2011.

Figura 6.25. O desânimo relativamente a um mercado de trabalho justo aumenta com a educação



Nota: Apenas as 3 respostas mais frequentes são apresentadas, ver a figura anterior para as restantes opções.
Fonte: Cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010).

As secções seguintes descreverão em maior pormenor cada uma das barreiras que os jovens enfrentam nos mercados de trabalho africanos e as consequentes necessidades de apoio.

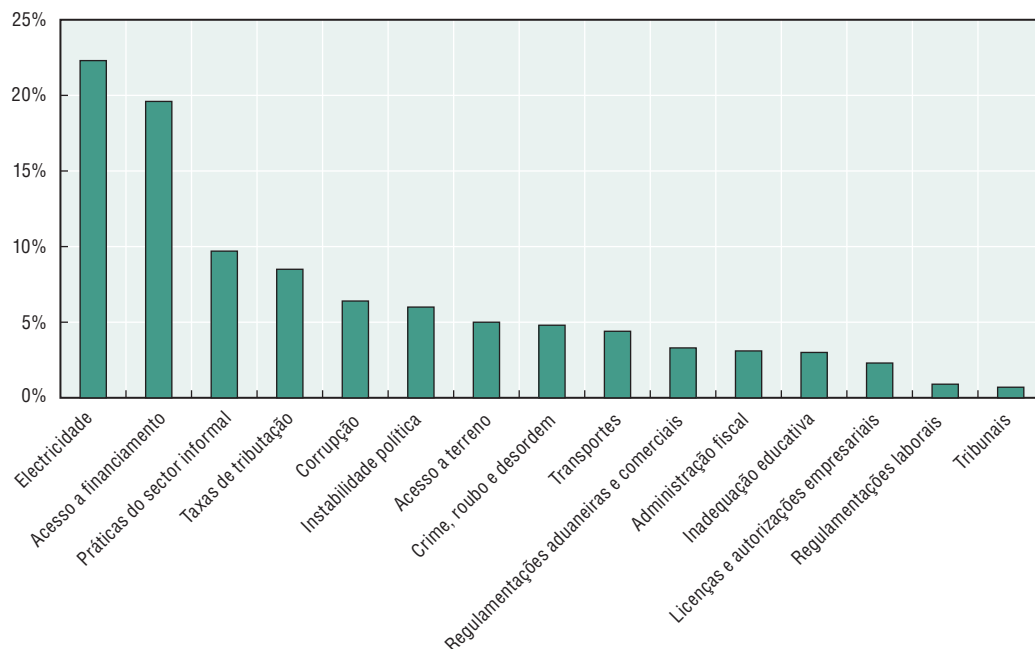


Falta de empregos – Os jovens precisam que as empresas cresçam e ofereçam empregos

Um sector privado dinâmico é o veículo mais importante para a criação de empregos para os jovens em África. Os governos devem tornar prioritária a resolução dos obstáculos com que as empresas se deparam. A fraca perspectiva de emprego, a avaliação dos especialistas e a percepção dos jovens do Norte de África, convergem para uma procura insuficiente de trabalho jovem como o mais importante ponto de estrangulamento do emprego juvenil. A secção 0 mostrava que o papel do sector público está a diminuir e que possibilitar a criação de empregos no sector privado (quer em pequenas, quer em grandes empresas) é a única opção viável para a criação de empregos em grande escala em África. A secção 0 mostrava que o emprego no sector privado é dominado por pequenas e microempresas, enquanto a produtividade se encontra essencialmente nas grandes empresas. Ambos os segmentos precisam de apoio para crescerem e criarem empregos

Na África subsaariana, os principais obstáculos são a electricidade e o financiamento, e não a regulamentação, nem a educação. Embora o nível de educação relativamente baixo da mão de obra africana e as regulamentações laborais demasiado rígidas sejam muitas vezes apresentadas como alguns dos maiores obstáculos ao desenvolvimento empresarial, as próprias empresas africanas não vêem as coisas dessa forma. Os inquéritos do Banco Mundial (Enterprise Surveys) às empresas revelam que apenas 0,9% das empresas da África subsaariana consideram as regulamentações de mercado como um dos maiores obstáculos ao empreendedorismo. Por outro lado apenas 3% das empresas consideram uma mão de obra com inadequação educativa como um dos maiores obstáculos ao empreendedorismo. Em vez disso, o acesso à electricidade (22% das empresas) e o financiamento (20%) são, de longe, os maiores impedimentos (Figura 6.26). Obter uma ligação eléctrica custa mais, em média, na África subsaariana do que em qualquer outro local do mundo: 5.429% do rendimento per capita, enquanto a média nas economias de rendimento elevado da OCDE é de 93% do rendimento per capita. As empresas precisam de 137 dias para obterem acesso à electricidade na África subsaariana; cerca de metade (65 dias) do tempo que é necessário na América Latina e nas Caraíbas, embora seja menos do que na Europa de Leste e no Centro e Sul da Ásia.

Figura 6.26. Maiores obstáculos às empresas na África subsaariana



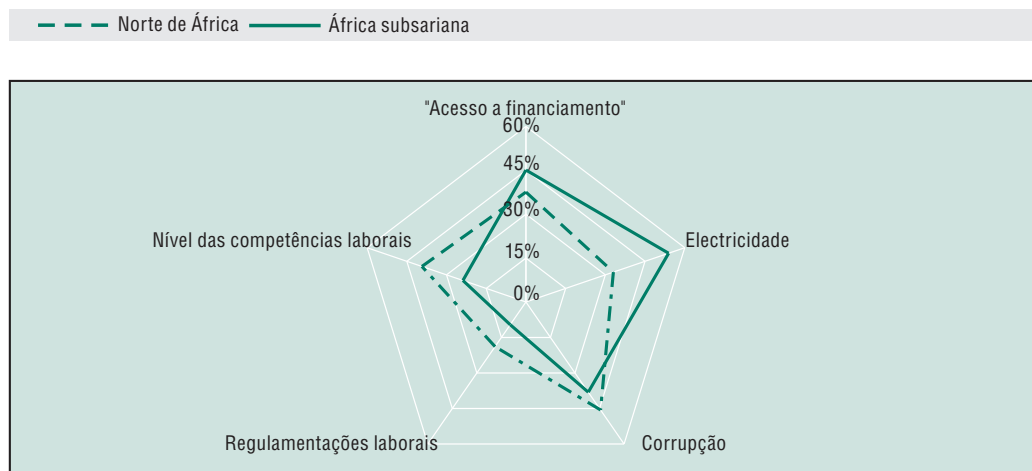
Nota: A percentagem indica o que as empresas identificam como o obstáculo mais importante.
Fonte: Banco Mundial (2006-2011).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600754>



A complexidade dos obstáculos aumenta com o nível de rendimento de um país. Gelb et al. (2007a) descobriram que as restrições mais cruciais (tais como a estabilidade macroeconómica, a electricidade, e o acesso a financiamento) parecem ser mais impeditivas nos países com baixos níveis de rendimento. Em seguida, à medida que um país se desenvolve, as empresas têm de se confrontar com uma série de problemas provocados por uma fraca governação e reduzida capacidade administrativa e burocrática (corrupção, nível de tributação, qualidade da administração). Finalmente, à medida que um país avança para um estatuto de rendimento mais elevado, a regulamentação de mercado torna-se um determinante mais grave do clima empresarial, em grande parte porque o estado dispõe de maior capacidade para a implementar. A **secção 0** atenta em maior pormenor no papel das regulamentações laborais no emprego juvenil. A Figura 6.27 compara as respostas das empresas da África subsaariana às do Norte de África, no que toca aos maiores obstáculos que enfrentam. No Norte de África, a corrupção é o maior obstáculo. O nível de competências da mão de obra é um obstáculo muito mais importante do que na África subsaariana, indicando uma estrutura económica mais focada nas competências e a existência de grandes desfasamentos nas mesmas.

Figura 6.27. Obstáculos às empresas no Norte de África e na África subsaariana



Fonte: Banco Mundial (2006-2011).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600773>

Noutra secção mostrava-se que o sector de emprego privado é dominado por pequenas e microempresas, enquanto a produtividade se encontra principalmente nas grandes empresas. Ambos os segmentos precisam de apoio para crescer e criar empregos, no entanto, têm necessidades diferentes.

Para as grandes empresas, a crescente participação nos mercados internacionais é importante para o crescimento de empregos a longo prazo. Ao analisar o sector da indústria transformadora africana, Bigsten e Söderbom (2005) verificam poucas perspectivas de uma expansão de empregos no sector em países onde a maioria das empresas transformadoras se focam em fornecer apenas o mercado interno. Ao invés, encontra-se potencialidade em empresas que competem internacionalmente através da adopção de tecnologias modernas e da orientação para novos mercados. Todavia, as condições para competir a nível internacional



são difíceis de alcançar na maioria dos países africanos. Gelb et al. (2007b) demonstram que “os custos indirectos (electricidade, transportes, comunicações, segurança, arrendamento, serviços empresariais, subornos) constituem uma maior percentagem dos custos das empresas em países africanos do que em qualquer outro local”. No Quênia, por exemplo, a Produtividade Total dos Factores (PTF) média bruta (ao nível da fábrica) é cerca de 70% da da China. A PTF líquida do Quênia (no mercado internacional) porém, é apenas cerca de 40% da da China (Eifert et al., 2005). Os custos dos transportes persistem como um ponto de estrangulamento especialmente grave para as empresas que pretendem expandir-se além dos mercados locais e vão muito além dos pontos de estrangulamento das infraestruturas. A corrupção também desempenha um papel importante. De acordo com um estudo recente do governo Ruandês, por exemplo, para ir do porto de Mombasa a Kigali via Kampala, um camião tem de pagar 864 USD em subornos e parar em 36 controlos de estrada (The Economist, 2012b).

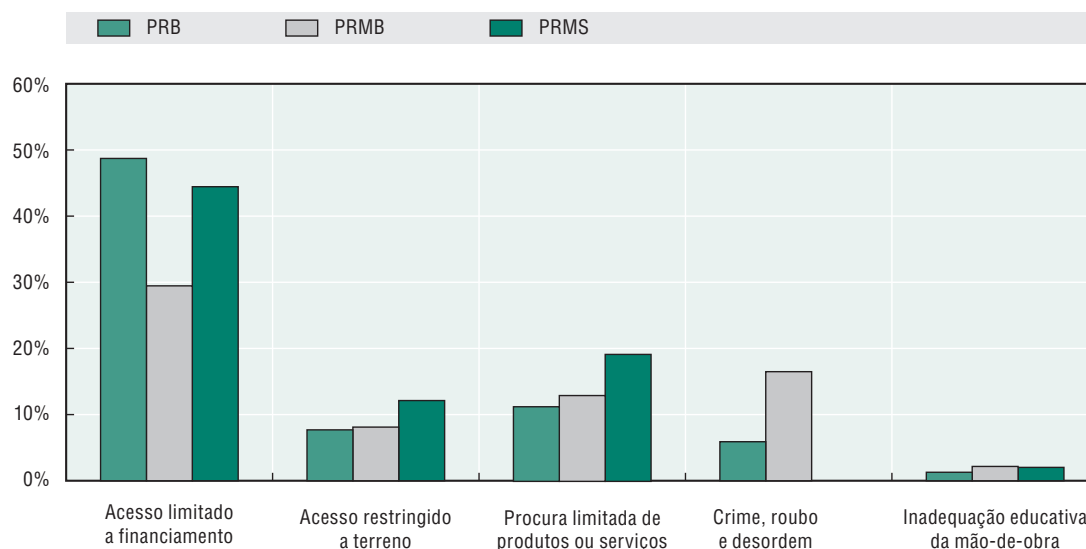
A criação de empregos em pequenas empresas precisa de uma estratégia em duas frentes: 1) a remoção de barreiras às pequenas e microempresas, permitindo-lhes crescer e ocupar a lacuna do “missing middle”, e 2) o apoio aos jovens para que se tornem empresários e criem os seus próprios empregos. Muito poucas pequenas e microempresas conseguem crescer e tornar-se grandes empresas. Pode verificar-se uma dinâmica de elevada criação de empregos aquando da entrada de novas microempresas no mercado, mas também um elevado nível de destruição de empregos por parte de empresas que fracassam. Há muito pouco contributo para o emprego através de expansão após a entrada (Shiferaw e Bedi, 2009, por exemplo, mostram isso mesmo usando dados das empresas transformadoras etíopes). Em vez disso, observa-se um mercado segmentado, de grandes empresas já existentes e muitas pequenas empresas com dificuldades que permanecem pequenas. Elhiraika e Nkurunziza (2007) verificam que nenhum dos países da sua análise possui uma concentração a longo prazo de empresas do grupo médio. Para fomentar a criação de empregos, os governos devem centrar-se na remoção das barreiras específicas às pequenas e microempresas e apoiar o seu crescimento no sentido de se tornarem empresas produtivas. Simultaneamente, para muitos jovens, enveredarem pelo emprego independente é a única alternativa viável, dada a falta de oportunidades de emprego assalariado. Estes jovens enfrentam desafios específicos e precisam de apoio especial para desenvolverem os seus negócios.

Os pequenos e microempresários, que são de forma lata informais, vêm-se restringidos principalmente pelo acesso a financiamento e terreno, bem como por elevados níveis de risco. A Figura 6.28 apresenta os obstáculos enfrentados pelas empresas informais numa pequena amostra de países de rendimento baixo e médio. Como consequência da sua informalidade, as pequenas e microempresas encontram restrições à obtenção do financiamento necessário por parte dos bancos. Estas empresas carecem muitas vezes de contabilidade básica e não possuem garantia colateral, visto que os direitos de propriedade, especialmente para terrenos, são ténues, na melhor das hipóteses. Além disso, na maioria dos países, o número de bancos é reduzido. Os que se encontram no mercado gozam de lucros elevados por trabalharem com as grandes empresas existentes. Há pouco incentivo ao crédito a pequenas e médias empresas (PME). Bigsten et al. (2003) mostram que a probabilidade de conseguir ver um empréstimo aprovado é muito mais alta para as grandes empresas do que para as pequenas. As instituições de microcrédito irromperam em muitos países, servindo os microempresários, no entanto, as PME que ultrapassaram o limite do microfinanciamento deparam-se com uma escassez de fornecedores de crédito e um sistema financeiro que está, com frequência, inteiramente centrado nas grandes empresas.¹² O risco também desempenha um papel importante na acumulação de capital: mesmo nas economias em que o capital não abunda da África Ocidental, as PME em actividades de risco parecem sobreinvestir quando começam o seu negócio e ajustar subsequentemente as reservas de capital por baixo (Grimm et al., 2011a). Os mecanismos de poupança e seguros podem constituir ferramentas importantes para permitir aos pequenos empresários correr riscos e investir no crescimento das suas empresas.



A corrupção e a regulamentação não figuram entre as principais preocupações das pequenas e microempresas, mas representam um desincentivo a um maior crescimento. **A perseguição é um problema.** A investigação nas capitais da África Ocidental mostra que, contrariamente à crença comum, as unidades de produção informal não são massivamente vítimas de corrupção por parte das autoridades públicas (Lavallée e Roubaud, 2011). Os inquéritos às empresas (Enterprise surveys) formais e informais revelam que a exposição à predação regulamentar aumenta com a dimensão e a visibilidade (Gelb et al., 2007a). A governação é uma maior preocupação para as grandes empresas, talvez devido à sua visibilidade e necessidade de efectuar pagamentos informais para aliviar o ónus da regulamentação. Aterido e Hallward-Driemeier (2010) também afirmam que as maiores empresas gastam significativamente mais tempo a lidar com autoridades e burocracia. Embora não sejam um alvo preferencial dos funcionários corruptos que solicitam subornos e tarifas especiais para facilitar os processos administrativos, as microempresas informais são muitas vezes alvo de perseguição por parte dos funcionários da autoridade. O caso mais célebre será certamente o de Mohamed Bouazizi, que se pegou fogo a si próprio como protesto contra a confiscação dos seus produtos e a perseguição e humilhação de que declarou ter sido vítima por parte de uma funcionária municipal e respectivos adjuntos). A sua auto-imolação conduziu subsequentemente à revolução tunisina.

Figura 6.28. Os obstáculos mais importantes para as empresas informais



Fonte: Banco Mundial (2008-10), cálculos do autor.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600792>

As empresas informais também enfrentam restrições de procura, especialmente à medida que os países enriquecem. A Figura 6.28 mostra que as restrições de procura são superiores nas empresas informais em PRMB e PRMS. À medida que os níveis de rendimento crescem e a classe média aumenta, aumenta também a procura de produtos de melhor qualidade, enquanto a procura de produtos do sector informal, que são normalmente de qualidade inferior e têm menos prestígio, diminui.¹³ Este efeito pode, em parte, explicar a percentagem relativamente baixa de sector informal nalguns PRM observada na outra secção.



Embora o sector informal seja importante para a criação de emprego e o crescimento, os governos deveriam empreender esforços para aumentar a formalização. Estes têm de reconhecer a importância do sector informal na criação de emprego e fomentar um ambiente que apoie o crescimento destas empresas. Contudo, o sector informal representa também perda potencial de receitas fiscais e não responde, por definição, à regulamentação governamental, mesmo quando esta é benéfica. Assim, os governos têm interesse na formalização. Bem como muitas empresas informais: 57% destas encaram a formalização como um meio de obterem melhor acesso a financiamento (Enterprise Surveys). Não obstante, existem inúmeros bons motivos para as empresas se manterem informais. Deste modo, as políticas de aumento da formalização devem focar-se nos incentivos e na informação, não na penalização da informalidade. Jütting e de Laiglesia (2009) propõem uma estratégia que combina incentivos à formalização para os que se encontram nas fileiras superiores da informalidade com a concessão aos que se encontram excluídos do mercado de trabalho formal dos meios necessários para se tornarem mais produtivos e melhorarem a sua gestão de risco.

Caixa 6.7. Por que é que a maioria das empresas africanas é informal?

Contrariamente à crença comum, o principal motivo para tantas empresas serem informais é a falta de informação sobre o que é necessário para se registarem (33% das empresas escolheram esta resposta). Outros motivos são os impostos que as empresas formais têm de pagar (24%) e os elevados custos do registo (20%).

Quando houver flutuações na procura, uma empresa informal tem mais facilidade em adaptar-se devido à sua tecnologia simples e flexível e pode, assim, evitar alguns custos associados ao capital improdutivo. A facilidade com que uma empresa informal consegue variar o seu nível de emprego pode poupar nos custos salariais. (Bigsten e Söderbom 2005)

As competências exigidas para actividades empresariais são normalmente obtidas fora da educação formal, pelo que as oportunidades de formação e acesso a redes informais representam outra vantagem: o trabalho no sector informal pode ser a única hipótese de acumular experiência ou até ter formação e estágios para os jovens trabalhadores pouco especializados. Acresce ainda que os trabalhadores com talento poderão ter melhores perspectivas de progressão no sector informal. (Jütting et al., 2008)

Embora os salários sejam geralmente inferiores no sector informal, os indivíduos com características específicas poderão usufruir de uma vantagem comparativa no emprego informal, que se poderá traduzir em rendimentos mais elevados comparativamente ao potencial salário do sector formal. (Jütting et al., 2008)

Os jovens podem beneficiar de programas específicos que apoiem as suas actividades empresariais, mas estes devem estar bem direccionados. O apoio aos jovens empresários abrange desde medidas que lhes fornecem assistência financeira e técnica para criarem os seus próprios negócios, incluindo microcrédito e formação e supervisão empresarial, até medidas que melhorem as suas hipóteses de expansão. Os programas de emprego independente são relativamente baratos e podem criar empregos permanentes e de valor acrescentado, desde que os projectos sejam cuidadosamente seleccionados e apoiados e que os empresários tenham acesso ao crédito e aos mercados (Puerto, 2007). Baseando-se em características pessoais, tais como a educação e a capacidade de gestão, Grimm et al. (2011c) identificam um grande grupo de 'empresas-gazela restringidas'. Trata-se de microempresários



que apresentam características semelhantes a empresários de sucesso, mas funcionam com níveis muito reduzidos de capital, impedidos pelas muitas restrições enumeradas acima. Com base em dados dos empresários informais urbanos da África Ocidental no início dos anos 2000, estimam que a percentagem de empresargazela restringidas entre os jovens seja de 27%, em comparação com 49% entre os adultos. Pressupondo distribuições semelhantes noutros locais, os programas de apoio devem esforçar-se por identificar estes 27% de jovens empresários com potencialidade e ajudá-los a ultrapassar as muitas barreiras que enfrentam em termos de acesso a financiamento, riscos e competências.

Sem um direcionamento adequado, é provável que os programas de apoio fracassem e até prejudiquem, especialmente se fornecerem financiamento. Se as empresas e os jovens empresários não forem escolhidos cuidadosamente, com base nas suas competências, motivação e planos empresariais, o crédito pode ser desperdiçado e prejudicial. Muitas pequenas empresas caem como resultado do recurso a crédito (Nkurunziza, 2008) ou pura e simplesmente não pagam o empréstimo. Na Tunísia, por exemplo, apenas cerca de 50% dos jovens empresários pagaram os empréstimos, primordialmente devido à falta de clientes (MDGF, 2009). No Benim, o Fonds National de Promotion de l'Entreprise et de l'Emploi des Jeunes (FNPEEJ), criado em 2007, encoraja o espírito empreendedor dos jovens financiando a criação de empresas, mas, devido ao não pagamento por parte de muitos beneficiários (até 81%), em Setembro de 2011, o défice atingiu mais de 1,6 mil milhões de francos CFA. A longo prazo, taxas tão elevadas de incumprimento podem dar a impressão de que o financiamento concedido aos jovens empresários é gratuito e não um crédito.

Os programas de apoio aos jovens devem ser extensivos. Para dar início a um negócio, os jovens não precisam apenas de capital: também é necessário ter conhecimentos sobre como gerir uma empresa. A formação empresarial faculta aos jovens as competências necessárias para criar e gerir uma empresa sustentável capaz de gerar emprego. A tutoria e os viveiros de empresas podem ser ferramentas valiosas para transmitir estas competências. A formação, para ser eficaz, tem de combinar (Henry *et al.*, 2005) competências técnicas, tais como a comunicação oral e escrita; competências técnicas de gestão e organização; competências de gestão empresarial, tais como planeamento, tomada de decisões, *marketing* e contabilidade; e competências empresariais pessoais, tais como a autodisciplina, tomada de riscos e inovação. A secção seguinte discute as necessidades educativas e de formação dos jovens em maior pormenor.

Para uma melhor compreensão de como apoiar os jovens empresários, é necessária uma avaliação mais rigorosa. Apesar de alguns exemplos positivos de programas a funcionar bem, que oferecem apoio extensivo aos jovens empresários, sabe-se demasiado pouco sobre como apoiar os jovens empresários em África. Em muitos países, as formações, e especialmente os mecanismos de financiamento, não conseguem criar emprego duradouro. Se o financiamento for concedido directamente através de serviços governamentais, a taxa de fracasso é particularmente elevada (CGAP, 2004). São necessárias avaliações rigorosas para identificar o que funciona e o que não funciona e desenvolver programas baseados nos dados.



Caixa 6.8. O Centro de Sinapses do Senegal (Synapse Centre) - um exemplo de abordagem extensiva de formação e financiamento para os jovens empresários

Um bom exemplo de um programa extensivo para os jovens empresários pode encontrar-se no Senegal, onde o custo mínimo para criar um negócio formal é de 255% do rendimento médio anual per capita. Para ultrapassar esta barreira, foi criado o Synapse Centre em 2003. Proporciona aos potenciais jovens empresários a experiência, apoio e consultoria de que precisam para criar e gerir empresas de sucesso e contribuir para o crescimento económico geral e a criação de empregos. A sua iniciativa, o programa Promessa, é um programa de formação empresarial jovem altamente intensivo de 14 meses, que combina teoria empresarial tradicional com estudos de caso interactivos, experiência prática, retiros de desenvolvimento pessoal e consultoria e tutoria empresarial profissional. Este apoio integrou a disponibilização de viveiros empresariais, incluindo escritórios, *workshops* de formação mensal, aprendizagem de grupo, tutoria e aconselhamento (fornecidos por algumas das mais conhecidas empresas do Senegal). O centro serve igualmente para interligar os jovens empresários ao Fundo Nacional para o Emprego Juvenil (FNEJ) do governo, que lhes dá acesso a empréstimos com juros baixos para os seus negócios. O objectivo é assegurar que cada participante cria um negócio de sucesso, que, por sua vez, contribui para a sociedade. Até 2008, 17 empresários promissores da primeira turma tinham obtido o diploma; nove jovens participantes tinham-se tornado empresários enquanto fundadores de novas empresas e 35 dirigentes empresariais tinham sido recrutados para tutoria de jovens empresários. Os nove empresários de sucesso criaram 137 empregos nas suas empresas. O orçamento anual do Synapse de 80.000 USD equivale a um emprego criado por cada 584 USD gastos. A experiência do Synapse demonstrou que a maior auto-confiança resultante da iniciativa de tutorial permite aos jovens empresários alargar a sua visão pessoal através de uma experiência de liderança que, de outra forma, talvez não tivessem tido (UNECA 2011, YEN 2009).

Desfasamentos de educação e de competências – Os jovens precisam de uma educação mais extensiva que responda às necessidades do mercado de trabalho

A educação não é o maior ponto de estrangulamento para o emprego juvenil, mas é um dos grandes. A Figura 6.23 mostrava que os especialistas do país do AEO consideraram a falta de educação e os desfasamentos de competências os principais obstáculos aos jovens no mercado de trabalho, em cerca de metade dos países do inquérito. A Figura 6.24 mostrava que uma falta de formação adequada é o terceiro motivo citado pelos jovens do Norte de África para não encontrarem emprego.

A análise anterior estabeleceu uma série de factos acerca do emprego e da educação juvenis:

- As hipóteses de ter emprego assalariado em vez de emprego vulnerável são significativamente superiores para os jovens com maior nível de educação. Para os que se encontram empregados, os salários são mais elevados.
- A educação superior está relacionada com um maior emprego entre os jovens, mas com um menor emprego entre os adultos.
- Entre os que possuem educação superior, a taxa de desemprego varia segundo a área educativa escolhida.
- Os jovens com educação enfrentam uma maior probabilidade de desemprego e desânimo nos PRM do que nos PRB.
- O desânimo e a não inclusão na população activa são mais elevados entre os jovens com nenhum, ou apenas um baixo nível de educação. De um modo geral, as taxas de NEET são mais reduzidas entre os jovens com educação terciária.



A análise sugere que muito do desemprego, e até do desânimo, observado entre os jovens instruídos é, de forma lata, um fenómeno transitório e o resultado de ficar na fila à espera de bons empregos por parte dos que apresentam uma melhor situação. No entanto, a duração desta transição, que pode, não raras vezes, durar anos, e a forte ligação entre área de estudo e taxa de desemprego, sugere um sério desfasamento entre as competências que os jovens trazem consigo quando saem do sistema educativo e as que são procuradas pelos mercados de trabalho.

Um elevado número de vagas juntamente com a existência de desemprego de larga escala confirmam os desfasamentos de competências e são especialmente expressivos nos PRM. Embora haja elevados níveis de jovens desempregados e uma oferta crescente de trabalho, muitas empresas em África têm dificuldades em preencher as vagas disponíveis. No Egipto, por exemplo, cerca de 1,5 milhões de jovens estão desempregados (OIT 2011b), enquanto, por outro lado, o sector privado não consegue preencher 600.000 vagas. Na África do Sul, a situação é ainda mais extrema, com 3 milhões de jovens NEET e 600.000 diplomados universitários desempregados contra 800.000 vagas (The Economist, 2012a). A

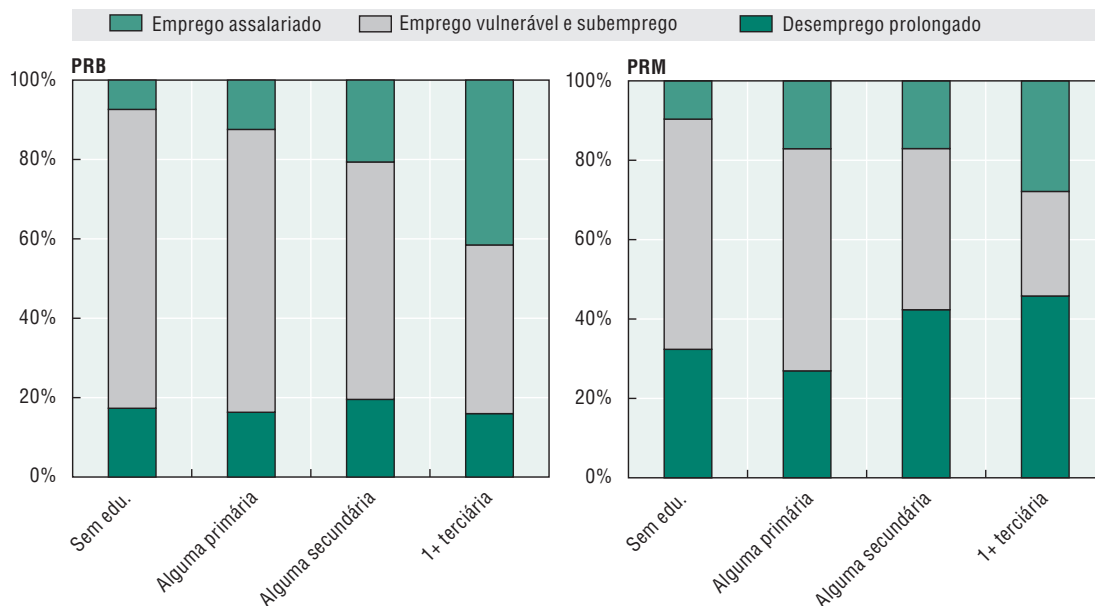
Figura 6.29 mostra que o desemprego entre os jovens que possuem uma educação superior é muito mais elevado nos PRM do que nos PRB, sugerindo que os desfasamentos entre as competências que os jovens têm e o que o sistema educativo oferece são maiores à medida que um país enriquece. Um inquérito no seio de agência de recrutamento e de trabalho temporário levado a cabo para o presente relatório em nove países africanos revela que estas agências têm maiores dificuldades em encontrar candidatos adequados com educação terciária na África do Sul e na Tunísia do que em países com rendimentos muito inferiores, tais como o Quênia, o Gana e até o Níger.

Os desfasamentos não estão confinados aos graduados universitários, mas também afectam gravemente jovens com educação secundária.

Figura 6.29 mostra que o desemprego prolongado é mais elevado entre os jovens com educação secundária do que entre os que possuem educação terciária nos PRB e só ligeiramente inferior nos PRM. Tendo em conta os jovens NEET, a Figura 6.11 mostrava que as taxas de NEET são mais elevadas para os jovens com educação secundária. Considerando que o desemprego prolongado é muito inferior entre adultos com educação secundária do que entre os que possuem educação primária ou menos, os desfasamentos aparentam ser um problema sério para os jovens com educação secundária. A Figura 6.34, que surgirá na secção seguinte, mostra que, entre os jovens não empregados, os que possuem educação secundária apresentam a proporção mais elevada de inquiridos a responder “não preenche os requisitos dos empregadores” como o motivo para não estarem a trabalhar.



Figura 6.29. Emprego e desemprego juvenil por níveis de educação e rendimento do país

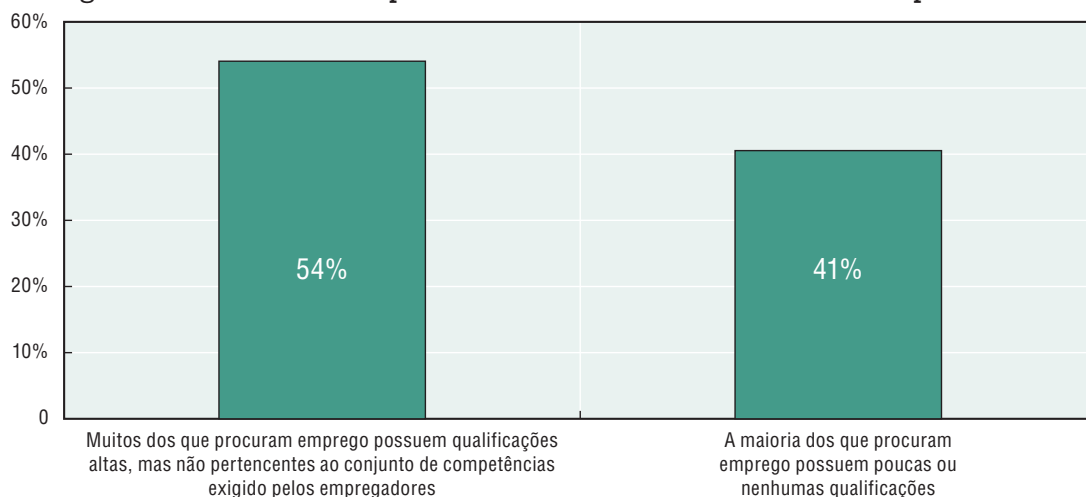


Fonte: Gallup World Poll (2010), cálculos do autor.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600811>

Uma total ausência de competências também representa um problema, mas os desfasamentos de competências parecem mais relevantes. Num inquérito entre especialistas de 37 países africanos acerca dos maiores desafios que os jovens enfrentam nos mercados de trabalho, 54% declararam o desfasamento de competências entre o que, os que procuram emprego, têm para oferecer e o que os empregadores precisam como um grande obstáculo. Foram 41% a identificar uma carência geral de competências entre os que procuram emprego como um grande obstáculo (Figura 6.30). Ver também o Caixa 6.8 relativamente aos níveis de educação crescentes em África.

Figura 6.30. Falta de competências contra desfasamento de competências



Fonte: AEO, inquérito aos especialistas do país.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600830>



Os desfasamentos de competências apontam para uma fraca qualidade na educação e para a ausência de interligação entre os sistemas educativos e as entidades empregadoras como os problemas subjacentes. As agências de recrutamento e de trabalho temporário inquiridas relataram uma carência geral de educação direccionada e grandes discrepâncias frequentes entre os perfis dos candidatos e as competências exigidas para um trabalho. Uma escassez de funcionários técnicos e mecânicos ou electricistas coexiste com um excedente de funcionários de auditoria, vendas e comunicação. Na indústria transformadora, em particular, muitas das vagas que ficam por preencher são a um nível que não exige educação terciária e não auferem os salários que os graduados universitários esperam. O que é exigido, ao invés, são as competências técnicas necessárias para fazer a manutenção do equipamento e supervisionar trabalhadores não qualificados. Os sistemas educativos em África têm de se tornar mais diversificados para fazer face às necessidades de uma série de níveis de competências e de educação. O resto desta secção analisará os desfasamentos em cada um dos níveis educativos por ordem descendente.

No nível terciário, os jovens africanos são confrontados com um sistema universitário que se tem tradicionalmente centrado na educação para o emprego no sector público, preocupando-se pouco com as necessidades do sector privado. Muitas vezes, um diploma de uma instituição terciária é um requisito de admissão para o emprego público, sem grandes preocupações quanto a um conjunto específico de competências. Simultaneamente, a educação terciária em áreas técnicas tende a ser significativamente mais dispendiosa do que nas ciências sociais, o que torna a expansão de tais faculdades um maior desafio para as instituições públicas de ensino. As instituições privadas poderiam preencher esta lacuna, deixando ao governo as funções de controlo de qualidade e supervisão.

Como resultado, as universidades africanas não educam para as necessidades africanas. Tal como demonstrado na discussão prévia sobre os jovens NEET, as taxas de desemprego variam conforme a área de estudo. Os graduados em áreas técnicas, tais como engenharia e tecnologia da informação (TI) têm muito menos problemas em encontrar emprego do que os das ciências sociais ou das humanidades. Simultaneamente, estes últimos cursos apresentam números de inscrição e conclusão muito maiores (Tabela 6.3.) e, consequentemente, números muito maiores de desemprego. De acordo com as agências de recrutamento e de trabalho temporário africanas, os sectores onde é mais difícil encontrar candidatos com educação terciária são aqueles que requerem qualificações técnicas específicas, tais como as indústrias extractivas, a logística, as indústrias químicas e farmacêuticas, a indústria transformadora no geral e a agro-indústria (resultados do inquérito AEO). Dada a vantagem comparativa de África na agricultura e a grande potencialidade de comércio internacional de produtos agrícolas transformados, o reduzido número de diplomados na área da agricultura é surpreendente. Tendo 2% dos estudantes a especializarem-se em agricultura, esta disciplina ocupa o mesmo lugar entre os graduados em África que entre os europeus, embora a agricultura contribua com 13% para o PIB africano, em comparação com 1,4% na Europa (ambos valores para 2010, Banco Mundial, 2011c). A agro-indústria é um dos poucos sectores nos quais é quase impossível encontrar candidatos com elevado nível dirigente em África, segundo uma grande empresa de recrutamento activa em muitos países africanos. Dado o importante papel que as indústrias extractivas desempenham em muitos países africanos, a falta de diplomados disponíveis para trabalhar no sector é igualmente surpreendente.

Num registo positivo, alguns sectores representam histórias de sucesso educativo. As áreas com menos problemas em encontrar candidatos são os negócios bancários, a educação, o comércio, as TI e as telecomunicações. Os negócios bancários, as TI e as telecomunicações, em particular, são sectores em rápido crescimento, o que sugere que a interligação entre as necessidades da indústria e a educação terciária funciona bem nestas áreas.



Tabela 6.3. O que estudam os estudantes? Taxas de conclusão universitária em África e no mundo (2008-2010)

	Educação, humanidades e artes	Ciências sociais, comércio e direito	Ciência	Engenharia, actividades transformadoras e construção	Agricultura	Saúde e assistência social	Serviços	Outros
África subsaariana	26%	44%	12% (3% ICT)	4%	2%	5%	0%	7%
Norte de África	22%	51%	8% (1% ICT)	10%	1%	6%	1%	1%
Ásia	23%	30%	6%	20%	4%	9%	4%	4%
América Latina	23%	38%	7%	9%	2%	13%	3%	5%
OCDE	25%	37%	10% (3% ICT)	11%	2%	11%	4%	1%

Fonte: Dados do AEO, UNESCO.

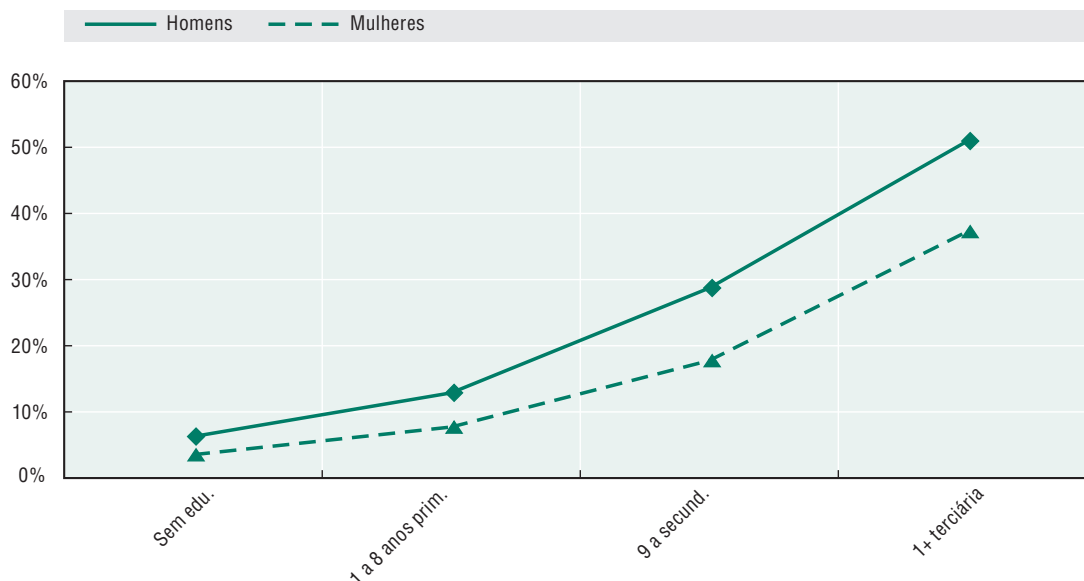
Com o objectivo de estreitar as lacunas de competências e, assim, adequar a oferta de graduados com educação superior às presentes necessidades do mercado de trabalho, alguns países alteraram os currículos educativos. Em 2008, o governo etíope introduziu uma política concebida para alterar o equilíbrio das disciplinas em todas as universidades públicas no sentido de menos humanidades e mais ciências e tecnologias, numa proporção de 70:30. A estratégia baseia-se numa avaliação de que os graduados em medicina, engenharia e tecnologias têm, geralmente, melhores oportunidades de emprego dentro e fora do país do que os diplomados em ciências sociais e, até certo ponto, em ciências naturais (UNECA, 2011).

As universidades devem educar tendo em conta os mercados africanos, melhorando a educação nas áreas técnicas e na agricultura e também a qualidade. Esta abordagem inclui igualmente mais e melhor orientação para os alunos, no sentido de os guiar para empregos no sector privado, afastando-os da inscrição em disciplinas tradicionais de admissão no sector público, como as artes, as humanidades e as ciências sociais.

Abaixo do nível terciário, o enfoque deve ser na expansão da educação de nível secundário. Os retornos na educação primária são reduzidos. Os académicos acreditaram durante muito tempo que os retornos na educação eram lineares, i.e., aumentavam continuamente por cada ano de educação obtida (ver, por exemplo, Psacharopoulos e Patrinos, 2002). Todavia, dados mais recentes (ver Kuépié et al., 2009 para resultados da África Ocidental urbana, Dias e Posel, 2007 para a África do Sul e Teal, 2011, para uma discussão dos dados africanos), incluindo a análise deste inquérito (Figura 6.31 e Anexo 2), sugerem que os retornos não são contínuos em anos de educação, mas sim relacionados com o nível de educação alcançado. A probabilidade de ter um emprego assalariado, assim como ganhar um salário que permita viver, aumenta fortemente com uma educação secundária. A educação primária faz alguma diferença, em comparação com nenhuma educação, em termos das oportunidades no mercado de trabalho. Por outras palavras, os retornos na educação são positivos e marcadamente convexos. Teal (2011), observa, por conseguinte, que: “Se a função dos rendimentos é, de facto, convexa, por forma a que os retornos marginais na educação sejam menores para os indivíduos com menos educação, dar prioridade ao investimento na educação primária pode ter pouco impacto nos rendimentos a não ser que os indivíduos afectados pelas reformas avancem para níveis superiores de educação”. O facto de tantas crianças e jovens não avançarem da educação primária para a secundária (ver Caixa 6.8 relativo aos níveis de educação em África), não obstante a acentuada convexidade dos retornos na educação, sugere que existem fortes barreiras, tais como os custos elevados e a fraca qualidade das escolas primárias, que não preparam adequadamente para o ensino secundário.



Figura 6.31. Probabilidade prevista* de ter um emprego assalariado em vez de outro estatuto de emprego (em cada nível de educação)



Fonte: Cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010).

* ver anexo

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888932600849>

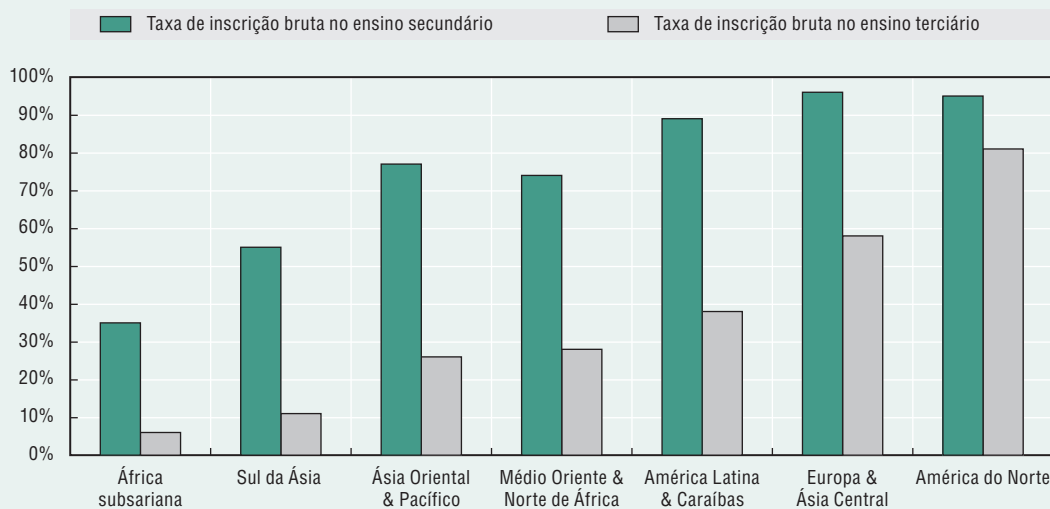
Especialmente nos PRM, as estruturas económicas em mudança estão a colocar cada vez mais pressão nos sistemas educativos para que se expandam além da educação primária. A África do Sul é um bom exemplo. Na ausência dos grandes sectores de transformação industrial ou agrícola que utilizam trabalhadores pouco especializados, na maioria dos países africanos a educação secundária é, muitas vezes, o requisito mínimo de admissão no emprego assalariado do sector formal. O desenvolvimento económico da África do Sul pós-apartheid foi largamente devido à mudança tecnológica de capital intensivo nos métodos de produção e à deslocação para serviços centrados nas competências (negócios bancários, telecomunicações), afastando-se da indústria de transformação não especializada que fora anteriormente o empregador de grande parte da população activa. Esta deslocação levou a maior procura de mão de obra especializada e menor procura de trabalhadores não especializados¹⁴ (Bhorat e Hodge, 1999; Dias e Posel 2007; Banerjee *et al.* (2008); Fourie, 2011; Rodrik, 2006). Rodrik observa que “esta mudança estrutural, afastando-se das partes mais centradas em fracas qualificações – e dos resultantes desfasamentos de competências entre a oferta e a procura –, é fundamental para compreendermos a concentração de desemprego entre a população jovem, não especializada e negra”. Dadas estas alterações drásticas e a deslocação da economia para um equilíbrio, com procura de competências mais elevadas, a única hipótese dos jovens sul-africanos é um esforço concertado para investir numa melhor educação. África está a fazer progressos na disponibilização de educação, mas persistem graves desníveis de qualidade (Caixa 6.3).



Caixa 6.9. Níveis de educação em África e no mundo

Os jovens em África (e na África subsaariana em especial) possuem um perfil educativo muito fraco em comparação com outras regiões do mundo. Na África subsaariana, a taxa de inscrição bruta no ensino secundário é de 35% e, no ensino terciário, é de apenas 6% (Figura B9). Embora estes níveis sejam muito baixos em relação a outras regiões, reflectem um rápido crescimento ao longo das últimas décadas. Com base nas tendências actuais, 59% dos jovens com idades entre os 20 e os 24 anos possuirão educação secundária em 2030, por contraste com os 42% de hoje. Dado o elevado crescimento populacional africano, isto traduz-se em 137 milhões de jovens entre os 20 e os 24 anos com educação secundária e 12 milhões com educação terciária em 2030. Apesar desta expansão vigorosa, persistem grandes lacunas na qualidade da educação oferecida. Dezasseite países, incluindo o Mali, o Níger, a Etiópia, o Senegal, a Costa do Marfim, a Nigéria e Angola, entre outros, apresentam taxas de literacia inferiores a 75% (Banco Mundial 2012b). O aumento do número de diplomados do ensino superior tem sido, muitas vezes, à custa da qualidade, visto que a despesa por aluno tem vindo a decrescer por toda a África. Num espaço de dez anos (1999 a 2009), o número de graduados do ensino superior em países de rendimento baixo da África subsaariana quase triplicou (de 1,6 milhões para 4,9 milhões). Espera-se que este número atinja os 9,6 milhões em 2020.

Taxas de inscrição no ensino secundário e terciário, por região do mundo



Fonte: Cálculos do autor com base nos Indicadores do Desenvolvimento Mundial 2011.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932605884>

A expansão não é suficiente. A qualidade e a relevância da educação têm de ser melhoradas para reduzir os desfasamentos de competências. A análise anterior demonstrou que o nível de desemprego prolongado é especialmente elevado no nível secundário, sugerindo graves desfasamentos de competências. A maior parte da educação secundária geral em África tem seguido há muito o ideal de fornecer os pré-requisitos para uma educação académica ou um emprego de colarinho branco (escritório) no sector formal (e urbano). Porém, como comprovado pelas secções anteriores, apenas uma pequena minoria dos jovens tem acesso a qualquer uma destas opções. Além disso, o conjunto de competências que



muitos empregadores formais procuram é mais prático e direccionado do que a maioria das escolas fornece, incluindo competências comportamentais e interpessoais, assim como uma familiaridade básica com conceitos relevantes para o negócio.

O desenvolvimento das competências técnicas e profissionais (TVSD) poderá potencialmente dar aos jovens competências mais direccionadas e melhores hipóteses no mercado de trabalho. As competências podem ser obtidas ou através de instituições estruturadas e especializadas ou através da experiência prática no trabalho, ou de ambas – a formação dita “dupla”. Numa avaliação de programas de formação em 90 países, Fares e Puerto (2009) verificam que os programas que combinam formação no trabalho com formação na sala de aula e facultam um misto de *soft skills* (competências comportamentais) e de *hard skills* (competências técnicas ou administrativas) podem ter um impacto positivo significativo sobre o emprego e os rendimentos dos participantes. A formação dupla, como estágios e aprendizagens, permite aos jovens aplicar as teorias aprendidas na sala de aula em ambientes reais, desenvolver competências profissionais, tais como gestão do tempo e profissionalismo, e ganhar experiência prática (Angel-Urdinola et al., 2010). A nossa análise dos inquéritos às forças de trabalho e às famílias observa maiores retornos marginais na formação profissional do que na educação secundária geral em cinco países de oito (ver o Anexo 2). Kuépié et al. (2009) atestam que os retornos na educação profissional são mais elevados do que na educação secundária na África Ocidental urbana.

No entanto, o TVSD oferecido pelos governos padeceu de negligência e irrelevância. O TVSD representa menos de 5% da formação entre os jovens africanos (AEO, 2008). Nos locais onde existem, os sistemas de TVSD em África sofrem de uma escassez de pessoal qualificado, equipamento obsoleto, programas mal adaptados e fracas ligações com o mercado de trabalho.

Predomina, ao invés, a aprendizagem tradicional no sector informal. Por exemplo, no Senegal, cerca de 400.000 jovens encontram-se em aprendizagem anualmente, em comparação com cerca de 7.000 graduados dos centros de formação profissional formais; e até 80% do desenvolvimento de competências no Gana é feito através do sistema de aprendizagem (AEO, 2008). Nos sectores urbanos informais da África Ocidental, as aprendizagens em pequenas empresas (informais) e a aprendizagem no trabalho perfazem mais de 90% da formação dos jovens trabalhadores (Nordman e Pasquier-Doumer, 2011). O sector informal é também um importante beneficiário da formação profissional. Kuépié et al. (2009) mostram que os retornos na formação profissional são mais elevados no sector informal, enfatizando a importância de competências práticas para este sector.

Dada a importância do sector informal, os sistemas de TVSD devem adaptar-se às suas necessidades em termos de competências e de estrutura do curso, especialmente nas áreas rurais. Tendo em conta o muito amplo sector informal nos mercados de trabalho africanos, deve ser sublinhada a disponibilização de formação profissional com vista à qualificação dos trabalhadores neste sector. Mas a disponibilização de TVSD públicos tem sido muitas vezes inadequada, pois os cursos são rígidos e direccionados para empregos de colarinho branco no sector assalariado urbano (Adams, 2008). Um TVSD não reactivo representa um desafio especial nas áreas rurais, onde este tipo de educação poderia ter um impacto significativo na vida dos pobres, aumentando as competências agrícolas e a produtividade. Investigação levada a cabo na Tanzânia, em 2011, revelou que, dos 23 centros de formação profissional, em áreas rurais directamente geridos e financiados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, apenas três ofereciam formação ligada ao sector agrícola. Na maioria dos países africanos, a situação é ainda mais extrema, como no Malawi, onde não há formação agrícola nos centros profissionais (Dalla Valle 2012). Um relatório recente do Banco Mundial encontra problemas semelhantes no Uganda, onde a formação profissional fornecida pelo governo não alcança os jovens na economia rural não agrícola pois está demasiado centrada em formação pós-secundária formal, oferecendo cursos de longa duração, que as pessoas em empresas do sector informal não podem frequentar sem perderem a sua fonte de subsistência (Bakiene et al., 2012).



Em vez de excluírem a formação para o sector informal, os governos deveriam tratar da fraca identificação dos que procuram emprego introduzindo sistemas de certificação de competências que comprovem as competências e, assim, facilitem o reconhecimento e a comparação no mercado de trabalho, reduzindo a informação assimétrica entre os que procuram emprego e os empregadores (AEO, 2008; Banco Mundial, 2010). A certificação e o reconhecimento contribuem para a construção de um histórico de emprego que favorecerá o acesso a melhores oportunidades de emprego no sector formal. O Benim, por exemplo, criou um Vocational Skill Certificate (diploma nacional que atesta a obtenção do nível de trabalhador especializado por meio de uma aprendizagem tradicional reformada) e o Occupational Skill Certificate (certificado que atesta a conclusão de uma aprendizagem) de modo a reconhecer as competências adquiridas em aprendizagens informais. Implementou igualmente um mecanismo consultivo envolvendo a Federação Nacional de Artesãos, grupos de artesãos locais e o ministério da tutela para orientar o processo (AEO, 2008).

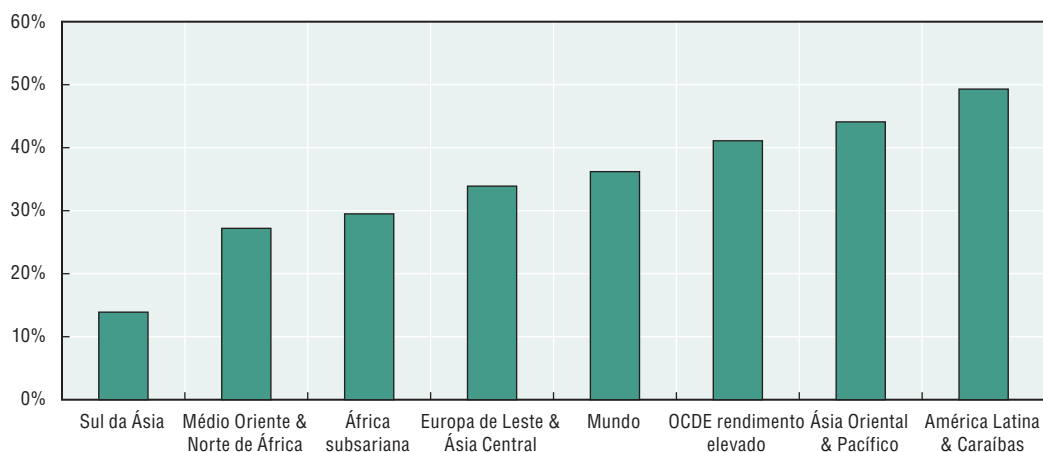
Para serem bem sucedidos, os sistemas de TVSD precisam de uma visão clara do resultado pretendido e têm de estar centrados em sectores com perspectivas de emprego promissoras. Em muitos países africanos, a responsabilidade por um TVSD está espalhada por um sem número de ministérios e agências e não está integrada no sistema de educação geral. No Egipto, por exemplo, os centros de TVSD são geridos por um total de 22 ministérios e agências, dependendo da área de especialização do respectivo centro (AEO, 2008, nota de país, Egipto). Além disso, dois ministérios lidam com questões relacionadas com a educação, nomeadamente o ministério da Educação e o ministério da Educação Superior, e também estão envolvidos no desenvolvimento de políticas e quadros específicos dos TVSD. Reconhecendo a necessidade de coerência, foi criado o Supreme Council for Human Resource Development (Conselho Supremo para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos) em 2000. Contudo, a coerência continua a ser uma obra em curso. Os sistemas de TVSD devem fornecer à economia as competências de que esta necessita. Na África do Sul, as autoridades de formação educacional de sector (SETA), criadas pelo National Development Act de 1998, pretendem identificar as necessidades de competências nos sectores industriais (incluindo escassez e lacunas de competências), assim como as restrições à utilização eficaz das competências em relação aos objectivos da estratégia nacional de desenvolvimento de competências. Todas as iniciativas de formação nas empresas são centradas nas competências, dependendo das competências específicas exigidas pelo mundo do trabalho (AEO, 2008).

Todos os países africanos deveriam fortalecer as parcerias com o sector privado em todos os níveis educativos. A edição de 2008 do AEO mostrou que um envolvimento mais aprofundado dos empregadores na disponibilização de formação no trabalho pode potencialmente aumentar a relevância, bem como a relação custo eficácia dos sistemas de formação. Uma estreita coordenação com o sector privado garante que os sistemas de TVSD estão alinhados com as necessidades de competências do mercado de trabalho. As parcerias com a indústria ajudam a definir de forma exacta as qualificações para cada ofício e o conteúdo das normas profissionais relevantes. Além disso, os programas oferecidos pelo sector privado, tais como formação no trabalho ou estágios, permitem quer às empresas, quer aos trabalhadores obter informações sobre o outro lado do mercado e eliminar as restrições relativas a problemas de assimetria de informação, tais como a qualidade não identificada dos trabalhadores, da parte dos empregadores, e os tipos de competências desconhecidos exigidos ou abertura de canais formais para um emprego, por parte dos trabalhadores (Attanasio *et al.*, 2009).

África segue as pisadas de outras regiões do mundo na proporção de empresas que oferecem formação aos seus funcionários. A Figura 6.32 mostra que menos de um terço das empresas formais na África subsaariana e na região do Médio Oriente e Norte de África (MENA) oferece programas de formação aos seus funcionários efectivos. Embora esta análise não seja restrita aos jovens, revela que há margem para melhorias no envolvimento das empresas quanto à formação e à educação. Tanto as empresas como os governos têm de batalhar por uma mais estreita cooperação e um envolvimento mais marcado das empresas na educação dos jovens. O Caixa 6.9 apresenta um exemplo de sucesso da disponibilização de formação aos jovens em África por uma grande empresa multinacional.



Figura 6.32. Empresas que oferecem formação, África e o mundo



Fonte: Banco Mundial (2006-10).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600868>

Caixa 6.10. Academias na Internet da CISCO – um exemplo de sucesso do envolvimento do sector privado na educação e na formação.

A iniciativa para os países menos desenvolvidos – Least Developed Countries (LDC) Initiative – lançada pela empresa de TI norte-americana Cisco, e replicada mais tarde pelas Cisco Networking Academies, é um bom exemplo de parceria entre várias organizações, incluindo as Nações Unidas. A Cisco começou por querer proporcionar formação de competências de aprendizagem e tecnologias da informação (TI) com base na Internet em metade dos 50 países menos desenvolvidos do mundo, incluindo 11 estados da África Ocidental (Benim, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Togo). Em 2008, mais de 9.200 estudantes com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos estavam inscritos por toda a África Ocidental (YEN-WA, 2008). Um inquérito da iniciativa LDC efectuado em seis países revelou que dois terços dos inquiridos encontraram empregos nas TI após conclusão do programa e que 10% lançaram os seus próprios negócios. Actualmente, 31% dos estudantes formados nestes cursos são mulheres, excedendo o objectivo em 30% (OCDE, 2009).

Informação sobre o mercado de trabalho e correspondências – um problema para os jovens desfavorecidos, a maioria dos serviços públicos é ineficaz

A falta de fluxos de informação entre os que procuram emprego pode prejudicar a eficácia da procura de emprego, especialmente para os jovens desfavorecidos. A Figura 6.23 mostrava que 46% dos especialistas do país do AEO consideraram a falta de fluxos de informação nos mercados de trabalho um grande obstáculo para os jovens que procuram emprego. A Figura 6.34, na secção seguinte, mostra que este é principalmente um problema para os jovens com nenhuma, ou apenas pouca, educação. Estes têm maior probabilidade de não saber onde procurar emprego e, por isso, precisam de mais apoio neste aspecto. Trata-se de um desafio para os sistemas de procura de emprego: dados europeus sugerem que a assistência na procura de emprego funciona principalmente para indivíduos com um nível



de educação suficiente e melhores perspectivas no mercado de trabalho e menos para os mais desfavorecidos (Kluve, 2006).

Os próprios jovens não encaram o conhecimento sobre onde procurar emprego como um grande problema. No Norte de África, os jovens não parecem considerar o conhecimento sobre as oportunidades de emprego uma restrição grave. Na Figura 6.24, vem classificado abaixo de muitos outros problemas que são considerados maiores obstáculos para os jovens que procuram emprego. Em muitos países, é maioritariamente através de métodos de colocação informal – tipicamente por meio da família ou de amigos – que um jovem encontra trabalho. Na Argélia, por exemplo, o acesso a empregos está relacionado com as relações pessoais ou familiares numa proporção de 41 % (AEO 2012, nota de país, Argélia).

Muitos governos investem em sistemas de informação sobre empregos, mas com uma eficácia questionável. Numa amostra para este estudo, embora 23 países ofereçam a possibilidade de registo num serviço público de emprego, apenas sete abrangem mais de 50% dos jovens que procuram emprego. As agências públicas não são geralmente muito bem sucedidas na ajuda que prestam aos jovens para encontrar emprego: na Argélia, a ANEM (Agência Nacional para o Emprego) só foi capaz de encontrar emprego para cerca de 11% dos registados e a ANAPEC (Agência Nacional para a Promoção do Emprego e das Competências), em Marrocos, para cerca de 9% (Barbier, 2006; Achy 2010; Comissão Europeia, 2010). Em economias avançadas, tais sistemas estão normalmente ligados aos subsídios de desemprego. Sem uma ligação ao levantamento dos subsídios, que apenas existe em três países da amostra, é difícil assegurar uma participação generalizada num sistema de informação específico do estado.

As agências privadas são frequentemente mais eficazes do que as públicas, mas trabalham apenas com o sector formal urbano uma vez que estão, de forma lata, orientadas para as necessidades dos empregadores e oferecem serviços em segmentos mais pequenos e direccionados do mercado de trabalho. Todavia, centram-se geralmente no emprego de colocação mais fácil e concentram-se em áreas metropolitanas, ignorando o resto do país (Angel-Urdinola et al, 2010). Nesta amostra, só num único país é que mais de 50% dos jovens estão registados.

Tabela 6.4. Sistemas de informação sobre empregos em países africanos

N.º de países	Registo num serviço público de emprego e levantamento de subsídio de desemprego	Registo num serviço público de emprego (sem subsídio)	Assistência na procura de emprego por parte de agências privadas de emprego	Assistência na transição da escola para o trabalho por parte de colegas e universidades através de programas com o sector privado
Este serviço não existe	31	10	12	9
Menos de 25% dos jovens que procuram emprego	1	11	21	23
Entre 25% e 50% dos jovens que procuram emprego	0	5	2	1
Mais de 50% dos jovens que procuram emprego	2	7	1	1

Source: AEO country survey; 37 countries.

Atitudes e expectativas dos empregadores e dos jovens – Os empregadores precisam de incentivos à contratação dos jovens que procuram o primeiro emprego, e os jovens precisam de orientação para adaptar as suas expectativas

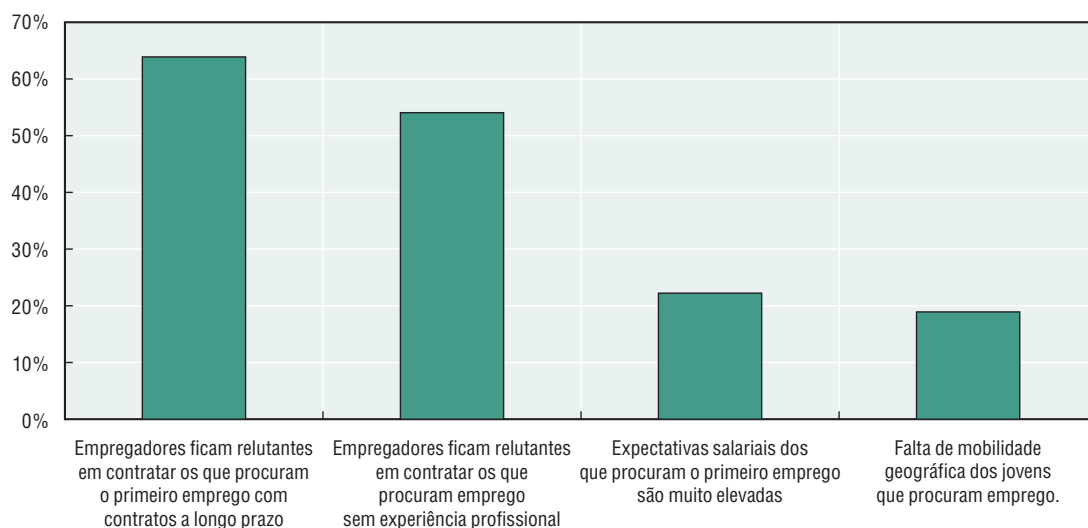
As atitudes e as expectativas são factores importantes no processo de procura de emprego. Os jovens com expectativas de um emprego para a vida no sector público passarão muito tempo à procura de um tal emprego mesmo que as hipóteses de o obter sejam diminutas. Os



empregadores, por outro lado, rejeitam aqueles que procuram o primeiro emprego porque pretendem candidatos com experiência e competências comprovadas.

Um inquérito entre especialistas do país mostra que as hesitações dos empregadores acerca da contratação de jovens que procuram emprego representam um sério obstáculo para os jovens em muitos países africanos (Figura 6.33). Os empregadores, seja onde for, preferem candidatos com experiência àqueles que não a têm. Especialmente em locais onde os sistemas educativos são geralmente fracos, é provável que os que procuram emprego sem experiência profissional tenham poucas competências relevantes e os empregadores precisariam de investir na formação. Esperar pelos jovens já com alguma experiência permite aos empregadores beneficiar da formação que estes possam ter recebido noutro local. A experiência também pode dar provas da empregabilidade de um jovem. Considerando os elevados números de jovens desempregados em África, os empregadores podem facilmente rejeitar aqueles que procuram emprego sem nenhuma experiência pois haverá muitos outros disponíveis que já possuem alguma. Desde que o enorme excedente de jovens desempregados persista, os empregadores tentarão usufruir da sua possibilidade de escolha e dar preferência aos que têm experiência e aos que obtiveram formação noutro local.

Figura 6.33. As expectativas dos empregadores são um desafio para os jovens que entram no mercado de trabalho



Fonte: AEO, inquérito aos especialistas do país, 2012; 37 países.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600887>

Assim sendo, os empregadores precisam de incentivos para darem uma hipótese aos jovens que procuram emprego. Mas estes devem ser cuidadosamente concebidos para evitar efeitos secundários negativos e a deslocação de trabalhadores existentes. Os aprendizes e os estagiários ocupam muito tempo e são dispendiosos para os empregadores, que devem ser compensados de uma forma ou de outra. Em alguns países, são oferecidos incentivos directos ou indirectos às empresas em troca do recrutamento de jovens: são concedidos fundos aos empregadores que cobrem parte ou a totalidade dos salários dos jovens trabalhadores, bem como outras regalias financeiras, tais como isenção da segurança social ou redução dos impostos sobre o trabalho. Este programa permite aos empregadores estreitar a lacuna entre a presumível baixa produtividade de jovens trabalhadores em experiência e os salários reais.

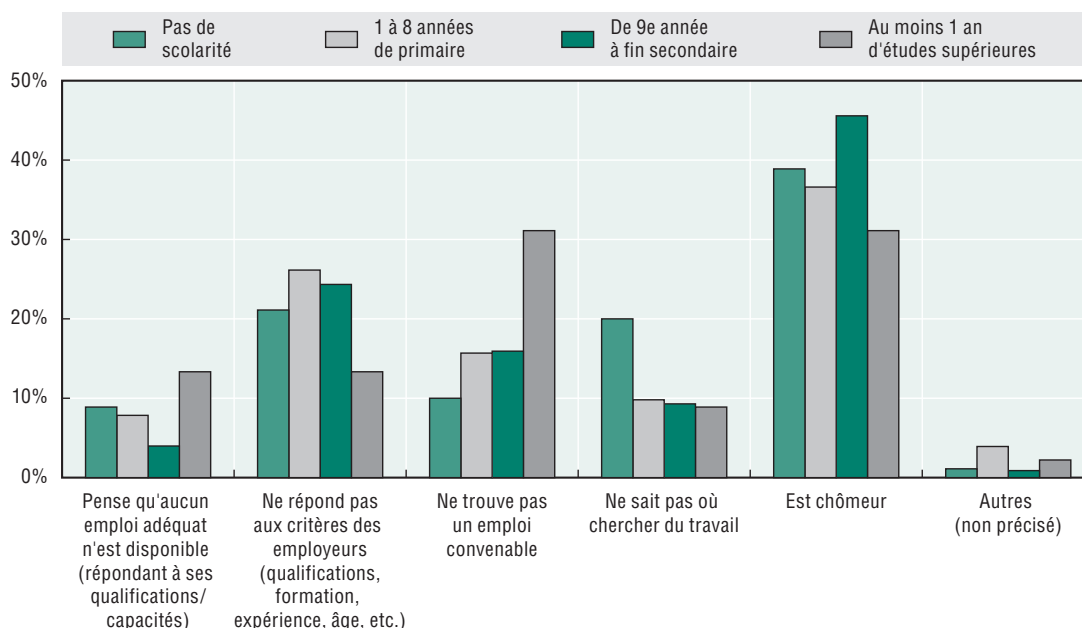


No entanto, os subsídios para honorários e formação têm efeitos secundários indesejados que podem limitar os rendimentos líquidos do emprego a curto prazo (Calmfors 1994). Estes incluem o efeito de liberalidade (um subsídio que é pago a uma pessoa desempregada que teria sido contratada na ausência do programa), efeitos de substituição (os empregos criados para os grupos alvo substituem os empregos criados para outros grupos) e efeitos de deslocação (a possível redução de empregos noutra local do mercado). Os subsídios também podem impor um efeito de estigma nos participantes: se a atribuição for feita com base em características sócio demográficas, os empregadores poderão ter uma percepção negativa do grupo alvo, limitando o impacto do programa (National Treasury, África do Sul 2011).

Dada a pequena dimensão do sector formal, as empresas informais também têm de ser incluídas. De acordo com Charmes (2012), as empresas informais podem até ter vantagens de aprendizagem para os jovens, proporcionando-lhes um ambiente de aprendizagem ainda mais rico, pois possuem pouco pessoal e os jovens estagiários ou aprendizes serão expostos a uma muito maior variedade de actividades empresariais. Contudo, no caso de empresários informais, os incentivos fiscais não são adequados, visto que os empresários informais não costumam ser contribuintes. São necessárias outras soluções criativas.

Muitos jovens africanos têm expectativas que não correspondem à realidade dos mercados de trabalho que encontram. Os jovens com educação superior, em particular, muitas vezes não estão dispostos a aceitar empregos que não encaixam no seu perfil e que podem inclusive oferecer menor remuneração ou menos segurança laboral do que eles esperam. A Figura 6.34 mostra que, entre os jovens desempregados e desanimados com pelo menos um ano de educação terciária, 25% declaram não ser capazes de encontrar trabalho que se adeque às suas competências e capacidades. Para os jovens sem educação formal, esta percentagem é de apenas 8%. Analogamente, De Vreyer e Roubaud (2012) afirmam que, no início dos anos 2000, na África Ocidental, 82% dos empregos criados foram no sector informal, mas apenas 48% dos jovens queriam empregos no sector informal. O sector público, que praticamente não criou emprego nos dois anos anteriores ao inquérito (menos de 4% dos novos empregos), ainda era o alvo de 27% das aspirações dos jovens.

Figure 6.34. Raisons avancées par les jeunes pour justifier qu'ils ne travaillent pas



Source : Calculs des auteurs sur la base du Gallup World Poll (2010). Voir notes des figures (page 184).

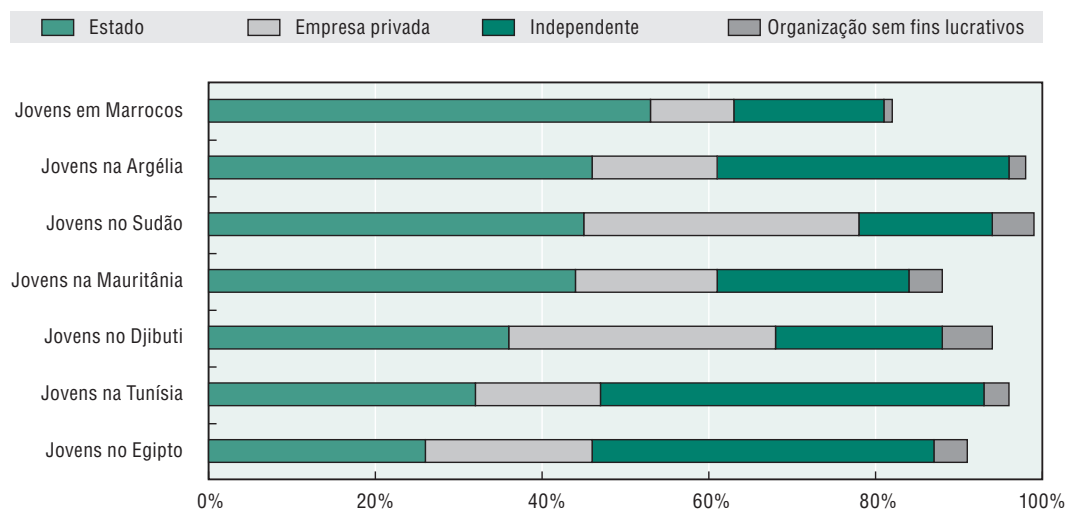
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932603889>



No Norte de África, em especial, muitos jovens pretendem um emprego no estado e ficarão desiludidos se não o conseguirem.

A Figura 6.35 apresenta as suas respostas à pergunta: “Pressupondo remuneração e benefícios iguais, onde preferiria trabalhar?”, em sete países do Norte de África. O Egito e a Tunísia, os dois países da Primavera Árabe do Norte de África, apresentam as maiores proporções de jovens que preferem um emprego no estado ao sector privado ou independente. No Egito, 53% dos jovens querem um emprego no estado, mas apenas 18% dos jovens com idades entre os 25 e os 29 anos têm um. Na Tunísia, 46% dos jovens querem um emprego no estado, mas a percentagem do grupo entre os 25 e os 29 anos que possui um emprego no estado é a mesma que no Egito. Em ambos os países, o emprego em empresas privadas parece não apelar aos jovens. Este grande desnível entre as expectativas dos jovens e a realidade do mercado de trabalho tem indubitavelmente provocado muita frustração e continuará a fazê-lo até as expectativas serem niveladas. O desnível de expectativas também causa mais desemprego juvenil, uma vez que os jovens ficam à espera do aguardado emprego no sector público em vez de procurarem trabalho no sector privado. A criação de mais emprego no sector público não pode constituir uma resposta adequada a este desnível. A proporção de emprego público já é muito elevada nos países do Norte de África. Devem, ao invés, ser encetados esforços para ajudar os jovens a desenvolver expectativas realistas e para criar um sector privado forte, capaz de oferecer empregos atractivos.

Figura 6.35. Onde pretende trabalhar, pressupondo remuneração e benefícios iguais?



Fonte: Gallup World Poll (2010), Silatech.

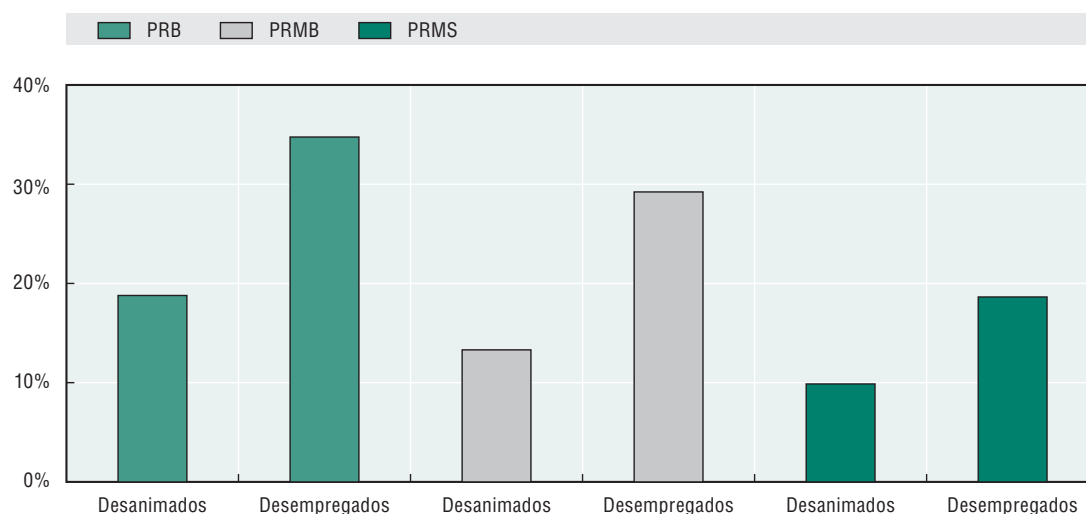
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600925>

É menos provável que os jovens desempregados em PRM criem o seu próprio negócio do que os dos países pobres. A Figura 6.36 revela que, entre os jovens desempregados e desanimados, os dos países pobres apresentam a maior probabilidade de ter um plano para criar um negócio. Entre os desempregados nos PRB, 35%, contra apenas 19% dos desempregados nos PRMS, têm um plano empresarial. Do mesmo modo, os jovens com menos educação têm maior probabilidade de poupar dinheiro para criarem o seu negócio do que os seus colegas com maior nível de educação. Estes resultados indicam uma alteração na atitude dos jovens. À medida que os níveis de educação e de rendimento de um país aumentam, é



mais provável que os jovens esperem um emprego assalariado. Embora isto seja, até certo ponto, corroborado por uma maior probabilidade de encontrar tais empregos, também inibe a criação de emprego através de jovens empresários. Em PRMS, tais como a África do Sul ou a Argélia, onde mais de 50% dos jovens são NEET, esta falta de atitude empreendedora poderá explicar, em parte, a percentagem reduzida de actividade no sector informal entre os jovens. Porém, tal actividade seria largamente preferível à inactividade e ao desânimo. Os jovens nestes países precisam de orientação precoce sobre o mercado de trabalho que enfrentarão após concluída a escola, bem como apoio e incentivos ao empreendedorismo em vez de ficarem NEET.

Figura 6.36. Percentagem de jovens desempregados e desanimados que têm um plano para criar um negócio



Fonte: Cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600944>

Regulamentação do mercado de trabalho.

Os jovens precisam de normas que tornem o seu recrutamento atractivo

Os jovens precisam de regulamentações do mercado de trabalho que assegurem, tanto quanto possível, que o trabalho é condigno, mas simultaneamente que não inibam o volume de negócios do mercado e não criem mercados de trabalho distintos com um segmento de funcionários mais velhos bem protegido e um segmento de jovens menos protegido que teria de suportar a carga total de eventuais ajustes. O inquérito nacional revela que as disposições de pagamento de indemnizações são o principal tipo de protecção laboral com impacto negativo no emprego dos jovens. Nos países em desenvolvimento, as normas de protecção laboral são, muitas vezes, uma alternativa de baixo custo ao pagamento de segurança social aos trabalhadores. A desconexão da protecção social relativamente ao estatuto do emprego seria, assim, um passo importante que poderia simultaneamente ajudar na flexibilidade do mercado de trabalho e na protecção dos jovens vulneráveis. As contas poupança individuais de desemprego (IUSA) podem constituir uma base útil para uma estratégia do género. Além disso, os jovens precisam de normas de trabalho mais flexíveis que possibilitem estágios e contratos a mais curto prazo, para os ajudar a obter as suas primeiras experiências profissionais e demonstrar a sua empregabilidade.



Quer as empresas africanas, quer os especialistas do país do AEO consideram as regulamentações do mercado de trabalho pouco significativas numa longa lista de obstáculos mais importantes ao emprego juvenil (Figura 6.23 e Figura 6.26). Esta situação não se deve ao facto de as regulamentações em África serem propícias à contratação dos jovens e sim porque a sua aplicação é, com frequência, reduzida e há outros problemas mais prementes. Na verdade, os dados do *Doing Business* (2012a) do Banco Mundial, que se baseiam em avaliações das regulamentações laborais tal como estipuladas na lei nacional, ao invés da sua implementação na prática, revelam que as regulamentações do trabalho em África são as mais rígidas do mundo. A rigidez média do emprego das regulamentações laborais da África subsaariana em 2008 era de 47,1%, em comparação com 35,8% no Norte de África, 23,0% na Ásia Oriental e 31,7% na América Latina (Fox e Sekkel, 2006). Segundo os dados dos inquéritos às empresas, que se baseiam em respostas das empresas de acordo com a sua experiência quotidiana, apenas 1% das empresas da África subsaariana, por outro lado, considera as regulamentações do trabalho o seu principal obstáculo, por contraste com 8% na América Latina, a região com o valor mais alto. Entre os países africanos, os que têm rendimento superior têm também mais probabilidade de classificar as regulamentações laborais como um obstáculo importante do que os países mais pobres, o que sugere que os governos dispõem de maior capacidade de implementação, mas também que outros componentes, tais como as associações de trabalho organizado, ganham força (Gelb et al., 2007a).

Não obstante, regulamentações laborais demasiado rígidas exercem uma carga sobre os jovens. Apesar de os dados não serem inequívocos sobre se a legislação de protecção ao emprego (LPE) tem um impacto negativo na totalidade do emprego, foi mais claramente estabelecida a relação entre uma LPE mais rígida e resultados negativos para os jovens. A experiência internacional demonstra que a LPE pode empurrar o emprego do sector formal para o informal e reduzir o volume de negócios, limitando assim as oportunidades para os estreantes, i.e., os jovens. Acresce ainda que, apesar de as regulamentações de trabalho *de jure* poderem ter pouco significado prático em muitos países pobres devido à reduzida capacidade de aplicação por parte do governo e a um vasto sector informal, podem ainda desencorajar os investidores. Os investidores estrangeiros com conhecimentos limitados do contexto local, em especial, poderão ser dissuadidos por regulamentações laborais aparentemente rígidas que poderiam aumentar os custos de funcionamento se fossem aplicadas.

Nos países do Norte de África, as regulamentações do trabalho são particularmente rígidas. Marrocos (132.º) e o Egipto (141.º) classificam-se entre os países com os mercados de trabalho menos eficientes, segundo o Índice de Competitividade Global (ICG) do Fórum Económico Mundial, com 142 países. As normas nestes países são tão severas que têm um impacto duplamente negativo nos jovens que procuram emprego. Por um lado, os empregadores ficam relutantes em recrutar jovens em cargos permanentes devido à muito elevada protecção ao emprego e às indemnizações por despedimento. Por outro lado, as normas dificultam muito a criação de estágios ou de contratos de curto prazo, que poderiam ajudar os graduados a adquirir valiosas competências para o mercado de trabalho, permitindo ao mesmo tempo às empresas testar os funcionários durante um período de tempo fixo antes de tomarem uma decisão de contratação a mais longo prazo (Fórum Económico Mundial, Arab World Competitiveness Report 2011/12). Ambos os conjuntos de normas precisam de uma reforma urgente. Estabelecer novas normas para estágios e contratos de curto prazo por si só, sem aliviar os requisitos de protecção sobre os contratos existentes, pode facilmente conduzir a um mercado de trabalho duplo, em que a carga dos ajustes será sempre suportada pelos trabalhadores desprotegidos, que são frequentemente os jovens.



Caixa 6.11. Efeitos da legislação de protecção ao emprego (LPE) por todo o mundo

Os receios de que a LPE possa reduzir significativamente o emprego agregado não se materializaram, segundo os dados disponíveis, embora existam diferenças óbvias de país para país. A avaliação dos dados para os países da OCDE (OCDE, 2006) conclui que o efeito da LPE no desemprego geral é provavelmente pouco. Estudos sobre o seu impacto no emprego total revelam efeitos negativos em alguns países e nada noutros. Muitos destes dados chegam da América Latina, que tende a apresentar quer disposições de segurança no emprego mais dispendiosas (Heckman e Pagés, 2000), quer mais dados disponíveis. Mesmo no seio das economias da América Latina, os dados não são inequívocos (Freeman, 2009): existem efeitos consideráveis sobre o desemprego na Colômbia, mas não no Chile, enquanto os resultados da análise transnacional nem sempre coincidem com os das séries cronológicas ou dos estudos de painel (ver Kucera e Xenogiani, 2009). Tal sugere que as medidas da legislação de protecção ao emprego e os seus custos em vários países tendem a esconder diferenças de implementação importantes.

Por outro lado, também há história de acautelamento de protecção ao emprego que é demasiado restrita ou que aumenta os custos mesmo só oferecendo benefícios limitados. Podemos inferir que a qualidade e os pormenores da legislação de protecção ao emprego fazem diferença. Contrastando acentuadamente com os modestos efeitos agregados observados nos estudos da América Latina, a investigação na Índia não só demonstra que uma legislação de emprego pró trabalhador desloca os funcionários e a produtividade do sector formal para o informal (Besley e Burgess, 2003), mas também que a legislação pró trabalhador não traz regalias aos trabalhadores. Analogamente, Kucera e Xenogiani (2009) interpretam dados que ligam a carga regulamentar à dimensão da economia informal como representativa de como o trabalho está regulamentado (especialmente através da admissão empresarial) em vez do quanto está regulamentado. Os efeitos da regulamentação nos resultados do emprego dependem igualmente da aplicação, que é, regra geral, imperfeita. Os esforços de aplicação crescentes no caso do Brasil levaram a taxas de informalidade menores, mas também a mais desemprego e empresas mais pequenas (Almeida e Carneiro, 2009). Na Indonésia, durante os anos 1990, o crescente respeito dos salários mínimos representou o caminho chave para um aumento da remuneração nas indústrias têxtil, de calçado e do vestuário (Harrison e Scorse, 2010).

A LPE poderá ter um efeito mais abrangente no emprego juvenil noutro aspecto, na medida em que limita o volume de negócios no mercado de trabalho e, portanto, cria barreiras aos estreantes. Estudos sobre alterações na LPE no Chile e na Colômbia verificam que uma LPE mais débil está associada a decréscimos na estabilidade do emprego, a taxas de separação mais elevadas e a um aumento da contratação no sector formal (Freeman, 2009). Por meio de um conjunto de dados ao nível das empresas em 16 países industrializados e em desenvolvimento, Haltiwanger et al. (2008) observam que, embora a dimensão da indústria e da empresa perfaçam uma grande parte dos fluxos brutos de emprego, as regulamentações laborais estão associadas a fluxos de emprego menores. Se a legislação laboral reduzir a capacidade das empresas de ajustarem a sua mão de obra conforme precisem, especialmente em épocas de contracção, isso poderá ter efeitos no desempenho agregado.

Os fluxos brutos inferiores poderão aumentar o desemprego juvenil alargando o período de tempo de que os estreantes necessitam para encontrar emprego. Tal pode tratar-se apenas de uma dificuldade transitória para muitos jovens, contudo, aqueles que se mantenham desempregados durante muito tempo poderão adquirir desvantagens que os afectarão permanentemente ao longo das carreiras. Uma resposta a estes desafios é a criação de contratos específicos de emprego não padrão (com protecção limitada) para os jovens. No entanto, a experiência sugere que tais contratos fixos, embora eficazes, podem criar uma armadilha que levará os elegíveis a ficarem presos em contratos de termo fixo com relativamente poucas perspectivas de actualização do capital humano. De um ponto de vista geral, isto provocará mercados de trabalho duplos – embora num formato bastante diferente daquele que separa emprego formal e informal – que poderá prejudicar gravemente a coesão social. Se as regulamentações do trabalho criarem mercados a duas velocidades, a carga dos ajustes é principalmente suportada pela parte mais flexível do mercado, normalmente a mais desprotegida. Assim, os trabalhadores informais, e os com pouca segurança no emprego, sentem-se ainda mais inseguros.

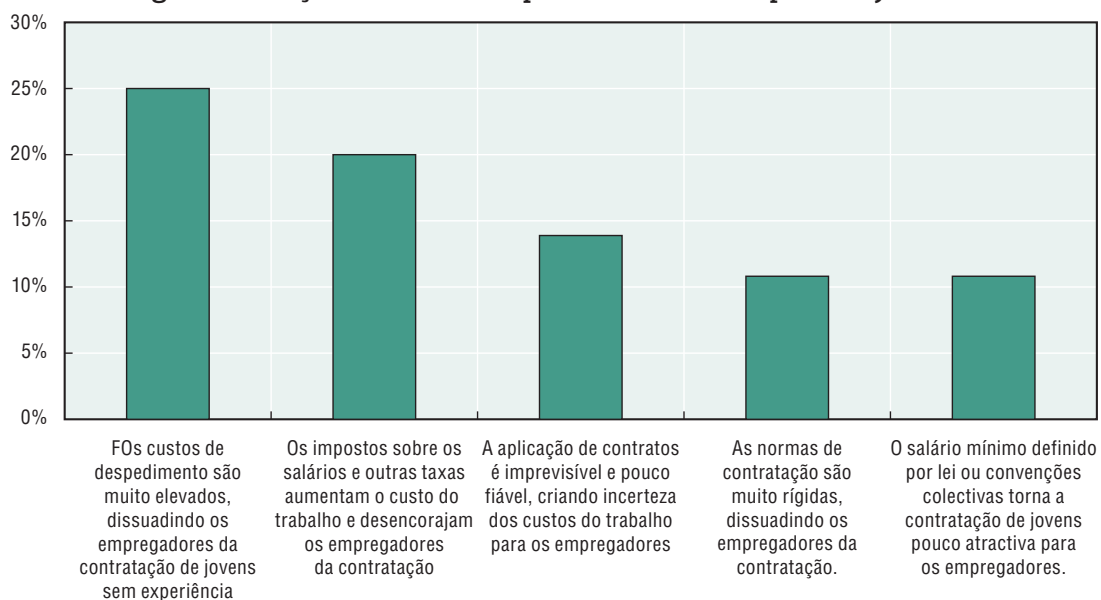
Fonte: 2012 Perspectives on Global Development – Employment and Social Protection Policies for Social Cohesion (OCDE, 2012a)



Os especialistas do país do AEO, quando inquiridos sobre uma série de elementos de regulamentação laboral, identificaram os elevados custos de despedimento como o principal obstáculo aos jovens nos mercados de trabalho africanos. Os elevados custos de despedimento, normalmente sob a forma de regulamentações de pagamento de indemnizações, podem desencorajar os empregadores da contratação de jovens trabalhadores, especialmente num ambiente empresarial de risco, onde é difícil às empresas prever as necessidades de pessoal. Em muitos países com nenhuns ou muito poucos subsídios de desemprego, a indemnização é a única rede de segurança que existe, originando pressão sobre os grupos laborais para que sejam generosos.¹⁵ A falta generalizada de redes de segurança em muitos países africanos poderá, assim, estar a contribuir para formas de protecção ao emprego que desencorajam a criação de novos empregos e têm um impacto negativo nos jovens, impondo elevados custos de despedimento aos empregadores. Na verdade, as normas de protecção ao emprego foram muitas vezes consideradas uma forma de baixo custo de oferecer segurança social aos trabalhadores nas economias em desenvolvimento com elevadas percentagens de emprego informal (Heckman e Pagés, 2004; OCDE, 2011). Como resultado, é deslocado muito emprego para o sector informal, onde a regulamentação do trabalho não se aplica. Simultaneamente, as elevadas taxas de emprego informal e de desemprego originam uma base tributária reduzida e recursos insuficientes para criar protecção social para todos.

A desconexão da protecção social relativamente ao estatuto do emprego pode ajudar na flexibilidade do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, na protecção dos jovens vulneráveis. A desconexão da protecção social relativamente ao estatuto do emprego e o afastamento do ónus da protecção social do emprego podem ajudar a quebrar este ciclo de imposição de elevados custos de protecção social aos empregadores, o que limita a flexibilidade do mercado de trabalho e conduz a um vasto sector informal que não contribui para os sistemas de protecção social. Desconectar o emprego e a protecção também tornaria possível alargar a protecção social aos trabalhadores informais e aos jovens inactivos, facultando, assim, aos jovens desfavorecidos e aos mais pobres trabalhadores apoio essencial e uma crescente flexibilidade do mercado de trabalho. As contas poupança individuais de desemprego (IUSA) podem constituir uma base útil para uma estratégia do género (Robalino et al., 2009).

Figura 6.37. Classificação dos especialistas do país do AEO quanto às regulamentações laborais enquanto obstáculos para os jovens.



Fonte: AEO, inquérito aos especialistas do país 2012; 37 países.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600963>



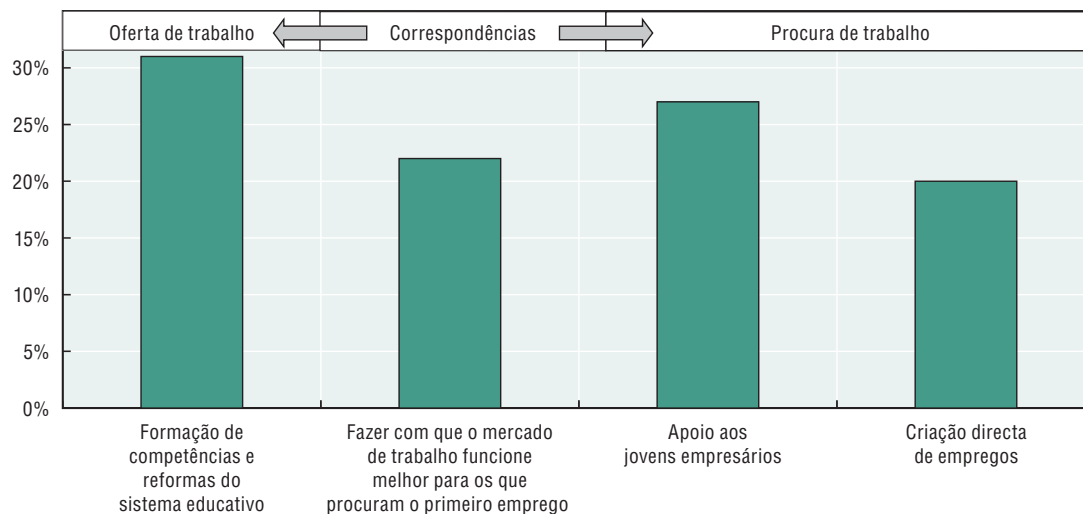
Acção governamental para promover o emprego juvenil: um historial fraco. São necessários mais dados e melhor coordenação

Quase todos os países africanos têm em curso programas activos do mercado de trabalho (ALMP - Active Labour Market Programmes) para reduzir o desemprego e promover o emprego para os jovens. Na sequência do quadro de análise da secção anterior, os ALMP podem ser classificados em três categorias, conforme tratem da procura de trabalho, da oferta de trabalho ou da mediação do mercado de trabalho e das correspondências.

- Os programas que tratam da *procura de trabalho* pretendem criar empregos através da promoção do empreendedorismo; mas também através da criação directa de empregos (programas de obras públicas).
- Os programas que tratam da *oferta de trabalho* pretendem geralmente aumentar a produtividade e a empregabilidade dos jovens, disponibilizando formação de competências e melhorando o sistema educativo.
- Os programas que tratam da *mediação do mercado de trabalho e das correspondências* melhoram o funcionamento do mercado de trabalho e interligam a procura e a oferta através de melhores serviços de correspondências.

Figura 6.38 mostra que os programas que tratam da oferta de trabalho e da formação de competências são os mais frequentes. Na amostra, 31 países possuem programas que tratam da oferta de trabalho, enquanto 27 têm em curso programas para promover o empreendedorismo e 20 levam a cabo programas de criação directa de empregos. As medidas para fazer o mercado de trabalho funcionar melhor para os que procuram o primeiro emprego são menos frequentes, envolvendo 22 países. Geralmente, os governos não se limitam a uma área de intervenção apenas, tomando a maioria deles, várias iniciativas.

Figura 6.38. Iniciativas direccionadas para o emprego juvenil



Fonte: AEO, inquérito aos especialistas do país 2012; 36 países.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932600982>



No entanto, o historial de muitos programas é fraco e a abrangência é reduzida. De entre 36 especialistas nacionais do AEO, 21 afirmaram que os programas implementados para atacar o desemprego juvenil são disfuncionais e têm uma abrangência reduzida; só num país (Marrocos) é que os programas estão bem desenvolvidos e abrangem mais de 50% dos jovens que procuram emprego. De acordo com um estudo efectuado em 19 países (Afrobarómetro, 2008), 69% dos inquiridos crêem que o respectivo governo trata a criação de empregos de forma incorrecta, enquanto que apenas 27% acham que o respectivo governo está a lidar bem com a questão. As notas dos países que acompanham este relatório, bem como a bibliografia sobre a promoção do emprego juvenil em África, muita da qual discutida em secções anteriores, identificam as seguintes falhas partilhadas por muitos programas governamentais:

- A responsabilidade pelas políticas de emprego juvenil está dividida entre demasiados actores governamentais com coordenação insuficiente entre si;
- Falta de dados e de compreensão dos desafios que os jovens enfrentam, especialmente no sector informal;
- Falta de dados sobre o que realmente funciona e, portanto, programas que são mal concebidos e financiados;
- Programas progressivos que não são suficientemente extensivos para resolver todos os principais pontos de estrangulamento que impedem os jovens de progredir.

O Caixa 6.10 apresenta experiências que alcançaram sucesso ou fracassaram na promoção do emprego juvenil, do programa regional do PNUD para o emprego juvenil na África Ocidental.

Caixa 6.12. O YERP do PNUD: lições de sucesso e fracasso em iniciativas de emprego juvenil

Criado em 2009, o Programa Regional para o Emprego Juvenil e a Coesão Social (YERP) é um projecto gerido pelo centro de serviços regional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com sede em Dacar, Senegal.

Não obstante a sua criação recente, o YERP alcançou alguns sucessos consideráveis. Um exemplo é a formação de jovens e a disponibilização de crédito para o desenvolvimento de empresas agrícolas na Guiné. O projecto pretende formar 200 jovens guineenses ao longo dos dois anos seguintes. Em colaboração com a FIDA, a OIT, a ONUDI e o PAM, e ainda o Songhai Centre no Benim, o YERP está a oferecer formação em empreendedorismo jovem, emprego independente e concepção de projectos para a agricultura. Graças à sua formação no Songhai Centre, Fatimatou Saidou Diallo, uma jovem mãe guineense de 34 anos, expandiu a sua quinta, onde cria galinhas e ovos. Um empréstimo renovável de uma instituição de microcrédito criada pelo PNUD para apoiar o empreendedorismo agrícola permitiu-lhe comprar 3.000 pintos e 1.700 galinhas poedeiras para a sua quinta. Além de um maior rendimento, emprega agora seis jovens a tempo inteiro e deu formação a muitos outros. Também disponibiliza serviços contínuos de aconselhamento e tutoria a quatro quintas de galinhas daquela área. No decurso de uma visita à sua quinta, em Janeiro de 2012, o administrador do PNUD saudou a coragem de jovens como



a Sr.^a Diallo, que correm o risco de pedir empréstimos e investir em sectores onde os mais velhos não vêem oportunidades.

A chave para o sucesso deste projecto e de outros semelhantes é a colaboração de várias instituições, cada uma contribuindo com as suas especializações. Mais importante, contudo, é a integração de formação, orientação pós-formação e acesso a crédito a baixos juros, o aspecto mais relevante desta história de sucesso. Através do fundo renovável do YERP, os formandos conseguem criar os seus próprios negócios, tendo em conta as especificidades dos jovens que optam pelo empreendedorismo. O fundo é mobilizado através de seis instituições locais de microcrédito seleccionadas por um comité consultivo. Desde o início do programa, 3.406 jovens – 1.845 mulheres e 1.561 homens beneficiaram do fundo renovável para criar e desenvolver as suas próprias empresas em sectores que incluem o comércio a retalho, os têxteis, as actividades agrícolas, a indústria alimentar e a criação. A taxa de recuperação do empréstimo é muito elevada, tornando o fundo auto-sustentável.

Um caso em que o sucesso foi menos óbvio pode observar-se numa iniciativa de formação de competências desenvolvida na Gâmbia, para promover a empregabilidade juvenil. O YERP está direccionado para mulheres e jovens com o objectivo de reduzir o desemprego, o subemprego e a pobreza. O GAMJOBS (Gambia Priority Employment Programme), em colaboração com a National Training Authority (NTA), está a implementar um programa de formação Master Crafts Persons Apprenticeship Training Programme que promove a educação, assim como a formação técnica e profissional (TVET) em várias áreas: têxteis, culinária, cabeleireiro, reparação de telemóveis, tecnologia da informação, agricultura, tingimento, fabrico de sabonetes, transformação de alimentos, mecânica automóvel, agricultura/horticultura, carpintaria, construção, instalações eléctricas e pescas. Todos os programas de formação de competências facultados neste projecto são acreditados pela NTA. O objectivo era oferecer às mulheres e aos jovens a oportunidade de aumentar as suas competências, fornecendo-lhes as ferramentas para procurarem emprego ou tornarem-se independentes no fim da sua formação. Actualmente, dos 1.000 jovens rapazes e raparigas inicialmente abrangidos, 388 receberam formação em empreendedorismo, mas tiveram de esperar muito tempo até terem acesso a fundos para começarem as suas empresas.

O impacto desta iniciativa foi limitado pelo atraso na implementação. Por exemplo, soube-se que as ferramentas e outro material esperado, a ser fornecido pela NTA aos artesãos Master Crafts Persons, e algum equipamento de protecção para os formandos não foi obtido a tempo, afectando negativamente a qualidade da formação, a sua duração e a retenção dos formandos. Além disso, contrariamente à abordagem integrada no caso guineense, esta formação profissional não foi integrada na estratégia de financiamento da Gâmbia para o emprego juvenil. Acresce ainda que a falta de coordenação entre iniciativas de formação, processo de obtenção do equipamento para a formação e microcrédito implicou que os formandos não pudessem mobilizar o capital de arranque necessário para iniciarem os seus próprios pequenos negócios. No final de contas, uma série de formandos não beneficiou de imediato da sua formação.

Fonte: PNUD, YERP



A acção do governo para promover o emprego juvenil precisa de uma melhor coordenação. A falta de coordenação institucional e a heterogeneidade dos actores intervenientes na luta contra o desemprego juvenil são um grande obstáculo em África. Em muitos países, a responsabilidade pela política de emprego juvenil está dividida por uma série de ministérios e agências, funcionando, muitas vezes, isoladamente e com pouca coordenação. A falta de uma abordagem estratégica coerente resulta na fragmentação dos esforços e em recursos desperdiçados.

Os esforços para melhorar a disponibilidade e a qualidade dos dados de emprego em África são cruciais. Na maioria dos países africanos, os dados de emprego são muito escassos, impossibilitando uma melhor compreensão das necessidades dos jovens para conseguirem bons empregos. Tal como discutido anteriormente, no contexto dos dados utilizados para o presente relatório, os dados relativos ao emprego são notoriamente difíceis de obter em África. Existem registos de emprego em alguns países, mas são, muitas vezes, confinados às áreas urbanas e não são extensivos, restando os inquéritos às famílias como a única alternativa para obter dados extensivos. No entanto, os inquéritos centrados no emprego, tais como os LFS, são escassos em África. Apenas os países de rendimento médio em melhor situação financeira no Sul e no Norte de África os realizam com regularidade. Os bons inquéritos de painel, que acompanham indivíduos ao longo de um período de tempo e fornecem dados relativos ao impacto a mais longo prazo da avaliação e da dinâmica de movimento entre diferentes segmentos do mercado de trabalho, são ainda mais raros. Nos locais onde existem LFS, estão muitas vezes desactualizados (com mais de cinco anos) e não contêm dados adequadamente desagregados (por idade, sexo, localização). No inquérito aos especialistas do país, apenas seis dos inquiridos consideraram que o governo possui muito bons conhecimentos da situação dos jovens no mercado de trabalho. Considerou-se que os governos de 14 países têm poucos ou nenhuns conhecimentos da questão. A falta de dados torna difícil aos decisores políticos compreenderem a natureza do desafio do emprego e tomar decisões informadas sobre como apoiar os jovens no mercado de trabalho.

A escassez de dados sobre o emprego informal e o empreendedorismo, em especial, representa um grande obstáculo, dada a importância deste sector para o emprego juvenil. O apresenta a experiência de inquérito 1-2-3 em África, que deve ser replicada de modo a melhorar a compreensão e a resposta aos desafios do emprego juvenil.

Caixa 6.13. O inquérito 1-2-3: uma abordagem promissora para preencher a lacuna da informação laboral. Medir o emprego e a economia informal: a experiência de inquérito 1-2-3 em África

Apesar do seu papel universalmente reconhecido enquanto correia de transmissão entre a dinâmica macroeconómica e a pobreza, as informações sobre os mercados de trabalho em África permanecem escassas devido à falta de dados. Os LFS, uma ferramenta estatística fulcral para a medição das actividades económicas das famílias na maioria dos países do mundo, não se encontram bem adaptados à África subsaariana (ASs). A predominância do sector informal nas economias africanas representa outro constrangimento às ferramentas de inquérito tradicionais. Este sector é, de longe, o maior empregador nas áreas urbanas, e o segundo nas áreas rurais, depois da agricultura. No entanto, o sector informal continua a ser largamente negligenciado e precisa de políticas sólidas, baseadas nos dados.

O Inquérito 1-2-3 foi especialmente criado para preencher esta lacuna na medição. O Inquérito 1-2-3 é um inquérito que combina famílias/empresas, especificamente concebido para captar o sector informal em todas as suas dimensões (Razafindrakoto et al., 2009). A Fase 1 é constituída por um LFS alargado, fornecendo indicadores do mercado de tra-



balho exactos que vão além da taxa de desemprego. Inclui empregos principais e secundários por estatuto da empresa (formal/informal) e os seus atributos. A Fase 2 é um inquérito às empresas, levado a cabo numa subamostra representativa das empresas informais identificadas na Fase 1, que procura medir as suas principais características económicas e produtivas. A Fase 3 é um inquérito doméstico de tipo rendimentos e gastos, cuja amostra é retirada da Fase 1 e cujo objectivo é estimar o peso dos sectores formal e informal no consumo das famílias. Desde que foi lançado nos Camarões, em 1993, e no Madagáscar, em 1995, o Inquérito 1-2-3 já foi realizado em 15 países africanos, assim como na América Latina e na Ásia. Abrangendo inicialmente apenas os principais aglomerados, a maioria dos inquéritos é agora efectuada a nível nacional.

O Inquérito 1-2-3 permite configurações variáveis, reflectindo as necessidades e particularidades dos diferentes países. Em alguns países, foi incluído um componente de dados de painel (Benim, Camarões, Madagáscar). O inquérito pode ser utilizado para construir ad hoc grupos de controlo, por forma a avaliar o impacto das políticas e dos projectos laborais ou do sector informal (por exemplo, o microcrédito no Madagáscar). Tornou-se uma referência utilizada numa vasta gama de aplicações e algumas das suas contribuições (amostragens e questionários) foram gradualmente incorporados noutros tipos de inquéritos domésticos.

Os Inquéritos 1-2-3 permitiram aos investigadores tratar uma ampla série de questões em estudos com vários países, tais como os retornos na educação, os desfasamentos de competências e empregos, a vulnerabilidade no emprego, a segmentação do mercado de trabalho e desníveis nos rendimentos formais/informais, a discriminação étnica e de género, a migração e os seus diversos componentes, a satisfação no emprego, a transmissão inter-geracional e a igualdade de oportunidades inter-sectores e intra sectores. Algumas destas contribuições encontram-se compiladas num livro sobre os mercados de trabalho urbanos na ASs (De Vreyer e Roubaud, 2012). Com base na Fase 2, foram investigadas a potencialidade do sector informal, as restrições (económicas, institucionais e sociais) e a heterogeneidade de forma aprofundada, no quadro de um programa de investigação internacional com vários parceiros (Grimm et al., 2011b).

Entre os desafios vindouros, os LFS e os inquéritos ao sector informal deveriam, primeiro, ser institucionalizados e realizados com maior frequência e os Inquéritos 1-2-3 deveriam ser implementados em países não francófonos. Segundo, os resultados dos inquéritos deveriam servir como contribuições para o alargamento da profundidade das contas nacionais, medindo consistentemente a contribuição da economia informal. Por fim, os inquéritos deveriam servir para elaborar, monitorizar, avaliar e expandir políticas específicas dedicadas à melhoria do funcionamento do mercado de trabalho e ao apoio ao sector informal.

Fonte: François Roubaud, DIAL, Paris

Os decisores políticos e aqueles que concebem os programas precisam de muito melhores dados sobre o que funciona e o que não funciona na promoção do emprego juvenil. Não obstante abundantes relatórios internacionais relativos aos ALMP, os dados sobre os benefícios a longo prazo e a relação custos eficácia são insuficientes, uma vez que a maioria dos programas se mantém, de um modo geral, sem supervisão nem avaliação. Qualquer programa que tenha como objectivo empregar os jovens é baseado num pressuposto de quais são os principais obstáculos ao emprego juvenil e como melhor os eliminar, dado o contexto do país e o grupo alvo. A implementação põe à prova estes pressupostos e, quase sempre, revela factores adicionais que não tinham sido considerados na fase de planeamento. Sem uma boa supervisão e avaliação, contudo, estes factores adicionais permanecem obscuros. Os programas fracassam, mas o motivo de tal fracasso continua desconhecido. Sem compreender as causas do fracasso, não é possível tomar medidas de correcção e os novos programas repetirão os mesmos erros. Analogamente, os programas poderão apresentar os resultados esperados, mas com custos elevados. É necessária uma análise de custo eficácia para conceber programas que obtenham os melhores resultados para uma dada quantidade



de recursos. O presente nível de conhecimentos sobre que programas são os mais eficazes nos diferentes contextos dos PRB e dos PRM é muito reduzido. Numa análise global das avaliações dos ALMP direccionados aos jovens, Betcherman et al. (2007) verificaram que a África subsaariana e a região do Médio Oriente e do Norte de África apresentavam as menores abrangência e qualidade de avaliação de tais programas. São necessárias melhores avaliações, que combinem concepções de grupos de controlo com métodos participativos e análise da relação custo eficácia, de modo a ajudar os decisores políticos a identificar o que realmente funciona melhor.

Caixa 6.14. Programas de obras públicas: melhores para a protecção social do que para a promoção do emprego juvenil

A braços com uma insuficiente procura de trabalho e muitos jovens NEET, os governos utilizam os programas de obras públicas como soluções a curto prazo para criar emprego. No entanto, as avaliações mostram que estas são mais adequadas à disponibilização de uma base de protecção social do que à promoção do emprego juvenil. Em termos de criação de empregos, a maioria dos programas apenas oferece oportunidades de emprego de curto prazo. Existem poucas provas de que a participação em programas de obras públicas melhore a transição para o emprego no sector privado formal (Dar e Tzannatos 1999; Betcherman et al. 2004). Finalmente, os programas de obras públicas podem criar dependência de transferências monetárias, prejudicando a transição dos beneficiários para o emprego não subsidiado (Puerto, 2007).

Um exemplo de um programa de obras públicas é o AGETIP Senegal (Agence d'Exécution des Travaux d'Intérêt Public contre le sous-emploi), uma iniciativa de 33 milhões de USD criada em 1989. O programa foi concebido primordialmente como um meio de disponibilizar emprego aos jovens. Embora largamente encarado como um sucesso, uma avaliação do programa revelou um custo médio de 37 USD por emprego por dia (Banco Mundial 2007b). Visto que uma grande percentagem da população do Senegal vive com menos de 2 USD por dia (PPC) e que a maioria destes empregos se manteve temporária, a relação custo eficácia deste programa é reduzida.

Em contraste com o AGETIP, o PSNP (Productive Safety Net Programme), na Etiópia, criado em 2005, foi primordialmente concebido como um meio de atribuir transferências, quer monetárias, quer em géneros, a famílias com insegurança alimentar crónica, criando, simultaneamente, activos para a comunidade através de um componente de emprego exigido (Holmes e Jones 2011; Koohi-Kamali 2010). Duas avaliações recentes do programa revelaram um impacto na protecção dos activos. Os beneficiários do programa apresentaram maior crescimento no rendimento e nos activos do que os não beneficiários (Sabates-Wheeler e Devereux 2010; Devereux e Guenther 2009). Os dados do PSNP, e outras iniciativas semelhantes, indicam que os programas concebidos essencialmente como um meio para transferências monetárias têm mais sucesso do que os que são direccionados à criação de emprego.

Os programas para promover o emprego juvenil podem ser mais eficazes quando direccionados a todas as principais restrições, não apenas a uma. A avaliação revela que é pouco provável que os programas baseados numa única iniciativa funcionem para os jovens desempregados. Pelo contrário, os programas são mais eficazes quando são direccionados simultaneamente a lacunas financeiras e de competências. Os programas de construção de competências e de emprego temporário têm de ser seguidos por colocações em postos de trabalho. É crucial haver uma sólida coordenação com o sector privado, de modo a compreender as necessidades dos empregadores e a criar oportunidades para os jovens sob a forma de aprendizagens e estágios.



Conclusão

Os jovens de hoje em África são mais numerosos e possuem maior nível de educação do que nunca. Estes jovens representam uma grande oportunidade, mas também enormes desafios aos quais os países africanos têm de fazer face. O forte crescimento económico africano da última década traduziu-se em empregos, mas não os suficientes, especialmente para os estreantes no mercado de trabalho. A pobreza empregada e o emprego vulnerável continuam a ser uma realidade para a maioria dos jovens em África, sobretudo nos países mais pobres. Nos países mais avançados em termos de desenvolvimento económico, as taxas de jovens NEET estão a aumentar, à medida que o sector informal se depara com uma menor procura por parte de uma classe média que prefere produtos de melhor qualidade, enquanto a economia formal ainda reduzida avança no sentido de um maior equilíbrio de competências, deixando para trás aqueles que não possuem as competências correctas.

O desafio do emprego juvenil em África é, em primeiro lugar, estrutural e necessita, portanto, de soluções estruturais. As iniciativas específicas destinadas a empregar um determinado grupo de jovens podem ter um impacto positivo, mas não bastarão para mudar substancialmente a dinâmica. Apesar da desafiante perspectiva a curto prazo, as perspectivas a longo prazo são boas, se os governos africanos ultrapassarem de forma eficaz as barreiras que os jovens enfrentam.

Para fazer face aos desafios com que os jovens se deparam nos mercados de trabalho africanos, os decisores políticos devem lidar com os pontos de estrangulamento que restringem a procura de trabalho, ajudando, em simultâneo, os jovens a obter as competências para serem bem sucedidos num mercado de trabalho implacável.

A análise apresentada no presente capítulo demonstrou claramente que qualquer política de emprego juvenil deve centrar-se na criação de emprego no sector privado e oferecer as condições adequadas para o crescimento de empresas de todas as dimensões e para a expansão da mão de obra destas. As restrições que as empresas enfrentam alteram-se consoante a sua dimensão e o nível de rendimento do país. A electricidade constitui a maior restrição a todas as empresas. As empresas maiores tendem a padecer com os elevados custos dos transportes, que impedem a sua competitividade. As pequenas empresas são inibidas pelo acesso insuficiente a financiamento e a terreno. O microcrédito tem conseguido resolver alguns destes problemas, mas apenas para as empresas mais pequenas, pois não consegue suportar a expansão. Nas condições actuais, quase nenhuma pequena empresa alcança a dimensão média.

As regulamentações laborais, frequentemente as primeiras a receber a culpa pelos maus resultados do mercado de trabalho para os jovens, não representam uma restrição forçosa nos países pobres. Embora desfavoráveis no papel, são muito menos relevantes na prática. Porém, à medida que os países enriquecem e melhoram a sua capacidade de aplicar as normas, regulamentações laborais demasiado rigorosas tornam-se uma maior preocupação. Devem ser instituídas reformas antes de se atingir tal estado. A criação de sistemas de protecção social que estejam ligados à pessoa, independentemente do estatuto de emprego, pode constituir uma componente importante destas reformas, aliviando o ónus das indemnizações por despedimento.

Dada a dimensão reduzida do sector formal na maioria dos países africanos, os governos devem alterar a sua visão do sector informal e das áreas rurais e, também aí, promover a criação de emprego. Em conjunto, estes sectores representam a grande maioria dos jovens e revelam uma potencialidade significativa que pode ser aproveitada. A investigação comprova que, entre os muitos microempresários informais, alguns apresentam retornos muito elevados



aos seus investimentos e competências empresariais promissoras, contudo são inibidos por muitas restrições. A identificação destes jovens empresários com potencialidade, apoiá-los e derrubar as restrições com que se deparam, especialmente no acesso a financiamento, aos mercados e a seguros com a cobertura de riscos, pode permitir-lhes criar empregos para outros jovens. A formalização deve ser apoiada através de incentivos e informação, não através de punições e coerção.

Nas áreas rurais, as actividades empresariais familiares não agrícolas têm vindo a aumentar substancialmente ao longo dos últimos anos, permitindo às famílias diversificar as suas fontes de rendimento e, aos jovens, encontrar oportunidades económicas. Os jovens em empregos rurais não agrícolas estão, em média, em muito melhor situação financeira do que os jovens na agricultura e já actualmente, por toda a África, 53% dos jovens nas áreas rurais não se encontram na agricultura, mas noutras actividades. As empresas familiares em áreas rurais precisam de mais apoio. As suas necessidades são semelhantes às de outras empresas, mas incluem também melhores ligações aos mercados e aos centros urbanos, assim como competências e formação adaptadas ao ambiente rural.

Para dotar os jovens das competências adequadas e para ultrapassar os desfasamentos de competências, os governos devem focar-se no alargamento da educação além do ensino primário e numa melhor qualidade e relevância da mesma. A análise no presente capítulo demonstrou que uma educação superior está relacionada com maior desemprego entre os jovens, mas também com um melhor estatuto de emprego, salários mais elevados e menos desemprego entre os adultos. Concorrem aqui os desfasamentos de competências. Foi igualmente demonstrado que os retornos na educação são muito mais significativos no ensino secundário do que antes, o que fortalece a ideia do alargamento da educação além do ensino primário. O longo período de transição entre a escolaridade e o emprego para muitos jovens sugere que a educação a este nível é demasiado generalizada e incute poucas competências práticas que as pequenas empresas ou o trabalho independente exigem. Os TVSD podem constituir uma ferramenta importante, especialmente quando em conjunção com empresas, mas, por enquanto, têm um papel diminuto. Uma percentagem muito maior de jovens frequenta estágios informais. Os governos devem encontrar formas de os reconhecer e de os combinar com a educação formal. Ao nível universitário, África apresenta a maior percentagem de diplomados nas ciências sociais e humanidades do que qualquer outra região do mundo. A percentagem de engenheiros, por outro lado, é a mais baixa. Apenas 2% dos estudantes estão na agricultura, o mesmo valor que nos países da OCDE, apesar de este sector ser claramente a vantagem competitiva de África. A educação em áreas técnicas é dispendiosa e exige perícia que é escassa. Os governos devem procurar cooperar com o sector privado para disponibilizar educação técnica de alta qualidade tanto no nível secundário, como no terciário.

Finalmente, a existência de mais avaliação e informação sobre o mercado de trabalho é fundamental para haver melhores programas de emprego juvenil. A abrangência dos inquéritos às forças do trabalho (LFS) e as avaliações dos programas do mercado de trabalho são muito reduzidas em África, em comparação com outras regiões. Consequentemente, os decisores políticos e aqueles que concebem os programas dispõem de poucos dados em que se apoiar e muitos programas apresentam fracos resultados. Assim, os governos e os doadores devem centrar-se no preenchimento desta lacuna.



Notas

1. Adaptadas da OIT.
2. É de salientar que, embora o modelo TRENDS seja aqui utilizado para preencher algumas lacunas de dados, as suas previsões estão sujeitas a sérias limitações de dados para a maioria dos países africanos.
3. Ver Charmes (2009) para uma análise dos elos entre trabalho independente e informalidade. Nos anos 1990, na África subsariana, 72% dos trabalhadores independentes estavam em situação de emprego informal. No Norte de África, esta percentagem era de 63%.
4. A Figura 6.4 também serve para dissipar a “falácia do bolo do trabalho”, a crença que os trabalhadores mais velhos ocupam os empregos que os jovens poderiam ter se aqueles se reformassem. Embora isso possa ser plausível no contexto de uma população activa estável ou em diminuição – como é demonstrado abaixo –, a elevada correlação entre desemprego adulto e jovem sugere o contrário. Os países com elevado desemprego adulto também revelam elevado desemprego juvenil e vice-versa. Tanto o desemprego adulto como o juvenil reflectem assim, a procura geral de mão de obra. Na maioria dos sectores, a mão de obra adulta e a juvenil são suficientemente distintas para apenas marginalmente serem substituíveis. Os adultos têm mais experiência e, muitas vezes, ocupam cargos diferentes dos estreados no mercado de trabalho. Desta forma, os adultos não podem ser facilmente substituídos pelos estreados no mercado de trabalho.
5. Definições da OIT, 1993 & 2003: negócios domésticos não agrícolas, empresas não registadas e empresas com menos de cinco trabalhadores.
6. Os dados da Gallup World Poll permitem fazer uma distinção entre os subempregados e outros trabalhadores vulneráveis, o que não acontece em todos os LFS.
7. Dados da Gallup World Poll.
8. Dados da Gallup World Poll (2010).
9. Algumas áreas urbanas escapam a esta tendência: Kuépié e Nordman (2011) afirmam que as taxas de desemprego dos jovens do sexo masculino com educação superior são mais baixas do que as dos jovens com pouca educação em Brazzaville e em Pointe Noire. As jovens do sexo feminino seguem a mesma tendência que o resto de África.
10. A população refere-se à totalidade do grupo, não apenas aos que estão incluídos na população activa.
11. Já nos anos 1990, Antoine et al. (2001) identificaram uma tendência de deterioração das oportunidades de emprego para os jovens na África Ocidental urbana.
12. No Egito, por exemplo, a maior parte dos bancos exige uma garantia colateral de 150% do montante do empréstimo, tornando o acesso ao financiamento impossível para pequenas empresas que enfrentam restrições de crédito ao seu crescimento.
13. Böhme e Thiele (2011) comprovam este mecanismo com dados das áreas urbanas da África Ocidental.
14. Rodrik (2006) afirma que a percentagem de emprego em transaccionáveis caiu de 40%, em 1982, para 30%, em 2004, enquanto a percentagem de sectores privados não transaccionáveis (serviços financeiros, construção, comércio, vendas a retalho, transportes e outros serviços) aumentou de 28% para 36% durante o mesmo período. Em 2004, cerca de 60% dos trabalhadores empregados na indústria transformadora eram classificados como pouco qualificados e não qualificados, contra apenas 25% nos sectores privados não transaccionáveis (serviços financeiros, construção, comércio, vendas a retalho, transportes e outros serviços).
15. Ver, por exemplo, o Business Daily (Quénia), 9 de Novembro de 2011: Africa: Cost of Sacking Workers Erodes Kenya's Appeal to Big Investors “É (o pagamento da indemnização dispendiosa) necessário porque não dispomos de subsídios de desemprego como noutros países», afirmou Noah Chune, um economista do trabalho e director de educação na Central Organisation of Trade Unions (COTU). Declarou que os trabalhadores quenianos despedidos não dispõem de nenhuma outra fonte de rendimento com que contar nestes casos.” Acedido em <http://allafrica.com/stories/201111091241.html>, em 2 de Março de 2012.

Referências

- Achy, L. (2010), “Trading High Unemployment for Bad Jobs: Employment Challenges in the Maghreb”, Carnegie Endowment for World Peace, Washington DC.
- Adams, A.V. (2008), “A Framework for the Study of Skills Development in the Informal Sector of Sub-Saharan Africa”, Banco Mundial, Washington DC.
- BAD e OCDE (2005), “Financing SME Development in Africa”, *African Economic Outlook 2005*, Centro de Desenvolvimento e Banco Africano de Desenvolvimento, OCDE, Paris.
- BAD e OCDE (2008), “Developing Technical and Vocational Skills in Africa”, *African Economic Outlook 2008*, Centro de Desenvolvimento e Banco Africano de Desenvolvimento, OCDE, Paris.



- BAD (2011), “Tackling Youth Unemployment in the Maghreb”, Economic Brief, Banco Africano de Desenvolvimento, Tunis.
- BAD (2012), “Youth Employment in Africa”, um documento de referência para o *African Economic Outlook* 2012, Banco Africano de Desenvolvimento, Tunis.
- Afrobarómetro (2008), “The Quality of Democracy and Governance in Africa: New Results from Afrobarometer Round 4. A Compendium of Public Opinion Findings from 19 African Countries”, Documento de trabalho n.º 108, Afrobarometer Network.
- Almeida, R. e P. Carneiro (2009), “Mandated Benefits, Employment, and Inequality in a Dual Economy”, Documento de trabalho em investigação política n.º 5119, Banco Mundial, Washington DC.
- Angel-Urdinola, D.F., A. Semlali e S. Brodmann (2010), “Non-Public Provision of Active Labor Market Programs in Arab-Mediterranean Countries: An Inventory of Youth Programs”, Documento de consulta sobre a protecção social n.º 1005, Banco Mundial, Washington DC.
- Antoine, P., M. Razafindrakoto e F. Roubaud (2001), “Contraints de Rester Jeune ? Evolution de l'Insertion dans trois Capitales Africaines : Dakar, Yaoundé, Antananarivo”, Documento de trabalho 2001/08, Développement, Institutions et Mondialisation (DIAL), Paris.
- Aterido, R. e M. Hallward-Driemeier (2010), “The Impact of the Investment Climate on Employment Growth: Does Sub-Saharan Africa Mirror Other Low-Income Regions?”, Documento de trabalho em investigação política n.º 5218, Banco Mundial, Washington DC.
- Attanasio, O. P., A. D. Kugler e C. Meghir (2009), “Subsidizing Vocational Training for Disadvantaged Youth in Developing Countries: Evidence from a Randomized Trial”, Documento de consulta do IZA n.º 4251, Instituto para o Estudo do Trabalho (IZA), Bona.
- Bakiene, A., L. Fox, E. Mehta, e O. Pimhidzai (2012), “Raising Productivity and Reducing the Risks of Non-farm Enterprises in Uganda, Poverty Reduction and Economic Management”, Banco Mundial, Washington DC, (a ser publicado).
- Banerjee, A. e E. Duflo (2004), “Do Firms Want to Borrow More? Testing Credit Constraints Using a Directed Lending Program”, Documentos de consulta do CEPR n.º 4681, Centro para a Investigação Económica e Política, Londres.
- Banerjee, A., S. Galiani, J. Levinsohn, Z. McLaren e I. Woolard (2008), “Why has Unemployment Risen in the New South Africa?” *Economics of Transition*, Vol. 16, n.º 4.
- Barbier, J.P. (2006), “L’Intermédiation sur le Marché du Travail dans les Pays du Maghreb: Etude Comparative entre l’Algérie, le Maroc et la Tunisie”, Organização Internacional do Trabalho, Genebra.
- Besley, T. e R. Burgess (2003), “Can Labor Regulation Hinder Economic Performance? Evidence from India”, *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 119, n.º 1.
- Betcherman, G., K. Olivas, K. e A. Dar (2004), “Impacts of Active Labour Market Programs: New Evidence from Evaluations with Particular Attention to Developing and Transition Countries”, Banco Mundial, Washington DC.
- Betcherman, G., M. Godfrey, S. Puerto, F. Rother e A. Stavreska (2007), “Global Inventory of Interventions to Support Young Workers Synthesis Report”, Banco Mundial, Washington DC.
- Bhorat, H. e J. Hodge (1999), “Decomposing Shifts in Labour Demand in South Africa,” *South African Journal of Economics*, Economic Society of South Africa, Vol. 67, n.º 3.
- Bigsten, A. e M. Söderbom (2005), “What Have We Learned from a Decade of Manufacturing Enterprise Surveys in Africa?”, Documento de trabalho em investigação política n.º 3798, Banco Mundial, Washington DC.
- Bigsten, A., P. Collier, S. Dercon, M. Fafchamps, B. Gauthier, J.W. Gunning, A. Odoro, R. Oostendorp, C. Pattillo, M. Söderbom, F. Teal e A. Zeufack (2003), “Constraints in Manufacturing Enterprises in Africa”, *Journal of African Economies*, Vol. 12, n.º 1.
- BMZ (Bundesministerium für Wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung) (2007), “Strategies for Employment Promotion in Development Cooperation”, Ministério Federal da Cooperação Económica e do Desenvolvimento, Berlim.
- Böhme, M. e R. Thiele (2011), “Is the Informal Sector Constrained from the Demand Side. Evidence from Six West African Capitals”, Documentos de trabalho de Kiel n.º 1683, Institut für Weltwirtschaft (IfW), Kiel (a ser publicado)
- Brenthurst Foundation, The (2011), “Putting Young Africans to Work - Addressing Africa's Youth Unemployment Crisis”, Documento de consulta n.º 08, The Brenthurst Foundation, Joanesburgo.



- Business Daily (2011), “Africa: Cost of Sacking Workers Erodes Kenya’s Appeal to Big Investors”, 9 de Novembro de 2011.
- Calmfors, L. (1994), “Active Labor Market Policy and Unemployment - A Framework for the Analysis of Crucial Design Features”, Estudos Económicos da OCDE, n.º 22, OCDE, Paris.
- Cameron, A.C. e P.K. Trivedi (2005), *Microeconometrics: Methods and Applications*, Cambridge University Press.
- CGAP (Consultative Group to Assist the Poor) (2004), “Housing Microfinance, Helping to Improve Donor Effectiveness in Microfinance”, Comunicado aos doadores n.º 20, Banco Mundial, Washington DC.
- Charmes J. (2009), “Concepts, Measurement and Trends” in Jütting J.P. e de Laiglesia J. R. (eds.), *Is Informal Normal? Towards More and Better Jobs in Developing Countries*, OCDE, Centro de Desenvolvimento, Paris.
- Charmes, J. (2012), “Promoting Youth Employment in Africa: Some Reflexions on Policy Recommendations”, Centre d’Etudes Population et Développement, (manuscrito não publicado).
- Collier, P., L. Elliott, H. Hegre, A. Hoeffler, M. Reynal-Querol e N. Sambanis (2003), *Breaking the Conflict Trap: Civil War and Development Policy*, Relatório de investigação política, Banco Mundial/Oxford University Press.
- Cunningham, W.V. e W. F. Maloney (2001), “Heterogeneity among Mexico’s Microenterprises: An Application of Factor and Cluster Analysis,” *Economic Development and Cultural Change*, University of Chicago Press, Vol. 50, n.º 1.
- Dalla Valle, F. (2012), “Exploring Opportunities and Constraints for Young Agro Entrepreneurs in Africa”, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Roma.
- Dar, A. e P.Z. Tzannatos (1999), “Active Labor Market Programs: A Review of the Evidence from Evaluations”, Documento de consulta sobre a protecção social n.º 9901, Banco Mundial, Washington DC.
- De Mel, S., D. McKenzie e C. Woodruff (2008), “Returns to Capital in Microenterprises: Evidence from a Field Experiment”, *The Quarterly Journal of Economics*, MIT Press, Vol. 123, n.º 4.
- De Vreyer, P. e F. Roubaud (2012), “Urban Labour Markets in Sub-Saharan Africa”, Agence Française de Développement, Banco Mundial, Washington DC, (a ser publicado).
- Devereux, S. e B. Guenther (2009), “Agriculture and Social Protection in Ethiopia”, Documento de trabalho do Future Agricultural Consortium n.º SP03.
- DIAL (Développement, Institutions et Mondialisation) (2007), “Youth and Labour Markets in Africa: A Critical Review of Literature”, Documento de trabalho n.º 2007/02, DIAL, Paris.
- Dias, R. e D. Posel (2007), “Unemployment, Education and Skills Constraints in Post Apartheid South Africa”, Documento de trabalho da Development Policy Research Unit n.º 120, Development Policy Research Unit.
- DIIS (Danish Institute for International Studies) (2008), “Youth Employment in Fragile States”, Comunicado político do DIIS.
- Economist, The (2012a), “Education in South Africa Still dysfunctional. Standards Still Leave a Lot to Be Desired”, 21 de Janeiro de 2012.
- Economist, The (2012b), “Business in Rwanda – Africa’s Singapore?”, 12 de Fevereiro de 2012
- Eifert, B., A. Gelb e V. Ramachandran (2005), “Business Environment and Comparative Advantage in Africa: Evidence from the Investment Climate Data”, Documento de trabalho n.º 56, Center for Global Development, Washington DC.
- Elhiraika, A. e J.D. Nkurunziza (2007), “Facilitating Firm Entry, Growth and Survival with Special Attention to SMEs”, Documento do African Trade Policy Center n.º 46, Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), Adis Abeba.
- Comissão Europeia (2010), “Labour Market Performance and Migration Flows in Arab Mediterranean Countries: Determinants and Effects”, National Background Papers Maghreb 2, European Economy Occasional Papers n.º 60, Direcção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros, Bruxelas.
- Fafchamps, M. e M. Söderbom (2004), “Wages and Labor Management in African Manufacturing,” *Série de documentos de trabalho do CSAE* n.º 2004-02, The Centre for the Study of African Economies, University of Oxford.
- Fafchamps, M., D. McKenzie, S.R. Quinn e C. Woodruff (2011), “When is Capital Enough to Get Female Microenterprises Growing? Evidence from a Randomized Experiment in Ghana”, Documentos de



- trabalho do NBER n.º 17207, National Bureau of Economic Research, National Bureau of Economic Research, Cambridge MA.
- Falco, P., A. Kerr, N. Rankin, J. Sandefur e F. Teal (2010), “The Returns to Formality and Informality in Urban Africa”, Documento de trabalho do CSAE n.º 2010-03, The Centre for the Study of African Economies, University of Oxford.
- Fares, J. e O.S. Puerto (2009), “Towards Comprehensive Training”, Documento de consulta sobre a protecção social n.º 0924, Banco Mundial, Washington DC.
- Fields, G.S. (2010), “Labor Market Analysis for Developing Countries”, *Labour Economics*, Vol. 18, n.º 1.
- Fields, G.S. (1990), “Labor Market Modelling and the Urban Informal Sector: Theory and Evidence”, in D. Turnham, B. Salomé e A. Schwarz (eds.), *The Informal Sector Revisited*, OCDE, Paris.
- Financial Sector Assessment Program (2004), “Algeria: Financial Sector Assessment”, n.º 0344, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Washington DC.
- Fourie, F. C.v.N. (2011), “The South African Unemployment Debate: Three Worlds, Three Discourses?”, Documento de trabalho n.º 63, Southern Africa Labour and Development Research Unit, Universidade de Cape Town.
- Fox, L. e A.M. Oviedo (2008), “Institutions and Labor Market Outcomes in Sub-Saharan Africa”, Documento de trabalho em investigação política n.º 4721, Banco Mundial, Washington DC.
- Fox, L. e M. Sekkel (2006), “Work in Progress: Job Creation and the Quality of Growth in Africa”, Banco Mundial, Washington DC.
- Fox, L. e O. Pimhidzai (2011), “Is Informality Welfare-Enhancing Structural Transformation? Evidence from Uganda”, Documento de trabalho em investigação política n.º 5866, Banco Mundial, Washington DC.
- Freeman, R.B. (2009), “Labor Regulations, Unions, and Social Protection in Developing Countries: Market distortions or Efficient Institutions?”, Documento de trabalho do NBER n.º 14789, National Bureau of Economic Research, Cambridge MA.
- Fröhlich, M. and H. Getinet (2011), “Labour Markets in Developing Countries”, *Labour Economics*, Vol. 18, n.º 1.
- Gallup World Poll (2008-2010).
- Gelb, A., V. Ramachandran, M. Kedia Shah e G. Turner (2007a), “What Matters to African Firms? The Relevance of Perceptions Data”, Documento de trabalho em investigação política n.º 4446, Banco Mundial, Washington DC.
- Gelb, A., V. Ramachandran, e G. Turner (2007b), “Stimulating Growth and Productivity in Africa: From Macro to Micro Reforms”, *African Development Review*, Vol. 19.
- Göbel K., M. Grimm e J. Lay (2011), “Capital Returns, Productivity and Accumulation in Microenterprises: Evidence from Peruvian Panel Data”, International Institute of Social Studies, Haia.
- Grimm, M., J. Krüger e J. Lay (2011a), “Barriers to Entry and Returns to Capital in Informal Activities: Evidence from Sub-Saharan Africa”, *Review of Income and Wealth*, Vol. 57.
- Grimm, M., van der Hoeven, R. e J. Lay (2011b), “Unlocking potential: Tackling economic, institutional and Social Constraints of Informal Entrepreneurship in Sub-Saharan Africa: Main findings and Policy Conclusions”, International Institute of Social Studies, Haia.
- Grimm M., P. Knorringa e J. Lay (2011c), “Informal Entrepreneurs in Western Africa: Constrained Gazelles in the Lower Tier”, International Institute of Social Studies, Haia.
- Guarcello, L., M. Manacorda, F. Rosati, J. Fares, S. Lyon e C. Valdivia (2007), “School-to-Work Transitions in Sub-Saharan Africa: An Overview”, in M. Garcia e J. Fares (eds.), *Youth in Africa’s Labor Market, Directions in Development*, Banco Mundial, Washington DC.
- Gutierrez, C., C. Orecchia, P. Paci e P. Serneels (2007), “Does Employment Generation Really Matter for Poverty Reduction?”, Documento de trabalho em investigação política n.º 4432, Banco Mundial, Washington D.C.
- Haggblade, S., P.B.R. Hazell, e T. Reardon (2009), “Transforming the Rural Nonfarm Economy: Opportunities and Threats in the Developing World”, Issue briefs n.º 58, Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares (IFPRI), Washington DC.



- Haltiwanger J., S. Scarpetta e H. Schweiger (2008), "Assessing Job Flows Across Countries: The Role of Industry, Firm Size and Regulations", Documentos de trabalho do NBER n.º 13920, National Bureau of Economic Research, Cambridge MA.
- Harrison A. e J. Scorse (2010), "Multinationals and Anti-sweatshop Activism", American Economic Review, Associação Económica Americana, Vol. 100, n.º 1.
- Heckman J.J. e C. Pagés (2000), "The Cost of Job Security Regulation: Evidence from Latin American Labor Markets", Documentos de trabalho do NBER n.º 7773.
- Heckman J.J. e C. Pagés (2004), Law and Employment: Lessons from Latin America and the Caribbean, University of Chicago Press, Chicago.
- Heintz, J. e I. Valodia (2008), "Informality in Africa: a Review", Documento de trabalho de referência para o Swedish International Development Cooperation Agency, Suécia.
- Henry, C., F. Hill, e C. Leitch (2005) "Entrepreneurship education and training: can entrepreneurship be taught? Part I", Education + Training, Vol. 47, n.º 2.
- Holmes, R. e N. Jones (2011), "Public Works Programmes in Developing Countries: Reducing Gendered Disparities in Economic Opportunities?", Documento preparado para a International Conference on Social Cohesion and Development, 20-21 de Janeiro de 2011, em Paris, Overseas Development Institute (ODI), Londres.
- Hull, K (2009), "Understanding the Relationship between Economic Growth, Employment and Poverty Reduction", in OCDE, Promoting Pro-Poor Growth: Employment, Development Co-operation Directorate, OCDE, Paris.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho) (2008), Global Wage Report 2008/09, Organização Internacional do Trabalho, Genebra.
- OIT (2010), Global Employment Trends for Youth, Organização Internacional do Trabalho, Genebra.
- OIT (2011a), "Towards Decent Work in Sub-Saharan Africa - Monitoring MDG Employment Indicators", Organização Internacional do Trabalho, Genebra.
- OIT (2011b), Key Indicators of the Labour Market (KILM), 7.ª edição, Organização Internacional do Trabalho, Genebra.
- OIT (2011c), Global Employment Report 2011, Organização Internacional do Trabalho, Genebra.
- International Crisis Group (2011), "Liberia: How Sustainable Is the Recovery?", Africa Report, n.º 177.
- Jones P. (1997), "The Impact of Minimum Wage Legislation in Developing Countries where Coverage is Incomplete", Documento de trabalho do CSAE n.º 98-02, The Centre for the Study of African Economies, Institute of Economics and Statistics, University of Oxford.
- Jütting, J. e J.R. De Laiglesia (2009), "Dealing with Informal Employment: Towards a Three-Pronged Strategy" in Jütting J.P. e de Laiglesia J. R. (eds.), Is Informal Normal? Towards More and Better Jobs in Developing Countries, Centro de Desenvolvimento, OCDE, Paris.
- Jütting, J. e H. Huitfeldt (2009), "Informality and Informal Employment", in OCDE, Promoting Pro-Poor Growth: Employment, Development Co-operation Directorate, OCDE, Paris.
- Jütting, J., J. Perlevliet e T. Xenogiani (2008), "Informal employment re-loaded", Institute of Development Studies (IDS) Bulletin, Vol. 39, n.º 2.
- Kingdon, G. e J. Knight (2000), "Are Searching and Non-Searching Unemployment Distinct States When Unemployment Is High? The case of South Africa", Documento de trabalho do CSAE n.º 2000-02, The Centre for the Study of African Economies, University of Oxford.
- Kingdon, G. e J. Knight (2004), "Unemployment in South Africa: The Nature of the Beast", World Development, Vol. 32, n.º 3.
- Kingdon, G., J. Sandefur, F. Teal, M. Fafchamps, M. Soderböm (2006), "What Africa Needs to Do to Spur Growth and Create More Well-Paid Jobs", Banco Mundial, Washington DC.
- Kluve, J. (2006), "The Effectiveness of European Active Labor Market Policy", Documento de consulta do IZA n.º 2018, Institute for the Study of Labour (IZA), Bona.
- Koohi-Kamali F. (2010), "Public Works and Social Protection", in European Report on Development 2010, Relatório Europeu sobre o Desenvolvimento (ERD).
- Kremer, M., J.N. Lee e J.M. Robinson (2010), "The Return to Capital for Small Retailers in Kenya: Evidence from Inventories", Mimeo, Harvard University.
- Kucera, D. e T. Xenogiani (2009), "Persisting Informal Employment: What Explains it?", in J. Jütting e J.R. de Laiglesia (eds.), Is Informal Normal? Towards More and Better Jobs in Developing Countries, Centro de Desenvolvimento, OCDE, Paris.



- Kuépié M., C.J. Nordman e F. Roubaud (2009), "Education and Earnings in Urban West Africa", *Journal of Comparative Economics*, Vol. 37, n.º 3.
- Kuépié, M. e C.J. Nordman (2011), "Education et Marchés du Travail à Brazzaville et Pointe Noire (Congo-Brazzaville)", Documento de trabalho n.º 2011/11, Développement, Institutions et Mondialisation (DIAL), Paris.
- Lal, R., S. Miller, M. Lieuw-Kie-Song e D. Kostzer (2010), "Public Works and Employment Programmes: Towards a Long-Term Development Approach", Documento de trabalho n.º 66, International Policy Centre for Inclusive Growth, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Brasília.
- Lavallée, E. e F. Roubaud (2011), "Corruption and Informal Enterprise Performance: West African Evidence", Documentos de consulta, International Institute of Social Studies, Développement, Institutions et Mondialisation (DIAL).
- Lewis, A.W. (1954), "Economic Development with Unlimited Supplies of Labour", *The Manchester School*, Vol. 28, n.º 2.
- Malik, A. e B. Awadallah (2011), "The Economics of the Arab Spring", Documento de trabalho do CSAE n.º 23, The Centre for the Study of African Economies, University of Oxford.
- Maloney, W.F. (2004), "Informality Revisited", *World Development*, Elsevier, Vol. 32, n.º 7.
- McKenzie, D.J. e C. Woodruff (2006), "Do Entry Costs Provide an Empirical Basis for Poverty Traps? Evidence from Mexican Microenterprises", *Economic Development and Cultural Change*, University of Chicago Press, Vol. 55.
- McKenzie, D.J. e C. Woodruff (2008), "Experimental Evidence on Returns to Capital and Access to Finance in Mexico", *The World Bank Economic Review*, Vol. 22, n.º 3.
- McKinsey Global Institute (2010), "Lions on the move: The Progress and Potential of African Economies".
- Fundo ODM (Fundo para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio) (2009), "Engaging Tunisian Youth to Achieve the MDGs", Fundo para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Tunis.
- Myrdal, G. (1968), "Asian Drama: An inquiry into the poverty of nations", Pantheon, New York.
- National Treasury (2011), "Confronting Youth Unemployment: Policy Options for South Africa", Pretória.
- Nkurunziza, J.D. (2008), "The effect of credit on growth and convergence of firm size in Kenyan manufacturing", *The Journal of International Trade & Economic Development*, Vol. 19, n.º 3.
- Nordman, C. J. e L. Pasquier-Doumer (2011), "Vocational Education, On-the-Job Training and Labour Market Integration of Young Workers in Urban West Africa". Documento de referência para o EFA Global Monitoring Report 2012: Youth, Skills and Work, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Paris, (a ser publicado, Setembro de 2012).
- OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) (2006), *OECD Employment Outlook*, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Directorate for Employment, Paris.
- OCDE (2009), *Promoting Pro-Poor Growth: Employment*, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Development Co-operation Directorate, Paris.
- OCDE (2010), *Off to a good Start? Jobs for Youth*, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Directorate for Employment, Labour and Social Affairs, Paris.
- OCDE (2011), *Employment Outlook*, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Directorate for Employment, Labour and Social Affairs, Paris.
- OCDE (2012a), "Employment and Social Protection Policies for Social Cohesion", *Perspectives on Global Development 2012*, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Centro de Desenvolvimento, Paris.
- OCDE (2012b), *Gender Initiative: Gender Equality in Education, Employment and Entrepreneurship*, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Directorate for Employment, Labour and Social Affairs, Paris.
- Perry, G.E., W.F. Maloney, O.S. Arias, P. Fajnzylber, A.D. Mason e J. Saavedra-Chanduvi (2007), *Informality: Exit and Exclusion*, Banco Mundial, Washington DC.
- Psacharopoulos, G. e H.A. Patrinos (2002), "Returns to Investment in Education: a Further Update", Documento de trabalho em investigação política n.º 2881, Banco Mundial, Washington DC.
- Puerto, O.S. (2007), "International Experience on Youth Employment Interventions: The Youth Employment Inventory", Documento de referência para for Economic and Sector Work on Sierra Leone: Youth and Employment, Banco Mundial, Washington DC.



- Rakotomanana, F., E. Ramilison e F. Roubaud (2000), "La Mise en Place d'une Enquête Annuelle sur l'Emploi à Madagascar : un Exemple pour l'Afrique Sub-Saharienne", Statéco, Vol. 95-97.
- Ramachandran, V., A. Gelb e M. Kedia Shah (2009), *Africa's Private Sector: What's Wrong with the Business Environment and What to Do About It*, Center for Global Development, Washington DC.
- Rankin, N., J. Sandefur e F. Teal (2010), "Learning & Earning in Africa: Where are the Returns to Education High?", Documento de trabalho do CSAE n.º 2010-02, The Centre for the Study of African Economies, University of Oxford.
- Razafindrakoto, M., F. Roubaud e C. Torelli (2009), "Measuring the Informal Sector and Informal Employment: the Experience Drawn from 1-2-3 Surveys in African Countries", *African Statistical Journal*, Vol. 9.
- Robalino D., M. Vodopivec e A. Bodor (2009), "Savings for Good and Bad Times: Introducing Unemployment Insurance to Developing Countries", Documentos de consulta sobre a protecção social n.º 0907, Banco Mundial. Washington DC.
- Rodrik, D. (2006), "Understanding South Africa's Economic Puzzles", Documento de trabalho n.º 130, Center for International Development, Harvard University.
- Roubaud, F. (1994), "L'économie Informelle au Mexique: de la Sphère Domestique à la Dynamique Macro-économique", Karthala, Paris.
- Sabates-Wheeler, R. and S. Devereux (2010), "Cash Transfers and High Food Prices: Explaining outcomes on Ethiopia's Productive Safety Net Programme", *Food Policy*, Vol. 35, n.º 4.
- Samson, M. (2009), "Social Cash Transfers and Employment A note on empirical linkages in developing countries", in OCDE, *Promoting Pro-Poor Growth: Employment, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico*, Development Co-operation Directorate, Paris
- Sandefur, J., P. Serneels e F. Teal (2007), "African Poverty through the Lens of Labor Economics: Earnings and Mobility in Three Countries", in P. Paci e P. Serneels (eds.), *Employment and Shared Growth*, Banco Mundial, Washington DC.
- Serneels P. (2004), "The Nature of Unemployment in Urban Ethiopia", Documento de trabalho do CSAE n.º 2004-1, The Centre for the Study of African Economies, University of Oxford.
- Shiferaw, A. e A.S Bedi (2009), "The Dynamics of Job Creation and Job Destruction: Is Sub-Saharan Africa Different?", Documentos de consulta do IZA n.º 4623, Institute for the Study of Labor (IZA), Bona.
- Silatech (2009), *The Silatech Index: "Voices of Young Arabs"*, Silatech, em parceria com a Gallup.
- Skinner, C. (2008), "Street Trade in Africa: a Review", Documento de trabalho n.º 51, School of Development Studies, University of KwaZulu-Natal, África do Sul.
- Soderböm, M., F. Teal e A. Wambugu (2005), "Unobserved heterogeneity and the relation between earnings and firm size: evidence from two developing countries", *Economics Letters*, Elsevier, Vol. 87, n.º 2.
- Stampini, M. e A. Verdier-Chouchane (2011), "Labor Market Dynamics in Tunisia: The Issue of Youth Unemployment", Documento de trabalho n.º 123, Banco Africano de Desenvolvimento, Tunis.
- Teal, F. (2010), "Higher Education and Economic Development in Africa: a Review of Channels and Interactions", *Journal of African Economies*, Vol. 20, n.º 3.
- Teal, F. (2011), "The Price of Labour and Understanding the Causes of Poverty", *Labour Economics*, Vol. 18, n.º 1.
- The Youth Employment Network and The International Youth Foundation (2009), *Private Sector Demand for Youth Labour in Ghana and Senegal: Ghana and Senegal Study Findings*, Banco Mundial, Washington DC.
- Turnham, D. e D. Eröcal (1990), "Unemployment in Developing Countries: New Light on an Old Problem", Documento de trabalho n.º 22, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Centro de Desenvolvimento, Paris.
- ONU (Organização das Nações Unidas) (2007), "Review of National Action Plans on Youth Employment, Putting Commitment into Action", Nações Unidas, Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Nova Iorque.
- UNECA (Comissão Económica das Nações Unidas para África) (2011), *African Youth Report 2011: Addressing the Youth Education and Employment Nexus in the New Global Economy*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) (2005), *Early Marriage: A Harmful Traditional Practice, A Statistical Exploration*, UNICEF, Nova Iorque.



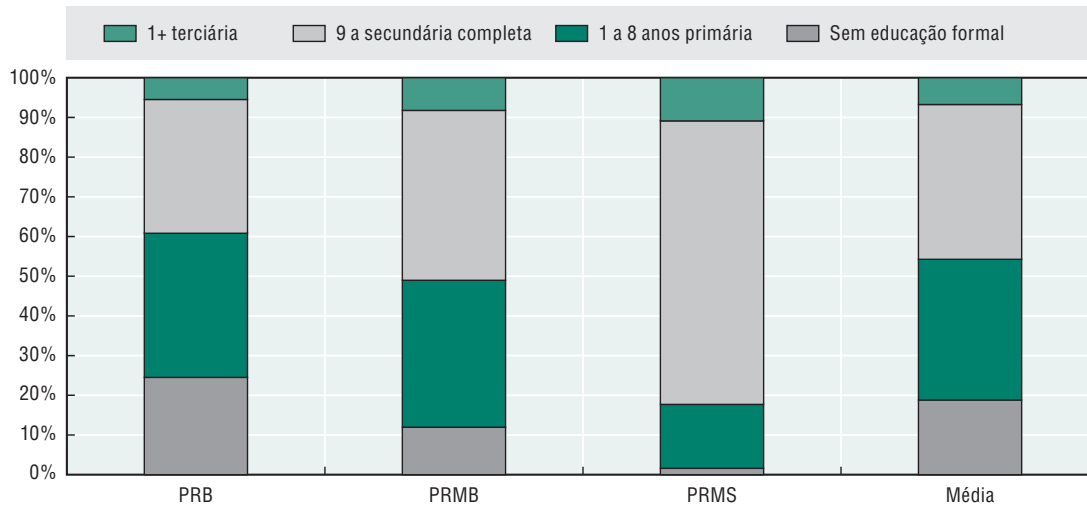
- UNICEF (2006), *The State of the World's Children, Women and Children: The Double Dividend of Gender Equality*, UNICEF, Nova Iorque.
- USAID (United States Agency for International Development) (2006), *Fragile States Indicators*, United States Agency for International Development, Washington DC.
- USAID (2011), *Rapport National sur la Compétitivité du Sénégal*, United States Agency for International Development, Washington DC.
- Verick, S. (2006), "The Impact of Globalization on the Informal Sector in Africa", Documento apresentado na IZA/World Bank Conference Employment and Development, em 25-27 Maio de 2006, Berlim.
- Banco Mundial (2007a), *World Development Report 2007: Development and the Next Generation*, Banco Mundial, Washington DC.
- Banco Mundial (2007b), "Senegal: Looking for Work - The Road to Prosperity", Memorando Económico Nacional, Banco Mundial, Washington DC.
- Banco Mundial (2009), *Africa Development Indicators 2008/2009 - Youth Employment in Africa: The Potential, the Problem, the Promise*, Banco Mundial, Washington DC.
- Banco Mundial (2006-2011), *Enterprise Surveys*. <http://www.enterprisesurveys.org>
- Banco Mundial (2008), "Supporting Youth at Risk", Banco Mundial, Washington DC.
- Banco Mundial (2010), "Active Labour Market Programs for Youth", *Employment Policy Primer* n.º 16, Banco Mundial, Washington DC.
- Banco Mundial (2011a), *Africa Development Indicators 2011*, Banco Mundial, Washington DC.
- Banco Mundial (2011b), *World Development Report 2011: Conflict, Security, and Development*, Banco Mundial, Washington DC.
- Banco Mundial (2011c), *Africa's Pulse*, Vol. 4, Banco Mundial, Washington DC.
- Banco Mundial (2012a), *Doing Business in a More Transparent World*, Banco Mundial, Washington DC. <http://www.doingbusiness.org/>
- Banco Mundial (2012b), *EdStats*, Banco Mundial, Washington DC.
- Fórum Económico Mundial e OCDE (2011), *Arab World Competitiveness Report 2011-2012*, Fórum Económico Mundial, Genebra.
- Fórum Económico Mundial, *Índice de Competitividade Global (ICG)*, Fórum Económico Mundial, Genebra.
- YEN (Youth Employment Network) (2009), *Joining Forces with Young People - A practical Guide to Collaboration for Youth Employment*, The Youth Employment Network, Genebra.
- YEN-WA (Youth Employment Network for West Africa) (2008), *Building the Case for Business Collaboration on Youth Employment*, The Youth Employment Network for West Africa, Dacar.
- Yoshino, Y. (2011), *Industrial Clusters and Micro and Small Enterprises in Africa: From Survival to Growth*, Banco Mundial, Washington DC.



Anexo I: Características básicas dos jovens africanos

Algumas estatísticas básicas acerca dos jovens africanos com idades entre os 15 e os 24 anos, por rendimento do país, com base em dados da Gallup World Poll.

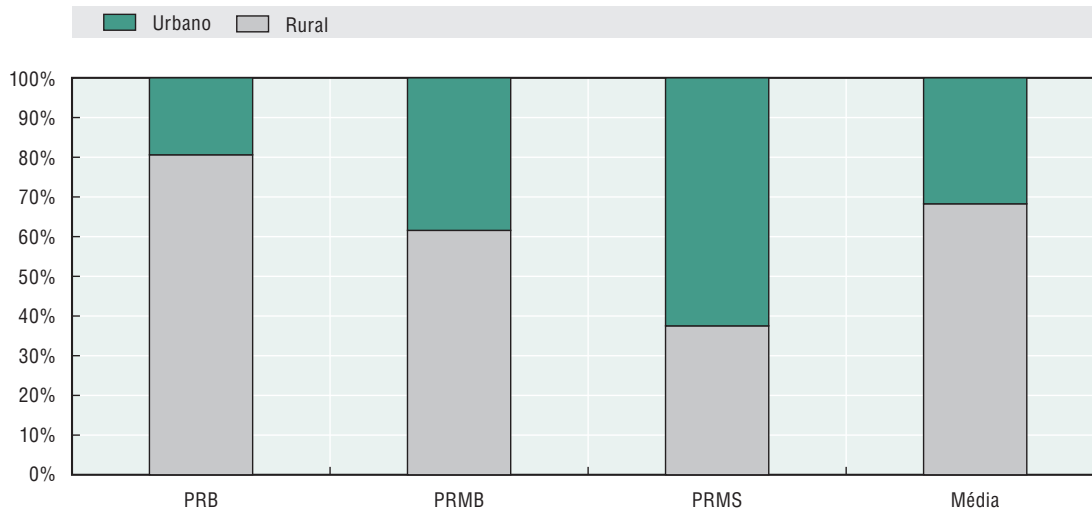
Figura 6.39. Níveis de educação entre africanos com 15 a 24 anos de idade



Fonte: Cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932601001>

Figura 6.40. Jovens africanos em zonas urbanas e zonas rurais por nível de rendimento



Fonte: Cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888932601020>



Anexo II: Análise multivariada dos determinantes do estatuto de emprego

Este anexo explica a análise multivariada com os dados da Gallup World Poll que estão subjacentes à análise dos determinantes dos estados do emprego entre os jovens, referidos nas secções relativas aos desempregados e à educação no presente capítulo.

O modelo

O objectivo é estimar os efeitos de cada variável explicativa (x_j) sobre a probabilidade de estar numa das 3 categorias de estatuto de emprego (y): NEET, emprego precário ou emprego assalariado. Uma vez que a variável dependente (y) abrange mais de duas categorias e essas categorias não têm ordem natural, usamos um modelo multi-logit e estimadores robustos para controlar a heteroscedasticidade. A probabilidade de um resultado da variável dependente é portanto:

$$\Pr(y = \text{resultado } i) = \begin{cases} \frac{1}{1 + \sum_{k=2}^m e^{x_j' \beta_j^{(\text{resultado } k)}}}; & \text{se resultado } k = \text{resultado base} \\ \frac{e^{x_j' \beta_j^{(\text{resultado } i)}}}{1 + \sum_{k=2}^m e^{x_j' \beta_j^{(\text{resultado } k)}}}; & \text{se resultado } k = 2, \dots, m \end{cases}$$

Onde o vector X das variáveis explicativas é:

- Grupos etários – idade15-24 (*grupo de referência*), idade[25-29], idade[30-34], idade[35-39], idade[40-44], idade[45-49], idade[50-64]
- Indicatriz mulher – mulher 1, homem 0
- Indicatriz casamento – casado 1, nunca casado 0
- Níveis de educação – sem educação (*grupo de referência*), [1-8anos primária], [9anos a secundária completa], [1ano ou mais terciária]
- urbano 1: rural 0
- Indicatriz urbana – países de rendimento baixo (*grupo de referência*), países de rendimento médio-baixo [PRMB], países de rendimento médio superior [PRMS]
- Grupos de rendimento do país
- Indicatriz insegurança alimentar – insegurança alimentar 1, segurança alimentar 0



Determinantes do estatuto do emprego

A Tabela A1 apresenta as razões de probabilidades (*odds ratios*) que são mais fáceis de interpretar do que as probabilidades puras. As razões de probabilidades medem a probabilidade de estar no resultado correspondente da variável dependente relativamente a estar no resultado base da variável dependente. Neste caso, o resultado base é NEET. Os valores de coeficiente superiores a um reflectem uma maior probabilidade relativa de estar no caso correspondente do que no caso de referência e vice-versa para os valores inferiores a um.

Por exemplo, a probabilidade relativa de $y = \text{Emprego Assalariado}$ para o resultado base (NEET) é:

$$\frac{\Pr(y = \text{Emprego Assalariado})}{\Pr(y = \text{NEET})} = e^{X_j' \beta_j^{(\text{Emprego Ass.})}}$$

Tabela A.1. Regressão logística multinomial dos determinantes do estatuto de emprego.
Os coeficientes relatados são razões do risco relativo (*odd ratios*) - (resultado base= NEET)

VARIÁVEIS	Ser Assalariado (1)	Ser trabalhador vulnerável (2)
idade15-24 (= grupo de referência)		
idade[25-29]	1.607*** (0.143)	1.315*** (0.083)
idade[30-34]	1.969*** (0.192)	1.405*** (0.100)
idade[35-39]	1.752*** (0.188)	1.590*** (0.124)
idade[40-44]	1.706*** (0.205)	1.595*** (0.135)
idade[45-49]	1.952*** (0.253)	1.835*** (0.168)
idade[50-64]	0.876 (0.108)	0.976 (0.073)
mulher (vs referência = homem)	0.343*** (0.020)	0.472*** (0.020)
Níveis de educação (grupo de referência = Sem EDU)		
EDU [1-8years primary]	2.732*** (0.275)	1.530*** (0.080)
EDU [9anos a secundária completa]	5.841*** (0.562)	1.380*** (0.077)
EDU [1ano ou mais terciária]	17.052*** (1.972)	1.797*** (0.163)
Urbano (vs referência = rural)	0.853** (0.057)	0.663*** (0.035)
Grupos de rendimento do país (referência = PRB)		
Grupo do país (= PRMB)	1.078 (0.080)	0.754*** (0.041)
Grupo do país (= PRMS)	0.732*** (0.059)	0.185*** (0.014)
Insegurança alimentar (vs referência = não)	0.571*** (0.036)	0.922* (0.039)
Casado e divorciado (vs referência=Solteiro)	1.211*** (0.086)	1.190*** (0.061)
Constante (_const)	0.181*** (0.020)	1.864*** (0.118)
Estatística de regressão		
Número de observações=	13342	
Pseudo-probabilidade logarítmica=	-11886	
Qui2 Wald (30) =	2493	
Prob > qui2 =	0.0000	
Pseudo R-quadrado =	0.114	

Fonte: Cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010)

Nota: Erros-padrão robustos entre parêntesis. Significância: *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1



O impacto da educação na probabilidade de ser assalariado

A Table A2 apresenta as probabilidades previstas de ser assalariado dado o nível de educação obtido para os jovens (homens) e as jovens (mulheres), também observável na Figura 6.31 do presente capítulo. Os resultados são baseados no modelo descrito acima, controlando todos os factores contidos no vector das variáveis explicativas X.

Tabela A.2. Retornos na educação.
A probabilidade marginal do emprego assalariado em cada nível de educação

	Homens	Mulheres
EDU [Sem Edu.]	0.063	0.035
EDU [1-8anos primária]	0.129	0.077
EDU [9anos a secundária completa]	0.287	0.178
EDU [1ano ou mais terciária]	0.509	0.373

Fonte: cálculos do autor com base na Gallup World Poll (2010).

Parte Três

Notas países



O conteúdo das notas-país reflete o contexto político nos países contemplados, na altura em que este relatório foi enviado para impressão (13/04/2012).

Uma análise atualizada, datada do dia 28/05/2012, encontra-se disponível na página :

www.africaneconomicoutlook.org/en/countries



ANGOLA

- **Produto Interno Bruto (PIB) deverá registar um acréscimo substancial em 2012 e 2013 em resultado da entrada em operação de novos campos petrolíferos e do início da actividade inerente a novos projectos.**
- **Os principais desafios de Angola consistem em melhorar o sistema de taxas de câmbio e a gestão das finanças públicas.**
- **O desemprego afecta sobretudo os trabalhadores menos qualificados, mas regista-se um número crescente de jovens licenciados desempregados.**

Em 2011, um forte crescimento do sector não-petrolífero compensou a queda registada nas receitas petrolíferas em resultado da menor produção de crude e da baixa das exportações. O crescimento real do PIB deverá melhorar substancialmente quando os campos de petróleo voltarem a operar a níveis superiores e os novos projectos iniciarem a sua actividade. Em 2013 a inflação deverá cair para um dígito. Angola continuou a implementar o programa Stand-By Arrangement (SBA), do Fundo Monetário Internacional (FMI), com vista a assegurar a austeridade fiscal e políticas monetárias restritivas; a reforma do sistema de taxas de câmbio, incluindo a gestão das finanças públicas e a transparência fiscal. Em 2011, o país tomou medidas para rever o regime fiscal; estabeleceu uma unidade de gestão da dívida e pôs em prática medidas para gerir e controlar os fluxos do sector petrolífero para o orçamento. O Banco Central passou de um sistema de racionamento temporário para uma abordagem do tipo leilão e desenvolveu uma estratégia abrangente para o desenvolvimento do sector privado. A contracção das despesas de capital e um melhor controlo das despesas, durante 2011, permitiu às autoridades proceder a pagamentos internos em atraso, que se vinham registando desde 2009, no montante de 7,5 mil milhões de USD.

O crescimento económico e a sustentabilidade fiscal ainda são altamente dependentes das receitas do petróleo. No entanto, as actividades do sector petrolífero são de capital intensivo e sem ligação à economia real. Em resultado disso, o sector emprega menos de 1% da força de trabalho total. Tal situação dificulta a diversificação económica e impede a tão necessária criação de emprego. A taxa de desemprego está estimada em cerca de 26%, mas muitos empregos estão na economia informal, na agricultura ou no comércio de rua. Muito do desemprego afecta os trabalhadores menos qualificados mas actualmente existe um número crescente de jovens desempregados com qualificações que não respondem às necessidades efectivas do país. Apesar do constante progresso feito na melhoria das condições sociais o país ainda enfrenta enormes desafios no que se refere à redução da pobreza e do desemprego e à melhoria do desenvolvimento humano.

Indicadores macroeconómicos

	2010	2011(e)	2012(p)	2013(p)
Crescimento real do PIB	3.4	3.5	8.2	7.1
Inflação medida pelo IPC	14.5	13.5	10.0	9.4
Saldo Orçamental em % do PIB	6.8	7.3	4.7	5.0
Balança Corrente em % do PIB	8.9	13.5	10.1	9.8

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).



CABO VERDE

- O crescimento económico deverá estagnar entre 2011-2013.
- Cabo Verde tem registado um desempenho exemplar em termos de governação do sector público, mas as infra-estruturas colocam restrições ao crescimento económico sustentável.
- Cabo Verde é um dos poucos países de África que podem vir a atingir as oito Metas de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Em 2011, o programa anti-cíclico do governo na área do investimento público (PIP) compensou a contracção do investimento do sector privado e manteve um nível adequado de desenvolvimento das infra-estruturas. Para 2012/13, o cenário base das autoridades assume a austeridade da política fiscal e políticas monetárias prudentes. A estratégia de desenvolvimento de Cabo Verde, a médio prazo, visa transformar a economia através da diversificação da sua base produtiva. Um grande esforço está a ser feito com o objectivo de desenvolver os serviços marítimos e as pescas; os serviços financeiros e as tecnologias de informação (TI), bem como os serviços de transporte aéreo. Mas o país continua a enfrentar uma série de desafios e de restrições básicas para o seu desenvolvimento. A sua insularidade, o território fragmentado e uma reduzida população limitam o seu mercado interno. As infra-estruturas não têm a qualidade necessária, impedindo assim a competitividade.

O ambiente de negócios, embora registando melhorias, necessita de mais reformas. Cabo Verde também tem registado um aumento das desigualdades, especialmente entre as áreas rurais e urbanas. O país é dependente de recursos financeiros externos, da ajuda pública ao desenvolvimento e das transferências oriundas da sua diáspora, sendo também vulnerável a choques externos.

A taxa de desemprego relativamente alta que o país enfrenta, especialmente entre os jovens (que representam mais de 50% da força de trabalho), a falta de emprego produtivo e de empreendedorismo representam um desafio de longo prazo decisivo para o país. Assim, uma política fiscal favorável ao crescimento precisa de ser acompanhada de melhorias no ambiente de negócios e da flexibilização das restrições de acesso ao crédito com vista a incentivar a criação de emprego. Do lado da procura, os esforços devem concentrar-se na revisão dos currícula dos cursos do ensino superior, bem como em programas específicos de formação com o objectivo de diminuir a falta de competências adequadas às necessidades do país e reduzir as carências daí decorrentes.

Indicadores macroeconómicos

	2010	2011(e)	2012(p)	2013(p)
Crescimento real do PIB	5.4	5.0	5.1	5.2
Inflação medida pelo IPC	2.1	4.5	3.3	2.5
Saldo Orçamental em % do PIB	-10.8	-10.7	-10.1	-10.5
Balança Corrente em % do PIB	-12.4	-15.0	-12.3	-10.2

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).



GUINÉ-BISSAU

- O desempenho económico da Guiné-Bissau depende principalmente do preço da castanha de caju no mercado internacional, que deverá baixar em 2012.
- Após a morte do Chefe de Estado, em Janeiro de 2012, estão agendadas eleições presidenciais para Março de 2012.
- A taxa de desemprego atingirá cerca de 30% dos jovens.

O desempenho económico da Guiné-Bissau depende principalmente das exportações da castanha de caju e do seu preço no mercado internacional, que deverá baixar em 2012 devido à crise da dívida na Europa. Assim, o crescimento económico deve desacelerar ligeiramente em 2012 e 2013 e o défice corrente deverá deteriorar-se. Devido aos preços crescentes das importações, a inflação, em alta em 2011, deverá cair abaixo do nível de 3% da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), em 2013. A Guiné-Bissau deve também eleger um novo presidente em Março 2012 e retomar a estabilidade política. Poucos dias antes da morte do Chefe de Estado, Sua Excelência Malam Bacai Sanha, em Janeiro de 2012, uma tentativa de golpe de estado falhou e os golpistas foram detidos e mantidos em prisão. Os militares rapidamente demonstraram o seu compromisso em respeitar a ordem constitucional e Raimundo Pereira, Presidente do Parlamento, assegura interinamente a presidência, até à realização de eleições presidenciais antecipadas, de acordo com a Constituição.

Quanto à situação do emprego juvenil, a taxa de desemprego entre os jovens é de cerca de 30%. No entanto, a degradação do sistema de ensino após os conflitos e os baixos níveis de qualificação constituem um importante obstáculo ao acesso ao emprego remunerado. O Governo está a trabalhar actualmente, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do PNUD, no desenvolvimento de uma política nacional de emprego. Um projecto de apoio à criação de emprego e de rendimentos foi implementado em Junho de 2011 com vista à reinserção profissional dos militares desmobilizados.

Indicadores macroeconómicos

	2010	2011(e)	2012(p)	2013(p)
Crescimento real do PIB	3.5	5.1	4.6	4.9
Inflação medida pelo IPC	2.2	4.6	3.4	1.9
Saldo Orçamental em % do PIB	-0.2	-1.6	-0.2	-1.2
Balança Corrente em % do PIB	-7.6	-6.7	-7.7	-7.9

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).



MOÇAMBIQUE

- O crescimento deverá permanecer robusto em 2012 e 2013 na sequência de Moçambique ter começado a exportar carvão em 2011.
- O desafio principal de curto prazo reside em conciliar o ambicioso investimento em infraestruturas com as redes de segurança social.
- Muitos dos recém-chegados ao mercado de trabalho têm de aceitar empregos marginais.

Os ganhos relativos às exportações de carvão dos primeiros mega projectos mineiros, que entraram em operação em 2011, juntamente com um forte desempenho dos serviços financeiros, transportes e comunicações e do sector da construção, determinaram o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). A retoma de fortes investimentos directos estrangeiros (IDE), sobretudo nas indústrias extractivas, o forte crescimento agrícola e o investimento em infraestruturas devem levar a um crescimento real em 2012 e 2013. A consistente rigidez da política monetária do Banco Central, apoiada por uma política fiscal prudente, deve permitir a redução da inflação no final do ano de 2011 para níveis próximos dos 10%. Em 2012, é esperado um quadro favorável para conter a inflação, permitindo espaço para a flexibilização da política monetária. A implementação de medidas de combate à pobreza, preparadas durante 2011, juntamente com um ambicioso programa de investimento em infra-estruturas, deve ampliar o défice orçamental. O principal desafio de Moçambique, a médio prazo, reside no alargamento da sua base fiscal em resposta à diminuição dos fluxos de ajuda. Os níveis de pobreza parecem ter estagnado com 54,7% da população a viver abaixo da linha de pobreza nacional.

Moçambique tem uma alta taxa de crescimento populacional e estimam-se em cerca de 300.000 os novos ingressos anuais no mercado de trabalho. As altas taxas de crescimento económico foram, em grande parte, impulsionadas por projectos de capital intensivo, em particular nas indústrias extractivas. A taxa global de desemprego situa-se em 27%. A economia formal está amplamente concentrada nas áreas urbanas e absorve apenas cerca de um terço do emprego total. Como resultado, muitos dos novos candidatos ao mercado de trabalho são forçados a aceitar trabalhos marginais na economia informal, tanto em áreas rurais como urbanas, com poucas perspectivas de emprego estável. O desemprego juvenil é uma questão abordada em várias iniciativas governamentais. No entanto, actualmente não existe uma estratégia própria destinada a promover o emprego para jovens.

Indicadores macroeconómicos

	2010	2011(e)	2012(p)	2013(p)
Crescimento real do PIB	6.8	7.2	7.5	7.9
Inflação medida pelo IPC	12.7	10.8	7.2	5.6
Saldo Orçamental em % do PIB	-4.0	-3.3	-6.8	-7.4
Balança Corrente em % do PIB	-12.1	-25.6	-25.5	-20.0

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

- Em 2011, o crescimento foi moderado e deverá permanecer assim a médio prazo.
- As reformas actuais e futuras continuarão centradas na melhoria da gestão das finanças públicas, na supervisão bancária e na regulamentação do trabalho.
- As dificuldades na integração dos jovens no mercado de trabalho são agravadas pela ausência de uma política de emprego para jovens.

São Tomé e Príncipe é um estado frágil, vulnerável a choques externos e altamente dependente da agricultura e da ajuda pública ao desenvolvimento (APD). O sector de serviços tem sido até agora decisivo para o crescimento económico contribuindo para o mesmo, em 2011, com cerca de 48,6% e empregando cerca de 60% da força de trabalho total. O crescimento económico global foi impulsionado principalmente pelos sectores da construção, do consumo, do turismo, do comércio e mineiro. O governo tem feito progressos significativos na reforma da gestão das finanças públicas. No entanto, apesar da política fiscal rigorosa, o défice orçamental global deverá manter-se elevado em 2012 e 2013. Uma rigorosa política monetária também ajudou as autoridades a preservar o seu limiar mínimo de reservas internacionais no nível exigido por um acordo assinado com Portugal. A médio e longo prazo, São Tomé e Príncipe deve aproveitar uma série de oportunidades na região para alcançar o desenvolvimento económico sustentável. Para tal deverá capitalizar os benefícios da sua proximidade com alguns países africanos e remover as barreiras não comerciais que dificultam a integração efectiva na região. A eleição presidencial livre e transparente realizada em Julho/Agosto de 2011 demonstrou o compromisso do país com a paz e a estabilidade.

A integração dos jovens no mercado de trabalho tem constituído um desafio pela ausência de uma política de emprego para jovens. A incapacidade do governo para gerar emprego faz dos jovens o segmento mais vulnerável da população o que, por sua vez, pode ser um desafio à estabilidade política e à prosperidade económica.

Indicadores macroeconómicos

	2010	2011(e)	2012(p)	2013(p)
Crescimento real do PIB	4.5	4.3	4.4	4.6
Inflação medida pelo IPC	12.9	9.2	6.5	8.1
Saldo Orçamental em % do PIB	-11.1	-15.9	-14.7	-17.6
Balança Corrente em % do PIB	-25.4	-33.9	-30.8	-28

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).



ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICOS

A OCDE representa um fórum único, onde os governos trabalham em conjunto para fazer face aos desafios económicos, sociais e ambientais da globalização. A OCDE está, igualmente, na vanguarda dos esforços para compreender e ajudar os governos a responder a novos desenvolvimentos e preocupações, tais como governação empresarial, a economia da informação e os desafios de uma população envelhecida. A organização oferece um cenário no qual os governos podem comparar experiências de políticas, buscar respostas para problemas comuns, identificar boas práticas e trabalhar para a coordenação de políticas internas e internacionais.

Os países membros da OCDE são: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, República Checa, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, México, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Polónia, Portugal, República Eslovaca, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos da América. A União Europeia participa no trabalho da OCDE.

As publicações OECD difundem amplamente os resultados das recolhas estatísticas da organização e de investigação sobre questões económicas, sociais e ambientais, bem como as convenções, directrizes e normas acordadas pelos seus membros.

O *Centro de Desenvolvimento da OCDE* foi criado em 1962, enquanto plataforma independente para a partilha de conhecimentos e diálogo político entre países membros da OCDE e economias em desenvolvimento, permitindo a interacção destes países em pé de igualdade. A partir de Março de 2011, 16 países não pertencentes à OCDE passam a ser membros efectivos do Conselho Directivo do centro. O centro chama a atenção para questões sistémicas emergentes que, provavelmente, terão impacto no desenvolvimento global e, mais especificamente, para desafios ao desenvolvimento enfrentados pelos países emergentes e em desenvolvimento da actualidade. Serve-se de uma análise com base em provas e parcerias estratégicas para ajudar os países a formular soluções políticas inovadoras para os desafios globais do desenvolvimento.

Para mais informações sobre o centro e os seus membros, consulte www.oecd.org/dev

COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA

A Comissão Económica para África (CEA) foi criada pelo Conselho Económico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas (ONU), em 1958, como uma das cinco comissões regionais da ONU. O mandato da CEA consiste na promoção do desenvolvimento económico e social dos seus estados membros, no encorajamento da integração intra-regional e na fomentação da cooperação internacional para o desenvolvimento de África.

O papel duplo da CEA, enquanto braço regional da ONU e parte do cenário institucional regional em África, coloca-a numa posição privilegiada para contribuir de forma única para os esforços dos estados membros no sentido de enfrentarem os seus desafios de desenvolvimento.

Em termos de estratégia, a CEA centra-se em conseguir resultados nas áreas da integração regional, apoiando a visão e prioridades da União Africana e indo ao encontro das necessidades específicas e dos desafios globais emergentes de África. Nesse aspecto, a comissão coloca um enfoque especial no trabalho analítico relevante para as políticas e estabeleceu-se na vanguarda do pensamento para o desenvolvimento económico e social, servindo de suporte a estados membros e organizações sub-regionais e regionais. Partindo do seu trabalho analítico, a CEA funciona como advogado político em questões basilares de desenvolvimento e desempenha um papel de destaque na criação de consenso no continente.

Para mais informações sobre a Comissão Económica para África, consulte www.uneca.org



O GRUPO DO BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO

O grupo do Banco Africano de Desenvolvimento engloba uma instituição financeira de desenvolvimento multilateral regional, cujos membros são todos os 53 países de África e 24 países da Ásia, Europa e Américas do Norte e do Sul.

O objectivo do banco é aprofundar o desenvolvimento económico e o progresso social dos países africanos, individual e colectivamente. Para este propósito, o banco promove o investimento de capital público e privado para o desenvolvimento, principalmente facultando empréstimos e subsídios para projectos e programas que contribuam para a redução da pobreza e para um desenvolvimento sustentável alargado em África.

As operações não concessionais do banco são financiadas a partir dos seus recursos ordinários em capital. Além disso, as filiais de fácil acesso do banco – o Fundo de Desenvolvimento Africano e o Fundo Fiduciário da Nigéria – oferecem financiamento concessional a países de baixo rendimento que são incapazes de contrair empréstimos nos termos de mercado.

Até ao final de 2010, o grupo do Banco Africano de Desenvolvimento aprovara cumulativamente 3.526 empréstimos e subsídios para compromissos de quase 55,93 mil milhões de UA (79,23 mil milhões de USD). Os compromissos foram estabelecidos com 53 países membros e instituições regionais para apoiar projectos e programas de desenvolvimento na agricultura, transportes, serviços públicos, indústria, educação e serviços de saúde. Desde meados dos anos '80 do século XX, uma parte significativa dos compromissos também foi destinada à promoção da reforma económica e a programas de ajustamento que ajudassem a acelerar o desenvolvimento sócio-económico. Cerca de 58,8% do total de compromissos do grupo do banco foram financiados em termos não concessionais, enquanto o remanescente beneficiou de financiamento concessional.

Para mais informações sobre o Banco Africano de Desenvolvimento, consulte www.afdb.org

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO

O PNUD representa a rede de desenvolvimento global da Nações Unidas, uma organização que defende a mudança e que liga países a conhecimentos, experiência e recursos, de forma a ajudar os povos na construção de uma vida melhor. O PNUD está presente em 177 países, 45 dos quais em África, trabalhando com eles nas respectivas soluções para os desafios de desenvolvimento nacional e global. À medida que estes países desenvolvem capacidades locais, recorrem às pessoas do PNUD e à sua vasta lista de parceiros.

A rede do PNUD interliga e coordena esforços nacionais e globais, para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Encoraja, em todas as suas actividades, a protecção dos direitos humanos e a capacitação das mulheres. O Relatório do Desenvolvimento Humano anual, encomendado pelo PNUD, centra o debate global em questões fundamentais para o desenvolvimento, fornecendo novas ferramentas de medição, análises inovadoras e propostas de políticas muitas vezes controversas.

Para mais informações sobre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, consulte www.undp.org

Perspectivas Económicas em África 2012

Parte um: Situação macroeconómica e perspectivas futuras da África

Capítulo 1: Perspectivas macroeconómicas

Capítulo 2: Fluxos financeiros externos e receitas fiscais em África

Capítulo 3: Evolução das negociações internacionais sobre comércio em 2011

Capítulo 4: Desenvolvimento humano

Capítulo 5: Governação política e económica

Parte dois: Tema especial

Capítulo 6: Promover o emprego juvenil

Parte três: Notas países

Notas completas dos países lusófonos disponível na página:
www.africaneconomicoutlook.org

Angola

Cabo Verde

Guiné-Bissau

Moçambique

São Tomé e Príncipe

O Anexo Estatístico está disponível em inglês e francês em: www.africaneconomicoutlook.org

